

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

DANY SHIN PARK

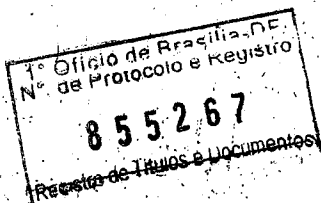
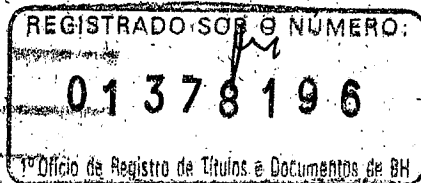
**GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL DO BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES:
DESENVOLVIMENTISMO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE
PARTICIPAÇÃO SOCIAL À LUZ DO CASO BELO MONTE/ALTAMIRA-PA**

VOLUME 2
ANEXOS

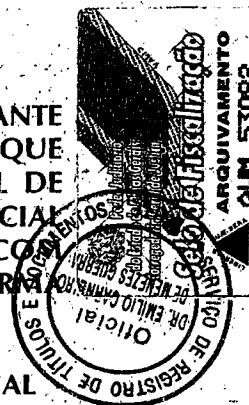
SÃO PAULO
2020

ANEXOS

1. Contrato-de-Financiamento-BNDES_Norte-Energia-nº-12.2.1238.1
2. Resolução CMN n. 4327
3. Resolução AMA n. 2343-2012 de 2509 2012
4. Resolução AGS n. 3024-2016 de 19 07 2016
5. Resolução AGS n. 3537-2019 de 03 10 2019
6. Tabela quantitativo pessoal socioambiental BNDES
7. Questionário de Análise Socioambiental da Empresa – QASE
8. Questionário de Análise Socioambiental do Projeto – QQAS
9. Licença de Instalação n. 795-2011 – UHE Belo Monte
10. Licença de Operação n. 1317-2015 – UHE Belo Monte
11. Termo de Cooperação NESA – FUNAI – DS-C-0316/2015
12. ACP n. 9681920114013900. Parte 1. Assunto: contra LI parcial – petição inicial –
Licença Prévia UHE Belo Monte – Licença de Instalação parcial n. 770-2011
13. ACP n. 9681920114013900. Parte 2. Notas técnicas 36 e parecer 88 e 95 do IBAMA
14. ACP n. 9681920114013900. Parte 3. Parecer 95 do IBAMA
15. ACP n. 9681920114013900. Parte 4. Notas técnicas 51-2010 e 08-2011 do IBAMA
16. ACP n. 9681920114013900. Parte 5. Notas técnicas 08-2011 do IBAMA
17. ACP n. 9681920114013900. Parte 6. Decisão liminar
18. Resposta do BNDES ao ISA por força da decisão da CGU



CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 12.2.1238.1, QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E A NORTE ENERGIA S.A., COM INTERVENIÊNCIA DE TERCEIROS, NA FORMA ABAIXO:



O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BNDES, empresa pública federal, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados (doravante denominado **BNDES**);

e
a **NORTE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 4, nº 100, Bloco B, Salas 904/1004, Centro Empresarial Varig, inscrita no CNPJ sob o nº 12.300.288/0001-07, por seus representantes abaixo assinados (doravante denominada **BENEFICIÁRIA**);

e, comparecendo, ainda, como **INTERVENIENTES**:

I - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A., sociedade de economia mista, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco "B", Pétala "C", Sala 203, Centro Empresarial Varig, Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 00.001.180/0001-26 (doravante denominada **ELETOBRAS**);

II - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, sociedade de economia mista, com sede na Rua Delmiro Gouveia, nº 333, Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 33.541.368/0001-16 (doravante denominada **CHESF**);

III - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Blocos B e C, Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 00.357.038/0001-16 (doravante denominada **ELETRONORTE**);

IV - FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL, entidade fechada de previdência complementar com personalidade jurídica de direito privado, com sede na Rua do Ouvidor, nº 98, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 34.053.942/0001-50 (doravante denominada **PETROS**);

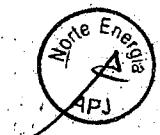
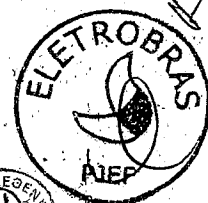
V - FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS, entidade fechada de previdência complementar com personalidade jurídica de direito privado, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, Edifício Corporate Financial Center, 12º e 13º Andares, Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 00.436.923/0001-90 (doravante denominada **FUNCEF**);

VI - BELO MONTE PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Praia do Flamengo, nº 78, sala 401, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 11.669.068/0001-84 (doravante denominada **BMPSA**);



Jonathan Willie Fernandez Hadlich
Advogado

Ver PCS
12/06/12



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

VII - **J. MALUCELLI ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rodovia do Café, BR 277, Km 0,5, nº 315, Santo Inácio, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 04.407.406/0001-44 (doravante denominada **J. MALUCELLI ENERGIA**);

VIII - **J. MALUCELLI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S/A**, sociedade por ações, com sede na Rodovia do Café, BR 277, Km 0,5, nº 315, Santo Inácio, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 77.803.385/0001-50 (doravante denominada **J. MALUCELLI**);

IX - **VALE S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Graça Aranha, nº 26, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.592.510/0001-54 (doravante denominada **VALE**);

X - **SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rodovia PA 150, Km 425, Distrito Industrial de Marabá, Cidade de Marabá, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.933.914/0001-54 (doravante denominada **SINOBRAS**);

XI - **AMAZÔNIA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco G, Edifício Baracat, Sala 1002, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.309-900, inscrita no CNPJ sob o nº 13.944.564/0001-24, (doravante denominada **AMAZÔNIA**);

XII - **CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 12º andar, B1, inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.176/0001-58 (doravante denominada **CEMIG GT**);

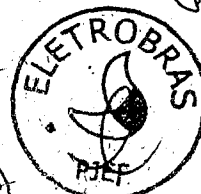
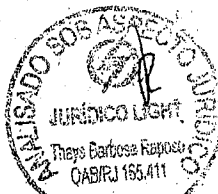
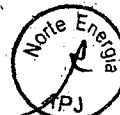
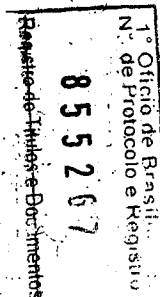
XIII - **COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG (holding)**, sociedade de economia mista, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 18º andar, Santo Agostinho, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64 (doravante denominada **CEMIG**);

XIV - **LIGHT S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, (parte), 2º andar, Corredor A, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 03.378.521/0001-75 (doravante denominada **LIGHT**);

XV - **NEOENERGIA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 01.083.200/0001-18 (doravante denominada **NEOENERGIA**);

XVI - **NEOENERGIA INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 08.773.138/0001-35 (doravante designada como **NEOENERGIA INVESTIMENTOS**);

têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

PRIMEIRA**NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO**

O BNDES abre à BENEFICIÁRIA, por este Contrato, um crédito no valor de R\$ 9.814.686.000,00 (nove bilhões, oitocentos e quatorze milhões, seiscentos e oitenta e seis mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda, destinado à implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), com capacidade instalada de 11.233,1 MW e energia assegurada de 4.571 MW médios, localizada no Rio Xingu, no Município de Vitória do Xingu, Estado do Pará, objeto do Leilão ANEEL nº 006/2009, de 20/04/2010, bem como a implantação do Sistema de Transmissão Associado e os investimentos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS Xingu, instituído pelo Decreto nº 7.340 de 21 de outubro de 2010, doravante denominado PROJETO, dividido em 8 (oito) subcréditos nos seguintes valores:

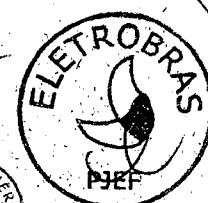
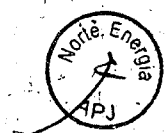
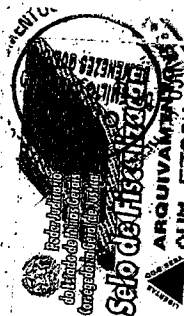
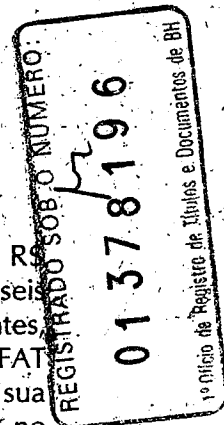
- I. Subcrédito "A1": R\$ 1.550.643.234,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões, seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e trinta e quatro reais);
- II. Subcrédito "A2": R\$ 216.000.000,00 (duzentos e dezesseis milhões de reais);
- III. Subcrédito "B1": R\$ 3.283.918.148,00 (três bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e dezoito mil, cento e quarenta e oito reais);
- IV. Subcrédito "B2": R\$ 457.440.000,00 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta mil reais);
- V. Subcrédito "C1": R\$ 2.153.671.756,00 (dois bilhões, cento e cinquenta e três milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais);
- VI. Subcrédito "C2": R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);
- VII. Subcrédito "D1": R\$ 1.626.452.862,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais); e
- VIII. Subcrédito "D2": R\$ 226.560.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões, quinhentos e sessenta mil reais).

SEGUNDA**DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO**

O crédito será posto à disposição da BENEFICIÁRIA, parceladamente, depois de cumpridas as condições suspensivas de utilização referidas na Cláusula Vigésima, em função das necessidades para a realização do PROJETO financiado, respeitada a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos da presente operação serão postos à disposição da BENEFICIÁRIA, mediante crédito em conta corrente aberta em seu nome no BNDES, não movimentável, na qual serão efetuados, ainda, no momento da liberação, os débitos determinados por lei e os autorizados contratualmente pela BENEFICIÁRIA, cujo saldo total remanescente dos



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros.

recursos será imediatamente transferido para a conta corrente nº 173141 que a BENEFICIÁRIA possui na Caixa Econômica Federal (nº 104), agência 2403.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor de cada parcela do crédito a ser colocada à disposição da BENEFICIÁRIA será calculado de acordo com o critério estabelecido na lei instituidora da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para a determinação dos saldos devedores dos financiamentos contratados pelo Sistema BNDES até 30 de novembro de 1994.

TERCEIRA

JUROS DOS SUBCRÉDITOS "A", "B", "C" e "D"

Sobre o principal da dívida decorrente dos Subcréditos "A1", "A2", "B1", "B2", "C1", "C2", "D1" e "D2" da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 2,25 % (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

I - Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

- a) O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência deste Contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quinta, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^n/360 - 1$ (termo de capitalização igual a, abre colchete, razão entre a TJLP acrescida da unidade, e um inteiro e seis centésimos, fecha colchete, elevado à potência correspondente à razão entre "n" e trezentos e sessenta, deduzindo-se de tal resultado a unidade), sendo:

TC - termo de capitalização;

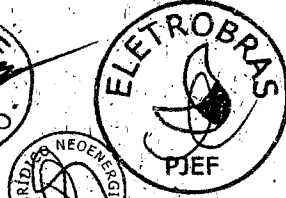
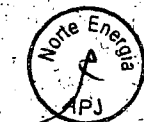
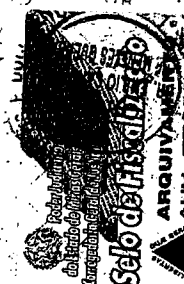
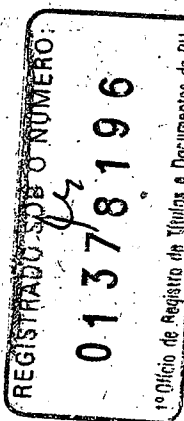
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor deste Contrato.

- b) O percentual de 2,25 % (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas nos Parágrafos Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto, ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na alínea "a", e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

II - Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

O percentual de 2,25 % (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da própria





Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas nos Parágrafos Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto, ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O montante referido no inciso I, alínea "a" desta Cláusula, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos da Cláusula Sexta do presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II desta Cláusula, decorrente dos Subcréditos "A1" e "A2", será capitalizado trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de janeiro de 2013 e 15 de janeiro de 2017, e exigível mensalmente, a partir do dia 15 de fevereiro de 2017, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quinta do presente Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

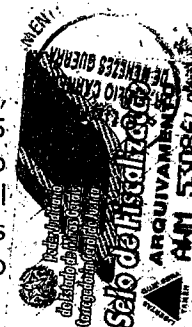
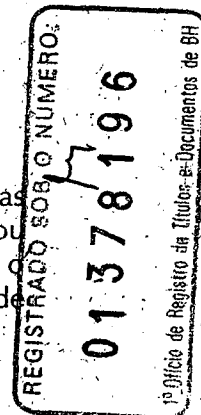
O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II desta Cláusula, decorrente dos Subcréditos "B1" e "B2", será capitalizado trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de fevereiro, maio, agosto, novembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de janeiro de 2013 e 15 de novembro de 2017, e exigível mensalmente, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quinta do presente Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO

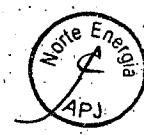
O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II desta Cláusula, decorrente do Subcrédito "C1" e "C2", será capitalizado trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de janeiro de 2013 e 15 de setembro de 2018 e exigível mensalmente, a partir do dia 15 de outubro de 2018, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quinta do presente Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO

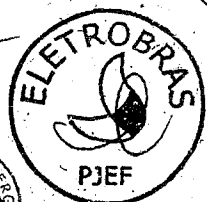
O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II desta Cláusula, decorrente do Subcrédito "D1" e "D2", será capitalizado trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de janeiro de 2013 e 15 de setembro de 2019, e exigível mensalmente, a partir do dia 15 de outubro de 2019, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quinta do presente Contrato.



[Handwritten signature]



Nathan Willis Fernández Hedlich
Advogado



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com interveniência de terceiros

QUARTA
ENCARGO POR RESERVA DE CRÉDITO

A BENEFICIÁRIA pagará ao BNDES o Encargo por Reserva de Crédito de 0,1% (um décimo por cento), cobrável por período de 30 (trinta) dias, ou fração, e incidente sobre:

- I - o saldo não utilizado de cada parcela do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data da utilização, quando será exigível o seu pagamento; e
- II - o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data do cancelamento, efetuado a pedido da BENEFICIÁRIA, ou por iniciativa do BNDES, e cujo pagamento será exigível na data do pedido, ou da decisão do BNDES, conforme o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO

A incidência do encargo a que se referem os incisos I e II, retromencionados desta Cláusula, ocorrerá no caso de fixação de esquema de disponibilidade de recursos.

QUINTA
PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA

A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BNDES, com antecedência, para a BENEFICIÁRIA liquidar aquelas obrigações nas datas de seus vencimentos.

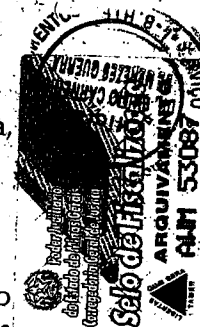
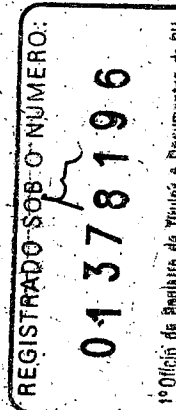
PARÁGRAFO ÚNICO

O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA da obrigação de pagar as prestações de principal e os encargos nas datas estabelecidas neste Contrato.

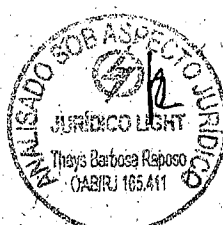
SEXTA
AMORTIZAÇÃO

O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES da seguinte forma:

- I. Subcréditos "A1" e "A2": 300 (trezentas) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de fevereiro de 2017;
- II. Subcréditos "B1" e "B2": 290 (duzentos e noventa) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de dezembro de 2017;
- III. Subcréditos "C1" e "C2": 280 (duzentos e oitenta) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de outubro de 2018;
- IV. Subcréditos "D1" e "D2": 268 (duzentos e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de outubro de 2019;



[Assinatura]



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A amortização do principal será calculada da seguinte forma:

$$A = SDV \times \left[\frac{i}{(1+i)^n - 1} \right], \text{ onde:}$$

A - Amortização mensal do principal;
SDV - Saldo Devedor do principal;

n - Número de parcelas de amortização restantes;

i - Taxa mensal efetiva de juros, expressa em número decimal, calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$i = (1 + r)^{\frac{30}{360}} - 1, \text{ onde:}$$

r - Taxa anual de todos os encargos incidentes, nos termos da Cláusula Terceira, conforme o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO

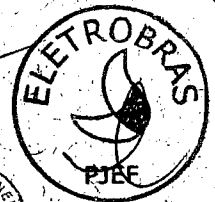
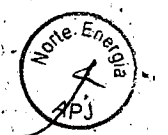
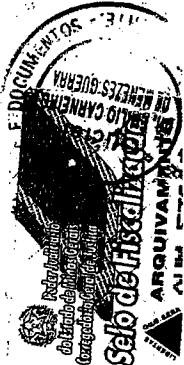
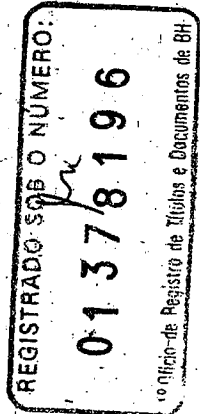
A BENEFICIÁRIA compromete-se a liquidar no dia 15 (quinze) de janeiro de 2042, com a última prestação de amortização, todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

**SÉTIMA
GARANTIA DA OPERAÇÃO**

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações da BENEFICIÁRIA decorrentes (i) deste Contrato, (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0134.1, no valor de R\$ 3.685.314.000,00 (três bilhões, seiscentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e quatorze mil reais), celebrado em 31 de março de 2011, entre a BENEFICIÁRIA e o BNDES ("CONTRATO BNDES PSI"); e (iii) do Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse nº 391.115-37/12, no valor de R\$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões), entre a BENEFICIÁRIA, a Caixa Econômica Federal, empresa pública federal, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul - Quadra 4, lote 3 e 4, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, doravante denominada CEF e o BTG Pactual S.A, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501 / 6º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 30.306.294/0001-45, doravante denominado BTG PACTUAL ("CONTRATO DE REPASSE"); como o principal, da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, serão constituídas as seguintes garantias em instrumentos apartados:

1 - PENHOR DE AÇÕES:

a) as INTERVENIENTES ELETROBRAS, CHESF, ELETRONORTE, PETROS, FUNCEF, BMPSA, J.MALUCELLI, VALE, SINOBRAS e AMAZÔNIA darão ao BNDES, ao BTG PACTUAL e à CEF (esses dois últimos em conjunto, denominados AGENTES FINANCEIROS), em penhor, observado o disposto nos artigos 25 e 26 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", referidas na Cláusula Décima Quarta, inciso I, a totalidade das ações de emissão da BENEFICIÁRIA, as quais são, nesta data, de sua propriedade, por meio da celebração de Contrato de Penhor



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

de Ações e Outras Avenças, a ser celebrado entre os AGENTES FINANCEIROS, o BNDES, a BENEFICIÁRIA e os INTERVENIENTES ("CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS");

b) as INTERVENIENTES NEOENERGIA e NEOENERGIA INVESTIMENTOS darão ao BNDES e aos AGENTES FINANCEIROS, em penhor, observado o disposto nos artigos 25 e 26 das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", referidas na Cláusula Décima Quarta, inciso I, a totalidade das ações de emissão da BMPSA, as quais são, nesta data, de sua propriedade, por meio da celebração do CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS;

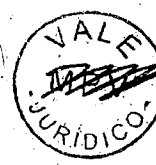
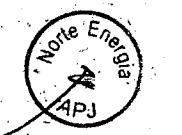
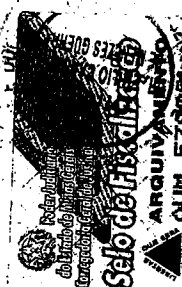
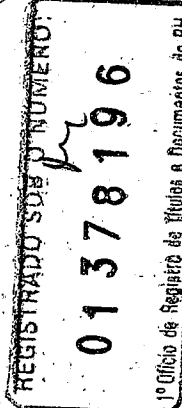
c) as INTERVENIENTES CEMIG GT e LIGHT darão ao BNDES e aos AGENTES FINANCEIROS, em penhor, observado o disposto nos artigos 25 e 26 das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", referidas na Cláusula Décima Quarta, inciso I, a totalidade das ações de emissão da AMAZÔNIA, as quais são, nesta data, de sua propriedade, por meio da celebração do CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS;

II- CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS:

a BENEFICIÁRIA dará ao BNDES e aos AGENTES FINANCEIROS a cessão fiduciária, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14.07.65, (i) dos direitos emergentes da concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para geração de Energia Elétrica nº 01/2010 - UHE BELO MONTE, de 26 de agosto de 2010, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia e seus aditivos ("CONTRATO DE CONCESSÃO"), incluindo os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia ("CCVEs") a serem celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), dos Contratos de Comercialização de Energia ("CCEARs"), no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), e de quaisquer outros CCVEs e CCEARs que vierem a ser firmados pela BENEFICIÁRIA, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica produzida pelo PROJETO, e incluindo, ainda, os direitos supervenientes de crédito decorrentes desses CCVEs e dos CCEARs, e de quaisquer outros CCVEs e CCEARs que vierem a ser firmados pela BENEFICIÁRIA; (ii) dos direitos creditórios da CONTA CENTRALIZADORA, das CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA, da CONTA RESERVA DE O&M e da CONTA SEGURADORA e ainda (iii) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, por meio da celebração de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, a ser celebrado entre a BENEFICIÁRIA, o BNDES e os AGENTES FINANCEIROS, doravante denominado CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;

III- CESSÃO CONDICIONAL DOS CONTRATOS DO PROJETO E GARANTIAS DE

EXECUÇÃO: a BENEFICIÁRIA cederá ao BNDES e aos AGENTES FINANCEIROS, em caráter irrevogável e irretratável, por meio da celebração de CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS, os seguintes Contratos (referidos em conjunto como "CONTRATOS DO PROJETO"),



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entré si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

bem como as respectivas garantias de fiel cumprimento previstas em cada um dos referidos contratos, na medida em que permitido pela lei aplicável:

- (i) Contrato de Obras Cíveis celebrado com o Consórcio Construtor de Belo Monte - CCBM;
- (ii) Contrato para a Prestação de Serviço e Fornecimento de Equipamentos e Sistemas Eletromecânicos celebrado com o Consórcio ELM;
- (iii) Contrato para a Prestação de Serviço e Fornecimento de Equipamentos Eletromecânicos celebrado com a Impsa;
- (iv) Contrato de montagem de equipamentos;
- (v) Contrato de implantação do sistema de transmissão;
- (vi) Contrato de Interface;
- (vii) Contrato de aquisição de aço;
- (viii) Contrato de aquisição de cimento;
- (ix) Contrato de Operação e Manutenção; e
- (x) Quaisquer outros contratos celebrados pela BENEFICIÁRIA que sejam necessários à implantação, operação e manutenção do PROJETO, ressalvado apenas o CONTRATO DE CONCESSÃO, os CCVEs e os CCÉARs.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A BENEFICIÁRIA e os INTERVENIENTES declaram que os bens mencionados nesta Cláusula se encontram em sua posse mansa e pacífica, conforme o caso, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive fiscais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

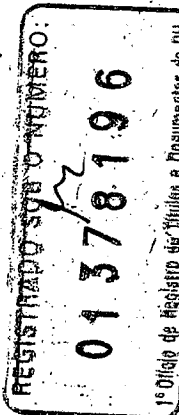
Reserva-se o BNDES o direito de requerer reavaliação dos bens gravados, havendo ocorrido, a seu critério, depreciação da garantia.

PARÁGRAFO TERCEIRO

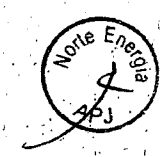
As garantias referidas nesta Cláusula são consideradas um todo indivisível em relação ao valor da dívida.

OITAVA FIANCA

OS INTERVENIENTES ELETROBRÁS, LIGHT, CEMIG, PETROS, FUNCEF, SINOBRA, VALE, J. MALUCELLI e a NEOENERGIA, no preâmbulo qualificados, aceitam o presente Contrato na qualidade de fiadores e principais pagadores, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, e responsabilizando-se, até final liquidação deste Contrato, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas, neste instrumento, pela BENEFICIÁRIA, sendo a responsabilidade de cada fiador limitada às proporções da dívida, conforme quadro abaixo:



[Handwritten signature]



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

FIADOR	LIMITE P/ DÍVIDA (%)
ELETOBRÁS	49,98%
LIGHT	4,98%
CEMIG	4,79%
PETROS	10%
FUNCEF	10%
SINOBRAS	1%
VALE	9%
J. MALUCELLI	0,25%
NEOENERGIA	10%
Total	100,0%

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Caso o BNDES demande o pagamento total ou parcial da dívida, a responsabilidade de cada fiador é limitada aos seus respectivos percentuais discriminados no quadro acima.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Afasta-se o compromisso de solidariedade previsto no artigo 829 do Código Civil e no Artigo 19, inciso I, das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, às fianças prestadas no caput da presente Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Qualquer alteração nos limites das fianças discriminadas no "caput" deverá consubstanciar-se em aditivo contratual celebrado entre todas as partes, sendo certo que qualquer alteração no prazo ou no valor da fiança depende sempre da anuência prévia dos fiadores.

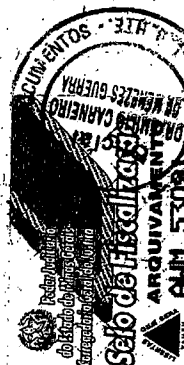
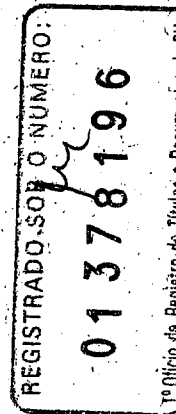
NONA

SEGUROS E GARANTIAS DE FIEL CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS DO PROJETO

A BENEFICIÁRIA obriga-se a comprovar a contratação, nas épocas devidas, e a adimplência dos seguintes seguros:

I - Seguro de Risco de Engenharia na modalidade "All Risk" que contemple as seguintes coberturas:

- Obras civis em construção, instalação e montagem, com cobertura de todos os riscos de dano à propriedade segurada;
- Atraso de Partida, com cobertura de perda real sofrida em razão dos custos incorridos para o fornecimento de energia de reposição sob os contratos de venda e/ou acordos de fornecimento de energia resultante de um atraso em cada Data Prevista de Operações Comerciais, como resultado de qualquer Ocorrência, perda ou Dano aos itens Segurados;
- Riscos da Operação, com cobertura de todos os riscos de Dano à Propriedade Segurada;
- Interrupção de Negócios, na base da perda real sofrida para uma perda devido aos custos incorridos do fornecimento de energia de reposição sob os contratos de venda e/ou acordos de fornecimento de energia, resultantes de



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

uma interrupção ou interferência com o Negócio Segurado como resultado de qualquer Ocorrência, perda ou Dano aos itens Segurados;

- e) Responsabilidade civil primária, com cobertura quanto a todas as quantias que o Segurado tornar-se legalmente responsável a pagar com relação a qualquer responsabilidade, sinistro, danos e/ou despesas ou qualquer outra perda resultante tanto direta quanto indiretamente a respeito de dano corporal e/ou, dano à propriedade.

II - Seguro de responsabilidade civil geral, com cobertura das quantias pelas quais o Segurado vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo, relativos a danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros;

III - Seguro de responsabilidade civil do empregador com cobertura de danos morais;

IV - Seguro de fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador CCBM no Contrato de Obras Cíveis, tendo como segurado a Norte Energia;

V - Seguro de fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador Alston Brasil Energia e Transporte Ltda no contrato para fornecimento de equipamentos e sistemas eletromecânicos; transporte e prestação de serviços, tendo como segurado a Norte Energia;

VI - Seguros de fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador Andritz Hydro Inepar do Brasil S/A no Contrato DFM-F-001/2011 para prestação de serviços e fornecimento dos equipamentos e sistemas eletromecânicos da UHE Belo Monte e do Sítio Pimental, tendo como segurado a Norte Energia; e

VII - Seguro de fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador Wind Power Energia S/A, no Contrato DFM-F-002/2011 para prestação de serviços e fornecimento dos equipamentos e sistemas eletromecânicos da UHE Belo Monte, tendo como segurado a Norte Energia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A BENEFICIÁRIA obriga-se ainda a comprovar a contratação e/ou a outorga das garantias de fiel cumprimento referentes às obrigações contratuais previstas nos CONTRATOS DO PROJETO.

PARÁGRAFO SEGUNDO

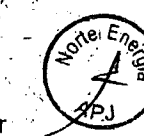
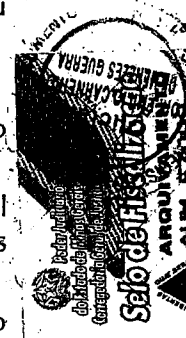
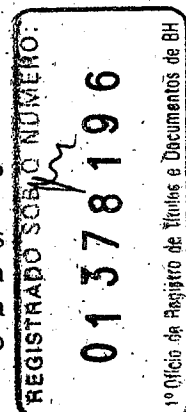
Todas as apólices mencionadas no "caput" desta Cláusula deverão conter previsão no sentido de que qualquer valor ou indenização seja depositado pela Seguradora na CONTA SEGURADORA indicada no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As apólices e as garantias constituídas mencionadas nesta Cláusula não poderão ser alteradas sem prévia e expressa anuência do BNDES.

PARÁGRAFO QUARTO

A BENEFICIÁRIA, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, obriga-se a depositar na CONTA SEGURADORA indicada no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS os valores recebidos



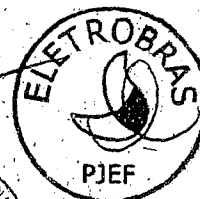
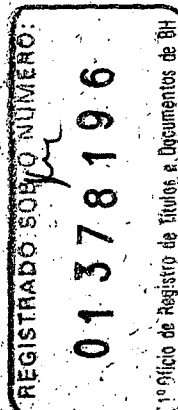
Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

em razão de execução ou pagamento dos seguros mencionados no "caput" desta Cláusula e/ou das garantias mencionadas no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

DÉCIMA**ENTRADA EM OPERAÇÃO PLENA DO PROJETO**

Para os fins do disposto neste Contrato, considera-se que o PROJETO entrará em operação comercial (**ENTRADA EM OPERAÇÃO PLENA DO PROJETO**), quando atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- apresentação pela BENEFICIÁRIA da Licença de Operação do PROJETO, oficialmente publicada, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA ou pela autoridade que o substitua na emissão da referida certidão;
- comprovação da entrada em operação de todas as 24 (vinte e quatro) unidades geradoras do PROJETO, com a devida obtenção do Certificado de Regularidade da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- comprovação da existência de recursos na CONTA-RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES, CONTA-RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA DOS AGENTES e na CONTA-RESERVA DE O&M, com valores equivalentes ao SALDO INTEGRAL MÍNIMO DO SERVIÇO DA DÍVIDA, e ao SALDO INTEGRAL MÍNIMO DE O&M, conforme definidos no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- comprovação, a partir de janeiro de 2021, que o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) atingiu, no exercício anterior ou em qualquer período de 12 (doze) meses consecutivos anteriores a partir no mínimo de janeiro de 2020, o valor mínimo de 1,2 (um vírgula dois décimos) com a apresentação da respectiva memória de cálculo, conforme metodologia de cálculo constante no Anexo I do presente Contrato, com base nas demonstrações financeiras da BENEFICIÁRIA, auditada por empresa independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), contemplando em suas notas explicativas o atingimento do referido índice;
- demonstração, a partir de janeiro de 2021, que o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) projetado atinge, até final liquidação do presente Contrato, o valor mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos) com a apresentação da respectiva memória de cálculo;
- comprovação da manutenção do índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 15% (quinze por cento) com base nas demonstrações financeiras da BENEFICIÁRIA, auditada por empresa independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), contemplando em suas notas explicativas o atingimento do referido índice;
- inexistência de qualquer decisão judicial ou administrativa dos órgãos ambientais licenciadores que suspenda, anule ou extinga, total ou parcialmente, as licenças ambientais do PROJETO ou impeça, total ou parcialmente, a operação da UHE BELO MONTE;



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 12.211.258.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

- h) comprovação da contratação e pagamento do prêmio de seguro patrimonial dos bens e instalações do PROJETO, conforme definido na Cláusula Décima Quarta inciso XLVII;
- i) apresentação de Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrado no Ambiente de Contratação Livre (ACL), em termos satisfatórios para o BNDES de comercialização de 914,2 MW médios (totalidade da energia destinada a ACL) a um preço médio mínimo de R\$ 100,00/MWh (com data-base 20 de abril de 2010), reajustado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e que ainda reflita(m) as condições mínimas descritas no parágrafo único da Cláusula Vigésima; ou no caso de utilização dos recursos a que se referem os incisos IV a VII da Cláusula Vigésima, o preço médio acima referido deverá ser de no mínimo R\$ 112,00/MWh na mesma data-base ou no caso de utilização dos recursos a que se referem os incisos VIII a XI da Cláusula Vigésima, o preço médio acima referido deverá ser de no mínimo R\$ 130,00/MWh na mesma data-base;
- j) a BENEFICIÁRIA e os INTERVENIENTES estarem adimplentes, conforme o caso, em relação a suas obrigações contratuais perante o BNDES previstas neste Contrato, no CONTRATO DE FINANCIAMENTO PSI, no CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS ou no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS.

REGISTRADO SOB NÚMERO:

01378196

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH



DÉCIMA PRIMEIRA LIBERAÇÃO DE GARANTIAS E OBRIGAÇÕES

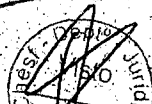
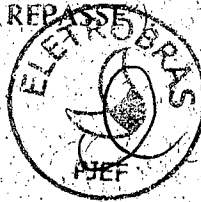
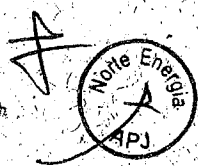
As fianças mencionadas na Cláusula Oitava serão liberadas após janeiro de 2021 e mediante a comprovação da ENTRADA EM OPERAÇÃO PLENA DO PROJETO, na forma da Cláusula Décima.

DÉCIMA SEGUNDA COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS

O PENHOR DE AÇÕES, a CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, a CESSÃO CONDICIONAL DOS CONTRATOS DO PROJETO E GARANTIAS DE EXECUÇÃO mencionados nos incisos I a III da Cláusula Sétima, bem como qualquer valor recebido decorrente dos Seguros e das Garantias mencionados na Cláusula Nona, serão compartilhados entre o BNDES e os AGENTES FINANCEIROS, por meio e na forma da celebração de Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, sendo que o compartilhamento será na proporção da participação de cada um no total financiado à BENEFICIÁRIA, por meio dos seguintes instrumentos ("CONTRATOS DE FINANCIAMENTO"):

- a) o presente Contrato;
- b) o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 11.2.0134.1, no valor de R\$ 3.685.314.000,00 (três bilhões, seiscentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e quatorze mil reais), celebrado em 31 de março de 2011, entre a BENEFICIÁRIA e o BNDES ("CONTRATO BNDES PSI");

- c) o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 391.115-37/12, no valor de R\$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais), entre a BENEFICIÁRIA, a CEF e o BTG PACTUAL ("CONTRATO DE REPASSE");



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

PARAGRAFO ÚNICO

As garantias mencionadas no caput desta Cláusula poderão ser compartilhadas também com os Debenturistas das debêntures mencionadas no parágrafo único da Clausula Décima Quarta.

DÉCIMA TERCEIRA
OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Além das demais obrigações previstas neste Contrato, a BENEFICIÁRIA se obriga a:

- I - apresentar, até 31 de março de 2013, a contratação de empresa de auditoria socioambiental independente, previamente aceita pelo BNDES, cujo escopo mínimo é definido no Anexo II ao presente Contrato e:
 - a) apresentar trimestralmente, partir de julho de 2013 inclusive e durante todo o período do financiamento, os Relatórios Trimestrais da empresa de auditoria socioambiental independente, com o resultado da averiguação de regularidade socioambiental do PROJETO, conforme escopo definido no Anexo II; e
 - b) apresentar anualmente, até 31 de janeiro de cada exercício e durante todo o período do financiamento, os resultados da medição dos indicadores socioambientais do empreendimento, conforme escopo definido no Anexo II, apurados e/ou levantados pela empresa de auditoria socioambiental independente;
- II - não rescindir, alterar ou extinguir, bem como manter em vigor o contrato celebrado com a empresa a que se refere o inciso I acima até final liquidação das obrigações decorrentes do presente Contrato;
- III - cumprir as condicionantes socioambientais constantes da Licença de Instalação nº 795/2011, de 01ª de junho de 2011, emitida pelo IBAMA, incluindo o "PBA Componente Indígena" e comprovar ao BNDES o seu cumprimento, mediante o envio trimestral de Relatório de Cumprimento das Condicionantes Ambientais emitido pela Beneficiária;
- IV - apresentar quando solicitado pelo BNDES quaisquer justificativas ou esclarecimentos sobre os aspectos socioambientais do PROJETO;
- V - apresentar ao BNDES, nas épocas devidas, as anuências do IBAMA e as aprovações expressas da Diretoria de licenciamento ambiental previstas na Licença de Instalação a que se refere o inciso III acima;
- VI - apresentar ao BNDES, nas épocas devidas, as autorizações de supressão vegetal, especialmente das áreas a serem alagadas, e a Licença de Operação do PROJETO ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão ambiental competente;
- VII - enviar cópia do relatório semestral consolidado 1 (um) dia útil após a sua entrega no IBAMA;
- VIII - na hipótese de ocorrer, em função do PROJETO, redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA durante o período de vigência do presente Contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01378196
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - RJ

Selo de Autenticidade
ARQUIVADO
ALM 53105

PETROBRAS
JUR/CS
Maria Contente

Norte Energia
APJ

SE
F

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;

- IX - adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo PROJETO
- X - manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência deste Contrato;
- XI - observar, durante o período de vigência deste Contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- XII - obter e manter em vigor, durante todo o período do financiamento, todas as autorizações e licenças para a implementação e/ou o pleno funcionamento da UHE BELO MONTE;
- XIII - aplicar os recursos do PDRS Xingu conforme estabelecido pelo Comitê Gestor instituído pelo Decreto nº 7.340 de 21 de outubro de 2010; e
- XIV - adquirir e/ou contratar, preferencialmente, mão de obra e o fornecimento de bens e serviços locais e regionais.

PARÁGRAFO ÚNICO

A BENEFICIÁRIA deverá respeitar a legislação ambiental e informar ao BNDES a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado ao PROJETO que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma ambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental. Neste ato, a BENEFICIÁRIA declara que a utilização dos valores objeto do presente financiamento não implicará violação da legislação ambiental. A BENEFICIÁRIA deverá ressarcir o BNDES, seus diretores, administradores, empregados, assessores e controladas de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar por conta de dano socioambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado ao PROJETO, assim como deverá indenizar o BNDES seus diretores, administradores, empregados, assessores e controladas por qualquer perda ou dano que venham a experimentar em decorrência de dano socioambiental, ou por todos e quaisquer prejuízos, perdas, responsabilidades, obrigações, danos, custos e desembolsos (excluídos danos indiretos), de qualquer tipo ou natureza que possam comprovadamente ser incorridos ou julgados contra os mesmos e que sejam de alguma forma decorrentes deste CONTRATO.

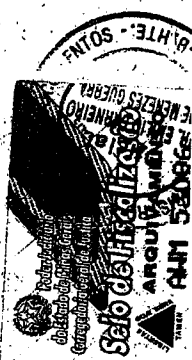
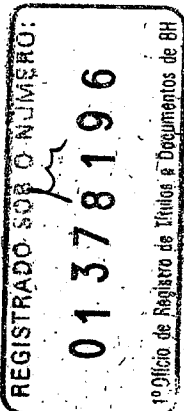
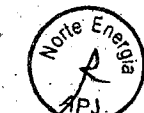
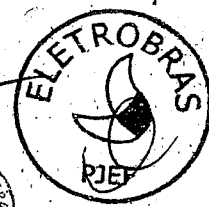
DÉCIMA QUARTA OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA BENEFICIÁRIA

Obriga-se a BENEFICIÁRIA a:

- 1- cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as **“DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”**, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16.12.1991, pela Resolução nº 863, de 11.3.1996, pela Resolução nº 878, de 4.9.1996, pela Resolução nº 894, de 6.3.1997, pela Resolução nº 927, de 1.4.1998, pela Resolução nº 976, de 24.9.2001, pela Resolução nº 1.571, de 4.3.2008, pela Resolução nº 1.832, de 15.9.2009, pela Resolução nº 2.078, de 15.3.2011, pela Resolução 2.139, de 30.8.2011 e pela Resolução nº 2.181, de 8.11.2011, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no



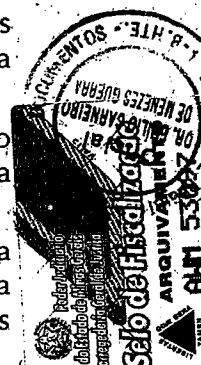
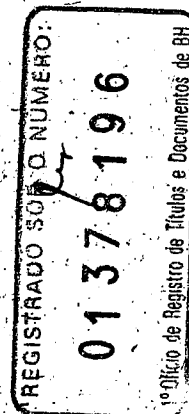
Nathan Willis Fernandez Hadlich
Abogado



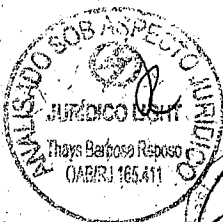
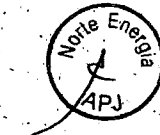
Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

Diário Oficial da União (Seção I), de 29.12.1987, 27.12.1991, 8.4.1996, 24.9.1996, 19.3.1997, 15.4.1998, 31.10.2001, 25.3.2008, 6.11.2009, 4.4.2011, 13.9.2011 e 17.11.2011, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, à BENEFICIÁRIA, a qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;

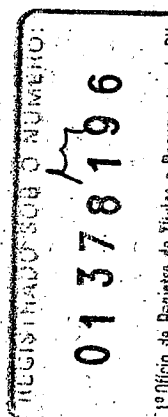
- II - utilizar o total do Subcrédito "A" até 15/01/17, do Subcrédito "B" até 15/11/17, do Subcrédito "C" até 15/09/18, do Subcrédito "D" até 15/09/19, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias referidas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- III - comunicar ao BNDES, na data do evento, o nome e o CPF/MF de pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a);
- IV - cumprir o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2010 - UHE BELO MONTE, celebrado em 26 de agosto de 2010 entre a BENEFICIÁRIA e a União Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, e seus Aditivos;
- V - providenciar até 30/06/2013 que a Conta do Vendedor, caso esteja indicada nos Contratos de Constituição de Garantia Via Vinculação de Receitas ("CCGs") anexos aos CCEARs, seja a mesma conta indicada como a CONTA CENTRALIZADORA, conforme disposto no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- VI - não modificar os Contratos de Constituição de Garantia referentes aos CCEARs, sem a prévia e expressa anuência do BNDES, salvo para modificar endereço e denominação das partes e para alterar a Conta do Vendedor, conforme o inciso V desta Cláusula;
- VII - não alterar a Conta do Vendedor referente aos CCGs, no âmbito dos CCEARs, sem prévia e expressa anuência do BNDES, ressalvado o disposto no inciso V desta Cláusula;
- VIII - apresentar, até 30/06/2013, notificações da contra-parte dos CONTRATOS DO PROJETO mencionados no inciso III da Cláusula Sétima e comprovação do respectivo consentimento, a respeito da cessão condicional para os contratos já celebrados ou em 30 (trinta) dias a contar da data da celebração dos contratos que forem celebrados posteriormente;
- IX - apresentar até fevereiro de 2014 o Contrato de Operação e Manutenção da UHE BELO MONTE com operador previamente aprovado pelo BNDES e o Contrato para a execução do sistema de transmissão associado à implantação do PROJETO;
- X - apresentar até fevereiro de 2014 o Contrato de Conexão do PROJETO e o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, a ser celebrado com o Operador Nacional do Sistema - ONS;
- XI - notificar qualquer outra pessoa contra a qual a BENEFICIÁRIA detenha direitos creditórios, para que os créditos sejam depositados exclusivamente na CONTA CENTRALIZADORA ou na CONTA SEGURADORA, conforme o disposto no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;



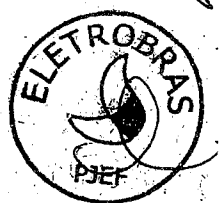
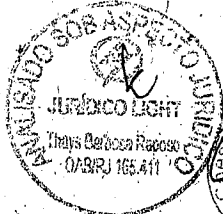
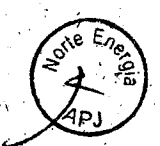
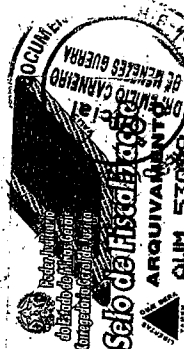
[Handwritten signature]



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros



- XII - no caso de obtenção de receita adicional, além daquela oriunda dos CCVês e dos CCEARs, ceder fiduciariamente a referida receita, notificando seus compradores e/ou devedores da cessão fiduciária em favor do BNDES, da CEF e do BTG PACTUAL e instruindo-os, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuarem os pagamentos devidos na CONTA CENTRALIZADORA mencionada no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- XIII - manter atualizada relação dos CCVês e dos CCEARs consolidados conforme modelo constante do Anexo do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS, bem como comprovar a notificação ou anuência, conforme o caso, por escrito aos compradores de energia superveniente, sobre a existência da cessão fiduciária, mencionada no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- XIV - adquirir a energia ainda não gerada pelo PROJETO necessária para dar cumprimento aos CCVês e CCEARs, consolidados no Anexo do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS e dos contratos supervenientes a serem relacionados nos moldes do mesmo, no caso de atraso no cronograma ou quando a UHE BELO MONTE não estiver disponível para geração, salvo se a ANEEL dispensar a referida compra;
- XV - não ceder, transferir, onerar, nem vincular, em favor de outro credor, a receita cedida nos termos do inciso II da Cláusula Sétima do presente Contrato, salvo quando assim previamente autorizado ou previsto nesse instrumento;
- XVI - manter, durante todo o período de amortização deste Contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I ao presente Contrato e comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas por empresa independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- XVII - manter, durante todo o período do financiamento, índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 15% (quinze por cento);
- XVIII - apresentar anualmente, até o dia 30 de abril, demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior, auditadas por empresa independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), contemplando em suas notas explicativas o cumprimento das obrigações estabelecidas nos incisos XVI e XVII desta Cláusula;
- XIX - manter recursos nas CONTAS-RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA e na CONTA-RESERVA DE O&M, na forma do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- XX - sem prévia e expressa autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício em relação ao qual são distribuídos;
- XXI - manter as garantias mencionadas neste Contrato em vigor até a final liquidação de todas as suas obrigações no Contrato, observado o disposto na Cláusula Décima Primeira;
- XXII - oferecer em garantia ao BNDES, caso este solicite quaisquer ativos e recebíveis supervenientes do PROJETO;



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2:1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

- XXIII - não constituir penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES, sem a prévia e expressa autorização deste, sob pena de vencimento antecipado do Contrato, salvo a hipótese do parágrafo único da presente Cláusula;
- XXIV - não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, excetuando-se as garantias (i) expressamente requeridas pela ANEEL e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ("CCEE") para a celebração e cumprimento dos CCEARs e CCVEs; (ii) mencionadas na Cláusula Sétima, compartilhadas com os AGENTES FINANCEIROS do CONTRATO DE REPASSE; (iii) relativas aos empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da BENEFICIÁRIA ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material, desde que diversas daquelas mencionadas na Cláusula Sétima do presente Contrato; (iv) relativas aos gravames incidentes sobre bens que garantam o financiamento incorrido especificamente para a aquisição daquele bem, desde que o valor garantido não exceda o valor de aquisição do bem ou a dívida incorrida para tanto; (v) prestadas em decorrência de lei; e (vi) prestadas até o valor individual de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e limitadas ao montante global acumulado de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), corrigidos pelo IPCA; sendo que as garantias dos itens (iii) e (iv) deste inciso estão sujeitas aos limites aqui definidos, desde que diversas daquelas mencionadas na Cláusula Sétima do presente Contrato;
- XXV - não conceder preferência a outros créditos, não fazer resgate ou aquisição de ações, não emitir debêntures (ressalvado o parágrafo único da presente Cláusula), partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, exceto ações ordinárias a serem subscritas pelos INTERVENIENTES para o cumprimento de suas obrigações de aporte de capital previstas no presente Contrato, nem assumir novas dívidas, exceto dívidas para atender aos negócios de gestão ordinária da BENEFICIÁRIA ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material, sem prévia autorização do BNDES;
- XXVI - não firmar contratos de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a BENEFICIÁRIA e/ou seus acionistas, excetuando-se o CONTRATO DE REPASSE e os negócios jurídicos expressamente permitidos neste CONTRATO, bem como não efetuar redução de seu capital social até a final liquidação de todas as obrigações assumidas neste Contrato, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- XXVII - apresentar ao BNDES, sempre que este assim o solicitar, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas às apólices dos Seguros mencionados neste Contrato;
- XXVIII - aplicar os recursos recebidos de acordo com o Quadro de Usos e Fontes e unicamente na execução do PROJETO;
- XXIX - aportar os recursos próprios previstos para a execução do PROJETO, nos montantes e prazos definidos no Quadro de Usos e Fontes, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do PROJETO;
- XXX - comprovar o atendimento dos seguintes marcos físicos nos prazos abaixo especificados, os quais poderão ser prorrogados, a critério do BNDES, antes ou depois do termo final dos referidos prazos, por até 120 (cento e vinte) dias para cada marco físico, de forma não

REGISTRADO COM O NÚMERO
01378196
1º Ofício de Registro de Títulos e DocumentosSalão de Registro de Títulos e Documentos
ARQUIVADO
ALM. 3000PETROBRAS
JUR/CS
Maria CortesNorte Energia
APJELETROBRAS
PJEF

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

cumulativa, mediante simples comunicação, independentemente de outra formalidade ou registro:

Marcos Físicos	Prazo
Desvio do rio - segunda fase	30/06/2014
Início do Enchimento do Reservatório	15/12/2014
Início da operação comercial da 3ª unidade do Sítio Pimental	30/06/2015
Início de Operação Comercial - Pimental - 6ª Unidade	31/12/2015
Início de Operação Comercial - Belo Monte - 4ª Unidade	31/07/2016
Início de Operação Comercial - Belo Monte - 9ª Unidade	31/07/2017
Início de Operação Comercial - Belo Monte - 15ª Unidade	31/07/2018
Início de Operação Comercial - Belo Monte - 18ª Unidade	31/01/2019

REGISTRADO SOB O NÚMERO
01378196
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

DOCUMENTO
OFICIAL
CARNEIRO
Selo de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ANM 53100

- XXXI - apresentar ao BNDES, semestralmente, nos meses de janeiro e julho de cada exercício e até final liquidação do presente Contrato, Relatório Gerencial sobre as evoluções física e financeira do PROJETO, incluindo o cumprimento das exigências técnicas e do cronograma de implantação relativos ao Contrato de Concessão; e os resultados da medição dos indicadores do PROJETO definidos no Anexo III ao presente Contrato e demais fatos relevantes, bem como a execução dos marcos estabelecidos no inciso XXX desta Cláusula
- XXXII - submeter ao BNDES, para exame e aprovação, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado da data da liberação da última parcela do crédito, relatório de conclusão do PROJETO, conforme modelo a ser fornecido pelo BNDES;
- XXXIII - mencionar, sempre com destaque, em qualquer divulgação que fizer sobre suas atividades relacionadas com o PROJETO ora financiado, a colaboração do BNDES, conforme as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES" mencionadas no inciso I desta Cláusula;
- XXXIV - comunicar prontamente ao BNDES qualquer ocorrência que importe em modificação do PROJETO ou do Quadro de Usos e Fontes ou indicando as providências que julgue devam ser adotadas;
- XXXV - permitir a ampla inspeção das obras do PROJETO por parte de representantes do BNDES, bem como de desenhos, especificações ou quaisquer outros documentos técnicos que estejam diretamente ligados ao PROJETO;
- XXXVI - manter o BNDES informado, imediatamente, sobre a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigações assumidas nos termos deste CONTRATO e dos Instrumentos de Garantia e as medidas (se houver) que estejam sendo tomadas para remediar tal situação; ou, mediante solicitação, sobre sua situação técnica, econômica e financeira e, quando exigido, fornecer relatórios, informações e demonstrativos; e sobre a existência de qualquer processo ou procedimento, judicial, administrativo ou arbitral com relação ao PROJETO, e enviar-lhe cópias de toda a documentação relacionada com o respectivo litígio ou controvérsia;
- XXXVII - informar ao BNDES a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada aos aspectos ambientais e/ou sociais do PROJETO, no prazo de 1 (um) dia útil a contar da data em que a BENEFICIÁRIA teve

[Handwritten signature]

PETRO
JUR/CS
Maria Cont...

Norte Energia
APJ

JUR
FEL

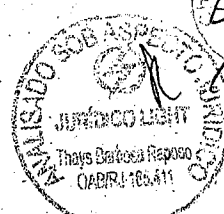
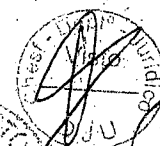
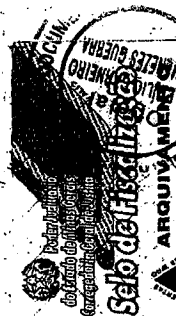
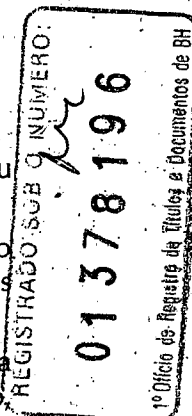
Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros.

conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa;

XXXVIII - encaminhar quaisquer notificações de órgãos públicos referentes ao PROJETO em no máximo 3 (três) dias úteis após o recebimento, e as respectivas respostas, em 3 (três) dias úteis do encaminhamento;

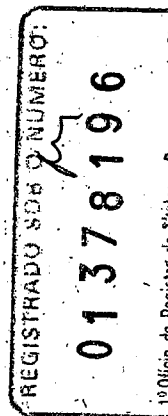
XXXIX - comunicar ao BNDES a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença relacionada ao PROJETO, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive, mas não se limitando, quanto ao deferimento de liminar ou tutela antecipada e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e o ajuizamento de outras ações, e sendo tal comunicação efetuada mediante a apresentação de declaração da própria BENEFICIÁRIA, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data em que a BENEFICIÁRIA teve conhecimento da existência de tal ação, recurso ou decisão judicial, podendo, ainda, o BNDES exigir a apresentação de Certidões Cartorárias dos respectivos juízos, com relação inclusive aos seguintes processos, mas não se limitando:

- a) Ação Civil Pública nº 709-88.2006.4.01.3903, em trâmite na Vara Federal de Altamira/PA;
- b) Ação Civil Pública nº 283-42.2007.4.01.3903, em trâmite na Vara Federal de Altamira/PA;
- c) Ação Civil Pública nº 0003843-98.2007.4.01.3900, em trâmite na Vara Federal de Altamira/PA;
- d) Ação Civil Pública nº 25779-77.2010.4.01.3900, em trâmite na 9ª Vara Federal de Belém/PA;
- e) Ação Civil Pública nº 26161-70.2010.4.01.3900, em trâmite na 9ª Vara Federal de Belém/PA;
- f) Ação Civil Pública nº 0025997-08.2010.4.01.3900, em trâmite na 9ª Vara Federal de Belém/PA;
- g) Ação Civil Pública nº 0025999-75.2010.4.01.3900, em trâmite na 9ª Vara Federal de Belém/PA;
- h) Ação Civil Pública nº 0025915-74.2010.4.01.3900, em trâmite na 9ª Vara Federal de Belém/PA;
- i) Ação Civil Pública nº 0024231-17.2010.4.01.3900, em trâmite na 9ª Vara Federal de Belém/PA;
- j) Ação Civil Pública nº 968-19.2011.4.01.3900, em trâmite na 9ª Vara Federal de Belém/PA;
- k) Ação Civil Pública nº 18026-35.2011.4.01.3900, em trâmite na 9ª Vara Federal de Belém/PA;
- (l) Ação Cautelar Inominada nº 20224-11.2012.4.01.3900, em trâmite na 9ª Vara Federal do Estado do Pará;
- l) Ação Ordinária nº 326-37.2011.4.01.3903, em trâmite na Vara Federal de Altamira/PA;
- m) Ação Civil Pública nº 0028944-98.2011.4.01.3900, em trâmite na Vara Federal de Altamira/PA;
- n) Ação Ordinária nº 0034557-02.2011.4.01.3900, em trâmite na Vara Federal de Altamira/PA;



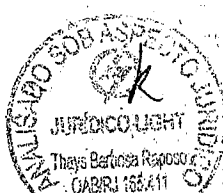
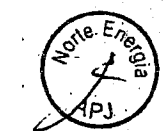
Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

- o) Ação Popular nº 0010190-74.2012.4.01.3900, em trâmite na 9ª Vara Federal do Estado do Pará;
- p) Ação Popular nº 18945-06.2010.4.01.3400, em trâmite na 8ª Vara Federal do Distrito Federal;
- q) Ação Civil Pública 0001618-57.2011.4.01.3903, em trâmite na 9ª Vara Federal EM Belém/PA;
- r) Ação Civil Pública nº 0002308-13.2012.814.0005, em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA;
- s) Ação Civil Pública nº 0002033-64.2012.814.0005, em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira;
- t) Ação Ordinária nº 0001084-79.2012.4.01.3903, em trâmite na Vara Federal de Altamira/PA; e
- u) Ação Civil Pública nº 0001138-45.2012.4.01.3903, em trâmite na Vara Federal de Altamira/PA.



- XL - não alterar o Contrato de Operação e Manutenção da UHE BELO MONTE no tocante a prazos, preços, escopo e responsabilidades, e/ou o responsável pela operação e manutenção da mesma, sem a prévia e expressa anuência do BNDES;
- XLI - não rescindir e nem alterar os CONTRATOS DO PROJETO, mencionados no inciso III da Cláusula Sétima do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do BNDES, no tocante a prazos, preços, escopo e responsabilidades, sendo que quaisquer outras alterações nos referidos contratos deverão ser comunicadas ao BNDES;
- XLII - não alterar os CCVEs e CCEARs sem prévia e expressa anuência do BNDES, salvo: (i) se tal alteração for expressamente requerida por autoridades regulatórias ou pela CCEE, hipótese em que o BNDES e a BENEFICIÁRIA se comprometem a buscar a melhor forma de acomodar tal alteração; ou (ii) para alteração do endereço das partes ou da denominação das partes;
- XLIII - manter-se adimplente com relação ao presente Contrato, aos CONTRATOS DO PROJETO, aos CCVE's e CCEAR's, e a quaisquer outros contratos de compra e venda de energia firmados pela BENEFICIÁRIA, nos termos dos respectivos documentos, bem como com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes do desenvolvimento, execução e da operação do PROJETO;
- XLIV - não praticar qualquer ato visando a transferência da concessão outorgada pela União para implantação do PROJETO, sem a prévia e expressa anuência do BNDES;
- XLV - depositar nas CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA, reguladas no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS, os recursos recebidos na forma da alínea "d" do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Quinta do presente Contrato;
- XLVI - Informar ao BNDES, no prazo de 3 (três) dias úteis do recebimento ou envio, sobre qualquer comunicação feita ou recebida das seguradoras interessadas sobre a ocorrência de sinistro, expectativa de sinistro ou incidente relativo ao PROJETO, nos termos das apólices referidas na Cláusula Nona;
- XLVII - apresentar ao BNDES e manter em vigor após a ENTRADA EM OPERAÇÃO PLENA do PROJETO, seguro patrimonial do PROJETO, contratado com seguradoras aceitáveis e em termos satisfatórios aos AGENTES FINANCEIROS e ao BNDES, bem como apresentar os

[Handwritten signature]



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com interveniência de terceiros

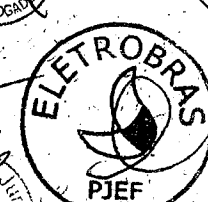
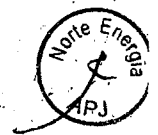
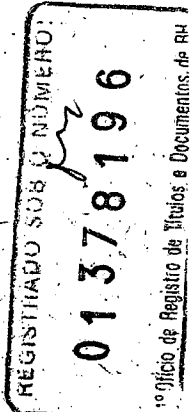
comprovantes de pagamento da apólice. A apólice deverá conter previsão no sentido de que qualquer valor ou indenização seja depositado pela seguradora na CONTA-SEGURADORA;

- XLVIII - informar ao BNDES, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data em que a BENEFICIÁRIA teve conhecimento sobre a ocorrência de (i) qualquer descumprimento de obrigações deste Contrato; (ii) qualquer descumprimento material, inclusive de ordem financeira, das obrigações dos CONTRATOS DO PROJETO, inclusive descumprimento que afete ou possa afetar o cumprimento dos marcos físicos indicados no inciso XXX desta Cláusula; (iii) qualquer descumprimento dos instrumentos de garantia do presente Contrato, do CONTRATO DE REPASSE; e (iv) as medidas (se houver) que estejam sendo tomadas para remediar tal situação;
- XLIX - manter todos os seus ativos em boas condições e aptos para o uso a que se destinam;
- L - manter sistemas informativos e contábeis apropriados para o desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira;
 - LI - não efetuar outros investimentos que não os relacionados diretamente ao projeto a que se refere a Cláusula Primeira;
 - LII - informar a emissão de ordens de variação decorrentes do Contrato de Obras Cíveis, discriminando suas condições, indicando os valores atualizados e a situação dessas ordens, juntando os respectivos documentos pertinentes, no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua emissão;
 - LIII - apresentação do despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da referida aprovação;
 - LIV - quitar, imediatamente após a primeira liberação de recursos deste Contrato, qualquer endividamento, mútuo; financiamento, empréstimo, título de crédito e/ou dívida com terceiros;
 - LV - não convocar Assembleia Geral para a deliberação de qualquer das matérias previstas nos incisos II, III, IV e VI da Cláusula Décima Quinta, sem prévia e expressa anuência do BNDES; e
 - LVI - apresentar os seguintes instrumentos, até 31 de maio de 2013, revestidos das formalidades legais, em termos satisfatórios ao BNDES:
 - (i) Contrato de montagem de equipamentos;
 - (ii) Contrato de implantação do sistema de transmissão;
 - (iii) Contrato de Interface;
 - (iv) Contrato de aquisição de aço;
 - (v) Contrato de aquisição de cimento.

PARÁGRAFO ÚNICO

A BENEFICIÁRIA poderá emitir, a partir de 2015, debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em termos satisfatórios ao BNDES, com as seguintes condições mínimas:

- a) Prazo de carência mínimo de 4 (quatro) anos;
- b) Juros exigíveis durante o prazo de carência;
- c) Prazo de amortização mínimo de 8 (oito) anos;
- d) Taxa de juros máxima: IPCA + 8,5 % ao ano; e



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros.

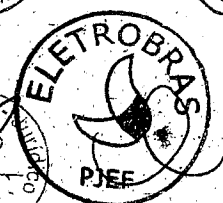
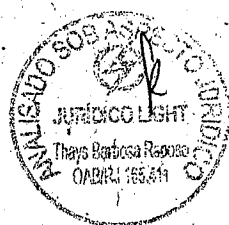
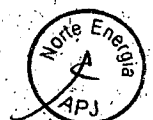
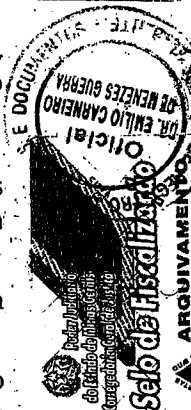
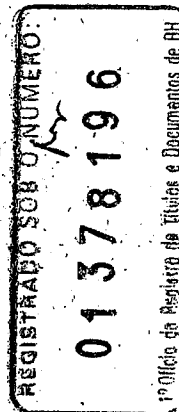
- e) Sistema de amortização *Price* ou customizado de modo que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I, seja mantido até a final liquidação do presente Contrato.

DÉCIMA QUINTA

OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES ELETROBRAS, CHESF, ELETRONORTE, PETROS, FUNCEF, BMPSA, J.MALUCELLI ENERGIA, VALE, SINOBRAS e AMAZÔNIA

Os INTERVENIENTES ELETROBRAS, CHESF, ELETRONORTE, PETROS, FUNCEF, BMPSA, J.MALUCELLI ENERGIA, VALE, SINOBRAS e AMAZÔNIA, qualificados no preâmbulo deste Contrato, obrigam-se a:

- I - cumprir o disposto nos artigos 27, parágrafo 2º, e 36 das retromencionadas "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", que também declaram conhecer;
- II - votar contra a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, de dispositivo que importe em:
 - a) restrições à capacidade de crescimento da BENEFICIÁRIA ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - b) restrições de acesso da BENEFICIÁRIA a novos mercados; ou
 - c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- III - de forma individual e exclusivamente em relação a si, não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da BENEFICIÁRIA;
- IV - de forma individual e exclusivamente em relação a si, não praticar nenhum ato que implique em alteração da composição do capital social da BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES, inclusive no caso de dissolução e/ou diluição, na forma do Acordo de Acionistas da BENEFICIÁRIA, assumindo desde já que atualmente são os detentores da totalidade das ações de emissão da BENEFICIÁRIA;
- V - apresentar, até 30 de abril de cada ano, demonstrações financeiras consolidadas, auditadas por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- VI - exceto nos casos em que haja prévia e expressa anuência do BNDES, votar contrariamente:
 - a) à alteração do Estatuto Social da BENEFICIÁRIA e/ou alteração da política de distribuição de resultados;
 - b) à redução do capital social da BENEFICIÁRIA, ao resgate, aquisição ou conversão de ações de emissão da BENEFICIÁRIA, emissão de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e criação e outorga de opção de compra ou venda de ações, bem como ao resgate ou conversão de debêntures;
 - c) à abertura de capital da BENEFICIÁRIA, respeitados o CONTRATO DE CONCESSÃO e o Edital de Leilão de Geração nº 006/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

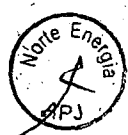


Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

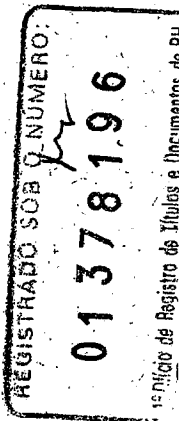
REGISTRADO SOB NÚMERO:

01378196

- d) à dissolução, liquidação, fusão, cisão, cisão de ativos, incorporação ou incorporação de ações, ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração acionária da BENEFICIÁRIA ou criação de subsidiárias;
 - e) ao pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou confissão de falência da BENEFICIÁRIA;
 - f) à constituição de ônus sobre qualquer bem ou direito da BENEFICIÁRIA, bem como alienação ou aquisição de qualquer bem ou direito da BENEFICIÁRIA, salvo quando se tratar (i) de bens inservíveis ou obsoletos; (ii) de bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade; ou (iii) de bens não operacionais;
 - g) à constituição de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia pela BENEFICIÁRIA ao BNDES no âmbito deste Contrato; ou
 - h) às propostas de matérias concernentes à operação a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da BENEFICIÁRIA, ou em transferência do controle acionário da BENEFICIÁRIA, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da BENEFICIÁRIA, se aplicável, nos termos do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e do Acordo de Acionistas;
- VII - não alterar o Acordo de Acionistas da BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- VIII - não constituir gravame, inclusive usufruto ou qualquer outro direito real, ônus, garantia, não alienar, vender (inclusive, em conjunto - *tag along*), transferir, ceder, permutar, emprestar, ou de qualquer forma dispor de suas ações e respectivos frutos, títulos e demais valores mobiliários, direitos de emissão da BENEFICIÁRIA, nem permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza (inclusive direitos de preferência e promessas de alienação) sobre seus direitos, seus títulos e as ações e respectivos frutos, e títulos de sua propriedade de emissão da BENEFICIÁRIA, exceto conforme previsto no Contrato de Penhor de Ações e/ou no presente Contrato ou mediante prévia e expressa anuência do BNDES observado o parágrafo quinto da presente cláusula;
- IX - aportar na BENEFICIÁRIA, de acordo com suas respectivas participações acionárias no capital social da mesma, os recursos necessários, sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos de capitalização mencionados no Parágrafo Quarto;
- X - converter em capital a totalidade dos AFACs - Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital por si emitidos - no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua emissão;
- XI - não convocar Assembléia Geral para deliberação de qualquer matéria mencionada nos incisos II, III, IV e VI da presente Cláusula, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- XII - comparecer, através da presença de seus representantes legais ou procurador devidamente constituído, em qualquer Assembléia Geral, caso a mesma seja convocada para deliberação de qualquer matéria mencionada nos incisos desta Cláusula, e votar conforme o disposto nesta Cláusula;



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com interveniência de terceiros



- XIII - substituir, destituir ou votar no sentido de substituir e destituir se esse for seu único direito, nos termos do Acordo de Acionistas, os Conselheiros da BENEFICIÁRIA que tiverem expressamente votado no Conselho de Administração da BENEFICIÁRIA, em desacordo ao estipulado neste Contrato; e
- XIV - apresentar nas épocas devidas e manter válida a procuração prevista na Cláusula Sétima do CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS, observado o parágrafo sexto da mesma Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A BMPSA e a AMAZÔNIA obrigam-se ainda a:

- I - não contrair dívidas, mútuos, empréstimos, passivos, endividamentos, salvo se os recursos recebidos forem destinados à gestão ordinária das mesmas, e o seu valor seja limitado, anualmente, a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e, no valor global, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); bem como não emitir títulos, debêntures ou qualquer outro valor mobiliário, não conceder garantias de qualquer espécie, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- II - aportar, sob a forma de capital na BENEFICIÁRIA, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, todo e qualquer valor, recurso ou pagamento recebido dos INTERVENIENTES: (i) NEOENERGIA e NEOENERGIA INVESTIMENTOS; (ii) CEMIG GT e LIGHT, respectivamente, salvo os recursos recebidos para a gestão ordinária das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Interveniente ELETROBRÁS obriga-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento das obrigações assumidas pela ELETRONORTE e pela CHESF neste Contrato, renunciando aos benefícios de que tratam os artigos 366, 827 e 838 do Código Civil.

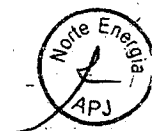
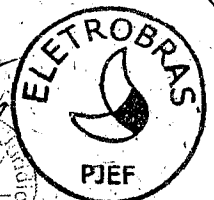
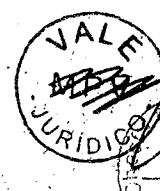
PARÁGRAFO TERCEIRO

A VALE e a SINOBRAS obrigam-se ainda a manter-se adimplentes com suas obrigações no CCVEs mencionados na letra c, inciso I da Cláusula Vigésima, bem como a não rescindir os mesmos, salvo se a BENEFICIÁRIA não cumprir com a sua obrigação de entrega de energia contratada e/ou nas demais hipóteses expressamente previstas no seu respectivo CCVE.

PARÁGRAFO QUARTO

Os Eventos de Capitalização são definidos como os aportes de capital dos INTERVENIENTES ELETROBRÁS, CHESF, ELETRONORTE, PETROS, FUNCEF, BMPSA, J.MALUCELLI ENERGIA, VALE, SINOBRAS e AMAZÔNIA na BENEFICIÁRIA de forma proporcional às suas respectivas participações acionárias, de modo a prover esta última:

- a) com o capital próprio ordinário do PROJETO;
- b) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do PROJETO ou acréscimos do orçamento global do PROJETO, tendo em vista os valores referidos no Quadro de Usos e Fontes do PROJETO;
- c) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente quaisquer insuficiências ou frustrações das fontes de recursos previstas para a utilização nos



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

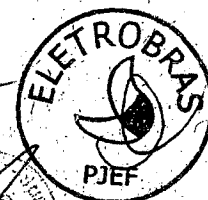
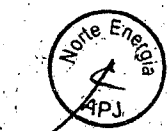
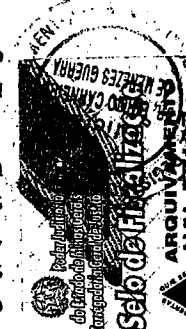
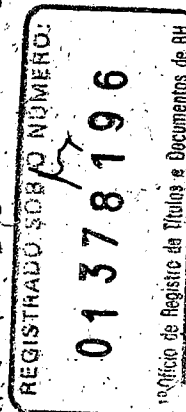
investimentos do PROJETO, conforme o Quadro de Usos e Fontes do PROJETO inclusive, mas não se limitando, aos recursos de geração de caixa previstos para a utilização nos investimentos do PROJETO;

- d) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente quaisquer insuficiências de recursos nas CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA, mencionadas no presente Contrato, de forma a preencher o SALDO INTEGRAL MÍNIMO DO SERVIÇO DA DÍVIDA, obedecidas as condições estabelecidas no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- e) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente o valor necessário para manter o índice de capitalização Patrimônio Líquido/Ativo Total igual ou superior a 15% (quinze por cento); e
- f) com recursos necessários para a BENEFICIÁRIA adquirir a energia ainda não gerada pelo PROJETO necessária para dar cumprimento aos CCVEs e CCEARs, consolidados no Anexo do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS e dos contratos supervenientes a serem relacionados nos moldes do mesmo, no caso de atraso no cronograma ou enquanto a UHE BELO MONTE não estiver disponível para geração, salvo se a ANEEL dispensar a referida compra.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso qualquer dos INTERVENIENTES ELETROBRAS, CHESF, ELETRONORTE, PETROS, FUNCEF, BMPSA, J. MALUCELLI ENERGIA, VALE, SINOBRAS e AMAZÔNIA apresentem pedido ao BNDES para alienar, onerar, arrendar, permutar vender (inclusive, em conjunto - *tag along*), transferir ou ceder suas ações e respectivos frutos, títulos e demais valores mobiliários, direitos de emissão da BENEFICIÁRIA, total ou parcialmente, seja mediante a celebração de contratos de qualquer natureza e/ou reorganizações societárias, o BNDES se compromete a analisar o pedido de forma razoável, considerando dentre os seus critérios os seguintes:

- a) classificação de risco de crédito aceitável pelo BNDES do terceiro promitente adquirente;
- b) classificação de risco do terceiro promitente adquirente por pelo menos uma agência de risco como uma empresa "Grau de Investimento (*Investment Grade*)";
- c) inexistência de inadimplemento do terceiro promitente adquirente ou de qualquer empresa integrante de seu Grupo Econômico perante o sistema BNDES;
- d) conceito cadastral válido e aceitável pelo BNDES;
- e) atendimento dos requisitos estabelecidos no Edital do Leilão nº 006/2009 da ANEEL e demais documentos relacionados ao Contrato de Concessão nº 01/2010-MME, em especial o item 10.5.1.2 do Edital do Leilão;
- f) histórico de relacionamento com o sistema BNDES;
- g) atendimento das Condições de Apoio do BNDES para a implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte divulgadas à época do leilão.



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

PARÁGRAFO SEXTO

Caso o pedido a que se refere o parágrafo quinto acima seja formulado por VALE e/ou SINOBRAS, além dos requisitos dispostos no mencionado parágrafo, o BNDES analisará adicionalmente a minuta do CCVE a ser celebrado pelo terceiro promitente adquirente com a BENEFICIÁRIA, que deverá preencher no mínimo os requisitos do parágrafo único da Cláusula Vigésima do presente Contrato.

DÉCIMA SEXTA**OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES NEOENERGIA e NEOENERGIA INVESTIMENTOS**

Os INTERVENIENTES NEOENERGIA e NEOENERGIA INVESTIMENTOS, qualificados no preâmbulo deste Contrato, obrigam-se a:

- I - cumprir o disposto nos artigos 27, parágrafo 2º, e 36 das retromencionadas "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", que também declaram conhecer;
- II - votar contra a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA e da BMPSA, de dispositivo que importe em:
 - a) restrições à capacidade de crescimento da BENEFICIÁRIA e da BMPSA ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - b) restrições de acesso da BENEFICIÁRIA e da BMPSA novos mercados; ou
 - c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- III - de forma individual e exclusivamente em relação a si não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da BENEFICIÁRIA e da BMPSA;
- IV - de forma individual e exclusivamente em relação a si não alterar a composição do capital social da BMPSA de sua participação indireta na BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES, inclusive a participação da BMPSA na BENEFICIÁRIA, bem como no caso de dissolução e/ou diluição na forma do Acordo de Acionistas da BMPSA e da BENEFICIÁRIA;
- V - apresentar, até 30 de abril de cada ano, demonstrações financeiras consolidadas, auditadas por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- VI - exceto nos casos em que haja prévia e expressa anuência do BNDES, votar contrariamente:
 - a) à alteração do Estatuto Social da BMPSA e da BENEFICIÁRIA e/ou alteração da política de distribuição de resultados;
 - b) à redução do capital social da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, o resgate, aquisição ou conversão de ações de emissão da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, emissão de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e criação e outorga de opção de compra ou venda de ações, bem como o resgate ou conversão de debêntures;
 - c) à abertura de capital da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, respeitados o CONTRATO DE CONCESSÃO e o Edital de Leilão de Geração nº 006/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01378196
Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

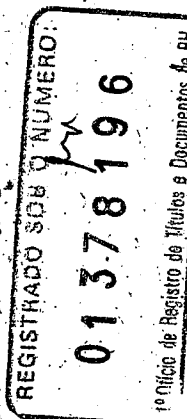
SELO DE TRIBUTAÇÃO
INSTRUMENTOS
GUARDA
ARQUIVAMENTO

PETROS
IUR/CS
Maria Cortezzi

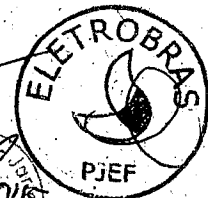
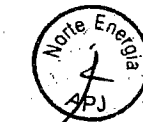
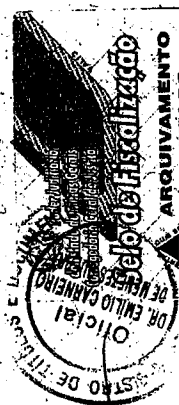
Norte Energia
APJ

SEJUN

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros.



- d) à dissolução, liquidação, fusão, cisão, cisão de ativos, incorporação ou incorporação de ações, ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da BMPSA e da BENEFICIÁRIA ou criação de subsidiárias;
- e) ao pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou confissão de falência da BMPSA e da BENEFICIÁRIA;
- f) à constituição de ônus sobre qualquer bem ou direito da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, bem como alienação ou aquisição de qualquer bem ou direito da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, salvo quando se tratar (i) de bens inservíveis ou obsoletos; (ii) de bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade; ou (iii) de bens não operacionais;
- g) à constituição de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES no âmbito deste Contrato; ou
- h) à propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, ou em transferência do controle acionário da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, se aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e do Acordo de Acionistas;
- VII - não alterar o Acordo de Acionistas da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES ressalvado o disposto no Parágrafo Terceiro abaixo;
- VIII - não constituir gravame, inclusive usufruto ou qualquer outro direito real, ônus, garantia, não alienar, vender (inclusive, em conjunto - *tag along*), transferir, ceder, permutar, emprestar, ou de qualquer forma dispor de suas ações e respectivos frutos, títulos e demais valores mobiliários de emissão da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, nem permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza (inclusive direitos de preferência e promessas de alienação) sobre as ações e respectivos frutos, e títulos de sua propriedade de emissão da BMPSA e da BENEFICIÁRIA, exceto conforme previsto no Contrato de Penhor de Ação e/ou no presente Contrato ou mediante prévia e expressa anuência do BNDES
- IX - não contrair novas dívidas ou realizar operações com partes relacionadas no âmbito da BMPSA, sem o prévio e expresso consentimento do BNDES, salvo nas operações de financiamento destinados à gestão ordinária da BMPSA, e o seu valor seja limitado, anualmente, a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e, no valor global, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- X - aportar na BMPSA, para posterior aporte na BENEFICIÁRIA, de acordo com suas respectivas participações acionárias no capital social da BMPSA, os recursos necessários, sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, o capital na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos de capitalização mencionados no Parágrafo Segundo abaixo;
- XI - converter em capital a totalidade dos AFACs - adiantamentos para futuro aumento de capital por si emitidos - no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado a partir de sua emissão; e
- XII - apresentar nas épocas devidas e manter válida a procuração prevista na Cláusula Sétima do CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS, observado o parágrafo sexto da mesma Cláusula.



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

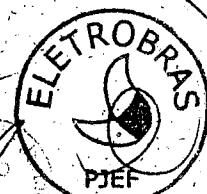
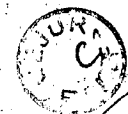
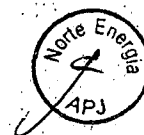
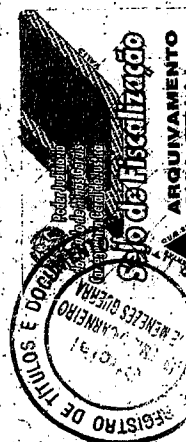
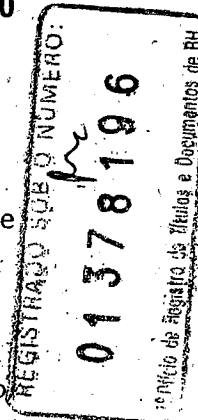
e/ou (iv) alterar a competência da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

DÉCIMA SÉTIMA

OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES CEMIG GT E LIGHT

Os INTERVENIENTES CEMIG GT e LIGHT, qualificados no preâmbulo deste Contrato obrigam-se a:

- I - cumprir o disposto nos artigos 27, parágrafo 2º, e 36 das retromencionadas "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", que também declaram conhecer;
- II - votar contra a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA e da AMAZÔNIA de dispositivo que importe em:
 - a) restrições à capacidade de crescimento da BENEFICIÁRIA e da AMAZÔNIA ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - b) restrições de acesso da BENEFICIÁRIA e da AMAZÔNIA a novos mercados; ou
 - c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- III - de forma individual e exclusivamente em relação a si não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da BENEFICIÁRIA e da AMAZÔNIA;
- IV - de forma individual e exclusivamente em relação a si não alterar a composição no capital social da AMAZÔNIA (inclusive a proporção de ações ordinárias e preferenciais) de sua participação indireta na BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES, inclusive a participação da AMAZÔNIA na BENEFICIÁRIA, bem como no caso de dissolução e/ou diluição na forma do Acordo de Acionistas da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA;
- V - apresentar, até 30 de abril de cada ano, demonstrações financeiras consolidadas, auditadas por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- VI - exceto nos casos em que haja prévia e expressa anuência do BNDES, votar contrariamente:
 - a) à alteração do Estatuto Social da AMAZÔNIA
 - b) à alteração da política de distribuição de dividendos;
 - c) à redução do capital social da BENEFICIÁRIA, o resgate, aquisição ou conversão de ações de emissão da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA, emissão de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e criação e outorga de opção de compra ou venda de ações, bem como o resgate ou conversão de debêntures;
 - d) à abertura de capital da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA, respeitados o CONTRATO DE CONCESSÃO e o Edital de Leilão de Geração nº 006/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
 - e) à dissolução, liquidação, fusão, cisão, cisão de ativos, incorporação ou incorporação de ações, ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA ou criação de subsidiárias,



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.27238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01378196

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

- f) ao pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou confissão de falência da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA;
- g) à constituição de ônus sobre qualquer bem ou direito da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA, bem como alienação ou aquisição de qualquer bem ou direito da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA, salvo quando se tratar (i) de bens inservíveis ou obsoletos; (ii) de bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade; ou (iii) de bens não operacionais;
- h) à constituição de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES no âmbito deste Contrato; ou
- i) à propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA, ou em transferência do controle acionário da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e do Acordo de Acionistas;

VII - não alterar o Acordo de Acionistas da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES, ressalvado o disposto no Parágrafo Terceiro abaixo;

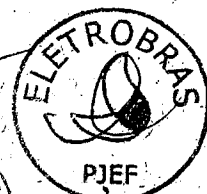
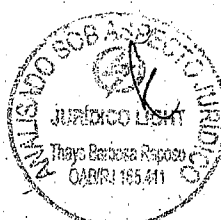
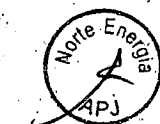
VIII - não constituir gravame, inclusive usufruto ou qualquer outro direito real, ônus, garantia, não alienar, vender (inclusive, em conjunto - *tag along*), transferir, ceder, permutar, emprestar, ou de qualquer forma dispor de suas ações e respectivos frutos, títulos e demais valores mobiliários de emissão da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA, nem permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza (inclusive direitos de preferência e promessas de alienação) sobre as ações e respectivos frutos, e títulos de sua propriedade de emissão da AMAZÔNIA e da BENEFICIÁRIA, exceto conforme previsto no Contrato de Penhor de Ações e/ou no presente Contrato ou mediante prévia e expressa anuência do BNDES

IX - não contrair novas dívidas ou realizar operações com partes relacionadas no âmbito da AMAZÔNIA, sem o prévio e expresso consentimento do BNDES, salvo nas operações de financiamento destinados à gestão ordinária da AMAZÔNIA, e o seu valor seja limitado, anualmente, a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e, no valor global, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

X - aportar na AMAZÔNIA, para posterior aporte na BENEFICIÁRIA, de acordo com suas respectivas participações acionárias no capital social da AMAZÔNIA, os recursos necessários, sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações, o capital na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos de capitalização mencionados no Parágrafo Segundo;

XI - converter em capital a totalidade dos AFACs - adiantamentos para futuro aumento de capital por si emitidos - no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado a partir de sua emissão; e

XII - apresentar nas épocas devidas e manter válida a procuração prevista na Cláusula Sétima do CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS, observado o Parágrafo Sexto da mesma Cláusula.



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os INTERVENIENTES CEMIG GT e LIGHT obrigam-se na proporção de suas respectivas participações acionárias na AMAZÔNIA, pelo fiel e exato cumprimento das obrigações assumidas pela AMAZÔNIA neste Contrato, renunciando expressamente aos benefícios de que tratam os artigos 366, 827 e 838 do Código Civil.

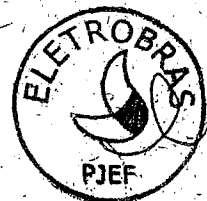
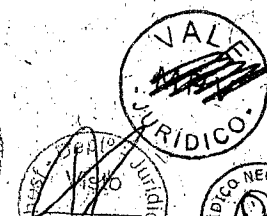
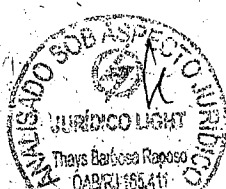
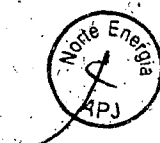
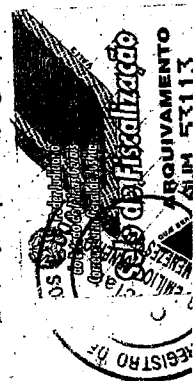
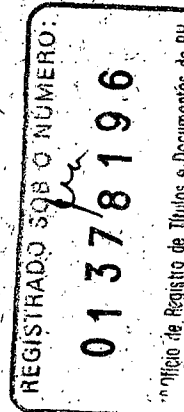
PARÁGRAFO SEGUNDO

Os Eventos de Capitalização são definidos como os aportes de capital dos INTERVENIENTES CEMIG GT E LIGHT, na proporção de suas respectivas participações acionárias na AMAZONIA, para posterior aporte na BENEFICIÁRIA, de modo a prover esta última:

- a) com o capital próprio ordinário do PROJETO;
- b) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do PROJETO ou acréscimos do orçamento global do PROJETO, tendo em vista os valores referidos no Quadro de Usos e Fontes do PROJETO;
- c) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente quaisquer insuficiências ou frustrações das fontes de recursos previstas para a utilização nos investimentos do PROJETO, conforme o Quadro de Usos e Fontes do PROJETO, inclusive, mas não se limitando, aos recursos de geração de caixa previstos para a utilização nos investimentos do PROJETO;
- d) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente quaisquer insuficiências de recursos nas CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA, mencionada no presente Contrato, de forma a preencher o SALDO INTEGRAL MÍNIMO DO SERVIÇO DA DÍVIDA, obedecidas as condições estabelecidas no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- e) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente o valor necessário para manter o índice de capitalização Patrimônio Líquido/Ativo Total igual ou superior a 15% (quinze por cento);
- f) com recursos necessários para a BENEFICIÁRIA adquirir a energia ainda não gerada pelo PROJETO necessária para dar cumprimento aos CCVEs e CCEARs, consolidados no Anexo do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS e dos contratos supervenientes a serem relacionados nos moldes do mesmo, no caso de atraso, no cronograma ou quando a UHE BELO MONTE não estiver disponível para geração, salvo se a ANEEL dispensar a referida compra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

CEMIG GT e LIGHT ficam desde já autorizadas, independentemente de anuência prévia do BNDES, a votar a favor da modificação do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social da AMAZÔNIA com o objetivo exclusivo de (i) modificar a denominação ou endereço da companhia; (ii) criar filiais; (iii) modificar o número de membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração; e/ou (iv) alterar a competência da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

DÉCIMA OITAVA
RESPONSABILIDADE NA SUCESSÃO EMPRESARIAL

Na hipótese de sucessão empresarial, os eventuais sucessores da BENEFICIÁRIA responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Não se aplica o disposto no "caput" desta Cláusula se houver prévia anuência do BNDES ao afastamento da solidariedade na cisão parcial.

DÉCIMA NONA
PROCURAÇÕES RECÍPROCAS

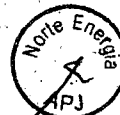
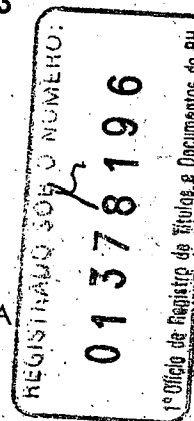
São outorgadas as seguintes procurações recíprocas no presente Contrato:

I - A BENEFICIÁRIA e os INTERVENIENTES ELETROBRAS, CHESF e ELETRONORTE, neste ato e de forma irrevogável e irretatável, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até solução final da dívida ora assumida, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato;

II - A BENEFICIÁRIA e os INTERVENIENTES J.MALUCCELLI e J.MALUCCELLI ENERGIA, neste ato e de forma irrevogável e irretatável, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até solução final da dívida ora assumida, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato;

III - A BENEFICIÁRIA e os INTERVENIENTES BMPSA, NEOENERGIA E NEOENERGIA INVESTIMENTOS, neste ato e de forma irrevogável e irretatável, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até solução final da dívida ora assumida, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato;

IV - A BENEFICIÁRIA e o INTERVENIENTE SINOBRA, neste ato e de forma irrevogável e irretatável, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até 31 de dezembro de 2012, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato;



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

V - A BENEFICIÁRIA e os INTERVENIENTES AMAZÔNIA, LIGHT, CEMIG e CEMIG GT, neste ato e de forma irrevogável e irretratável, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até solução final da dívida ora assumida, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato;

VI - A BENEFICIÁRIA e o INTERVENIENTE PETROS, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até solução final da dívida ora assumida, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato;

VII - A BENEFICIÁRIA e o INTERVENIENTE FUNCEF, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até solução final da dívida ora assumida, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato;

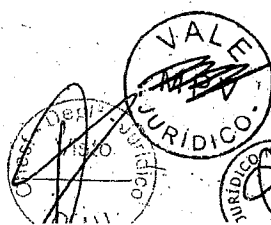
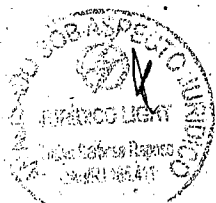
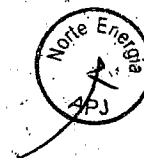
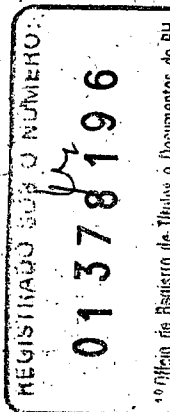
VIII - A BENEFICIÁRIA e o INTERVENIENTE VALE, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até 31 de dezembro de 2012, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PARÁGRAFO ÚNICO

As INTERVENIENTES SINOBRAS e VALE terão prazo de 10 (dez) meses, a partir da assinatura do CONTRATO, para (i) comprovar ao BNDES a modificação de seus respectivos Estatutos Sociais com a finalidade de possibilitar a outorga de procuração sem qualquer limitação temporal; (ii) reiterar a procuração outorgada no caput da presente Cláusula até a solução final da dívida ora assumida após a modificação referida no item (i).

VIGÉSIMA CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES" retromencionadas, e das estabelecidas nas "NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO", a que se refere o artigo 2º das mesmas "DISPOSIÇÕES", fica sujeita ao atendimento das seguintes condições:



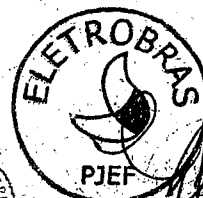
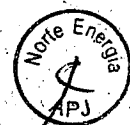
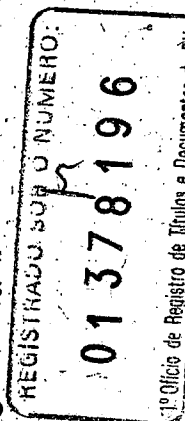
Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

I - Para utilização da primeira parcela do crédito:

- a) celebração dos seguintes contratos, cujas minutas deverão ser previamente aprovadas pelo BNDES, revestidos de todas as formalidades legais, inclusive os respectivos registros:
 - (i) CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS;
 - (ii) CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
 - (iii) CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DAS GARANTIAS;
- b) comprovação da averbação nos Livros de Registro de Ações Nominativas da BENEFICIÁRIA, da AMAZONIA e da BMPSA do penhor mencionado no inciso I da Cláusula Sétima;
- c) apresentação do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a BENEFICIÁRIA e a Siderúrgica do Norte do Brasil S.A. e do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a BENEFICIÁRIA e a Vale S.A. celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), de comercialização da totalidade da energia destinada ao autoprodutor a um preço médio mínimo de R\$ 100,00/MWh (data-base 20 de abril de 2010, reajustado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo), cujas minutas deverão ser previamente aprovadas pelo BNDES, revestidos de todas as formalidades legais, inclusive a anuência da Vale para a constituição da cessão fiduciária;
- d) Cópia autenticada ou digitalizada dos CCEARs e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia firmados pela BENEFICIÁRIA, depois de formalizados e homologados pela ANEEL e/ou registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o caso; e
- e) Subscrição pelos INTERVENIENTES, de forma proporcional ao percentual de participação acionária de cada um na BENEFICIÁRIA, da totalidade do capital social autorizado da BENEFICIÁRIA.

II - Para utilização da segunda parcela do crédito:

- a) Registro e homologação pela ANEEL e/ou registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o caso, dos CCVEs mencionados na alínea "c" do inciso I da presente Cláusula;
- b) Cópia autenticada ou digitalizada dos Contratos de Constituição de Garantia de Pagamento, via Vinculação de Receitas "CCG", Anexos III aos CCEARs, onde deverá constar como Conta do Vendedor a mesma conta indicada como sendo a CONTA CENTRALIZADORA, conforme disposto no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- c) Notificações a respeito da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios para os compradores de energia signatários dos CCEARs, conforme disposto no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- d) Endosso das apólices na forma do Parágrafo Segundo da Cláusula Nona;

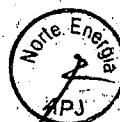
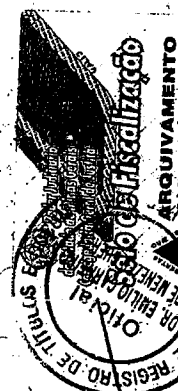
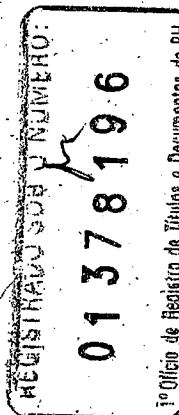


Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

- e) Apresentação de cópia das apólices dos seguros mencionados na Cláusula Nona e dos respectivos comprovantes de pagamento dos prêmios, assim como os demais seguros pertinentes para a implantação do PROJETO;

III - Para utilização de cada parcela do crédito:

- a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha a alterar substancialmente a situação econômico-financeira da beneficiária ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) apresentação, pela BENEFICIÁRIA, de Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND ou de Certidão Positiva de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias com Efeitos de Negativa - CPD-EN, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET a serem extraídas pela BENEFICIÁRIA no endereço www.receita.fazenda.gov.br e verificadas pelo BNDES no mesmo;
- c) Comprovação, pela BENEFICIÁRIA, de regularidade socioambiental do PROJETO perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração da BENEFICIÁRIA sobre: (i) a continuidade da validade de tal documento, (ii) o cumprimento tempestivo das condicionantes ambientais e (iii) sobre a inexistência de qualquer decisão judicial ou administrativa do órgão ambiental licenciador que suspenda, anule ou extinga, total ou parcialmente, as licenças ambientais do PROJETO ou paralise as obras do PROJETO. No caso de imposição de sanção, multa, advertência e/ou penalidade pelo órgão licenciador, comprovação, por meio de manifestação do órgão licenciador, de que a Licença de Instalação continua válida e que a BENEFICIÁRIA continua autorizada a dar continuidade à implantação do empreendimento, juntando cópia de toda a documentação relacionada com a respectiva imposição da penalidade;
- d) comprovação pela BENEFICIÁRIA sobre a inexistência de decisão administrativa do IBAMA negando, total ou parcialmente, o pedido de revisão do PBA e das condicionantes da LI e/ou do pedido de reconsideração da BENEFICIÁRIA relativamente ao Auto de Infração nº 586494-D, de 15 de fevereiro de 2012. Tal comprovação poderá ser apresentada por meio de Declaração dirigida ao BNDES firmada pelo(s) representante(s) da BENEFICIÁRIA ou apresentação de documento expedido pelo IBAMA repactuando com a BENEFICIÁRIA o PBA e as condicionantes da LI relativamente ao Auto de Infração nº 586494-D.
- e) apresentação de Certificado de Adimplemento em nome da BENEFICIÁRIA expedido pela ANEEL, para os fins do disposto no artigo 6º da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993;
- f) comprovação da contratação ou renovação, conforme o caso, dos seguros mencionados na Cláusula Nona, mediante a apresentação das apólices e dos comprovantes de pagamento dos prêmios;
- g) apresentação, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, contendo dados que identifiquem os bens correspondentes à parcela a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor,



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 122.1238
fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte
intervenção de terceiros

outras informações que venham a ser solicitadas pelo BNDES,
comprovar que as máquinas e equipamentos adquiridos com recursos deste
Contrato estão credenciados no BNDES;

h) apresentação dos relatórios mencionados na Cláusula Décima Terceira e no
inciso XXXI da Cláusula Décima Quarta (relatório da auditoria socioambiental e
relatório gerencial da BENEFICIÁRIA).

IV - Para utilização do Subcrédito "A2" até R\$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais): apresentação de Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), pelo prazo mínimo de janeiro de 2019 a janeiro de 2042, em termos satisfatórios para o BNDES, de comercialização de 914,2 MW médios (totalidade da energia destinada ao ACL) a um preço médio mínimo de R\$ 112,00/MWh (data-base 20 de abril de 2010, reajustado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e que ainda reflita(m) as condições mínimas descritas no parágrafo único desta Cláusula;

V - Para utilização do Subcrédito "B2" até R\$ 228.720.000,00 (duzentos e vinte e oito milhões, setecentos e vinte mil reais):

a) utilização de no mínimo R\$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais) do Subcrédito "A2";

b) apresentação de Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), pelo prazo mínimo de janeiro de 2019 a janeiro de 2042, em termos satisfatórios para o BNDES, de comercialização de 914,2 MW médios (totalidade da energia destinada ao ACL) a um preço médio mínimo de R\$ 112,00/MWh (data-base 20 de abril de 2010, reajustado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e que ainda reflita(m) as condições mínimas descritas no parágrafo único desta Cláusula;

VI - Para utilização do Subcrédito "C2" até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais):

a) utilização de no mínimo R\$ 228.720.000,00 (duzentos e vinte e oito milhões, setecentos e vinte mil reais) do Subcrédito "B2";

b) apresentação de Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), pelo prazo mínimo de janeiro de 2019 a janeiro de 2042, em termos satisfatórios para o BNDES, de comercialização de 914,2 MW médios (totalidade da energia destinada ao ACL) a um preço médio mínimo de R\$ 112,00/MWh (data-base 20 de abril de 2010, reajustado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e que ainda reflita(m) as condições mínimas descritas no parágrafo único desta Cláusula;

VII - Para utilização do Subcrédito "D2" até R\$ 113.280.000,00 (cento e treze milhões, duzentos e oitenta mil reais):

a) utilização de no mínimo R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) do Subcrédito "C2";

b) apresentação de Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), pelo prazo mínimo de janeiro de 2019 a janeiro de 2042, em termos satisfatórios para o BNDES, de comercialização de 914,2 MW médios (totalidade da energia destinada ao ACL) a um preço médio

REGISTRADO
01372
1.º Ofício de Registro de Título

REGISTRO DE TÍTULOS
ARQUIVAMENTO
01372
1.º Ofício de Registro de Título

PELA
10/15
Mário Cortes

Norte Energia
APJ

10/15

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

mínimo de R\$ 112,00/MWh (data-base 20 de abril de 2010, reajustado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e que ainda reflita(m) as condições mínimas descritas no parágrafo único desta Cláusula;

VIII - Para utilização do Subcrédito "A2" acima de R\$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais): apresentação de Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), pelo prazo mínimo de janeiro de 2019 a janeiro de 2042, em termos satisfatórios para o BNDES, de comercialização de 914,2 MW médios (totalidade da energia destinada ao ACL) a um preço médio mínimo de R\$ 130,00/MWh (data-base 20 de abril de 2010, reajustado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e que ainda reflita(m) as condições mínimas descritas no parágrafo único desta Cláusula;

IX - Para utilização do Subcrédito "B2" acima de R\$ 228.720.000,00 (duzentos e vinte e oito milhões, setecentos e vinte mil reais):

- b) apresentação de Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), pelo prazo mínimo de janeiro de 2019 a janeiro de 2042, em termos satisfatórios para o BNDES, de comercialização de 914,2 MW médios (totalidade da energia destinada ao ACL) a um preço médio mínimo de R\$ 130,00/MWh (data-base 20 de abril de 2010, reajustado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e que ainda reflita(m) as condições mínimas descritas no parágrafo único desta Cláusula;


X - Para utilização do Subcrédito "C2" acima de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais):

- a) utilização integral do Subcrédito “B2”;
- b) apresentação de Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), pelo prazo mínimo de janeiro de 2019 a janeiro de 2042, em termos satisfatórios para o BNDES, de comercialização de 914,2 MW médios (totalidade da energia destinada ao ACL) a um preço médio mínimo de R\$ 130,00/MWh (data-base 20 de abril de 2010, reajustado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e que ainda reflita(m) as condições mínimas descritas no parágrafo único desta Cláusula;


XI - Para utilização do Subcrédito "D2" acima de R\$ 113.280.000,00 (cento e treze milhões, duzentos e oitenta mil reais):

- b) apresentação de Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVÉs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), pelo prazo mínimo de janeiro de 2019 a janeiro de 2042, em termos satisfatórios para o BNDES, de comercialização de 914,2 MW médios (totalidade da energia destinada ao ACL) a um preço médio mínimo de R\$ 130,00/MWh (data-base 20 de abril de 2010, reajustado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e que ainda reflita(m) as condições mínimas descritas no parágrafo único desta Cláusula.

REGISTRADO SOB O NÚMERO: **01378196**


Instituto Brasileiro de Fiscalização
 do Estado do Rio Grande do Sul
 Rua Rio de Janeiro, 100
 Caixa Postal 100
 91000-000 - Porto Alegre - RS


PETRO
JUR/CS
Maria Cortez



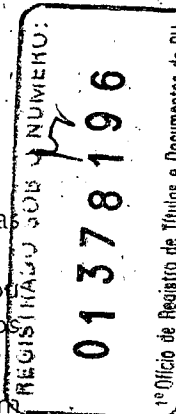
BNDES

Nathan Willis Fernandez Hadlich
Advogado

ANALISADO SOB ASPECTO JURIDICO
JURIDICO LIGHT
Thays Barboza Reposo
OAB/RJ 165.411



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito em Fidejussão, entre si, fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros



PARÁGRAFO ÚNICO

Os CCVEs à que se referem os incisos IV a XI desta Cláusula devem obedecer às seguintes condições mínimas:

- (i) contratos homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e/ou registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, firmados com compradores de energia com classificação de risco aceitável pelo BNDES;
- (ii) constituição de garantias de pagamento e previsão de cláusula de rescisão em termos aceitáveis pelo BNDES; e
- (iii) vigência até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

VIGÉSIMA PRIMEIRA INADIMPLEMENTO

Na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA e pelos INTERVENIENTES, será observado o disposto nos arts. 40 a 47-A das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", à que se refere a Cláusula Décima Quarta, inciso I.

VIGÉSIMA SEGUNDA MULTA DE AJUIZAMENTO

Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, BENEFICIÁRIA pagará multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data de propositura da medida judicial de cobrança.

VIGÉSIMA TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS ORIGINÁRIOS DO FUNDO PIS/PASEP E DO FAT

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a remuneração prevista na Cláusula Terceira, poderá, a critério do BNDES, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES, que, além de preservar o valor real da operação, a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

VIGÉSIMA QUARTA VENCIMENTO ANTECIPADO

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", a que se refere a Cláusula Décima Quarta, inciso I, forem comprovados pelo BNDES:

- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto no inciso VIII da Cláusula Décima Terceira;

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

- b) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela BENEFICIÁRIA, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- c) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- d) a constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES nos termos da Cláusula Sétima do presente Contrato;
- e) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS e no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS;
- f) a alteração do controle acionário dos INTERVENIENTES BMPSA e AMAZONIA, sem a prévia e expressa anuência do BNDES;
- g) a não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, total ou parcialmente, da concessão, autorizações e licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter a UHE BELO MONTE;
- h) a falsidade ou incorreção, em qualquer aspecto relevante de quaisquer das declarações prestadas pela BENEFICIÁRIA e pelos INTERVENIENTES;
- i) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial da BENEFICIÁRIA e/ou dos INTERVENIENTES;
- j) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da BENEFICIÁRIA e/ou dos INTERVENIENTES;
- k) a decretação de vencimento antecipado do CONTRATO BNDES PSI ou do CONTRATO DE RÉPASSE; e
- l) a decretação de vencimento antecipado das debêntures mencionadas no parágrafo único da Clausula Décima Quarta do presente Contrato, caso as mesmas sejam emitidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Este Contrato vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira. O BNDES comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Este Contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na BENEFICIÁRIA, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
01378196
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - J.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
OFICIAL
DR. EMILIO CAMARGO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
ARQUIVAMENTO

PETROS
JUR/CS
Marta Cordeiro

Norte Energia
APJ

CA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
JURÍDICO GERAL
Thays Barbosa Raposo
OAB/RJ 166.411

VALE
JURÍDICO
NORTE ENERGIA

ELETOBRAS
PJEF

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito em Dólares, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

centavos) e R\$ 526.821,48 (quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e oito centavos), já foram pagos ao BNDES.

VIGÉSIMA NONA
FORO

Ficam eleitos como Foros para dirimir litígios oriundos deste Contrato, que não puderem ser solucionados extrajudicialmente, os do Rio de Janeiro e da sede do BNDES.

A BENEFICIÁRIA apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND nº 001592012-23001288 expedida em 22 de agosto de 2012 e com validade até 18 de fevereiro de 2013, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A ELETROBRÁS apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND nº 002182012-23001180 expedida em 27 de novembro de 2012 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A CHESF apresentou a Certidão Positiva de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias com Efeitos de Negativa(s) – CPD-EN nº 000862012-15001368 expedida em 01 de outubro de 2012, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A ELETRONORTE apresentou a Certidão Positiva de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias com Efeitos de Negativa – CPD-EN nº 000792012-23001038, expedida em 12 de julho de 2012, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A PETROS apresentou a Certidão Positiva de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias com Efeitos de Negativa - CPD-EN nº 000032012-17500942 expedida em 25 de setembro de 2012, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A FUNCEF apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND nº 001392012-23001923, expedida em 05 de setembro de 2012 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A BMPSA apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND nº 001522012-17060068 expedida em 01 de agosto de 2012 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A J MALUCELLI ENERGIA apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND nº 001822012-14001406 expedida em 06 de novembro de 2012 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A J MALUCELLI apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND nº 001972012-14001385, expedida em 11 de dezembro de 2012, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A VALE apresentou a Certidão Positiva de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias com Efeitos de Negativa(s) - CPD-EN nº 000192012-17500510 expedida em 12 de dezembro de 2012, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A SINOBRAS apresentou a Certidão Positiva de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias com Efeitos de Negativa(s) - CPD-EN nº 000492012-12002914, expedida em 04 de dezembro de 2012 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros.

A AMAZONIA apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND n.º 001272012-17060564 em 10 de agosto de 2012 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A CEMIG GT apresentou a Certidão Positiva de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias com Efeitos de Negativa - CPD-EN n.º 000962012-11001176 expedida em 04 de setembro de 2012 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A CEMIG apresentou Certidão Positiva de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias com Efeitos de Negativa - CPD-EN n.º 001752012-11001730 expedida em 06 de setembro de 2012 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A LIGHT apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND n.º 002062012-17060521, expedida em 19 de novembro de 2012, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A NEOENERGIA INVESTIMENTOS apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND n.º 001872012-17060138 expedida em 02 de outubro de 2012 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A NEOENERGIA apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND n.º 000082012-17500200, expedida em 30 de outubro de 2012, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

As folhas do presente Contrato são rubricadas por Jonathan Willis Fernandez Hadlich, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 18 (dezoito) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2012

Pelo BNDES:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Luciano Coutinho
Presidente

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

Pela BENEFICIÁRIA:

Duilio Diniz de Figueiredo
Diretor-Presidente
RG: 3.562.814 SSP-SC
CPF: 271.635.207-00

NORTE ENERGIA S.A.

NORTE ENERGIA S.A.
Marcelo Andreotto Perillo
Diretor Financeiro

Pelos INTERVENIENTES:

José Antonio Mota Lopes
Diretor de Transmissão
RG: 616.300 SSP-PE
CPF: 005.135.394-68

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Walter Luiz Carneal de Souza
Diretor de Geração
RG: 1030267569 SSP/RS
CPF: 140.678.380-34

João Balthazar de Almeida
Presidente
RG: 157.083- SSP/PB
CPF: 059.132.414-87

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

José Pedro de Alcântara Júnior
Diretor Administrativo
RG: 3369450-8 SDS/AL
CPF: 085.398.554-53

Josias Matos de Araújo
Diretor Presidente
RG: 762.523 SSP/PA
CPF: 039.310.132-00

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

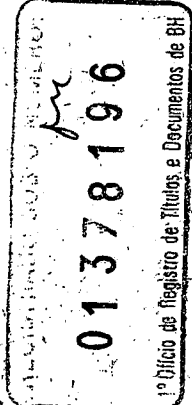
Antônio Maria Amerim Barão
Diretor Financeiro
RG: 61-3405/D CREA-PA
CPF: 038.676.702-88

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL

Carlos Fernando Costa
Diretor Financeiro e de Investimentos
RG: 15.763-0 SSP/SP
CPF: 069.034.738-31

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS

Carlos Alberto Caser
Diretor Presidente
RG: 472625 SSP/ES
CPF: 620.985.947-04



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

Edsonais

Lady Batista de Azevedo MONTE PARTICIPAÇÕES S.A.
Diretora de Gestão de Pessoas
RG 1642614-2 SPTF/GO
CPF 381.871.501-34

[Signature]

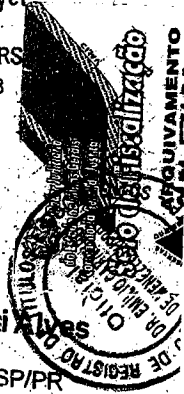
Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro
RG 078.438.744 IFP/RS
CPF 955.093.217-68

[Signature]

J. MALUCELLI ENERGIA S.A.
João Marcos Prosdócimo Moro
Diretor Presidente
RG: 536.922-3 SSP/PR
CPF: 059.468.839-68

[Signature]

Rodrigo Nicoletti Alves
Procurador
RG 6.856.166-3 SSP/PR
CPF 030.649.839-11



J. MALUCELLI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.
João Marcos Prosdócimo Moro
Procurador
RG 536.922-3 SSP/PR
CPF 059.468.839-68

[Signature]

Rodrigo Nicoletti Alves
Procurador
RG 6.856.166-3 SSP/PR
CPF 030.649.839-11

[Signature]

Marcio Felipe Milleiro Aigner
Diretor Dept. de Gestão Financeira
RG 080273956 IFP/RJ
CPF 035.853.907-22

[Signature]

VALE S.A.
Luciano Siani Pires
Diretor Executivo Finanças e RI
RG 075.70015-3 IFP/RJ
CPF 043.907.897-56

01378196
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.
José Vilmar Ferreira
Presidente
RG 200.700.205.6443 SSP/CE
CPF 031.150.543-09

[Signature]

Eduardo Gomes Santos
Diretor Financeiro
RG 01.809.611-5 SSP/RS
CPF 091.245.197-15

[Signature]

AMAZÔNIA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
Flávio Dutra Doehee
Diretor Técnico
RG CREA 38372-MG
CPF 403.556.596-20

[Signature]

Daniel Barbosa Padilha
Procurador
ID: 03062210810, Detran/MG
CPF 897.851.426-04

[Signature]

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Gilberto Moura Valle Filho
Procurador
RG: 6.958.838-7 SSP-SP
CPF: 975.999.058-04

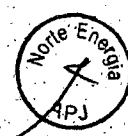
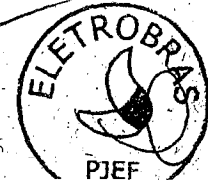
[Signature]

Daniel Barbosa Padilha
Procurador
ID: 03062210810 Detran/MG
CPF 897.851.426-04

[Signature]

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

Gilberto Moura Valle Filho
Procurador
RG: 6.958.838-7 SSP-SP
CPF: 975.999.058-04



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

Zeite Vasconcelos

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento

R6 42595388 SSP/MG

CPF 251.704.146-68

LIGHTS.A.

bbdoras

Lady Batista de Marais

Diretora de Gestão de Pessoas

RG 1642614-2 SPTF/GO

CPF 381.874.501-34

NEOENERGIA S.A.

(*D. Dorais*)
Lady Batista de Mar

Lady Batista de Marais

Diretora de Gestão de Pessoas

RG 1642614-2 SPTF/GO

CPF 381.874.501-34

TESTEMUNHAS ^{CPF}

~~Falsely~~

Nome: FABIANE S. VAZ

Identidade: 11.165.717-7

CPF: 110.691.007-90

Paul M. B. S.

Nomé:

Identidade:

GPF:

Paulo Roberto da Silva Alves

RD 12639835-7 RJ

CPF: 084189007-42

179 OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: JOAO BATISTA ZOLINI
CARNEIRO, EVANDRO LEITE VASCONCELOS, ERIK DA COSTA BREYER e LADY
BATISTA DE MORAIS (Cod: 0226F896C84R)

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2012. Conf. por: ---
Em testemunho --- da verdade. Serventia

Lino da Silva Silveira Junior - Aut

inf. por:

Serventia

30% TJ+FUNDOS


Total

BNDES

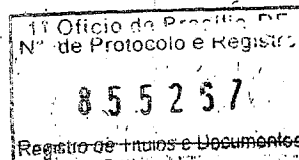
Jonathan Willis Fernandez Hadlich
Abogado



PETROS
 14
 JUR/CS
 Maria Cortesi



REGISTRADO SOB O NUMERO 01378196



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

ANEXO I - ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras auditadas por empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários, em base anual, a saber:

A) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE

- (+) EBITDA
- (-) Imposto de Renda
- (-) Contribuição Social

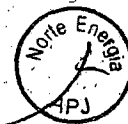
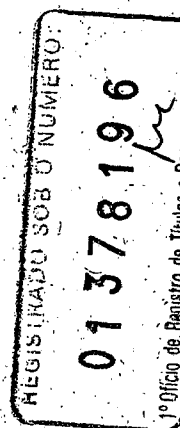
B) SERVICO DA DÍVIDA

- (+) Amortização de Principal
- (+) Pagamento de Juros

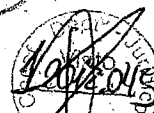
$$C = \text{ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA} = (A) / (B)$$

O EBITDA corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+) Lucro Líquido;
- (+) Despesa (receita) financeira líquida;
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais;
- (+) Depreciações e amortizações;
- (+) Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais; e,
- (+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.



Jonathan Willis Fernandez Hadlich
Advogado



Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com interveniência de terceiros;

ANEXO II - Escopo mínimo para a contratação dos serviços de auditoria socioambiental independente

O escopo para contratação da empresa de auditoria ambiental compreende a averiguação da regularidade socioambiental do PROJETO. Deverá ser demonstrado o cumprimento adequado e tempestivo das condicionantes socioambientais incluídas nas licenças, autorizações, outorgas, permissões, ordens judiciais, termos de ajustamento de conduta e de compromisso e ofícios expedidos pelos órgãos competentes referentes ao projeto, de acordo com o cronograma neles estipulado ou outro que venha a ser definido por autoridade competente. A averiguação da regularidade socioambiental deverá avaliar especialmente, mas sem se limitar:

- A conformidade com a legislação ambiental aplicável;
- O cumprimento das condicionantes das licenças prévia, de instalação e de operação;
- A efetiva execução dos Planos, Programas e Projetos do Projeto Básico Ambiental e do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena conforme os cronogramas previstos;
- A obtenção das autorizações para supressão da vegetação, implantação das linhas de transmissão e da infraestrutura necessária à execução do projeto, exploração de jazidas e áreas de botafora, lançamento de ensecadeiras e demais atividades e/ou estruturas necessárias para a execução do projeto;
- A realização de estudos, projetos e planos solicitados pelos órgãos socioambientais;
- O monitoramento de indicadores da qualidade da água, durante a implantação e a operação da usina, no trecho de vazão reduzida (Volta Grande do rio Xingu) e na área alagada dos canais;
- O monitoramento de indicadores de qualidade dos serviços sociais essenciais de forma a avaliar sua atual condição e assegurar que a infraestrutura existente durante a construção e operação do empreendimento é suficiente para que estes indicadores mantenham níveis iguais ou superiores aos existentes antes do início das obras;

Os resultados da averiguação da regularidade socioambiental deverão ser apresentados em Relatórios Trimestrais durante todo o período do financiamento, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada exercício, a partir de julho de 2013.

Além da averiguação de regularidade socioambiental, a empresa de auditoria deverá informar ao BNDES os indicadores socioambientais, apresentados na Tabela a seguir:

Indicadores socioambientais do empreendimento

	Periodicidade de Apuração	Início da Apuração	Fonte
Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios da Área de Influência Direta da UHE Belo Monte (por município e média ponderada da região)	Decenal	2010	
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal dos municípios da AID (por município e média ponderada da região)	Anual	2010	
Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico dos municípios da AID (por município e média ponderada da região)	Anual	2010	
Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde dos municípios da AID (por município e média ponderada da região)	Anual	2010	



1º Ofício de Brasília DF
Nº de Protocolo e Registro:
855257
Registro de Títulos e Documentos

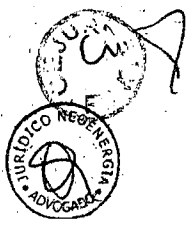
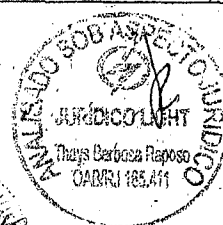
Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com intervenção de terceiros

Mortalidade infantil nos municípios da AID (por município e média ponderada da região)	Anual	2010	
Incidência de malária nos municípios da AID (por município e média ponderada da região)	Anual	2010	
Renda per capita nos municípios da AID (por município e média ponderada da região)	Anual	2010	
Percentual da população economicamente ativa com carteira assinada (por município e média ponderada da região)	Anual	2010	
Percentual da população vivendo em condições de pobreza na AID (por município e média ponderada da região)	Decenal	2010	
Percentual de residências com acesso ao abastecimento de água dividido pelo número total de residências de Altamira e Vitória do Xingu	Anual	2010	
Percentual de residências com acesso ao abastecimento de água disponibilizado pelo projeto dividido pelo número total de residências com abastecimento de água	Anual	2010	
Percentual de residências com acesso à coleta e tratamento de esgotos dividido pelo número total de residências de Altamira e Vitória do Xingu	Anual	2010	
Percentual de residências com acesso à coleta e tratamento de esgotos disponibilizado pelo projeto dividido pelo número total de residências com coleta e tratamento de esgotos	Anual	2010	
Percentual de residências com acesso à disposição do lixo em aterros dividido pelo número total de residências de Altamira e Vitória do Xingu	Anual	2010	
Percentual de residências com acesso à disposição do lixo em aterros disponibilizados pelo projeto dividido pelo número total de residências com disposição do lixo em aterros	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de leitos disponíveis em hospitais e a quantidade de leitos demandada	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de leitos disponibilizados pelo projeto em hospitais e a quantidade total de leitos disponíveis	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de unidades de saúde disponíveis e a quantidade demandada	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de unidades de saúde disponibilizadas pelo projeto e a quantidade total de unidades disponíveis	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de vagas disponíveis em escolas e a quantidade demandada	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de vagas em escolas disponibilizadas pelo projeto e a quantidade total de vagas disponíveis	Anual	2010	
Vazões mínimas mensais no trecho de vazão reduzida de acordo com o hidrograma de consenso	Anual	2010	
Percentual de amostras de água do reservatório do Xingu em conformidade com as Resoluções CONAMA	Anual	2010	

01378196
Norte Energia
Registro de Títulos e Documentos de BH



Jonathan Willis Fernandez Hedlich
Advogado





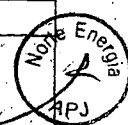
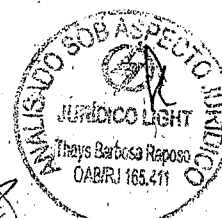
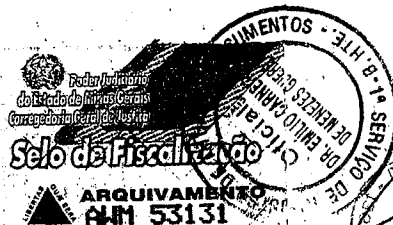
Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com interveniência de terceiros

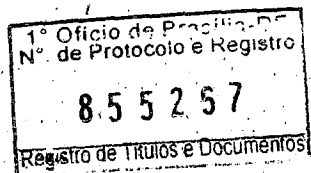
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
01378196
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

Percentual de amostras de água da Volta Grande do Xingu em conformidade com as Resoluções CONAMA	Anual	2010	
Percentual de amostras de água da Ria do Xingu em conformidade com as Resoluções CONAMA	Anual	2010	
Quantidade de famílias realocadas ou indenizadas em relação ao total de famílias atingidas	Anual		
Número total de empregos diretos gerados pelo projeto	Anual	2010	
Percentual realizado de execução física do Projeto Básico Ambiental em relação ao previsto	Anual	2012	
Percentual realizado de execução financeira do Projeto Básico Ambiental em relação ao previsto	Anual	2012	
Percentual de realização física do projeto de abastecimento de água de Altamira	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do projeto de abastecimento de água de Altamira	Anual	2012	
Percentual de realização física do projeto de esgotamento sanitário de Altamira	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do projeto de esgotamento sanitário de Altamira	Anual	2012	
Percentual de realização física do projeto do aterro sanitário de Altamira	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do projeto do aterro sanitário de Altamira	Anual	2012	
Percentual de realização física do projeto de abastecimento de água de Vitória do Xingu	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do projeto de abastecimento de água de Vitória do Xingu	Anual	2012	
Percentual de realização física do projeto de esgotamento sanitário de Vitória do Xingu	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do projeto de esgotamento sanitário de Vitória do Xingu	Anual	2012	
Percentual de realização física do projeto do aterro sanitário de Vitória do Xingu	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do projeto do aterro sanitário de Vitória do Xingu	Anual	2012	
Percentual de realização física do projeto de saneamento de Belo Monte	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do projeto de saneamento de Belo Monte	Anual	2012	
Percentual de realização física do Plano de Saúde Pública	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do Plano de Saúde Pública	Anual	2012	
Percentual de realização física do Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e serviços de educação	Anual	2012	



Nathan Willis Fernandez Hadlich
Advogado

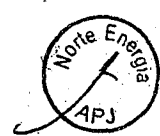




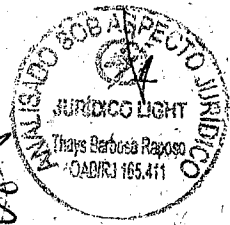
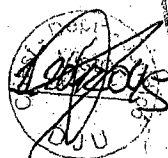
Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com interveniência de terceiros

Percentual de realização financeira do Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e serviços de educação	Anual	2012	
Percentual de realização física do Projeto de Reassentamento Urbano	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do Projeto de Reassentamento Urbano	Anual	2012	
Percentual de realização física do Projeto de Reassentamento Rural	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do Projeto de Reassentamento Rural	Anual	2012	
Percentual de realização física do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena	Anual	2012	
Percentual de realização física do sistema de transposição de embarcações	Anual	2012	
Percentual de mão de obra desmobilizada qualificada em relação ao total de mão de obra desmobilizada	Anual	2012	

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
01378196
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos



Jonathan Willis Fernandez Hadlich
Advogado





1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
855257
Registro de Títulos e Documentos

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Norte Energia, com interveniência de terceiros

Anexo III
Indicadores do PROJETO

Indicadores	Início da apuração
Percentual da capacidade de geração da UHE Belo Monte em relação à capacidade prevista no contrato de concessão no período	2015
Percentual de geração de energia da UHE Belo Monte em relação à geração prevista no contrato de concessão no período	2015
Percentual de execução física realizada do empreendimento	2012
Execução física realizada do empreendimento dividida pela execução física prevista no período (acumulado)	2012
Execução financeira realizada do empreendimento dividida pela execução financeira prevista no período (acumulado)	2012
Relação entre a quantidade de unidades geradoras instaladas no sítio Pimental e a quantidade prevista	2015
Relação entre a quantidade de unidades geradoras instaladas no sítio Belo Monte e a quantidade prevista	2016
Execução física realizada da etapa de construção do canal de derivação e diques	2012
Execução física realizada da etapa de construção do canal de derivação e diques dividida pela execução física prevista no período (acumulado)	2012
Execução financeira realizada da etapa de construção do canal de derivação e diques dividida pela execução financeira prevista no período (acumulado)	2012
Execução física realizada da etapa de construção das barragens no sítio Pimental	2012
Execução física realizada da etapa de construção das barragens no sítio Pimental dividida pela execução física prevista no período (acumulado)	2012
Execução financeira realizada da etapa de construção das barragens no sítio Pimental dividida pela execução financeira prevista no período (acumulado)	2012
Execução física realizada da etapa de construção da casa de força complementar	2012
Execução física realizada da etapa de construção da casa de força complementar dividida pela execução física prevista no período (acumulado)	2012
Execução financeira realizada da etapa de construção da casa de força complementar dividida pela execução financeira prevista no período (acumulado)	2012
Execução física realizada da etapa de montagem eletromecânica na casa de força complementar	2012
Execução física realizada da etapa de montagem eletromecânica na casa de força complementar dividida pela execução física prevista no período (acumulado)	2012
Execução financeira realizada da etapa de montagem eletromecânica na casa de força complementar dividida pela execução financeira prevista no período (acumulado)	2012
Execução física realizada da etapa de construção da casa de força principal	2012
Execução física realizada da etapa de construção da casa de força principal dividida pela execução física prevista no período (acumulado)	2012
Execução financeira realizada da etapa de construção da casa de força principal dividida pela execução financeira prevista no período (acumulado)	2012
Execução física realizada da etapa de montagem eletromecânica na casa de força principal	2012

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

01378196



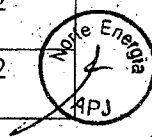
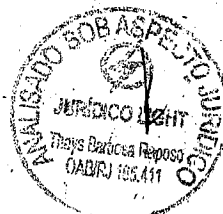
Nathan Willis Fernandez Hadlich
Advogado

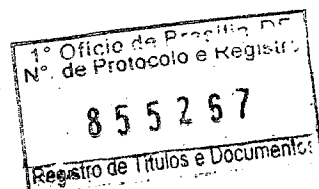
Poder Judiciário
do Estado de Minas Gerais
Corregedoria Geral da Justiça

Selo de Fiscalização



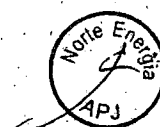
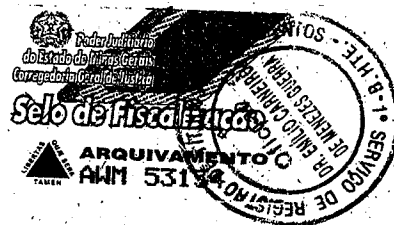
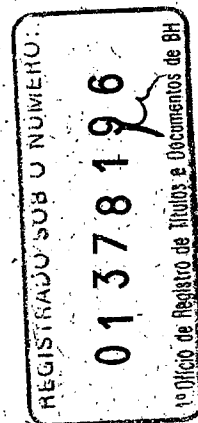
ARQUIVAMENTO
AJM 53133





Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Norte Energia, com interveniência de terceiros

Execução física realizada da etapa de montagem eletromecânica na casa de força principal dividida pela execução física prevista no período (acumulado)	2012
Execução financeira realizada da etapa de montagem eletromecânica na casa de força principal dividida pela execução financeira prevista no período (acumulado)	2012
Execução física realizada da etapa de construção do sistema de transmissão e conexão ao SIN	2012
Execução física realizada da etapa de construção do sistema de transmissão e conexão ao SIN dividida pela execução física prevista no período (acumulado)	2012
Execução financeira realizada da etapa de construção do sistema de transmissão e conexão ao SIN dividida pela execução financeira prevista no período (acumulado)	2012



Thays Willis Fernandez Hadlich
Advogado





BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.327, DE 25 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de abril de 2014, com base no disposto nos arts. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, 2º, inciso VI, e 9º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, 20, § 1º, da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, 7º da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, 1º, inciso II, da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 1º, § 1º, e 12, inciso V, da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, e 6º do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969,

RESOLVEU:

CAPÍTULO I DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as diretrizes que, considerados os princípios de relevância e proporcionalidade, devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Para fins do estabelecimento e da implementação da PRSA, as instituições referidas no **caput** devem observar os seguintes princípios:

I - relevância: o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição; e

II - proporcionalidade: a compatibilidade da PRSA com a natureza da instituição e com a complexidade de suas atividades e de seus serviços e produtos financeiros.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Art. 2º A PRSA deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, são partes interessadas os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que, conforme avaliação da instituição, sejam impactadas por suas atividades.

§ 2º A PRSA deve estabelecer diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

§ 3º As instituições mencionadas no art. 1º devem estimular a participação de partes interessadas no processo de elaboração da política a ser estabelecida.

§ 4º Admite-se a instituição de uma PRSA por:

I - conglomerado financeiro; e

II - sistema cooperativo de crédito, inclusive a cooperativa central de crédito, e, quando houver, a sua confederação e banco cooperativo.

§ 5º A PRSA deve ser objeto de avaliação a cada cinco anos por parte da diretoria e, quando houver, do conselho de administração.

CAPÍTULO III DA GOVERNANÇA

Art. 3º As instituições mencionadas no art. 1º devem manter estrutura de governança compatível com o seu porte, a natureza do seu negócio, a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da PRSA.

§ 1º A estrutura de governança mencionada no **caput** deve prover condições para o exercício das seguintes atividades:

I - implementar as ações no âmbito da PRSA;

II - monitorar o cumprimento das ações estabelecidas na PRSA;

III - avaliar a efetividade das ações implementadas;

IV - verificar a adequação do gerenciamento do risco socioambiental estabelecido na PRSA; e

V - identificar eventuais deficiências na implementação das ações.

§ 2º É facultada a constituição de comitê de responsabilidade socioambiental, de natureza consultiva, vinculado ao conselho de administração ou, quando não houver, à diretoria executiva, com a atribuição de monitorar e avaliar a PRSA, podendo propor aprimoramentos.

§ 3º Na hipótese de constituição do comitê a que se refere o § 2º, a instituição deve divulgar sua composição, inclusive no caso de ser integrado por parte interessada externa à instituição.

CAPÍTULO IV DO GERENCIAMENTO DO RISCO SOCIOAMBIENTAL

Art. 4º Para fins desta Resolução, define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições mencionadas no art. 1º decorrentes de danos socioambientais.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 5º O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.

Art. 6º O gerenciamento do risco socioambiental das instituições mencionadas no art. 1º deve considerar:

I - sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição;

II - registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;

III - avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e

IV - procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Art. 7º As ações relacionadas ao gerenciamento do risco socioambiental devem estar subordinadas a uma unidade de gerenciamento de risco da instituição.

Parágrafo único. Independente da exigência prevista no **caput**, procedimentos para identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental podem ser também adotados em outras estruturas de gerenciamento de risco da instituição.

Art. 8º As instituições mencionadas no art. 1º devem estabelecer critérios e mecanismos específicos de avaliação de risco quando da realização de operações relacionadas a atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As instituições mencionadas no art. 1º devem estabelecer plano de ação visando à implementação da PRSA.

Parágrafo único. O plano mencionado no **caput** deve definir as ações requeridas para a adequação da estrutura organizacional e operacional da instituição, se necessário, bem como as rotinas e os procedimentos a serem executados em conformidade com as diretrizes da política, segundo cronograma especificado pela instituição.

Art. 10. A PRSA e o respectivo plano de ação mencionado no art. 9º devem ser aprovados pela diretoria e, quando houver, pelo conselho de administração, assegurando a adequada integração com as demais políticas da instituição, tais como a de crédito, a de gestão de recursos humanos e a de gestão de risco.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 11. As instituições mencionadas no art. 1º devem aprovar a PRSA e o respectivo plano de ação, na forma prevista no art. 10, e iniciar a execução das ações correspondentes ao plano de ação segundo o cronograma a seguir:

I - até 28 de fevereiro de 2015, por parte das instituições obrigadas a implementar o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap), conforme regulamentação em vigor; e

II - até 31 de julho de 2015, pelas demais instituições.

Art. 12. As instituições mencionadas no art. 1º devem:

I - designar diretor responsável pelo cumprimento da PRSA;

II - formalizar a PRSA e assegurar sua divulgação interna e externa; e

III - manter documentação relativa à PRSA à disposição do Banco Central do Brasil.

Art. 13. O Banco Central do Brasil poderá determinar a adoção de controles e procedimentos relativos à PRSA, estabelecendo prazo para sua implementação.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alexandre Antonio Tombini
Presidente do Banco Central do Brasil

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28/4/2014, Seção 1, p. 22, e no Sisbacen.

Anexo I à Resolução nº 2342/2012-BNDES

23. ÁREA DE MEIO AMBIENTE**A - Atribuições**

- a) fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos ambientais e de atividades sustentáveis, inclusive no âmbito do Fundo Amazônia, bem como desenvolver ações institucionais visando ao estabelecimento de parcerias e à articulação com outras entidades e órgãos públicos e privados, observadas as Diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- b) acompanhar os setores sob sua responsabilidade com vistas a identificar nichos de mercado, riscos e oportunidades setoriais, levando-se em conta os impactos na balança comercial, os processos de inovação tecnológica e os acordos internacionais, e a otimizar as aplicações e o retorno financeiro e social dos recursos investidos pelo Sistema BNDES, elaborando os respectivos estudos;
- c) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação de seus pedidos, objetivando sua apresentação em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
- d) apoiar a Área de Planejamento na elaboração das instruções de solicitação de apoio do Sistema BNDES, nos setores sob sua responsabilidade;
- e) acompanhar e orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração de projetos relativos aos setores sob sua responsabilidade enquadrados pela área competente do BNDES;
- f) analisar, contratar e acompanhar as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade;
- g) encaminhar à Área de Crédito as operações sob sua responsabilidade que ingressarem em curso problemático;
- h) subsidiar a Área de Planejamento na atividade de desenvolvimento de programas e produtos de interesse da Área;
- i) manter informações atualizadas das operações de beneficiários dos setores sob sua responsabilidade;
- j) subsidiar as atividades operacionais da Área mediante reunião, organização, produção e obtenção de conhecimento especializado necessário;
- k) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias, relacionados a temas de interesse da Área;
- l) subsidiar as demais Unidades Fundamentais em matérias socioambientais;

Luise Angela Cunha Veloso
Chefe de Departamento
ARH/DEJURH

Oliver Azevedo Tuppan
Chefe de Departamento
ARH/DEJURH

Anexo I à Resolução nº 2362 /2012-BNDES

- m) acompanhar a atuação do Sistema BNDES em matérias socioambientais, desenvolvendo ações institucionais e de representação relativas a temas socioambientais;
- n) observar as diretrizes fixadas pela Área Jurídica, no que se refere aos aspectos legais das matérias sob seu exame; e
- o) elaborar a proposta orçamentária da Área, acompanhando a execução do orçamento.

B - Estrutura Básica**Unidades Administrativas Principais**

- Nível de Departamento

Departamento de Meio Ambiente – AMA/DEMAM

Departamento de Gestão do Fundo Amazônia – AMA/DEFAM

- Nível de Gerência Executiva

Gerência Executiva Jurídica de Meio Ambiente – AMA/JUAMA

C - Atribuições das Unidades Administrativas Principais**1. Do Departamento de Meio Ambiente**

- a) fomentar, estruturar, contratar e acompanhar operações ambientais e de atividades sustentáveis não reembolsáveis, não relacionadas direta ou indiretamente ao Fundo Amazônia, bem como desenvolver ações institucionais visando ao estabelecimento de parcerias e articulação com outras entidades e órgãos públicos e privados, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- b) prover suporte técnico, sempre que demandada, às demais Unidades Fundamentais do BNDES, nos aspectos ambientais das operações sob a responsabilidade daquelas;
- c) subsidiar a Área de Planejamento na atividade de desenvolvimento de programas e produtos de apoio a projetos e atividades ambientais;
- d) prover suporte técnico, sempre que demandada, à Área Internacional na atividade de captação de recursos, principalmente junto aos organismos multilaterais;

Luiza Angela Castro
Chefe de Departamento
ARH/BNDES

Oliver Azaveiro Tuppan
Chefe de Departamento
ARH/DEJURH

Anexo I à Resolução nº 234/2012-BNDES

- e) exercer as atividades de coordenação do Grupo de Trabalho Socioambiental;
- f) promover, em conjunto com a Área de Recursos Humanos e a Área de Planejamento, a permanente atualização e capacitação do corpo funcional das empresas do Sistema BNDES em questões ambientais quanto a procedimentos, tecnologia, inovação, produtos e mercados; bem como desenvolver, em conjunto com Área de Planejamento, atividades de estudos e conhecimento socioambiental, com o objetivo de promover a ampliação e aprofundamento da ação do Sistema BNDES;
- g) atualizar os sistemas e o sítio eletrônico de meio ambiente e desenvolvimento sustentável na *Intranet* BNDESnet;
- h) elaborar e atualizar os guias de procedimentos socioambientais, em conjunto com a Área de Planejamento e demais Unidades Fundamentais;
- i) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
- j) analisar e contratar as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade, com base nas minutas-padrão aprovadas pela Área Jurídica;
- k) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação dos seus pedidos, objetivando sua apresentação em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
- l) implementar todos os atos necessários as liberações de recursos para as operações sob sua responsabilidade;
- m) alimentar os sistemas de informações gerenciais do Sistema BNDES relativamente aos beneficiários sob sua responsabilidade;
- n) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias relacionados a temas de interesse do Departamento;
- o) apoiar a Área de Planejamento na elaboração das instruções de solicitação de apoio do Sistema BNDES, nos setores sob sua responsabilidade; e
- p) zelar pela uniformização dos procedimentos, inclusive aqueles que envolvam questões de natureza jurídica, observando as normas operacionais aprovadas pela Diretoria.

Luís Augusto Lima e Sousa
Chefe de Departamento
ARH/BNDES

Oliver Azavedo Tuppan
Chefe do Departamento
ARH/DEJURH

Anexo I à Resolução nº 234 2/2012-BNDES

2. Do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia

- a) fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento previstos na legislação aplicável ao Fundo Amazônia, bem como desenvolver ações institucionais visando ao estabelecimento de parcerias e articulação com outras entidades e órgãos públicos e privados, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- b) fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos socioambientais e de atividades sustentáveis relacionados com a região amazônica e que sejam complementares a ações do Fundo Amazônia, inclusive com utilização de recursos de outras fontes do BNDES;
- c) atuar, em conjunto com as Áreas Financeira e Internacional, para a captação de doações destinadas ao Fundo Amazônia;
- d) elaborar relatórios de prestações de contas e gerenciais acerca das operações financiadas com recursos do Fundo Amazônia;
- e) exercer as atividades de secretaria executiva do Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA, bem como elaborar e emitir diplomas a serem atribuídos aos doadores do Fundo Amazônia;
- f) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
- g) analisar e contratar as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade, com base nas minutas-padrão aprovadas pela Área Jurídica;
- h) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação dos seus pedidos, objetivando sua apresentação em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
- i) implementar todos os atos necessários às liberações de recursos para as operações e projetos sob sua responsabilidade;
- j) alimentar os sistemas de informações gerenciais do Sistema BNDES relativamente aos beneficiários, empresas ou fundos de investimento sob sua responsabilidade;
- k) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias relacionados a temas de interesse do Departamento;
- l) apoiar a Área de Planejamento na elaboração das instruções de solicitação de apoio do Sistema BNDES, nos setores sob sua responsabilidade;

Anexo I à Resolução nº 2342/2012-BNDES

- m) apoiar, sempre que demandado, as Unidades Fundamentais do Sistema BNDES em atividades relacionadas à gestão do Fundo Amazônia;
- n) subsidiar as atividades operacionais do Departamento mediante a reunião, organização, produção e obtenção de conhecimento especializado associado aos objetivos da atuação do Fundo Amazônia;
- o) manter atualizado o banco de dados e informações sobre as áreas temáticas relacionadas e passíveis de aplicação de recursos do Fundo Amazônia;
- p) pesquisar e acompanhar a divulgação de indicadores relacionados aos resultados do Fundo Amazônia subsidiando a montagem e atualização permanente do sistema de gestão e monitoramento dos projetos e seus impactos;
- q) manter atualizado e gerir o conteúdo temático do site do Fundo Amazônia;
- r) elaborar relatórios e publicar relatos setoriais temáticos para apoiar as atividades das unidades operacionais do Departamento;
- s) gerir as atividades de conhecimento componentes dos acordos de cooperação técnica firmados no âmbito do Fundo Amazônia;
- t) organizar e coordenar oficinas e seminários para a disseminação de informações e intercâmbio de conhecimento, experiências e capacitação; e
- u) zelar pela uniformização dos procedimentos, inclusive aqueles que envolvam questões de natureza jurídica, observando as normas operacionais aprovadas pela Diretoria.

3. Da Gerência Executiva Jurídica de Meio Ambiente

- a) responder às demandas da Área de Meio Ambiente no que se refere aos assuntos jurídicos relativos às atividades dessa área, especialmente às análises das operações e respectivas contratações;
- b) observar as normas aprovadas pela Diretoria do BNDES, as orientações e padrões do Comitê de Padronização de Procedimentos Jurídicos, os pareceres e outros documentos, assemelhados, emanados pela Superintendência da Área Jurídica; e

Lúcio Angelo Cunha
Chefe da Superintendência
ARH/DEJURH

Oliver Azevedo Tuppan
Chefe de Departamento
ARH/DEJURH

Anexo I à Resolução nº 234 2/2012-BNDES

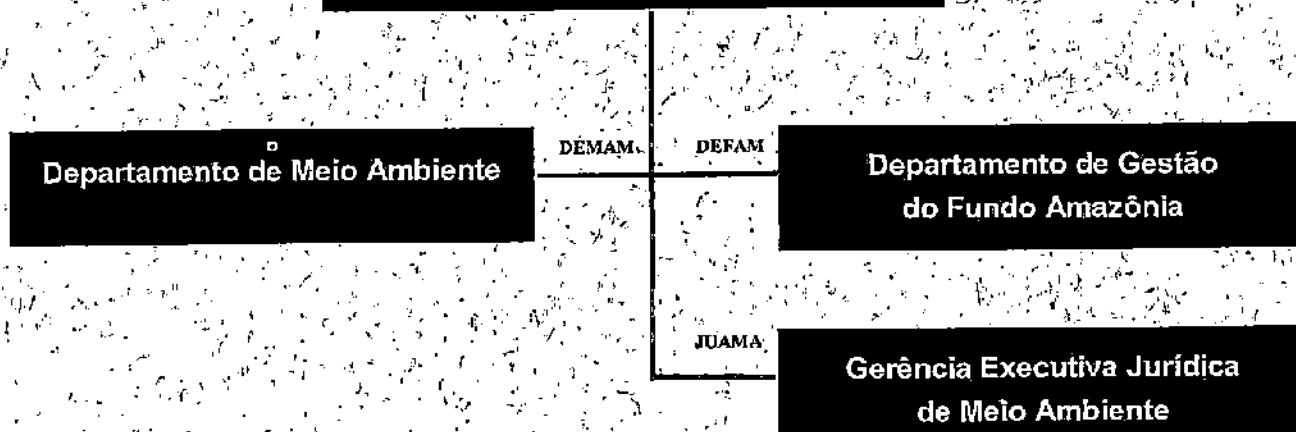
- c) contribuir para aperfeiçoamento dos serviços jurídicos do BNDES, encaminhando à apreciação do Superintendente da Área Jurídica todas as questões jurídicas identificadas, no exercício de suas funções, que necessitem elaboração de estudos, emissão de pareceres, revisão ou estabelecimento de padrões e alteração de normas.


SIC 99903000607201900
BNDES


Luiz Paulo Oliveira
Chefe de Departamento
ARH/DEJURH

Oliver Azevedo Tuppen
Chefe de Departamento
ARH/DEJURH

Anexo I à Resolução nº 2342/2012-BNDES

D - Organograma**ÁREA DE MEIO AMBIENTE – AMA**


Lidia Assis, Cunha, Ribeiro
Chefe de Departamento
ARH/BNDES


Oliver Azevedo Tuppan
Chefe de Departamento
ARH/DEJURH

ANEXO À RESOLUÇÃO DIR Nº 30 2 4 /2016 - BNDES**16. ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL****A- Atribuições**

- a) fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos ambientais e de atividades sustentáveis, inclusive no âmbito do Fundo Amazônia;
- b) fomentar, estruturar e acompanhar projetos que visem à modernização da administração tributária e da gestão pública nos Estados, Distrito Federal, Municípios e demais clientes sob sua responsabilidade;
- c) estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda por meio de apoio a empreendimentos coletivos produtivos, urbanos ou rurais, utilizando recursos reembolsáveis e não reembolsáveis;
- d) acompanhar os setores sob sua responsabilidade com vistas a identificar nichos de mercado, riscos e oportunidades setoriais, levando-se em conta os impactos na balança comercial, os processos de inovação tecnológica e os acordos internacionais, e a otimizar as aplicações e o retorno financeiro e social dos recursos investidos pelo Sistema BNDES, elaborando os respectivos estudos;
- e) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação de seus pedidos, objetivando sua apresentação em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
- f) apoiar a Área de Planejamento e Pesquisa na elaboração das instruções de solicitação de apoio do Sistema BNDES, nos setores sob sua responsabilidade;
- g) acompanhar e orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração de projetos relativos aos setores sob sua responsabilidade enquadrados pela área competente do BNDES;
- h) analisar, contratar e acompanhar as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade;
- i) encaminhar à Área de Crédito as operações sob sua responsabilidade que ingressarem em curso problemático;
- j) subsidiar a Área de Planejamento e Pesquisa na atividade de desenvolvimento de programas e produtos de interesse da Área;
- k) manter informações atualizadas das operações de beneficiários dos setores sob sua responsabilidade;
- l) subsidiar as atividades operacionais da Área mediante reunião, organização, produção e obtenção de conhecimento especializado necessário;
- m) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias, relacionados a temas de interesse da Área;



Julia Fonseca de Siqueira
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2



Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AARH/DEPARH




Paula Baglionevsky de Souza
Chefe de Departamento
AJ/DNORM



Maria Alves Felipe
Gerente
AJ/DNORM/IGNORM1

130



Roberta Ferraz
Advogada
AJ/DNORM/IGNORM1



Carolina Schwaibach Oliveira Ribeiro
Advogada

ANEXO À RESOLUÇÃO DIR Nº 30 2 4 /2016 - BNDES

- n) desenvolver ações institucionais relacionadas às suas atividades junto a órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, organismos regionais, estaduais e municipais representativos dos diversos segmentos da atividade econômica e social, entidades acadêmicas, outros segmentos organizados da sociedade e fóruns setoriais
- o) dar suporte às demais unidades do BNDES na abordagem integrada dos temas socioambiental e desenvolvimento regional e territorial, nos aspectos de sustentabilidade relativos às suas atividades e na promoção da responsabilidade social corporativa
- p) acompanhar a atuação do Sistema BNDES em matérias socioambientais;
- q) formular e propor a política de atuação do Sistema BNDES no setor de gestão pública;
- r) observar as diretrizes fixadas pela Área Jurídica, no que se refere aos aspectos legais das matérias sob seu exame;
- s) elaborar a proposta orçamentária da Área, acompanhando a execução do orçamento; e
- t) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pela autoridade superior a qual estiver vinculada.

B- Estrutura Básica*Unidades Administrativas Principais*


- Nível de Departamento
 - . Departamento de Meio Ambiente – AGS/DEMAM
 - . Departamento de Gestão do Fundo Amazônia – AGS/DEFAM
 - . Departamento de Gestão Pública – AGS/DEGEP
 - . Departamento de Inclusão Produtiva – AGS/DIPRO
- Nível de Gerência Executiva
 - . Gerência Executiva Jurídica de Gestão Pública e Socioambiental – AGS/JUAGS



Julia Fonseca de Siqueira
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2

C- Atribuições das Unidades Administrativas Principais**1. Do Departamento de Meio Ambiente**

- a) fomentar, estruturar e contratar, com base nas minutas-padrão aprovadas pela Área Jurídica, operações ambientais e de atividades sustentáveis



Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AARH/DEPARH



Paula Bagrichevsky de Souza
Chefe de Departamento
AJ/DNORM



Maria Alves Felipe
Gerente
AJ/DNORM/GNORM1

131



Roberta Ferraz
Advogada
AJ/DNORM/GNORM1



Carolina Schabach Oliveira Ribeiro
Advogada

ANEXO À RESOLUÇÃO DIR Nº 30 2 4 /2016 - BNDES

reembolsáveis e não reembolsáveis, não relacionadas direta ou indiretamente ao Fundo Amazônia;


- b) fomentar, estruturar e contratar, com base nas minutas-padrão aprovadas pela Área Jurídica, projetos que visem à modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos dos Municípios, bem como à modernização da administração tributária nos Estados e no Distrito Federal sob sua responsabilidade;
- c) contribuir na articulação interna do Sistema BNDES e na atuação institucional junto a outros órgãos e entidades da Administração Pública, organismos internacionais e entidades representativas da sociedade, visando à formulação e avaliação de políticas voltadas ao desenvolvimento socioambiental, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- d) contribuir na implementação das diretrizes do Planejamento Corporativo relacionadas com as políticas acerca do desenvolvimento socioambiental no âmbito de atuação do Sistema BNDES;
- e) dar suporte às demais unidades do BNDES na abordagem integrada do tema socioambiental na atuação do BNDES, inclusive nos aspectos de sustentabilidade relativos às suas operações e atividades, bem como na promoção da responsabilidade social corporativa;
- f) subsidiar a Área de Planejamento e Pesquisa na atividade de desenvolvimento de programas e produtos de apoio a projetos e atividades ambientais;
- g) prover suporte técnico, sempre que demandada, na atividade de captação de recursos, principalmente junto aos organismos multilaterais;
- h) contribuir para a gestão do conhecimento acerca do tema socioambiental e atuar, em conjunto com as demais Unidades do BNDES, na promoção da capacitação e no desenvolvimento de competências relacionadas ao tema no âmbito corpo funcional das empresas do Sistema BNDES;
- i) subsidiar e trabalhar, conjuntamente com as demais Unidades do BNDES, em questões relativas ao tema socioambiental, em especial nos processos de elaboração, revisão e implementação das políticas internas e seus processos de apoio do Sistema BNDES;
- j) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
- k) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação dos seus pedidos, objetivando sua apresentação em conformidade com os procedimentos e as normas internas;



Julia Fonseca de Siqueira
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2



Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AARH/DEPARH



Paula Bagrichevsky de Souza
Chefe de Departamento
AJ/DNORM



Juliana Alves Felipe
Gerente
AJ/DNORM/GNORM1



Roberta Ferraz
Advogada
AJ/DNORM/GNORM1



Caroline Schabach Oliveira Ribeiro
Advogada

ANEXO À RESOLUÇÃO DIR Nº 30 2 4 /2016 - BNDES

- l) implementar todos os atos necessários às liberações de recursos para as operações sob sua responsabilidade;
- m) alimentar os sistemas de informações gerenciais do Sistema BNDES relativamente aos beneficiários sob sua responsabilidade;
- n) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias relacionados a temas de interesse do Departamento;
- o) coordenar e/ou secretariar os grupos de trabalho temáticos e Comitês relacionados à dimensão socioambiental;
- p) apoiar a Área de Planejamento e Pesquisa na elaboração das instruções de solicitação de apoio do Sistema BNDES, nos setores sob sua responsabilidade;
- q) zelar pela uniformização dos procedimentos, inclusive aqueles que envolvam questões de natureza jurídica, observando as normas operacionais aprovadas pela Diretoria; e
- r) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Superintendente.

2. Do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia

- a) fomentar, estruturar e contratar, com base nas minutas-padrão aprovadas pela Área Jurídica, o desenvolvimento de projetos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento previstos na legislação aplicável ao Fundo Amazônia;
- b) fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos socioambientais e de atividades sustentáveis relacionados com a região amazônica e que sejam complementares a ações do Fundo Amazônia, inclusive com utilização de recursos de outras fontes do BNDES;
- c) desenvolver ações institucionais visando ao estabelecimento de parcerias e articulação com outras entidades e órgãos públicos e privados, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- d) atuar, em conjunto com as Áreas Financeira, para a captação de doações destinadas ao Fundo Amazônia;
- e) elaborar relatórios de prestações de contas e gerenciais acerca das operações financiadas com recursos do Fundo Amazônia;
- f) exercer as atividades de secretaria executiva do Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA, bem como elaborar e emitir diplomas a serem atribuídos aos doadores do Fundo Amazônia;



Julia Fonseca de Siqueira
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2




Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AARH/DEPARH



Paula Bagrichevsky de Souza
Chefe de Departamento
AJ/DNORM



Maria Alves Felipe
Gerente
AJ/DNORM/GNORM1




Roberta Ferraz
Advogada
AJ/DNORM/GNORM1



Carollina Schabach Oliveira Ribeiro
Advogada

ANEXO À RESOLUÇÃO DIR Nº 30 2 4/2016 - BNDES


- g) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
- h) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação dos seus pedidos, objetivando sua apresentação em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
- i) implementar todos os atos necessários às liberações de recursos para as operações e projetos sob sua responsabilidade;
- j) alimentar os sistemas de informações gerenciais do Sistema BNDES relativamente aos beneficiários, empresas ou fundos de investimento sob sua responsabilidade;
- k) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias relacionados a temas de interesse do Departamento;
- l) apoiar a Área de Planejamento e Pesquisa na elaboração das instruções de solicitação de apoio do Sistema BNDES, nos setores sob sua responsabilidade;
- m) apoiar, sempre que demandado, as Unidades Fundamentais do Sistema BNDES em atividades relacionadas à gestão do Fundo Amazônia;
- n) subsidiar as atividades operacionais do Departamento mediante a reunião, organização, produção e obtenção de conhecimento especializado associado aos objetivos da atuação do Fundo Amazônia;
- o) manter atualizado o banco de dados e informações sobre as áreas temáticas relacionadas e passíveis de aplicação de recursos do Fundo Amazônia;
- p) pesquisar e acompanhar a divulgação de indicadores relacionados aos resultados do Fundo Amazônia subsidiando a montagem e atualização permanente do sistema de gestão e monitoramento dos projetos e seus impactos;
- q) manter atualizado e gerir o conteúdo temático do site do Fundo Amazônia;
- r) elaborar relatórios e publicar relatos setoriais temáticos para apoiar as atividades das unidades operacionais do Departamento;
- s) gerir as atividades de conhecimento componentes dos acordos de cooperação técnica firmados no âmbito do Fundo Amazônia;
- t) organizar e coordenar oficinas e seminários para a disseminação de informações e intercâmbio de conhecimento, experiências e capacitação;




Julla Fonseca de Stivalma
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2




Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AARH/DEPARH



Paula Bagrichevsky de Souza
Chefe de Departamento
AJ/DNORM



Maria Alves Felipe
Gerente
AJ/DNORM/GNORM1



Roberta Ferraz
Advogada
AJ/DNORM/GNORM1




Carolina Schaeffer Oliveira Ribeiro
Advogada

ANEXO À RESOLUÇÃO DIR Nº 30 2 4 /2016 - BNDES


- u) zelar pela uniformização dos procedimentos, inclusive aqueles que envolvam questões de natureza jurídica, observando as normas operacionais aprovadas pela Diretoria; e
- v) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Superintendente.

3. Do Departamento de Gestão Pública


- a) fomentar, estruturar e contratar, com base nas minutas-padrão aprovadas pela Área Jurídica, projetos que visem à gestão pública nos Estados, Distrito Federal e Municípios sob sua responsabilidade;
- b) desenvolver ações institucionais visando ao estabelecimento de parcerias e à articulação com outras entidades e órgãos públicos e privados, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- c) formular e propor a política de atuação do Sistema BNDES no setor de gestão pública;
- d) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação de seus pedidos, objetivando sua apresentação, em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
- e) apoiar a Área de Planejamento e Pesquisa na elaboração das instruções de solicitação de apoio ao Sistema BNDES nos setores e áreas sob sua responsabilidade;
- f) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
- g) implementar todos os atos necessários às liberações de recursos para os projetos sob sua responsabilidade;
- h) alimentar o sistema de informações gerenciais do Sistema BNDES, relativamente aos beneficiários sob sua responsabilidade;
- i) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias relacionados a temas de interesse do Departamento;
- j) subsidiar as demais Unidades Fundamentais na montagem e análise de operações nas quais estejam envolvidos aspectos referentes aos setores e áreas sob sua responsabilidade; e
- k) zelar pela uniformização dos procedimentos, inclusive aqueles que envolvam questões de natureza jurídica, observando as normas operacionais aprovadas pela Diretoria; e




Julia Fonseca de Siqueira
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2



Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AARH/DEPARH



Paula Benichewsky de Souza
Chefe de Departamento
AJ/DNORM



Maria Alves Felipe
Gerente
AJ/DNORM/GNORM1

135



Roberta Ferraz
Advogada
AJ/DNORM/GNORM1



Carolina Scheibach Chelara Ribeiro
Advogada

ANEXO À RESOLUÇÃO DIR Nº 30 2 4 /2016 - BNDES

- l) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Superintendente.

4. Do Departamento de Inclusão Produtiva

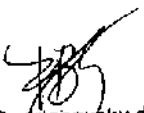
- a) estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda por meio de apoio a empreendimentos produtivos, coletivos ou familiares, no meio urbano ou rural, utilizando recursos reembolsáveis e não reembolsáveis;
- b) desenvolver ações institucionais relacionadas a suas atividades, buscando a articulação com outras entidades e órgãos públicos e privados, representativos dos diversos segmentos da atividade econômica e social, entidades acadêmicas, outros segmentos organizados da sociedade e fóruns setoriais, especialmente aqueles que representam ou lidam com as populações de menor renda ou localizadas nas regiões menos privilegiadas, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- c) contribuir na articulação interna do Sistema BNDES e na atuação institucional junto a outros órgãos e entidades da Administração Pública, organismos internacionais e entidades representativas da sociedade, visando à formulação e avaliação de políticas voltadas ao desenvolvimento regional e territorial, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- d) contribuir na implementação das diretrizes do Planejamento Corporativo relacionadas com as políticas acerca do desenvolvimento regional e territorial no âmbito de atuação do Sistema BNDES;
- e) dar suporte às demais unidades do BNDES na abordagem integrada do tema desenvolvimento regional e territorial na atuação do BNDES;
- f) contribuir para a gestão do conhecimento acerca do desenvolvimento regional e territorial e atuar, em conjunto com as demais Unidades do BNDES, na promoção da capacitação e no desenvolvimento de competências relacionadas ao tema no âmbito corpo funcional das empresas do Sistema BNDES;
- g) coordenar e executar ações, programas e projetos vinculados às políticas governamentais, prioritariamente as de combate à extrema pobreza;
- h) subsidiar e trabalhar, conjuntamente com as demais Unidades do BNDES, em questões relativas ao desenvolvimento regional e territorial, em especial nos processos de elaboração, revisão e implementação das políticas internas e seus processos de apoio do Sistema BNDES;
- i) apoiar a Área de Planejamento e Pesquisa na elaboração das instruções de solicitação de apoio do Sistema BNDES nos programas e fundos operados pelo Departamento;




Julia Fonseca de Siqueira
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2



Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AARH/DEPARH



Paula Badrichensky de Souza
Chefe de Departamento
AJ/DNORM




Maria Aíves Felipe
Gerente
AJ/DNORM/GNORM1

136



Roberta Ferraz
Advogada
AJ/DNORM/GNORM1



Carolina Schatzbach Oliveira Ribeiro
Advogada

ANEXO À RESOLUÇÃO DIR Nº 30 2 4 /2016 - BNDES

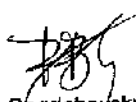
- j) coordenar e/ou secretariar os grupos de trabalho temáticos e Comitês relacionados a desenvolvimento regional e territorial;
- k) gerir e promover a atualização do Sistema de Informações Georreferenciadas – GeoBNDES;
- l) analisar, contratar e acompanhar, com base nas minutas-padrão aprovadas pela Área Jurídica, as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade;
- m) implementar todos os atos necessários às liberações de recursos para os projetos sob sua responsabilidade;
- n) alimentar o sistema de informações gerenciais do Sistema BNDES relativamente aos beneficiários sob sua responsabilidade;
- o) acompanhar e orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração de projetos relativos aos setores sob sua responsabilidade;
- p) manter atualizadas todas as informações relativas a operações sob sua responsabilidade;
- q) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias relacionados a temas de interesse do Departamento;
- r) subsidiar as demais Unidades Fundamentais na montagem e análise de operações nas quais estejam envolvidos aspectos referentes à área sob sua responsabilidade;
- s) zelar pela uniformização dos procedimentos, inclusive aqueles que envolvam questões de natureza jurídica, observando as normas operacionais aprovadas pela Diretoria; e
- t) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Superintendente.


5. Da Gerência Executiva Jurídica de Gestão Pública e Socioambiental

- a) responder às demandas da Área de Gestão Pública e Socioambiental no que se refere aos assuntos jurídicos relativos às atividades dessa área, especialmente às análises das operações e respectivas contratações;
- b) observar as normas aprovadas pela Diretoria do BNDES, as Orientações Normativas - ONs e Minutas-Padrão de Instrumentos Contratuais - MIs, aprovadas no Comitê de Padronização de Procedimentos Jurídicos - CPPJ, bem como os pareceres e outros documentos emitidos pela Área Jurídica;
- c) contribuir para aperfeiçoamento dos serviços jurídicos do BNDES, encaminhando à apreciação do Superintendente da Área Jurídica todas as questões jurídicas identificadas, no exercício de suas funções, que



Julia Fonseca de Siqueira
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2


Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AARH/DEPARH


Paula Bagrichovsky de Souza
Chefe de Departamento
AJ/DNORM


Maria Alves Felipe
Gerente
AJ/DNORM/GNORM1

137


Roberta Ferraz
Advogada
AJ/DNORM/GNORM1


Carolina Schabbach Oliveira Ribeiro
Advogada

ANEXO À RESOLUÇÃO DIR Nº 30 2 4 /2016 - BNDES


necessitem elaboração de estudos, emissão de pareceres, revisão ou estabelecimento de padrões e alteração de normas; e

- d) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Superintendente.

Julia Fonseca de Siqueira
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2


Julia Fonseca de Siqueira
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2


Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AARH/DEPARH

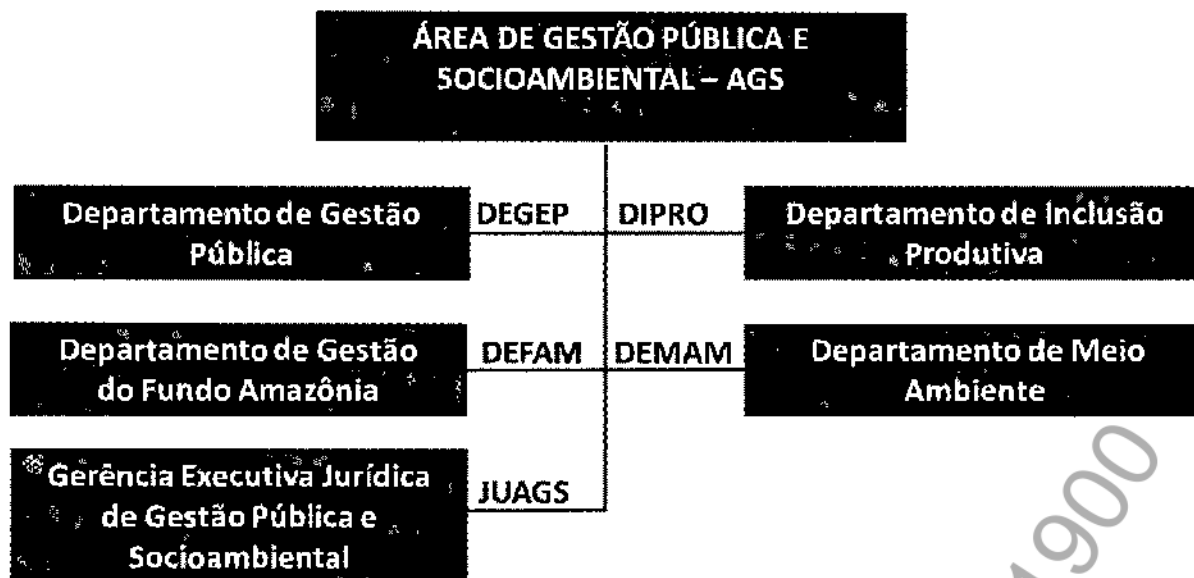

Paula Bagrichovsky de Souza
Chefe de Departamento
AJ/DNORM



Maria Alves Felipe
Gerente
AJ/DNORM/GNORM1

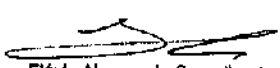

Roberta Ferraz
Advogada
AJ/DNORM/GNORM1


 **BNDES**

Carolina Schabach Oliveira Ribeiro
Advogada

ANEXO À RESOLUÇÃO DIR Nº 30 2 4 /2016 - BNDES**D- Organograma**


Julia Fonseca de Siqueira
Gerente
ARH/DEPARH/GEPARH-2


Flávio Alencar de Carvalho Borges
Chefe de Departamento
AARH/DEPARH


Paula Bagrichovsky de Souza
Chefe de Departamento
AJ/DNORM


Maria Alves Felipe
Gerente
AJ/DNORM/GNORM1


Roberta Ferraz
Advogada
AJ/DNORM/GNORM1

 **BNDES**
Carolina Schabbach Oliveira Ribeiro
Advogada

13. ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL

A- Atribuições

- a) fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos socioambientais e de atividades sustentáveis, inclusive no âmbito do Fundo Amazônia; projetos de educação e investimentos sociais de empresas; planos e projetos de investimentos de infraestrutura municipal, incluindo projetos multissetoriais integrados, bem como outros instrumentos, relativos ao desenvolvimento urbano, à revitalização do patrimônio cultural e natural, aos centros históricos brasileiros e ao turismo e seus modelos de sustentabilidade; projetos de infraestrutura de Estados e Distrito Federal; projetos de gestão pública e fiscal de todos os entes federativos, inclusive nos temas de transformação digital, cidades inteligentes e iluminação pública; projetos relativos ao tema de segurança pública; projetos relativos ao Complexo Industrial e de Serviços de Saúde, compreendendo a cadeia farmacêutica de base química e biotecnológica voltada para saúde humana e animal, a indústria de equipamentos e materiais médicos, odontológicos e hospitalares, bem como os serviços de saúde humana;
- b) estimular e apoiar a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda por meio de apoio a empreendimentos produtivos, coletivos ou familiares, no meio urbano ou rural;
- c) fomentar, estruturar, analisar, contratar e acompanhar operações de financiamento por meio de prestação de garantia (tais como fiança, aval etc) e aquisição de valores mobiliários de renda fixa (tais como debêntures simples ofertadas publicamente), nos setores sob sua responsabilidade, observadas as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- d) gerir e acompanhar a carteira operacional do Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização – FRD;
- e) contribuir para a construção de visão estratégica do BNDES, incorporando os setores sob sua responsabilidade como eixo de desenvolvimento do país;
- f) estabelecer parcerias com outras entidades públicas e privadas com o objetivo de desenvolver os setores sob sua responsabilidade;
- g) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação de seus pedidos, objetivando sua apresentação em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
- h) analisar as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade;
- i) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários nos setores sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
- j) manter informações atualizadas das operações de beneficiários dos setores sob sua responsabilidade;

- k) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias, relacionados a temas de interesse da área;
- l) subsidiar as demais Unidades Fundamentais na montagem e análise de operações nas quais estejam envolvidos aspectos referentes aos setores sob sua responsabilidade;
- m) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários nos setores sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
- n) promover o encaminhamento à Área de Crédito ou à Área Jurídica das operações sob responsabilidade da área que ingressarem em curso problemático;
- o) subsidiar a Área de Planejamento Estratégico na atividade de desenvolvimento de programas e produtos de interesse da área;
- p) contribuir na articulação interna do Sistema BNDES e na atuação institucional junto a outros órgãos e entidades da Administração Pública, organismos internacionais e entidades representativas da sociedade, visando à formulação e avaliação de políticas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento socioambiental e cultural, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- q) contribuir na implementação das diretrizes do Planejamento Corporativo relacionadas com as políticas acerca do desenvolvimento socioambiental e cultural no âmbito de atuação do Sistema BNDES;
- r) dar suporte às demais unidades do BNDES na abordagem integrada do tema socioambiental e de preservação do patrimônio cultural na atuação do BNDES, inclusive nos aspectos de sustentabilidade relativos às suas operações e atividades, bem como na promoção da responsabilidade social corporativa;
- s) apoiar a atividade de captação de recursos destinados ao fomento dos setores sob sua responsabilidade, sempre que necessário, principalmente junto aos organismos multilaterais e doações destinadas ao Fundo Amazônia;
- t) coordenar e/ou secretariar os grupos de trabalho temáticos e Comitês relacionados à dimensão socioambiental;
- u) desenvolver ações institucionais relacionadas às suas atividades, buscando a articulação com outras entidades e órgãos públicos e privados, representativos dos diversos segmentos da atividade econômica e social, entidades acadêmicas, outros segmentos organizados da sociedade e fóruns setoriais, especialmente aqueles que representam ou lidam com as populações de menor renda ou localizadas nas regiões menos privilegiadas, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES; e
- v) coordenar e executar ações, programas e projetos vinculados às políticas governamentais, prioritariamente as de combate à extrema pobreza.

B- Estrutura Básica

Unidades Administrativas Principais

- Nível de Departamento

Departamento de Educação e Investimentos Sociais – AGS/DEDUC

Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia – AGS/DEMAF

Departamento de Gestão Pública – AGS/DEGEP

Departamento de Desenvolvimento Urbano, Cultura e Turismo – AGS/DEURB

Departamento do Complexo Industrial e de Serviços de Saúde – AGS/DECISS

C- Atribuições das Unidades Administrativas Principais

1. Do Departamento de Educação e Investimentos Sociais

- a) fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos e instrumentos relativos a educação, e investimentos sociais de empresas;
- b) estimular e apoiar a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda por meio de apoio a empreendimentos produtivos, coletivos ou familiares, no meio urbano ou rural;
- c) fomentar, estruturar, analisar, contratar e acompanhar operações de financiamento por meio de prestação de garantia (tais como fiança, aval etc) e aquisição de valores mobiliários de renda fixa (tais como debêntures simples ofertadas publicamente), nos setores sob sua responsabilidade, observadas as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- d) gerir e acompanhar a carteira operacional do Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização – FRD;
- e) desenvolver ações institucionais relacionadas às suas atividades, buscando a articulação com outras entidades e órgãos públicos e privados, representativos dos diversos segmentos da atividade econômica e social, entidades acadêmicas, outros segmentos organizados da sociedade e fóruns setoriais, especialmente aqueles que representam ou lidam com as populações de menor renda ou localizadas nas regiões menos privilegiadas, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- f) coordenar e executar ações, programas e projetos vinculados às políticas governamentais, prioritariamente as de combate à extrema pobreza;

- g) desenvolver ações institucionais, buscando articular, coordenar e estruturar com entidades públicas e privadas, iniciativas que promovam a educação;
- h) apoiar a atividade de captação de recursos destinados ao fomento dos setores sob sua responsabilidade, inclusive por meio de fundos e instrumentos específicos, tais como fundos patrimoniais permanentes;
- i) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação de seus pedidos, objetivando sua apresentação, em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
- j) analisar as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade;
- k) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários nos setores sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
- l) promover o encaminhamento à Área de Crédito ou à Área Jurídica das operações sob responsabilidade da área que ingressarem em curso problemático;
- m) implementar todos os atos necessários às liberações de recursos para os projetos sob sua responsabilidade;
- n) alimentar os sistemas de informações gerenciais do Sistema BNDES relativamente aos beneficiários sob sua responsabilidade;
- o) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias, relacionados a temas de interesse do Departamento;
- p) subsidiar as demais Unidades Fundamentais na montagem e análise de operações nas quais estejam envolvidos aspectos referentes aos setores sob sua responsabilidade;
- q) subsidiar a Área de Planejamento Estratégico na atividade de desenvolvimento de programas e produtos de interesse do departamento; e
- r) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Superintendente.

2. Do Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia

- a) fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos socioambientais e de atividades sustentáveis, inclusive no âmbito do Fundo Amazônia;

- b) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação de seus pedidos, objetivando sua apresentação, em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
- c) fomentar, estruturar, analisar, contratar e acompanhar operações de financiamento por meio de prestação de garantia (tais como fiança, aval etc) e aquisição de valores mobiliários de renda fixa (tais como debêntures simples ofertadas publicamente), nos setores sob sua responsabilidade, observadas as Políticas Operacionais do Sistema BNDES ;
- d) analisar as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade;
- e) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários nos setores sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
- f) promover o encaminhamento à Área de Crédito ou à Área Jurídica das operações sob responsabilidade da área que ingressarem em curso problemático;
- g) implementar todos os atos necessários às liberações de recursos para os projetos sob sua responsabilidade;
- h) alimentar os sistemas de informações gerenciais do Sistema BNDES relativamente aos beneficiários sob sua responsabilidade;
- i) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias, relacionados a temas de interesse do Departamento;
- j) subsidiar as demais Unidades Fundamentais na montagem e análise de operações nas quais estejam envolvidos aspectos referentes aos setores sob sua responsabilidade;
- k) subsidiar a Área de Planejamento Estratégico na atividade de desenvolvimento de programas e produtos de interesse do departamento;
- l) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Superintendente;
- m) contribuir na articulação interna do Sistema BNDES e na atuação institucional junto a outros órgãos e entidades da Administração Pública, organismos internacionais e entidades representativas da sociedade, visando à formulação e avaliação de políticas voltadas ao desenvolvimento socioambiental, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- n) contribuir na implementação das diretrizes do Planejamento Corporativo relacionadas com as políticas acerca do desenvolvimento socioambiental no âmbito de atuação do Sistema BNDES;
- o) dar suporte às demais unidades do BNDES na abordagem integrada do tema socioambiental na atuação do BNDES, inclusive nos aspectos de sustentabilidade relativos às suas operações e atividades, bem como na promoção da responsabilidade social corporativa

- p) apoiar a atividade de captação de recursos, sempre que necessário, principalmente junto aos organismos multilaterais e doações destinadas ao Fundo Amazônia;
- q) coordenar e/ou secretariar os grupos de trabalho temáticos e Comitês relacionados à dimensão socioambiental;
- r) elaborar relatórios de prestações de contas e gerenciais acerca das operações financiadas com recursos do Fundo Amazônia;
- s) exercer as atividades de secretaria executiva do Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA, bem como elaborar e emitir diplomas a serem atribuídos aos doadores do Fundo Amazônia;
- t) pesquisar e acompanhar a divulgação de indicadores relacionados aos resultados do Fundo Amazônia subsidiando a montagem e atualização permanente do sistema de gestão e monitoramento dos projetos e seus impactos;
- u) manter atualizado e gerir o conteúdo temático do site do Fundo Amazônia; e
- v) organizar e coordenar oficinas e seminários para a disseminação de informações e intercâmbio de conhecimento, experiências e capacitação.

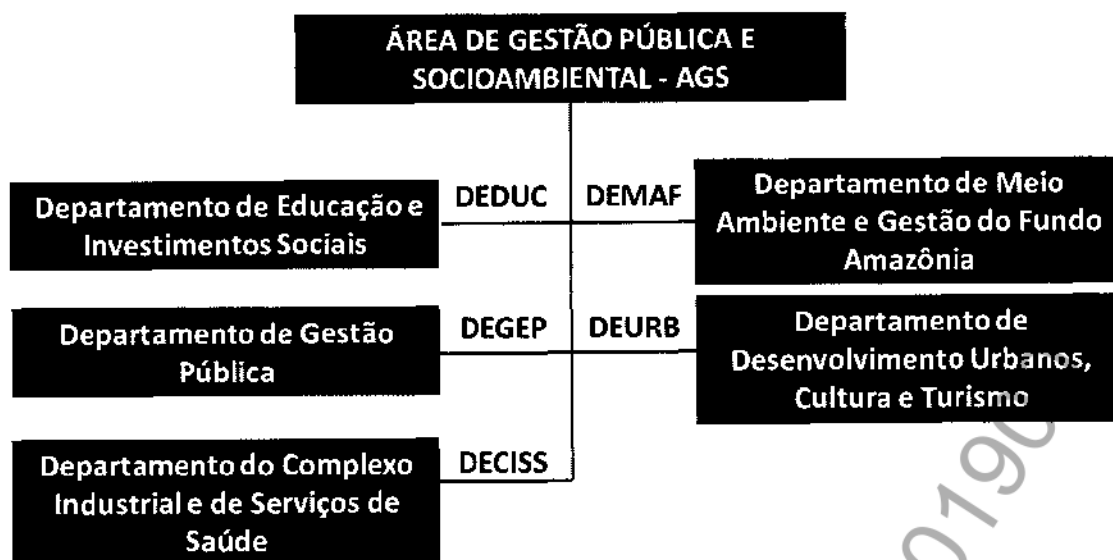
3. Do Departamento de Gestão Pública

- a) fomentar, estruturar e acompanhar projetos de infraestrutura de Estados e Distrito Federal; projetos de gestão pública e fiscal de todos os entes federativos, inclusive nos temas de transformação digital, cidades inteligentes e iluminação pública; projetos relativos ao tema de segurança pública;
- b) desenvolver ações institucionais visando ao estabelecimento de parcerias e à articulação com outras entidades e órgãos públicos e privados, observadas as diretrizes e as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- c) fomentar, estruturar, analisar, contratar e acompanhar operações de financiamento por meio de prestação de garantia (tais como fiança, aval etc) e aquisição de valores mobiliários de renda fixa (tais como debêntures simples ofertadas publicamente), nos setores sob sua responsabilidade, observadas as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;
- d) formular e propor a política de atuação do Sistema BNDES no setor de gestão pública;
- e) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação de seus pedidos, objetivando sua apresentação, em conformidade com os procedimentos e as normas internas;

- f) analisar as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade;
 - g) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários nos setores sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
 - h) promover o encaminhamento à Área de Crédito ou à Área Jurídica das operações sob responsabilidade da área que ingressarem em curso problemático;
 - i) implementar todos os atos necessários às liberações de recursos para os projetos sob sua responsabilidade;
 - j) alimentar os sistemas de informações gerenciais do Sistema BNDES, relativamente aos beneficiários sob sua responsabilidade;
 - k) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias relacionados a temas de interesse do Departamento;
 - l) subsidiar as demais Unidades Fundamentais na montagem e análise de operações nas quais estejam envolvidos aspectos referentes aos setores e áreas sob sua responsabilidade;
 - m) subsidiar a Área de Planejamento Estratégico na atividade de desenvolvimento de programas e produtos de interesse do departamento; e
 - n) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Superintendente.
4. *Do Departamento de Desenvolvimento Urbano, Cultura e Turismo*
- a) fomentar, estruturar e acompanhar planos e projetos de investimentos de infraestrutura municipal, incluindo projetos multissetoriais integrados, bem como outros instrumentos, relativos ao desenvolvimento urbano, à revitalização do patrimônio cultural e natural, aos centros históricos brasileiros e ao turismo e seus modelos de sustentabilidade;
 - b) desenvolver ações institucionais, buscando articular, coordenar e estruturar com Ministérios e outras entidades e órgãos públicos e privados, iniciativas que promovam o desenvolvimento dos temas sob sua responsabilidade;
 - c) fomentar, estruturar, analisar, contratar e acompanhar operações de financiamento por meio de prestação de garantia (tais como fiança, aval etc) e aquisição de valores mobiliários de renda fixa (tais como debêntures simples ofertadas publicamente), nos setores sob sua responsabilidade, observadas as Políticas Operacionais do Sistema BNDES;

- d) apoiar as políticas públicas de desenvolvimento urbano e demais temas sob responsabilidade do Departamento nos níveis federal, estadual e municipal;
 - e) apoiar a atividade de captação de recursos destinados ao fomento dos temas sob sua responsabilidade, inclusive por meio de fundos e instrumentos específicos, tais como fundos patrimoniais permanentes;
 - f) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação de seus pedidos, objetivando sua apresentação, em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
 - g) analisar as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade;
 - h) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários nos setores sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
 - i) promover o encaminhamento à Área de Crédito ou à Área Jurídica das operações sob responsabilidade da área que ingressarem em curso problemático;
 - j) implementar todos os atos necessários às liberações de recursos para os projetos sob sua responsabilidade;
 - k) alimentar o sistema de informações gerenciais do Sistema BNDES relativamente aos beneficiários sob sua responsabilidade;
 - l) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias relacionados a temas de interesse do Departamento;
 - m) subsidiar as demais Unidades Fundamentais na montagem e análise de operações nas quais estejam envolvidos aspectos referentes aos setores sob sua responsabilidade;
 - n) subsidiar a Área de Planejamento Estratégico na atividade de desenvolvimento de programas e produtos de interesse do departamento; e
 - o) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Superintendente.
5. *Do Departamento do Complexo Industrial e de Serviços de Saúde*
- a) fomentar, estruturar e acompanhar projetos relativos ao Complexo Industrial e de Serviços de Saúde, compreendendo a cadeia farmacêutica de base química e biotecnológica voltada para saúde humana e animal, a indústria de equipamentos e materiais médicos, odontológicos e hospitalares, bem como os serviços de saúde humana;

- b) contribuir para a construção de visão estratégica do BNDES, incorporando a saúde como eixo de desenvolvimento do país;
- c) fomentar, estruturar, analisar, contratar e acompanhar operações de financiamento por meio de prestação de garantia (tais como fiança, aval etc) e aquisição de valores mobiliários de renda fixa (tais como debêntures simples ofertadas publicamente), nos setores sob sua responsabilidade, observadas as Políticas Operacionais do Sistema BNDES ;
- d) estabelecer parcerias com outras entidades públicas e privadas com o objetivo de desenvolver o Complexo Industrial e de Serviços de Saúde e contribuir para a ampliação do acesso da população brasileira à saúde;
- e) orientar os postulantes de apoio do Sistema BNDES na elaboração dos documentos requeridos para a tramitação de seus pedidos, objetivando sua apresentação, em conformidade com os procedimentos e as normas internas;
- f) analisar as operações de apoio do Sistema BNDES sob sua responsabilidade;
- g) acompanhar, após a contratação, as operações de apoio a beneficiários nos setores sob sua responsabilidade, inclusive aquelas efetuadas através de agentes financeiros;
- h) promover o encaminhamento à Área de Crédito ou à Área Jurídica das operações sob responsabilidade da área que ingressarem em curso problemático;
- i) implementar todos os atos necessários às liberações de recursos para os projetos sob sua responsabilidade;
- j) alimentar os sistemas de informações gerenciais do Sistema BNDES relativamente aos beneficiários sob sua responsabilidade;
- k) representar o Sistema BNDES em fóruns setoriais, comitês, grupos de trabalho e assembléias, relacionados a temas de interesse do Departamento;
- l) subsidiar as demais Unidades Fundamentais na montagem e análise de operações nas quais estejam envolvidos aspectos referentes aos setores sob sua responsabilidade;
- m) zelar pela uniformização dos procedimentos, observando as normas operacionais aprovadas pela Diretoria; e
- n) planejar, organizar, coordenar e executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Superintendente.

D- Organograma

BNDES
SIC 9990300060720190

31/12/2009	41	Nome da Unidade Organizacional
AMA	7	Área de Meio Ambiente
AMA/DEFAM	19	Departamento de Gestão do Fundo Amazônia
AMA/DEOPE	10	Departamento de Operações de Meio Ambiente
AMA/JUAMA	5	Gerência Executiva Jurídica de Meio Ambiente
31/12/2010	70	Nome da Unidade Organizacional
AMA	10	Área de Meio Ambiente
AMA/DEFAM	3	Departamento de Gestão do Fundo Amazônia
AMA/DEFAM/GEFAM1	4	Gerência do Fundo Amazônia 1
AMA/DEFAM/GEFAM2	6	Gerência do Fundo Amazônia 2
AMA/DEFAM/GEFAM3	4	Gerência do Fundo Amazônia 3
AMA/DEFAM/GEFAM4	4	Gerência do Fundo Amazônia 4
AMA/DEFAM/GEFAM5	4	Gerência do Fundo Amazônia 5
AMA/DEFAM/GEFAM6	2	Gerência do Fundo Amazônia 6
AMA/DEMAM	2	Departamento de Meio Ambiente
AMA/DEMAM/GEMAM1	3	Gerência de Meio Ambiente 1
AMA/DEMAM/GEMAM2	5	Gerência de Meio Ambiente 2
AMA/DEMAM/GEMAM3	5	Gerência de Meio Ambiente 3
AMA/DEMAM/GEMAM4	3	Gerência de Meio Ambiente 4
AMA/DEOPE	4	Departamento de Operações de Meio Ambiente
AMA/DEOPE/GEPES	3	Gerência de Produtos Estruturados
AMA/DEOPE/GEREF	3	Gerência de Renda Fixa
AMA/DEOPE/GEREV	2	Gerência de Renda Variável
AMA/JUAMA	3	Gerência Executiva Jurídica de Meio Ambiente
31/12/2011	61	Nome da Unidade Organizacional
AMA	11	Área de Meio Ambiente
AMA/DEFAM	3	Departamento de Gestão do Fundo Amazônia
AMA/DEFAM/GEFAM1	4	Gerência do Fundo Amazônia 1
AMA/DEFAM/GEFAM2	7	Gerência do Fundo Amazônia 2
AMA/DEFAM/GEFAM3	4	Gerência do Fundo Amazônia 3
AMA/DEFAM/GEFAM4	4	Gerência do Fundo Amazônia 4
AMA/DEFAM/GEFAM5	4	Gerência do Fundo Amazônia 5
AMA/DEFAM/GEFAM6	2	Gerência do Fundo Amazônia 6
AMA/DEMAM	2	Departamento de Meio Ambiente
AMA/DEMAM/GEMAM1	3	Gerência de Meio Ambiente 1
AMA/DEMAM/GEMAM2	5	Gerência de Meio Ambiente 2
AMA/DEMAM/GEMAM3	5	Gerência de Meio Ambiente 3
AMA/DEMAM/GEMAM4	3	Gerência de Meio Ambiente 4
AMA/JUAMA	4	Gerência Executiva Jurídica de Meio Ambiente
31/12/2012	62	Nome da Unidade Organizacional
AMA	12	Área de Meio Ambiente
AMA/DEFAM	3	Departamento de Gestão do Fundo Amazônia
AMA/DEFAM/GEFAM1	4	Gerência do Fundo Amazônia 1
AMA/DEFAM/GEFAM2	5	Gerência do Fundo Amazônia 2
AMA/DEFAM/GEFAM3	4	Gerência do Fundo Amazônia 3
AMA/DEFAM/GEFAM4	4	Gerência do Fundo Amazônia 4
AMA/DEFAM/GEFAM5	4	Gerência do Fundo Amazônia 5
AMA/DEMAM	1	Departamento de Meio Ambiente
AMA/DEMAM/GEMAM1	3	Gerência de Meio Ambiente 1
AMA/DEMAM/GEMAM2	5	Gerência de Meio Ambiente 2

AMA/DEMAM/GEMAM3	6	Gerência de Meio Ambiente 3
AMA/JUAMA	3	Gerência Executiva Jurídica de Meio Ambiente
AMA/JUAMA/GEAMA1	4	Gerência Jurídica de Meio Ambiente 1
AMA/JUAMA/GEAMA2	4	Gerência Jurídica de Meio Ambiente 2
31/12/2013	61	Nome da Unidade Organizacional
AMA	8	Área de Meio Ambiente
AMA/DEFAM	3	Departamento de Gestão do Fundo Amazônia
AMA/DEFAM/GEFAM1	5	Gerência do Fundo Amazônia 1
AMA/DEFAM/GEFAM2	4	Gerência do Fundo Amazônia 2
AMA/DEFAM/GEFAM3	6	Gerência do Fundo Amazônia 3
AMA/DEFAM/GEFAM4	6	Gerência do Fundo Amazônia 4
AMA/DEFAM/GEFAM5	5	Gerência do Fundo Amazônia 5
AMA/DEMAM	2	Departamento de Meio Ambiente
AMA/DEMAM/GEMAM1	6	Gerência de Meio Ambiente 1
AMA/DEMAM/GEMAM2	6	Gerência de Meio Ambiente 2
AMA/DEMAM/GEMAM3	6	Gerência de Meio Ambiente 3
AMA/JUAMA	2	Gerência Executiva Jurídica de Meio Ambiente
AMA/JUAMA/GEAMA1	1	Gerência Jurídica de Meio Ambiente 1
AMA/JUAMA/GEAMA2	1	Gerência Jurídica de Meio Ambiente 2
31/12/2014	60	Nome da Unidade Organizacional
AMA	8	Área de Meio Ambiente
AMA/DEFAM	2	Departamento de Gestão do Fundo Amazônia
AMA/DEFAM/GEFAM1	5	Gerência do Fundo Amazônia 1
AMA/DEFAM/GEFAM2	6	Gerência do Fundo Amazônia 2
AMA/DEFAM/GEFAM3	5	Gerência do Fundo Amazônia 3
AMA/DEFAM/GEFAM4	6	Gerência do Fundo Amazônia 4
AMA/DEFAM/GEFAM5	5	Gerência do Fundo Amazônia 5
AMA/DEMAM	2	Departamento de Meio Ambiente
AMA/DEMAM/GEMAM1	6	Gerência de Meio Ambiente 1
AMA/DEMAM/GEMAM2	6	Gerência de Meio Ambiente 2
AMA/DEMAM/GEMAM3	5	Gerência de Meio Ambiente 3
AMA/JUAMA	2	Gerência Executiva Jurídica de Meio Ambiente
AMA/JUAMA/GEAMA1	1	Gerência Jurídica de Meio Ambiente 1
AMA/JUAMA/GEAMA2	1	Gerência Jurídica de Meio Ambiente 2
31/12/2015	67	Nome da Unidade Organizacional
AMA	8	Área de Meio Ambiente
AMA/DEFAM	2	Departamento de Gestão do Fundo Amazônia
AMA/DEFAM/GEFAM1	6	Gerência do Fundo Amazônia 1
AMA/DEFAM/GEFAM2	6	Gerência do Fundo Amazônia 2
AMA/DEFAM/GEFAM3	5	Gerência do Fundo Amazônia 3
AMA/DEFAM/GEFAM4	6	Gerência do Fundo Amazônia 4
AMA/DEFAM/GEFAM5	6	Gerência do Fundo Amazônia 5
AMA/DEFAM/GEFAM6	2	Gerência do Fundo Amazônia 6
AMA/DEMAM	4	Departamento de Meio Ambiente
AMA/DEMAM/GEMAM1	6	Gerência de Meio Ambiente 1
AMA/DEMAM/GEMAM2	6	Gerência de Meio Ambiente 2
AMA/DEMAM/GEMAM3	6	Gerência de Meio Ambiente 3
AMA/JUAMA	2	Gerência Executiva Jurídica de Meio Ambiente
AMA/JUAMA/GEAMA1	1	Gerência Jurídica de Meio Ambiente 1
AMA/JUAMA/GEAMA2	1	Gerência Jurídica de Meio Ambiente 2

31/12/2016	64	Nome da Unidade Organizacional
AGS	8	Área de Gestão Pública e Socioambiental
AGS/DEFAM	2	Departamento de Gestão do Fundo Amazônia
AGS/DEFAM/GEFAM1	4	Gerência do Fundo Amazônia 1
AGS/DEFAM/GEFAM2	7	Gerência do Fundo Amazônia 2
AGS/DEFAM/GEFAM3	5	Gerência do Fundo Amazônia 3
AGS/DEFAM/GEFAM4	4	Gerência do Fundo Amazônia 4
AGS/DEFAM/GEFAM5	4	Gerência do Fundo Amazônia 5
AGS/DEFAM/GEFAM6	3	Gerência do Fundo Amazônia 6
AGS/DEMAM	5	Departamento de Meio Ambiente
AGS/DEMAM/GEMAM1	6	Gerência de Meio Ambiente 1
AGS/DEMAM/GEMAM2	5	Gerência de Meio Ambiente 2
AGS/DEMAM/GEMAM3	6	Gerência de Meio Ambiente 3
AGS/DEMAM/GEMAM4	5	Gerência de Meio Ambiente 4
31/12/2017	59	Nome da Unidade Organizacional
AGS	8	Área de Gestão Pública e Socioambiental
AGS/DEFAM	3	Departamento de Gestão do Fundo Amazônia
AGS/DEFAM/GEFAM1	4	Gerência do Fundo Amazônia 1
AGS/DEFAM/GEFAM2	6	Gerência do Fundo Amazônia 2
AGS/DEFAM/GEFAM3	4	Gerência do Fundo Amazônia 3
AGS/DEFAM/GEFAM4	4	Gerência do Fundo Amazônia 4
AGS/DEFAM/GEFAM5	4	Gerência do Fundo Amazônia 5
AGS/DEFAM/GEFAM6	3	Gerência do Fundo Amazônia 6
AGS/DEMAM	2	Departamento de Meio Ambiente
AGS/DEMAM/GEMAM1	8	Gerência de Meio Ambiente 1
AGS/DEMAM/GEMAM3	8	Gerência de Meio Ambiente 3
AGS/DEMAM/GEMAM4	5	Gerência de Meio Ambiente 4
31/12/2018	41	Nome da Unidade Organizacional
AGS	7	Área de Gestão Pública e Socioambiental
AGS/DEMAF	5	Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia
AGS/DEMAF/GEMAF1	5	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 1
AGS/DEMAF/GEMAF2	6	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 2
AGS/DEMAF/GEMAF3	4	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 3
AGS/DEMAF/GEMAF4	5	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 4
AGS/DEMAF/GEMAF5	6	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 5
AGS/DEMAF/GEMAF6	3	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 6
31/12/2019	44	Nome da Unidade Organizacional
AGS	9	Área de Gestão Pública e Socioambiental
AGS/DEMAF	6	Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia
AGS/DEMAF/GEMAF1	6	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 1
AGS/DEMAF/GEMAF2	4	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 2
AGS/DEMAF/GEMAF3	4	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 3
AGS/DEMAF/GEMAF4	5	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 4
AGS/DEMAF/GEMAF5	6	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 5
AGS/DEMAF/GEMAF6	4	Gerência de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia 6

Instruções de Preenchimento

1. Somente as células em verde devem ser preenchidas.
2. O questionário a seguir deve ser corretamente preenchido com "sim" (S) ou "não" (N) em todas as questões. Ao posicionar o cursor na célula em verde, será exibida lista com as opções "sim" ou "não". Para responder a questão, basta selecionar uma dessas possíveis respostas.
3. Algumas respostas devem ser complementadas com texto livre ou documentação comprobatória, conforme solicitado.
4. Os arquivos devem ser preenchidos e retornados ao BNDES em meio eletrônico.
5. Esclarecimentos adicionais podem ser solicitados pela equipe do BNDES, se porventura necessários.

Razão Social	
CNPJ da unidade	
Sector de atuação da empresa (código CNAE)	

1. Atendimento à legislação ambiental

A atividade da empresa requer licenciamento ambiental ^[1] ?	
Todas as unidades produtivas relacionadas aos investimentos estão devidamente licenciadas?	

2. Existência de termos de ajustamento de conduta, autuações e/ou passivos

A empresa possui, nas unidades produtivas relacionadas aos investimentos, autuações, passivos ^[2] e/ou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em vigência relativo a aspectos sociais ou ambientais?	
--	--

3. Formalização de compromissos com a Responsabilidade Social e Ambiental

3.1 Indique se a empresa possui os seguintes documentos formalizados:	
Política Ambiental, de Sustentabilidade ou de Responsabilidade Social?	
Política de Recursos Humanos (próprios e contratados) ^[3] ?	
Política de Saúde e Segurança do Trabalho?	
Política de Direitos Humanos?	
Política de Relacionamento com Clientes e Fornecedores?	
Política quanto à Atuação da Empresa na Área de Influência de Projetos ^[4] ?	
Código de Ética?	
3.2 Indique se a Empresa divulgou publicamente compromissos com:	
Diretrizes, pactos e iniciativas globais ou setoriais relacionadas ao tema da sustentabilidade?	
Em caso positivo, especificar as principais:	

4. Planejamento e Gestão da Responsabilidade Social e Ambiental

4.1 Indique aspectos de planejamento e gestão da Responsabilidade Social e Ambiental presentes na empresa:	
Estrutura organizacional específica dedicada à gestão de aspectos ambientais ou sociais?	
Em caso positivo, especificar:	
Sistema de gestão ambiental implementado, com o estabelecimento de metas e monitoramento de indicadores?	
Em caso negativo, realiza monitoramento de emissões, efluentes, aterros e águas subterrâneas?	
Sistema de gestão em saúde e segurança do trabalho implementado, com o estabelecimento de metas e monitoramento de indicadores?	
Em caso negativo, conta com programa de saúde e segurança do trabalho ^[5] ?	
Certificações sociais ou ambientais referentes a sistemas de gestão, processos e /ou produtos (ex: ISO9000, ISO14000, SA8000, OHSAS18000, FSC, dentre outros)?	
Em caso positivo, especificar:	
Elaboração e divulgação pública de relatório de sustentabilidade ou afins?	
Em caso positivo, especificar "link" para acesso ao documento na Internet:	
Em caso negativo, favor explicar o motivo:	

5. Práticas socioambientais da empresa

5.1 Identifique as práticas socioambientais adotadas pela empresa	
Realização de inventário de carbono por meio de metodologia amplamente aceita (a exemplo do GHG Protocol)?	
Análise do ciclo de vida dos produtos, com identificação e implementação de medidas para minimizar impactos e produtos e serviços?	
Envolvimento nas etapas pós-consumo de produtos para minimização dos impactos ambientais?	
Adoção de critérios socioambientais (ex: regularidade ambiental, práticas trabalhistas e de direitos humanos na seleção de fornecedores?	
Monitoramento do cumprimento de critérios e indicadores socioambientais na cadeia de valor?	
Programas de desenvolvimento e qualificação de fornecedores?	
Experiência na atuação em prol do desenvolvimento local e regional no entorno de projetos, com presença de representantes em conselhos locais?	
Processo de monitoramento/avaliação de resultados de investimentos no entorno de projetos?	

O BNDES tem como objetivo financiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Brasil, associando o crescimento econômico com bem estar social, preservação ambiental e uso responsável dos recursos naturais. Nesse sentido, busca maximizar os benefícios sociais, além de corrigir e mitigar eventuais impactos negativos associados aos empreendimentos que financia.

Para as etapas de enquadramento e análise, é indispensável a apresentação de informações sobre possíveis impactos socioambientais decorrentes do projeto econômico a ser implementado, bem como ações preventivas e mitigadoras previstas pela postulante. Destaca-se que o Banco dispõe de linhas de crédito específicas para estimular a realização de investimentos sociais e ambientais pelas empresas.

Instruções de Preenchimento

1. Somente as células em verde devem ser preenchidas.
2. O questionário a seguir deve ser corretamente preenchido com "sim" (S) ou "não" (N) em todas as questões. Ao posicionar o cursor na célula em verde, será exibida lista com as opções "sim" ou "não". Para responder a questão, basta selecionar uma dessas possíveis respostas.
3. Algumas respostas devem ser complementadas com texto livre ou documentação comprobatória, conforme solicitado.
4. Os arquivos devem ser preenchidos e retornados ao BNDES em meio eletrônico.
5. Esclarecimentos adicionais podem ser solicitados pela equipe do BNDES, se porventura necessários.

Razão Social:	
Nome do Projeto:	
Localização (Município/UF):	
Código CNAE do empreendimento:	

1. Localização do empreendimento

Situado no interior ou no entorno de Unidade de Proteção Integral ^[1] ?	
Situado no interior de Unidade de Uso Sustentável ^[2] ?	
Contém na área do empreendimento Patrimônio Histórico, Cultural, Sítio Arqueológico ou Espeleológico?	
Há previsão de obras no interior de Áreas de Preservação Permanente ^[3] ?	

2. Licenciamento do projeto

O projeto requer licenciamento ambiental ^[4] ?	
Em caso negativo, houve dispensa formal de licença ambiental para o projeto por parte do órgão de meio ambiente?	
Há necessidade de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ^[4] ?	
Em caso positivo, o EIA/RIMA já foi aprovado pelo órgão ambiental?	
Há necessidade de elaborar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)?	
O projeto já obteve:	
Licença Prévia?	
Licença de Instalação?	
Licença de Operação / Funcionamento / Autorização Ambiental de Funcionamento?	
Há necessidade de Autorização ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos ^[5] ?	
Em caso positivo, já foi aprovada pelo órgão ambiental competente?	

3. Questões ambientais e socioeconômicas relevantes relacionadas ao empreendimento

3.1 Ambientais	
a. Desvios de cursos d'água?	
b. Captação de água subterrânea e/ou superficial?	
c. Lançamento de efluentes no mar, em lagoas ou em cursos d'água?	
d. Desmatamentos de mata nativa?	
e. Produção de substâncias radioativas?	
f. Utilização, produção ou emissão de substâncias relacionadas no Protocolo de Montreal ou na Convenção de Estocolmo ^[6] ?	
g. Pesquisa de OGMs – Organismos Geneticamente Modificados?	
h. Geração de resíduos sólidos de classe 1?	
Em caso positivo, qual o tratamento ou destinação?	
i. Emissão de poluentes atmosféricos?	
Em caso positivo, quais os principais?	
j. Emissão de gases do efeito estufa (GEE)?	
k. Geração de ruídos, odores, vibrações, radiações eletromagnéticas?	
3.2 Socioeconômicas	
a. Fluxo migratório intenso para a região?	
b. Impactos nas áreas de habitação, saúde, educação ou assistência social dos municípios envolvidos?	
c. Impactos na economia local, em atividades de subsistência ou unidades produtivas familiares?	
d. Impacto em grupos indígenas, quilombolas ou outras populações tradicionais (ex: mudanças no número, localização e costumes; perda de valores culturais e morais; transmissão de doenças)?	
e. Deslocamento de populações ou desapropriações?	
f. Manifestações de restrições ao projeto por parte das comunidades do entorno, ONGs ou demais partes interessadas?	
Em caso positivo, especificar:	
g. Eliminação de postos de trabalho?	

4. Ações previstas para lidar com questões ambientais e socioeconômicas relativas ao empreendimento:

4.1 Gestão de aspectos socioambientais no âmbito do projeto	
Implementação de sistema de gestão ambiental na(s) unidade(s) específica(s) do projeto?	
Em caso positivo, há previsão de certificação quando entrar em regime operacional?	
Implementação de sistema de gestão em saúde e segurança na(s) unidade(s) específica(s) do projeto?	
Em caso positivo, há previsão de certificação quando entrar em regime operacional?	
Implementação de programa de saúde e segurança no trabalho, com capacitação extensiva a funcionários, temporários e empreiteiras (se aplicável)?	
Divulgação e capacitação de funcionários e fornecedores quanto a aspectos de Direitos Humanos?	
Adoção de um plano de gestão da biodiversidade na unidade específica do projeto?	
Plano de contingência/emergência em relação a riscos/impactos socioambientais?	
4.2 Ações para lidar com fluxo migratório intenso para a região e impactos relacionados, se aplicável (somente responder em caso de resposta positiva no item "a" da pergunta 3.2)	
Plano de inserção ou facilitação da convivência dos trabalhadores temporários com as comunidades locais envolvidas?	
Adoção, no âmbito do projeto, de programas de educação, habitação e lazer para os trabalhadores temporários?	
Adoção, no âmbito do projeto, de programas de prevenção e aconselhamento quanto a doenças graves para:	
Empregados e temporários?	
Membros da comunidade?	
Plano de regresso de trabalhadores temporários aos locais de origem?	
Planejamento de futuro aproveitamento das instalações do canteiro de obras para uso comunitário ou infraestrutura pública?	
4.3 Ações para o desenvolvimento local (somente responder em caso de resposta positiva nos itens "a", "b", "c" ou "d" da pergunta 3.2)	
Execução de diagnóstico da realidade socioeconômica onde o empreendimento estará inserido?	
Plano para qualificar e contratar mão-de-obra local para trabalho nas obras de implantação e no processo produtivo?	
Plano para maximizar a contratação de serviços e aquisição de fornecedores locais?	
Investimentos sociais, em parceria com o setor público e o terceiro setor, nas comunidades do entorno de suas operações ou região de influência?	
Em caso positivo, especificar o foco dos investimentos sociais:	
Presença de representantes em conselhos para discutir o desenvolvimento local/regional?	
Processo estruturado de diálogo e de tratamento das reclamações das partes interessadas?	
4.4 Ação para lidar com deslocamento de populações ou desapropriações (somente responder em caso de resposta positiva no item "e" da pergunta 3.2)	
Plano de reassentamento que assegure participação informada das partes interessadas e melhoria /restauração do padrão de vida das pessoas reassentadas?	
4.5 Ação para lidar com eliminação de postos de trabalho (somente responder em caso de resposta positiva no item "g" da pergunta 3.2)	
Programa de recolocação / requalificação de funcionários em caso de demissão ou reestruturação?	

^[1] São consideradas como unidades de proteção integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque (Nacional, Estadual ou Municipal), Monumento Natural ou Refúgio de Vida Silvestre.

^[2] São consideradas como unidades de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou Reserva Particular do Patrimônio Natural.

^[3] Tais como em margens de rios, lagoas ou barragens, topo de morro, terrenos com inclinação maior que 45°, restingas, manguezais, dunas, borda de chapadas ou em altitude superior a 1.800 metros.

^[4] Resoluções CONAMA => www.mma.gov.br/conama
001/86 => exigência de EIA/RIMA
002/96 => reparação dos danos ambientais causados em ecossistemas
237/97 => atividades sujeitas ao licenciamento

^[5] Lei 9.433/97 => sujeitos a outorga os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos: derivação ou captação de água em um corpo de água (rios, lagos, ...) ou de aquífero subterrâneo, lançamento de esgotos ou de resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos de água, aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água

^[6] O Protocolo de Montreal de 1987, ratificado pelo Brasil em 1990, refere-se à meta internacional para proteção da camada de ozônio, reduzindo a produção e o consumo de gases CFC (clorofluorcarbonos), de halons e de brometo de metila.
A Convenção de Estocolmo de 2001, ratificada pelo Brasil em 2004, visa a eliminação gradual da produção, uso e disposição de alguns Poluentes Orgânicos Persistentes considerados perigosos: pesticidas - aldrina, clordano, DDT, dieldrina, endrina, heptacloro, hexaclorobenzeno, mirex e toxafeno; produtos químicos industriais - PCBs (bifenilpoliclorado) e hexaclorobenzeno; e subprodutos involuntários - furanos e dioxinas, emitidas por processos produtivos em que se utiliza cloro e durante a incineração de resíduos industriais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 795/2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, designado pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República de nº. 604 de 25 de fevereiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no D.O.U de 27 de abril de 2007, e o art. 95 item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, republicada no D.O.U de 21 de junho de 2002; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Instalação à:

EMPRESA: Norte Energia S.A.

CNPJ: 12.300.288/0001-07

CTF: 5.074.556

ENDEREÇO: SCN Qd 04 Bloco n 100 Salas 904/1004 – Centro Empresarial Varig

CEP: 70.714-900

CIDADE: Brasília

UF: DF

TELEFONE: (61) 3410.2000

FAX: (61) 3429.6246

REGISTRO NO IBAMA: processo nº 02001.001848/2006-75

Relativa à instalação da UHE Belo Monte, usina hidrelétrica com capacidade instalada total de 11.233,1 MW. A UHE Belo Monte é composta por duas casas de força: (i) casa de força principal com 18 máquinas unidades geradoras do tipo "Francis" totalizando 11.000MW; e (ii) casa de força complementar com 6 unidades geradoras tipo "Bulbo" totalizando 233,1 MW. O eixo do barramento principal (Sítio Pimental) fica localizado no rio Xingu, a cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira-PA, este barramento formará o reservatório do Xingu com área de 386km². Do reservatório do Xingu as vazões naturais são desviadas pelo Canal de Derivação até a Casa de Força Principal (Sítio Belo Monte), formando o Reservatório Intermediário com área de 130km² e gerando um trecho de cerca de 100 km de extensão no rio Xingu a ser submetido a uma vazão residual. Os reservatórios a serem formados pelo empreendimento afetarão os municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo.

Esta licença contempla as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção das barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada de água principal, sistema de transposição de embarcações, sistema de transposição de peixes. Esta licença compreende ainda as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as SEs Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associados à construção das obras principais; estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

Esta Licença de Instalação é válida pelo período de **6 (seis) anos** e está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e dos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são parte integrante deste documento.

Brasília/DF

01 JUN 2011


CURT TRENNEPOHL
Presidente do IBAMA

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 795/2011

1. Condicionantes Gerais:

- 1.1. A concessão desta Licença de Instalação deverá ser publicada conforme o disposto no Art. 10, § 1º, da Lei nº 6.938/81 e Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 006/86, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.
- 1.2. Qualquer alteração nas especificações do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA. Inclui-se nesta condicionante qualquer alteração que possa implicar impactos socioambientais diferenciados àqueles previstos no PBA.
- 1.3. A implantação de estruturas não contempladas nesta licença deverá ser objeto de consulta e prévia anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental.
- 1.4. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, quando ocorrer:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.5. A prorrogação desta licença deverá ser requerida no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de expirada a sua vigência.
- 1.6. Esta Licença de Instalação substitui a Licença de Instalação nº 770/2011, a qual perde a sua validade.
- 1.7. Esta licença não autoriza a supressão de vegetação.
- 1.8. Ficam mantidas as Autorizações de Supressão de Vegetação - ASV nºs 501 e 506/2011.
- 1.9. Perante o IBAMA a Norte Energia S.A. é a única responsável pelo atendimento das condicionantes estabelecidas nesta licença.

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1. Implementar os programas e projetos inseridos nos planos elencados abaixo, em acordo com o conteúdo e cronograma¹ aprovado por este Ibama:
 - a) Plano de Gestão Ambiental
 - b) Plano Ambiental de Construção
 - c) Plano de Atendimento à População Atingida
 - d) Plano de Requalificação Urbana
 - e) Plano de Articulação Institucional
 - f) Plano de Relacionamento com a População
 - g) Plano de Saúde Pública
 - h) Plano de Valorização do Patrimônio
 - i) Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais
 - j) Plano de Gestão de Recursos Hídricos
 - k) Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres
 - l) Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos
 - m) Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande
 - n) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios
- 2.2. Apresentar relatórios relativos aos Planos, Programas e Projetos com periodicidade semestral, com exceção daqueles que exigem frequência distinta. Os relatórios devem conter os dados brutos e a análise elaborada por responsável técnico competente. Deverão ser entregues em versão impressa e digital, constando sumário, numeração das páginas, referências bibliográficas, instituições e agentes envolvidos, assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução dos trabalhos, registro dos profissionais nos órgãos de classe, ART (quando pertinente) e número no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.
- 2.3. Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, documento intitulado: "Projeto Básico Ambiental – versão final" elaborado a partir do PBA – março de 2011 e incorporando as alterações efetuadas nos seguintes documentos: 

¹ - O cronograma de implantação dos planos socioambientais está associado ao cronograma de implantação do empreendimento.

CONTINUAÇÃO DA CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 795/2011

- a) Nota Técnica de Esclarecimento sobre o PBA da UHE Belo Monte, encaminhada pela NESA por meio do documento NE 075/2011-DS;
- b) Documentos CE 0146 e 0147/2011-DS referentes ao atendimento do Ofício nº 471/2011/DILIC/IBAMA; e
- c) Ofício nº 510/2011/DILIC/IBAMA – referente aos ajustes a serem efetuados no PBA – março 2011.

2.4. Estão bloqueadas e dependerão de avaliação e aprovação expressa da Diretoria de Licenciamento Ambiental a execução das atividades de implantação/melhorias relativas à: Travessões 50, 52 e 55; acesso ao porto; LT 138 kV; RD 34,5 kV; LT 230 kV; LT 500 kV; exploração de jazidas e às atividades de botafora. Para instruir a avaliação mencionada, o empreendedor deverá apresentar as seguintes informações:

a) Para os Travessões dos Km 50; 52; 55 e acesso ao porto:

- i. apresentar os projetos geométricos, nos moldes daqueles apresentados para os Travessões 27 e 45; e
- ii. prever, no projeto a ser apresentado, a implantação de dispositivos com vistas à manutenção dos fluxos d'água nos igarapés a serem interceptados.

b) Para as Linhas de Transmissão para suprimento dos canteiros (LT 138kV; RD 34,5kV):

- i. apresentar os projetos básicos de engenharia com os traçados definitivos, plotados sobre imagem de alta resolução da região, discriminando as faixas de servidão e os acessos que eventualmente serão abertos para suas instalações.

c) Para as Linhas de Transmissão para escoamento da energia da usina (LT 230kV; LT 500kV):

- i. apresentar os traçados definitivos, plotados sobre imagem de alta resolução da região, discriminando as faixas de servidão e os acessos que eventualmente serão abertos para suas instalações.

d) Para as explorações de jazidas e as atividades de botafora:

- i. apresentar o detalhamento das atividades prevendo o uso otimizado do material escavado excedente, utilizando-o, conforme permitir a logística envolvida, nos projetos de estradas, acessos, ações antecipatórias e demais estruturas associadas ao empreendimento; e
- ii. apresentar memorial descritivo das áreas selecionadas e das atividades a serem empregadas em cada polígono, com destaque para as jazidas de areia localizadas no leito do rio Xingu e para as pedreiras, discriminando as extrações realizadas em área seca e área molhada.

Parágrafo único – Para todas as estruturas tratadas nesta condicionante (2.4), o empreendedor deverá apresentar os arquivos no formato *shapefile*, discriminando: (i) as áreas que serão intervidas e (ii) as áreas que serão ocupadas pelas faixas de servidão (quando aplicável). As informações deverão contemplar os traçados definitivos e os acessos eventualmente abertos para a instalação e manutenção das estruturas.

2.5. Apresentar documento com o detalhamento das implicações ambientais associadas a: (i) retirada do vertedouro complementar; e (ii) definição do número de diques e quais deles deverão contar com um sistema de vazão sanitária. A anuência deste Instituto para as referidas alterações dependerá de apreciação do mencionado documento.

2.6. No que tange à navegação na Volta Grande do rio Xingu e no rio Bacajá:

- a) Apresentar os Projetos Básicos de Engenharia do Mecanismos de Transposição Provisório e Definitivo, para manifestação da Funai e aprovação do IBAMA, prévias ao início de sua implantação.
- b) Seguir as diretrizes e orientações da Capitania dos Portos quanto ao sistema de sinalização e alerta previsto para ser implantado no trecho do rio Xingu, próximo ao sítio Pimental.
- c) Não interromper o fluxo de embarcações até que o sistema provisório de transposição de embarcações esteja em pleno funcionamento. Tal restrição aplica-se inclusive para as obras de engenharia previstas para o sítio Pimental.



CONTINUAÇÃO DA CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 795/2011

Parágrafo Único - O início do lançamento das ensecadeiras principais do Sítio Pimental não está autorizado até aprovação expressa da Diretoria de Licenciamento Ambiental. A referida aprovação fica condicionada:

- i. **Para as ensecadeiras de 1ª fase – 1ª etapa²:** efetuar tratativas com a Comunidade São Pedro, de forma conjunta com o IBAMA, de modo a esclarecer àquela comunidade quanto aos impactos previstos para afetá-los, e as respectivas ações mitigatórias/compensatórias;
- ii. **Para as ensecadeiras de 1ª fase - 2ª etapa³:** manifestação favorável da FUNAI e avaliação do IBAMA quanto ao detalhamento do(s) mecanismo(s) de transposição de embarcações. O cronograma de implantação e início de operação, deverá se apresentar compatível com o caráter preventivo do mecanismo em relação aos impactos em questão.

2.7.No que tange aos estudos referentes à qualidade de água:

- a) Apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, modelagem matemática de qualidade para os igarapés de Altamira, contemplando: (i) simulações que considerem os piores cenários de rebaixamento do reservatório do Xingu; e (ii) propostas que visem melhorar a qualidade de água nos igarapés de Altamira para as condições de reservatório com nível inferior à cota 97 metros.
- b) Apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de trabalho a ser desenvolvido ao longo da instalação do empreendimento, com vistas a executar as ações prévias necessárias à calibração e à validação dos modelos matemáticos de qualidade da água apresentados. A calibração e a validação deverão ser realizadas durante a fases de enchimento e estabilização dos reservatórios. A proposta deverá seguir as recomendações do estudo denominado "Modelagem Matemática da Qualidade da Água" da Norte Energia S.A de abril de 2011.
- c) Apresentar, 1 (um) ano antes do enchimento do reservatório do Xingu, modelagem matemática de qualidade da água que considere as fases de enchimento e estabilização dos reservatórios, utilizando dados de qualidade da água e meteorológicos proveniente dos monitoramentos a serem realizados no âmbito dos programas e projetos do PBA. Esta modelagem deverá considerar a vegetação a ser inundada, avaliando diferentes cenários, incluindo o proposto no EIA, e ainda deverá:
 - i. Avaliar a possibilidade de ocorrência de estratificação térmica, principalmente nos pontos de baixa circulação no reservatório Intermediário;
 - ii. Avaliar a possibilidade de acúmulo, mobilização e contaminação da cadeia trófica por metais pesados – as concentrações de alguns metais pesados são naturalmente altas nas águas da região e podem causar acumulação nos dendritos do reservatório Intermediário;
 - iii. Vir acompanhada por parecer de um especialista em ictiofauna quanto ao impactos que a qualidade da água prognosticada possa causar ao peixes da região; e
 - iv. Apresentar medidas de mitigação e/ou corretivas, principalmente para o reservatório Intermediário e igarapés de Altamira.

2.8.Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, projeto de monitoramento hidrossedimentológico, na região onde se encontram os bancos de areia – ria do Xingu, contemplando:

- a) As recomendações apresentadas pelo "Estudo complementar de hidrossedimentologia a jusante da casa de força principal";
- b) O monitoramento do tráfego de embarcações na ria do Xingu; e
- c) A previsão de ações para evitar a erosão nos bancos de areia, bem como a interferência sobre os hábitos dos quelônios.

2.9.Apresentar, previamente às intervenções nos corpos d'água, as Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, referentes às captações de água e lançamento dos esgotos, relativas aos Canteiros de Obra de Bela Vista e do Canal de Derivação, a serem emitidas pelo órgão competente.

2 - Ensecadeira de 1ª fase e 1ª etapa: ensecadeira lançada para alcançar a Ilhas Pimental.

3 - Ensecadeira de 1ª fase e 2ª etapa: atividades de fechamento dos canais do rio Xingu situados entre as ilhas da Serra e Marciana.

CONTINUAÇÃO DA CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 795/2011

2.10. Em relação à implantação do saneamento básico, atender o cronograma exposto abaixo:

Ação	Previsão	Altamira	Vitória do Xingu	Belo Monte	Belo Monte do Pontal
Ações Imediatas	Início	24/05/2011	24/05/2011	-	-
	Término	30/10/2011	30/10/2011	-	-
Abastecimento de água	Início	25/07/2011	25/06/2011	-	-
	Término	25/07/2014	25/06/2014	-	-
Esgotamento sanitário	Início	25/07/2011	25/06/2011	25/06/2011	25/06/2011
	Término	25/07/2014	25/06/2014	31/03/2012	31/03/2012
Aterro sanitário	Início	30/06/2011	30/06/2011	30/09/2011	30/09/2011
	Término	30/06/2012	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2012
Projeto Básico de Remediação do Lixão	Início	-	-	-	-
	Término	01/12/2011	-	-	-
Remediação do Lixão	Início	-	-	-	-
	Término	25/07/2014	-	-	-
Drenagem Urbana	Início	31/03/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	Término	30/06/2014	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2012

2.11. Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, avaliação quanto à suficiência dos equipamentos de saúde e educação disponibilizados às municipalidades da AID. A avaliação deverá contemplar a projeção da demanda no semestre subsequente e apresentar manifestação conclusiva quanto à necessidade de implantação de ações antecipatórias adicionais.

2.12. Implantar integralmente os equipamentos de saúde e educação, conforme prazos e especificações assumidos junto às prefeituras municipais, sem extrapolar o cronograma apresentado no documento "Resposta ao Ofício nº 471/2011 – DILIC/IBAMA", encaminhado por meio do ofício CE 0147/2011 – DS. Apoiar a manutenção dos equipamentos disponibilizados até a entrada em operação do empreendimento.

2.13. Definir, em comum acordo com as prefeituras municipais, medidas antecipatórias adicionais voltadas à disponibilização de equipamentos de saúde e educação, sempre que o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos apontar um incremento crítico⁴ na demanda aos serviços públicos em questão. A disponibilização de equipamentos adicionais de saúde e educação deverá ser feita sempre de forma antecipada ao esgotamento da capacidade de atendimento dos serviços públicos.

2.14. Em relação ao Cadastro Socioeconômico:

- a) Realizar os levantamentos por meio de profissionais capacitados para a execução desta atividade, aptos para identificação e diferenciação das categorias presentes no questionário;
- b) Divulgar nas localidades as atividades de cadastramento, previamente a sua execução, garantindo o esclarecimento adequado do público-alvo, inclusive quanto ao período de sua realização;
- c) Aplicar os questionários de forma isenta, evitando que o cadastrador induza as respostas;
- d) Divulgar e disponibilizar em locais públicos os resultados do cadastro, durante 30 (trinta) dias, contendo a lista dos atingidos objeto do CSE por setor, para eventual correção de distorções ou inclusão de atingidos não detectados; e
- e) Garantir que todos os atingidos sejam cadastrados.

2.15. A população interferida deverá ter livre acesso ao Cadastro Socioeconômico, Caderno de Preços, mapas e laudos de avaliação de suas propriedades, onde deverão ser apresentados de forma discriminada, a relação das benfeitorias indenizadas e respectivos valores.

2.16. Deverá ser garantida a plena liberdade de escolha da população quanto aos diversos tipos de tratamento indenizatório previstos no PBA, observadas as modalidades disponíveis para cada público.

2.17. Implantar os Fóruns de Discussão Permanente com regras e critérios comuns que evitem tratamento díspares acerca de casos similares e divergência de procedimentos entre os diversos fóruns a serem criados.

⁴ - Incremento crítico é aquele que excede a capacidade de atendimento proporcionada pelas ações antecipatórias implementadas pelo empreendedor.

CONTINUAÇÃO DA CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 795/2011

2.18. Em relação à implantação da Área de Preservação Permanente – APP no entorno dos reservatórios do Xingu e do Canal:

- a) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão do Cadastro Socioeconômico, a proposta de delimitação final da APP com largura média de 500 (quinhentos) metros, para avaliação e aprovação do IBAMA; e
- b) Adquirir as áreas destinadas a compor a APP no entorno dos reservatórios do Xingu e do Canal.

2.19. Concluir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a implantação dos módulos RAPELD para o monitoramento da biota.

2.20. Em relação aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, observar as seguintes orientações:

- a) **FUNAI:** atender ao disposto no Ofício nº 126/PRES-Funai e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange ao componente indígena;
- b) **IPHAN:** atender ao disposto no Ofício nº 093/11–CNA/DEPAM/IPHAN e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das atividades referentes ao patrimônio histórico e arqueológico;
- c) **DNPM:** implementar o Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico, observando o disposto no Ofício nº 15/DIFIS-2011 – DNPM e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das atividades referentes ao citado programa;
- d) **ICMBio:** apoiar as ações referentes à implementação do Plano de Ação de Espécies Ameaçadas;
- e) **MS/SVS:** executar o Plano de Ação para o Controle da Malária – PACM, aprovado por meio do Parecer Técnico nº 28/2010/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS;
- f) **INCRA:** apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das tratativas referentes aos assentamentos agrários;
- g) **ITERPA:** apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das tratativas referentes aos assentamentos agrários;

2.21. Dar continuidade às ações de apoio à fiscalização ambiental, a exemplo daquelas definidas nos Acordos de Cooperação Técnica com o IBAMA e com o Estado do Pará.

2.22. No que se refere ao Hidrograma de Consenso:

- a) Prever período de testes para o hidrograma, com duração mínima de 6 (seis) anos, a partir da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal;
- b) Apresentar, com um ano de antecedência ao enchimento do reservatório, proposta de plano de monitoramento da qualidade ambiental no TVR, contemplando impactos na qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande;
- c) Propor, com um ano de antecedência ao enchimento do reservatório, possíveis programas de mitigação e compensação dos impactos potenciais, direcionados ao período de testes;
- d) Manter, no período compreendido entre o início da operação e a geração com plena capacidade, minimamente, o Hidrograma B proposto no EIA.

Parágrafo Único – No âmbito do presente processo de licenciamento ambiental, será devida a alteração do hidrograma de consenso motivada pela identificação de impactos não prognosticados nos estudos ambientais.

2.23. No âmbito do Programa de Compensação Ambiental, informa-se, com base na Lei nº 9.985/00 (SNUC) e no Decreto nº 6.848/2009, que o valor da compensação ambiental (CA) referente à UHE Belo Monte é de **R\$ 99.539.625,73** (noventa e nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), de acordo com os valores atuais previstos para a implantação do empreendimento, segundo informado pela Norte Energia S.A. Para efetuar o cálculo, foram observados: (i) custo total do empreendimento R\$ 23.624.019.982,29; (ii) custos com planos, programas e projetos ambientais R\$ 3.716.094.836,66; (iii) Valor de Referência (VR) R\$ 19.907.925.145,63; e (iv) Grau de Impacto (GI): 0,5%.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeada por Decreto de 5 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2015, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22º, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007. **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Operação à:

EMPREENDEDOR: NORTE ENERGIA S. A.
CNPJ/CPF: 12.300.288/0001-07 **CTF:** 5.074.556
ENDEREÇO: SCN QUADRA 4 BLOCO B - ASA NORTE
CEP: 70714-900 **CIDADE:** BRASILIA/DF **UF:** DF
TELEFONE: (61) 3429-6246 **FAX:** (61) 3429-6246

REGISTRO NO IBAMA: 02001.001848/2006-75

Relativa à Usina Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, nos municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo, no Estado do Pará. A usina tem capacidade instalada total de 11.233,1 MW, por meio de duas casas de força: (i) a casa de força principal com 18 máquinas unidades geradoras do tipo Francis, totalizando 11.000,0 MW; e (ii) casa de força complementar com 6 (seis) unidades geradoras do tipo Bulbo, totalizando 233,1 MW. O eixo do barramento principal (Sítio Pimental) localiza-se no rio Xingu, cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira-PA, formando o reservatório do Xingu com área de 386 km². A partir do reservatório do Xingu, o fluxo é desviado pelo Canal de Derivação até a Casa de Força Principal (Sítio Belo Monte), formando reservatório intermediário com área de 130 km². Tal desvio forma Trecho de Vazão Reduzida (TVR) de cerca de 100 km de extensão. Os reservatórios possuem área de preservação permanente (APP) com largura variável, totalizando 26.342,92 hectares.

Esta licença de operação é válida pelo período de 06 (seis) anos. A validade desta LO está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e dos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste documento.

Brasília/DF,

24 NOV 2015

MARILENE RAMOS
Presidente do IBAMA

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015

1. CONDICIONANTES GERAIS:

1.1 Esta Licença de Operação deverá ser publicada conforme o disposto no § 1º, do art. 10, da Lei nº 6.938/1981 e na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 006/1986, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

1.2 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:

- a) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
- b) Graves riscos ambientais e de saúde;
- c) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

1.3 A presente licença ambiental não dispensa tampouco substitui aprovações, autorizações ou licenças exigidas por outros órgãos reguladores.

1.4 Qualquer alteração das especificações do projeto ou da finalidade do empreendimento deverá ser precedida da anuência do IBAMA.

1.5 A Norte Energia S. A. é a única responsável perante o IBAMA no atendimento às condicionantes postuladas nesta Licença de Operação.

1.6 Em caso de ocorrência de qualquer acidente ambiental, o empreendedor deverá comunicar imediatamente o fato ao Ibama, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 15/2014, por meio do Sistema Nacional de Emergências Ambientais – SIEMA.

1.7 A renovação desta licença deverá ser requerida dentro do prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua validade.

2. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS:

2.1. Executar, de forma ininterrupta, os programas e projetos inseridos nos planos elencados abaixo:

- a) Plano de Gestão Ambiental
- b) Plano Ambiental de Construção
- c) Plano de Atendimento à População Atingida
- d) Plano de Requalificação Urbana
- e) Plano de Articulação Institucional
- f) Plano de Relacionamento com a População
- g) Plano de Saúde Pública
- h) Plano de Valorização do Patrimônio
- i) Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais
- j) Plano de Gestão de Recursos Hídricos
- k) Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres
- l) Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos
- m) Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande
- n) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios

2.2. Apresentar relatórios semestrais, contendo dados brutos e análise elaborada por responsável técnico, relativos aos Planos, Programas e Projetos. Os relatórios deverão ser entregues em versão digital e impressa (quando solicitada), constando sumário, numeração das páginas, referências bibliográficas, instituições e agentes envolvidos, assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução dos trabalhos, registro dos profissionais nos órgãos de classe, ART (quando pertinente) e número no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015

2.3. Os Programas Ambientais que exijam ações programadas por tempo determinado, não coincidente com a vigência da licença de operação, devem ter seu Projeto Executivo revisto junto ao Ibama, sempre que necessário, explicitando a reprogramação das ações, adequação de metas e objetivos, devidamente acompanhadas de novo cronograma.

2.4. Realizar, sem prejuízo dos relatórios semestrais, seminário técnico com o órgão licenciador, com periodicidade anual, para discussão dos resultados dos programas ambientais, prevendo explanação por parte dos especialistas envolvidos.

2.5. Incorporar as recomendações contidas no Parecer 02001.004317/2015-25 COHID/IBAMA para realização das medidas de controle, monitoramento, mitigação e comunicação social previstas no Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte.

2.6. Em relação às atividades de reassentamento da população atingida:

a) Executar revisão do tratamento ofertado aos ribeirinhos e moradores de ilhas e beiradões do rio Xingu, conforme diretrizes aprovadas pelo Ofício 02001.009719/2015-16 DILIC/IBAMA, garantindo o acesso à dupla moradia a todos os atingidos que tenham direito.

b) Implantar o RUC Pedral até novembro de 2016 e cumprir todas as etapas dos projetos de reassentamento urbano previstas para as famílias destinadas àquele RUC: pré-transferência, transferência e pós-transferência.

c) Garantir a participação do Grupo de Acompanhamento do Pedral para consolidação do RUC Pedral.

d) Implementar, até outubro de 2016, as obras de urbanização e relocação ou indenização dos moradores do bairro Jardim Independente II atingidos pelo enchimento do reservatório, de acordo com projeto e cronograma propostos pela Norte Energia e aprovados pela Agência Nacional de Águas (ANA) e IBAMA.

2.7. Iniciar, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento de aluguel social e verba de manutenção às 40 famílias que optaram pelo Reassentamento em Área Remanescente – RAR, o qual deverá ser mantido até que as famílias retomem suas condições de vida nas áreas remanescentes.

2.8. Efetuar o pagamento de aluguel social e verba de manutenção às 40 famílias que optaram pelo Reassentamento em Área Remanescente – RAR, de forma retroativa, pelo período transcorrido desde a data de assinatura do termo de opção por modalidade de tratamento.

2.9. Manter, para todos os reassentados, assistência técnica, social e ambiental (ATES), com período mínimo de 3 (três) anos.

2.10. No âmbito do Plano de Requalificação Urbana, a Norte Energia deve:

a) Concluir a retirada das pontes João Coelho, Goldim Lins e ponte de madeira na foz do igarapé Ambé, até a conclusão do enchimento do reservatório Xingu;

b) Concluir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as obras dos parques no entorno dos igarapés de Altamira; a reurbanização da orla de Altamira; e as obras de drenagem urbana associadas aos parques e à reurbanização da orla;

c) Implantar, no prazo de 180 dias (cento e oitenta), solução definitiva para disposição final dos resíduos sólidos que atenda à sede municipal de Anapu e à localidade de Belo Monte do Pontal;

d) Apoiar a implantação de consórcio intermunicipal de resíduos sólidos que contemple os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Anapu, visando solução ambiental e economicamente sustentável para disposição final de resíduos sólidos urbanos;

d) Prestar, pelo período de dois anos e de forma ininterrupta, assistência técnica aos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Anapu, visando a adequada operação das estações de tratamento de esgoto e dos aterros sanitários implantados pela Norte Energia.

2.11. Concluir, até 30/09/2016, a realização das ligações domiciliares à rede de esgoto da área urbana de Altamira.

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015

2.12. Disponibilizar serviços de limpa-fossa e coleta de esgotos em tempo seco para saneamento ambiental de Altamira, até a conclusão das ligações domiciliares.

2.13. Disponibilizar suporte técnico e financeiro para a integral e adequada operação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Altamira, até que a Prefeitura daquela municipalidade apresente condições para operá-lo de forma sustentável técnica e economicamente.

2.14. Em relação à qualidade de água:

- a) Realizar monitoramento diário em perfil de profundidade nos pontos definidos no Plano de Enchimento dos Reservatórios, considerando os seguintes parâmetros: OD, DBO, Nitrogênio, Fósforo, *E.Coli*, PH, Turbidez, Condutividade Elétrica e Temperatura;
- b) Os resultados deste monitoramento devem ser remetidos para acompanhamento do Ibama;
- c) Realizar o manejo adaptativo dos compartimentos do reservatório, de modo a atender às demandas por usos múltiplos e a manutenção das condições de vida para biota aquática.

2.15. Continuar a execução do Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos bancos de areia (Tabuleiros do Embaubal), conforme as observações elencadas no Parecer 02001.003622/2015-08 COHID/IBAMA.

2.16. No que tange à Volta Grande do Xingu, a Norte Energia deverá:

- a) Realizar os testes previstos para a implementação do Hidrograma de Consenso, com duração mínima de 6 (seis) anos a partir da instalação da plena capacidade de geração na casa de força principal, associado aos resultados do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu;
- b) Controlar as vazões da Volta Grande do Xingu sempre com o objetivo de mitigar impactos na qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande.

2.17. Em relação à navegação:

- a) Operar, de forma ininterrupta, o Sistema de Transposição de Embarcações;
- b) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório técnico independente com a avaliação da adequação dos equipamentos às embarcações utilizadas pelos moradores da Volta Grande do Xingu.

2.18. Implantar e proteger a Área de Preservação Permanente (APP) aprovada pelo Ibama.

- a) Apresentar, em 120 (cento e vinte) dias, Programa de Revegetação das Áreas de Preservação Permanente dos reservatórios e do Canal.

2.19. No âmbito do resgate de fauna, durante o enchimento dos reservatórios Xingu e Intermediário:

- a) Encaminhar relatórios mensais, contendo as informações solicitadas pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 647/2015;
- b) Manter o resgate de fauna durante o período de rescaldo, até manifestação do Ibama autorizando a interrupção da atividade;
- c) Encaminhar para o CETAS da UHE Belo Monte todos os animais recebidos ou informados pelo Ibama na região do entorno do empreendimento.

2.20. No âmbito do Programa de Conservação da Fauna Terrestre:

- a) Manter as atividades de monitoramento executadas ao longo da instalação do empreendimento, por, no mínimo, dois anos após o enchimento dos reservatórios. A interrupção ou modificação na metodologia de qualquer atividade de monitoramento só poderá ser realizada após manifestação do Ibama;
- b) Apresentar a modelagem de ocorrência de espécies, conforme especificado no Parecer 02001.003622/2015-08 COHID/IBAMA;
- c) Apresentar, nos relatórios de acompanhamento, análises comparativas com os dados de fases anteriores, pré-enchimento e enchimento;
- d) Apresentar avaliação consolidada dos impactos do empreendimento à fauna, e proposta de mitigação e/ou compensação de acordo com os resultados dos monitoramentos biológicos.

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015

2.21. No âmbito do projeto de Mitigação de Impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento:

- a) Dar continuidade ao monitoramento da fauna atropelada, por meio de campanhas bimestrais, até a manifestação do Ibama autorizando a interrupção das atividades, a fim de avaliar a eficácia das medidas mitigadoras;
- b) Executar medidas de mitigação adicionais, caso identificado aumento da taxa de atropelamento de fauna silvestre.

2.22. No âmbito do Programa de Conservação da Fauna Aquática, a Norte Energia deve dar continuidade ao Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos, ao Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática e ao Projeto de Monitoramento de Crocodilianos, por, no mínimo, dois anos após o enchimento dos reservatórios, conforme especificado no Parecer 02001.003622/2015-08 COHID/IBAMA. As atividades de monitoramento somente poderão ser interrompidas após anuência do Ibama.

2.23. No âmbito do Programa de Conservação e Manejo de Quelônios, a Norte Energia deve dar continuidade às atividades do Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios e do Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte, a fim de mensurar e mitigar o impacto sobre a fauna de quelônios. Também devem ser apresentadas análises comparativas com as fases anteriores, como pré-enchimento e enchimento.

2.24. No âmbito do Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável:

- a) Realizar seminário técnico aberto ao público da AID, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, com participação de especialistas em pesca, para discutir os resultados dos monitoramentos e debater os impactos decorrentes da fase construtiva e de operação da UHE Belo Monte;
- b) Iniciar, em até 60 (sessenta) dias, projeto de assistência técnica de pesca, por período mínimo de 3 (três) anos, no trecho que sofrer alterações pela formação do reservatório Xingu e do Trecho de Vazão Reduzida; e
- c) Desenvolver projeto de assistência técnica de pesca destinado aos pescadores e ribeirinhos moradores da Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio e Iriri, na região da Terra do Meio.

2.25. No âmbito do Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna:

- a) Apresentar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Protocolo de Ação para as atividades de resgate e salvamento da ictiofauna para fase de operação do empreendimento, incluindo atividades a serem executadas em eventuais mortandades de peixes;
- b) Executar resgate de ictiofauna durante as atividades de comissionamento, nas paradas das Unidades Geradoras (programadas e emergenciais), e em outras atividades potencialmente impactantes à ictiofauna;
- c) Comunicar imediatamente aos órgãos competentes, incluindo a DILIC/IBAMA, quaisquer ocorrências de mortandade de peixes;
- d) Registrar, durante as atividades de resgate de ictiofauna, as medições dos seguintes parâmetros de qualidade de água: temperatura, oxigênio dissolvido e pH;
- e) No caso de resgate de espécies exóticas, os exemplares dessas espécies devem ser sacrificados, e não devolvidos ao corpo hídrico.

2.26. No âmbito do Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais:

- a) Prover assistência técnica pelo período mínimo de 3 (três) anos após o repasse dos pacotes tecnológicos;
- b) Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, proposta alternativa de ações de mitigação para o público que não aderir ao projeto.

2.27. No âmbito do Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo de Transposição de Peixes:

- a) Iniciar a operação do Sistema de Transposição de Peixes – STP – antes do período de migração reprodutiva da ictiofauna 2015/2016;

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015

b) Realizar avaliação de efetividade do STP, após os três primeiros ciclos hidrológicos, a partir dos dados de monitoramento oriundos dos Projetos de Monitoramento da Ictiofauna e de Implantação e Monitoramento de Mecanismo de Transposição de Peixes e encaminhar relatório ao Ibama.

2.28. Com relação à reposição florestal:

- a) Encaminhar, em 90 dias, o projeto de reposição florestal, utilizando as informações constantes no Relatório Final de Supressão;
- b) Considerar as Áreas de Preservação Permanente do reservatório, para plantio de espécies florestais para fins de geração de crédito de reposição florestal.

2.29. No âmbito do Programa de Desmatamento:

- a) Encaminhar o Relatório Final de Supressão após a finalização dos desmates autorizados para instalação do empreendimento;
- b) O quantitativo de área desmatada em APP deverá ser compensado com o plantio efetivo de espécies arbóreas em área equivalente, o qual poderá ser contabilizado para fins de cumprimento de reposição florestal.

2.30. No âmbito do Programa de Delineamento do Mercado Madeireiro:

- a) Destinar 100% do volume aproveitável das espécies protegidas na forma de produto florestal processado, por meio de doação ou utilização interna, devendo priorizar os usos que proporcionem melhor valor agregado;
- b) Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, planejamento que contemple a destinação de todas as classes de produtos florestais determinados no Plano Operacional de Supressão (tora, mourão, lenha e resíduos grossos) considerando as especificidades de cada categoria; e
- c) Otimizar a utilização interna dos produtos florestais oriundos da supressão para o uso nas obras de infraestrutura e montagem, bem como em outros programas ambientais do PBA que demandem qualquer tipo de consumo madeireiro.

2.31. No âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas:

- a) Observar os projetos executivos para todas as áreas contempladas no Programa;
- b) Priorizar o plantio de espécies arbóreas nativas, com sementes e mudas oriundas do resgate de flora e aquelas identificadas como ameaçadas de extinção ou espécies protegidas;

2.32. Em relação aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, observar as seguintes orientações:

- a) **MS/SVS** - elaborar e encaminhar à SVS/MS, no prazo de 60 (sessenta) dias, Plano de Ação de Malária Complementar a ser executado por mais 05 (cinco) anos. O PACM complementar deverá ser realizado em conformidade com o descrito na Portaria Interministerial n.º 60/2015 e Portaria SVS/MS nº 1/2014;
- b) **IPHAN** – dar continuidade à implantação do Programa de Resgate e Salvamento Arqueológico, observando prazos e orientações estabelecidas pelo do IPHAN;
- c) **FUNAI** – dar continuidade à implantação dos planos e programas integrantes do Componente Indígena do Projeto Básico Ambiental (PBA-CI), observando as recomendações da Funai para complementação e adequação das medidas, bem como os prazos e orientações estabelecidas por aquela Fundação.

2.33. Dar apoio operacional à fiscalização para coibir ilícitos ambientais na área de influência do empreendimento, tais como desmatamento e exploração ilegal de madeira, tráfico de animais silvestres e pesca predatória.

2.34. Cumprir as obrigações relativas à Compensação Ambiental, previstas no art. 36 da Lei 9.985/2000, a partir da deliberação do Comitê de Compensação Ambiental Federal. O Grau de Impacto do empreendimento é de 0,5%, e o valor da Compensação Ambiental foi estipulado em R\$ 126.325.793,01 (cento e vinte e seis milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e três reais e um centavo).

**TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM, DE UM LADO, A NORTE ENERGIA
S.A. E, DE OUTRO LADO, A FUNDAÇÃO
NACIONAL DO ÍNDIO.**

A **NORTE ENERGIA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, concessionária de uso de bem público para geração de energia elétrica, com sede em Brasília/DF, no Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, nº 100, Sala 1.004, Centro Empresarial Varig, inscrita no CNPJ sob o nº 12.300.288/0001-07, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Duílio Diniz de Figueiredo, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador do RG nº 3562814 - SSP/SC e do CPF nº 271.635.207-00, e por seu Diretor Socioambiental, José Anchieta dos Santos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 1.077.093 - SSP/PE e do CPF nº 090880594-20, doravante denominada **NORTE ENERGIA**, e, do outro lado, a **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO**, entidade fundacional de natureza pública, instituída pela Lei nº 5.371/67, com sede no SBS Quadra 02 lote 14, Ed. Cleto Meireles, Brasília/DF, CEP 70070-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.059.311/0001-26, neste ato representada pelo seu Presidente João Pedro Gonçalves da Costa, nomeado pelo Decreto s/n de 17/06/2015, doravante denominada **FUNAI**, e ambas conjuntamente denominadas de **PARTÍCIPIES**,

CONSIDERANDO:

- A. as obrigações estabelecidas no processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica – **UHE Belo Monte**, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**, no qual a **FUNAI** é interveniente no que concerne ao componente indígena;
- B. as obrigações estabelecidas no Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu, doravante denominado 'Plano de Proteção Territorial', elaborado pela **FUNAI**, especificamente o item '8.2', que determinou à **NORTE ENERGIA** a contratação de agentes públicos e/ou servidores públicos para a execução das ações ali estabelecidas;
- C. o teor da Ação Civil Pública nº 0000655-78.2013.4.01.3903 e da Execução de Título Extrajudicial nº 96-24.2013.4.01.3903, movidas pelo Ministério Público Federal, ambas em trâmite perante a Justiça Federal do Estado do Pará;
- D. que a **NORTE ENERGIA** apresentou à **FUNAI** proposta de revisão das ações determinadas no Plano de Proteção Territorial, visando a sua maior efetividade;
- E. que a **FUNAI**, por meio do Ofício nº 188/2015/DPT, encaminhou o Parecer Técnico nº 14/2015/CGMT-DPT-FUNAI-MJ, analisando a proposta da **NORTE ENERGIA** de revisão do Plano de Proteção Territorial e concluindo pela sua possibilidade pelo prazo de sua execução em 02 (dois) anos;
- F. as reuniões realizadas no segundo semestre de 2015, em que **NORTE ENERGIA** e a **FUNAI** discutiram as obrigações a serem executadas no âmbito do Plano de Proteção Territorial;
- G. as CE 307/2015-DS, 392/2015-DS e CE 406/2015-DS, encaminhadas pela **NORTE ENERGIA** à **FUNAI**, respectivamente, com o Plano de Trabalho relativo a esse **TERMO** e seus ajustes, e o Parecer Técnico nº 296/2015/CGMT/DPT-FUNAI-MJ, encaminhado por meio do Ofício nº 984/2015/DPT;

As **PARTÍCIPIES** resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, doravante chamado simplesmente de **TERMO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:



[Handwritten signatures and initials]

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente **TERMO** tem como objeto o cumprimento de ações destinadas à proteção territorial das terras indígenas do Médio Xingu, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, ou até a conclusão das obrigações previstas neste **TERMO**, em substituição ao Plano de Proteção Territorial da UHE Belo Monte anteriormente estabelecido no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte.

Parágrafo Único – As ações previstas neste **TERMO** serão detalhadas no **PLANO DE TRABALHO** anexo, que é parte integrante deste acordo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTÍCIPES

2. Para a execução dos objetivos propostos neste **TERMO**, caberá à:

I – NORTE ENERGIA:

1. Instalar na sede da **FUNAI**, em Brasília/DF, e no escritório regional da Fundação, em Altamira/PA, um Centro de Monitoramento Remoto, conforme especificações contidas no **PLANO DE TRABALHO** anexo a este **TERMO**, objetivando acompanhar: (a) via imagens de radar - a área de aproximadamente 56.800km², correspondente às Terras Indígenas envolvidas no projeto da UHE Belo Monte; e, (b) via imagens de satélite - as alterações da cobertura vegetal das Terras Indígenas de toda Amazônia Legal;
2. Construir 3 (três) Unidades de Proteção Territorial (UPT), quais sejam: a Base Operacional (BO) Transiriri e os Postos de Vigilância (PV) Rio das Pedras e Ituna/Itata, além das 8 (oito) Unidades já construídas e ainda não entregues à Funai, devendo os ajustes eventualmente necessários serem efetuados a partir do recebimento das UPTs;
3. Entregar as 11 (onze) Unidades de Proteção Territorial, referidas no item acima, devidamente equipadas conforme especificado no **PLANO DE TRABALHO** anexo a este **TERMO**, e prontas para uso imediato pela **FUNAI**;
4. Proceder à contratação de até 72 (setenta e dois) profissionais, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, para atuarem nas equipes técnicas de monitoramento das terras indígenas do Médio Xingu, sob influência da UHE Belo Monte, a serem alocados nas Unidades de Proteção Territorial e demais atividades que a **FUNAI** julgar pertinentes, voltadas à proteção territorial, cuja mobilização dar-se-á conforme histograma de permanência constante no **PLANO DE TRABALHO** anexo ao presente **TERMO**;
5. Promover o pagamento dos profissionais contratados, incluindo todos os encargos trabalhistas decorrentes da atividade desenvolvida;
6. Estruturar a Coordenação Regional da **FUNAI** em Altamira com veículos, embarcações, móveis e equipamentos de radiofonia (que estabeleçam a comunicação entre as UPT), conforme consta no **PLANO DE TRABALHO** anexo a este acordo, e que dele faz parte integrante, destinados especificamente à execução das ações de proteção territorial;
7. Concluir a aviventação de limites das terras indígenas, seguindo-se as orientações estabelecidas no Ofício nº 334/2014/PRES/FUNAI-MJ, de 22 de maio de 2014, e o Projeto Básico a ele anexado, em continuidade às atividades que já vêm sendo executadas.

H
Z
f

II – FUNAI:


1. Coordenar as ações de proteção territorial a serem desenvolvidas nos Centros de Monitoramento Remoto em Brasília/DF e Altamira/PA;
2. Receber, após realizar vistoria conjunta, bem como após a elaboração de plano de inspeção e manutenção, e a contratação de equipes, as 8 (oito) Unidades de Proteção Territorial já implantadas e, tão logo fiquem prontas, as outras 03 (três) Unidades em execução, transferindo-se tais estruturas ao patrimônio da Fundação;
3. Acompanhar a implantação da Base Operacional Transiriri e dos Postos de Vigilância Rio das Pedras e Ituna/Itata, prestando à **NORTE ENERGIA** o apoio para a obtenção de escolta policial às equipes executoras, mediante acionamento formal das autoridades competentes para tanto;
4. Operar e manter as 11 (onze) Unidades de Proteção Territorial, referidas no item acima;
5. Arcar com as despesas operacionais da equipe de servidores da **FUNAI** (viagens, diárias, deslocamentos ou quaisquer outras assemelhadas) que se envolverem nas ações de proteção territorial previstas neste **TERMO**;
6. Coordenar todo o trabalho a ser desenvolvidos nas 11 (onze) Unidades de Proteção Territorial;
7. Selecionar, em conjunto com a **NORTE ENERGIA**, os profissionais a serem contratados, conforme os perfis indicados no Plano de Trabalho anexo, e participando das entrevistas do processo seletivo;
8. Gerenciar o fiel cumprimento dos trabalhos das equipes técnicas contratadas pela **NORTE ENERGIA**, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;
9. Declarar o atendimento das atividades de aviventação das terras indígenas em até 30 (trinta) dias da comunicação da sua execução;

Parágrafo Primeiro – As **PARTÍCIPIES** levarão cópia deste **TERMO** aos autos da Ação Civil Pública nº 0000655-78.2013.4.01.3903 e da Execução de Título Extrajudicial nº 96-24.2013.4.01.3903, dando conta do cumprimento das obrigações nelas questionadas pelo Ministério Público Federal.

Parágrafo Segundo – Compete às **PARTÍCIPIES** garantir, através de seus representantes e setores, o fiel cumprimento do quanto estabelecido neste **TERMO**, assim como assegurar que todas as pessoas designadas e envolvidas em sua execução, conheçam e aceitem explicitamente todas as suas condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CENTRO DE MONITORAMENTO REMOTO

- 3.1. Após celebração deste **TERMO** será realizada vistoria conjunta entre a **NORTE ENERGIA**, a Empresa Especializada que instalará o Centro de Monitoramento Remoto e a **FUNAI** nas instalações da sede do órgão indigenista, em Brasília, e em seu escritório regional, em Altamira, para definição do local onde o mesmo será instalado.
- 3.2. Além da implantação das estruturas físicas, para operar o Centro de Monitoramento Remoto, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados da sua instalação, a **NORTE ENERGIA** fornecerá 9 (nove) profissionais, dos quais 7 (sete) ficarão lotados em Brasília/DF e 2 (dois) em Altamira/PA.



3.2.1. Os profissionais a serem contratados pela **NORTE ENERGIA**, além de operar o Centro de Monitoramento Remoto, promoverão a devida capacitação e treinamento dos profissionais da **FUNAI** para que assumam sua operação após o encerramento do prazo de contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA AS UPTS

4.1. A contratação de profissionais de que trata a Cláusula Segunda (item 'I/4') será realizada pela **NORTE ENERGIA** imediatamente após a implantação e entrega formal das UPTs, já equipadas, à Funai.

4.2. O processo seletivo para a contratação de tais profissionais será conduzido pela **NORTE ENERGIA**, com apoio da **FUNAI**, que participará da entrevista presencial e dará anuência à contratação dos profissionais selecionados.

4.3. O pagamento desses profissionais, com todos os encargos trabalhistas decorrentes da contratação, será realizado diretamente pela **NORTE ENERGIA**, sem a transferência de qualquer recurso financeiro à **FUNAI**.

4.4. A **FUNAI** será totalmente responsável pelo gerenciamento do trabalho e das ações dos profissionais contratados pela **NORTE ENERGIA**, ficando os mesmos total e exclusivamente à serviço daquela Fundação.

4.4.1. Caso o profissional contratado não corresponda às expectativas de trabalho estabelecidas pela **FUNAI**, o órgão indigenista comunicará à **NORTE ENERGIA**, que procederá ao desligamento do profissional e sua substituição por outro em até 45 (quarenta e cinco) dias.

4.5. A execução dos trabalhos pelos profissionais a serem contratados se dará no período de vigência deste **TERMO**, não podendo estender-se após o seu encerramento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5. O presente **TERMO** entra em vigor na data de sua publicação, de responsabilidade da **FUNAI**, estendendo-se a sua vigência por um período de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do início da operação do Centro de Monitoramento Remoto e da operação de cada Unidade de Proteção Territorial, mediante a contratação de equipe.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACORDOS ANTERIORES

6. Este **TERMO**, em relação ao componente indígena da UHE Belo Monte, repactua e substitui as obrigações anteriormente estabelecidas e ainda não executadas: (i) na ata de audiência realizada em 30 e 31 de outubro de 2012; (ii) no Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu; e, (iii) no Termo de Compromisso firmado em 15 de setembro de 2010.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7. Este **TERMO** poderá ser rescindido por consenso das **PARTÍCIPES**, podendo também ser denunciado por qualquer delas, mediante aviso, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CUSTOS

8. Os recursos financeiros necessários ao pagamento de custos para a execução das atividades previstas neste **TERMO** serão de responsabilidade da **NORTE ENERGIA**, no



Handwritten signatures and initials in blue ink.

limite de suas obrigações definidas no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, ressalvados os custos que são da responsabilidade da FUNAI.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9. As **PARTÍCIPIES** elegem o Foro da Justiça Federal de Brasília, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes do presente **TERMO**.

Estando assim justas e acordes, firmam o presente **TERMO** em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2015.

Pela **NORTE ENERGIA**:



Duilio Diniz de Figueiredo
Diretor-Presidente



José Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Pela **FUNAI**:

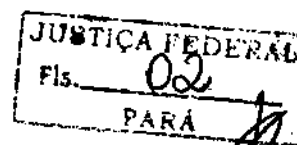

João Pedro Gonçalves da Costa
Presidente

TESTEMUNHAS:


NOME: _____
RG: 605531-SSP/MT
CPF: 429773801-59


NOME: BARBARA ALVES NONATO
RG: 18402267
CPF: 833 864162-68.

TERMO DE AUTUAÇÃO



Em Belém, 27 de Janeiro de 2011 a seção de Classificação e Distribuição autua os documentos adiante, em **848** folhas com — apensos na seguinte conformidade:

Processo: 968192/114013900

Classe: 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Objeto: REVOGAÇÃO/CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL - MEIO AMBIENTE - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DO DIREITO PÚBLICO

Vara: 9ª VAR. FEDERAL

DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 27/01/2011

O sistema gerou relatório de prevenção.

PARTES:

- REQTE. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
- REQDO. IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RE CNPJ :00.000.000/0000-00
- REQDO. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BNDES CNPJ :33.657.848/0001-89
- REQDO. NORTE ENERGIA S/A (NESA) CNPJ :12.300.288/0001-07

Para constar, lavro e assino o presente

SERVIDOR

Rodrigo Silva Gomes
Técnico Judiciário
Mat. 538



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 9ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.



Vara 968-19.2011.4.01.3900

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Pará

06475



27/1/2011 17:29:32
PROTOCOLO JUDICIAL

REFERÊNCIA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N°s: 1.23.003.000063/2007-61; 1.23.003.000244/2010-92; 1.23.003.000102/2007-20; 1.23.003.000008/2009-32.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelos Procuradores da República que ao final subscrevem, no exercício das funções institucionais, e alicerçado nos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988; artigos 5º, inciso III, d; 6º, VII, b, c e d, todos da Lei Complementar nº 75/93; artigos 1º, incisos I, III e IV; 2º; 3º; 5º, *caput*; 12 e 19 da Lei nº 7.347/85 vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL
com Pedido de Liminar

em face de:

1. Norte Energia S/A (NESA) - concessionária de Uso de Bem Público para exploração da UHE Belo Monte, CNPJ/MF 12.300.288/0001-07, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco F, Lote 12, salas 706/708 (parte), Edifício Via Capital, Brasília/DF, CEP 70.041-906;

2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), - pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF 03.659.166/0001-02, com sede no - SCEN Trecho 2 - Ed. Sede - Cx. Postal nº 09870 - CEP 70818-900 - Brasília-DF;

3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF 33.657.248/0001-89, com sede na Av. República do Chile, 100, Centro, Rio de Janeiro, 20031-917.

OBJETO DA DEMANDA

A presente ação tem por objeto a declaração de nulidade da Licença de Instalação nº 770/2011, de 26 de janeiro de 2011 (DOC. 1), emitida pelo IBAMA para o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte (AHE Belo Monte), sem o cumprimento das condicionantes impostas na concessão da Licença Prévia nº 342/2010 (DOC. 2) e de sua consequente autorização para supressão de vegetação, que recebeu o número 501/2011, também de 26 de janeiro de 2011 (DOC. 23).

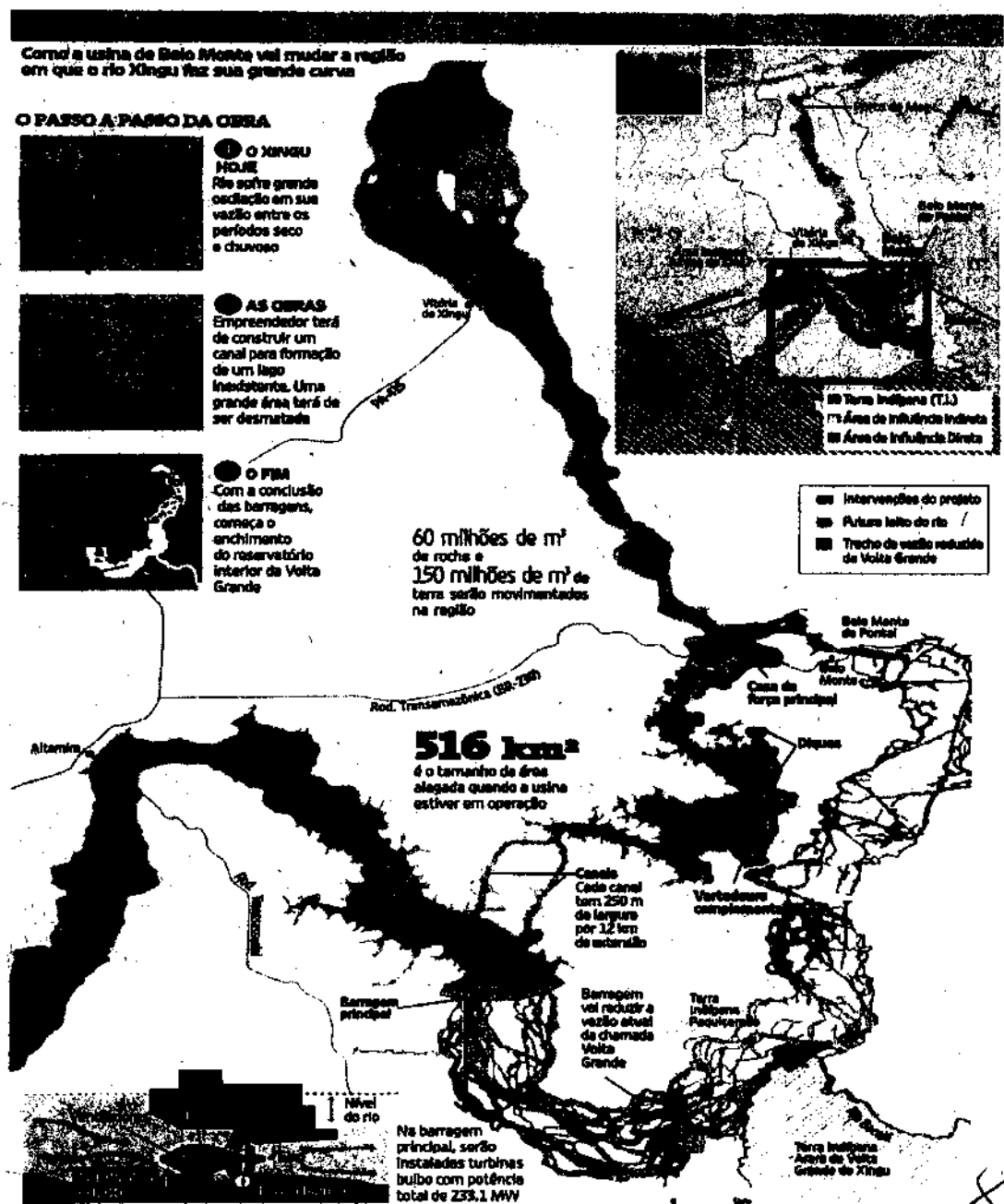
I. OS FATOS

1. A UHE BELO MONTE

O projeto de engenharia do AHE BELO MONTE, segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), possui a seguinte configuração:

“Em linhas gerais, o aproveitamento hidroelétrico projetado compreende um barramento principal no rio Xingu (no local denominado, nos Estudos de Viabilidade, de Sítio Pimental), de onde as vazões são derivadas por canais para que a geração de energia possa ser realizada no Sítio Belo Monte, local distante 50 km por estrada, favorecendo-se, desse modo, de uma queda com cerca de 90 m de altitude. Resultante dessa configuração, formar-se-á um trecho de cerca de 100 km de extensão (vide subitem a.2) no rio Xingu a ser submetido a uma vazão residual, que será também aproveitada para geração de energia em uma Casa de Força complementar, localizada junto a Barragem Principal. ... o eixo da Barragem Principal está projetado para cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira, no rio Xingu. O Canal de Fuga

da Casa de Força Principal localiza-se cerca de 9,5 km a jusante da vila de Belo Monte. O reservatório terá Nível Máximo Normal de operação na cota 97,0 m, apresentando, na realidade, dois compartimentos distintos: um a ser formado na calha do rio Xingu, que compreende a área de inundação deste corpo hídrico na cota 97,0 m; e outro configurado a partir de dois canais de derivação, conduzindo as vazões desviadas do rio Xingu até a Casa de Força Principal. Em acordo com esta configuração, estes dois compartimentos serão denominados neste EIA, respectivamente, de 'Reservatório do Xingu' e de 'Reservatório dos Canais'.



1 Mapa Fonte: Folha de São Paulo.

Na região da Volta Grande do Xingu, em um trecho de 100 quilômetros abaixo da barragem principal, a vazão da água vai diminuir drasticamente, ficando na maior parte do ano a níveis abaixo dos meses de estiagem. Tudo por causa do desvio que será realizado por meio de canais que demandarão a retirada de mais areia e pedra do que foi retirado do Canal do Panamá. Nessa região vivem milhares de indígenas e ribeirinhos.

Intensos, também, os impactos na área urbana dos municípios diretamente atingidos pelas obras, em situação já parcialmente identificada na fase da Licença Prévia.

2. AS CONDICIONANTES

Ao conceder a Licença Prévia nº 342/2010 para obra de tamanha envergadura, o IBAMA impôs 40 condicionantes gerais e mais 26 relacionadas aos direitos indígenas, especificadas no Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI (DOC. 3) condensadas pelo MPF em planilha (DOC. 21):

Até a emissão da Licença Prévia, onze condicionantes gerais não tinham sido cumpridas, duas foram realizadas parcialmente e sobre as demais não há qualquer informação.

Sobre as condicionantes indígenas, que preveem ações como demarcação de Terras Indígenas e retirada (desintrusão) de não-índios das áreas demarcadas, entre outras, 18 não foram realizadas e duas foram realizadas parcialmente. Sobre as demais não há informações².

Para confirmar que as condicionantes, em sua grande maioria, nem sequer tiveram iniciado o seu processo de cumprimento, anexou-se à presente Ação Civil Pública três ofícios enviados pelo MPF à Norte Energia S/A requisitando informações sobre o cumprimento de cada uma das 40 condicionantes. Em resposta, a primeira requerida pediu dilação de prazo e não o cumpriu, o que

2 A Presidência da FUNAI, manifestando-se quanto ao pedido da combatida Licença de Instalação Parcial, sem mencionar a existência de manifestação contrária a tal pedido, expressamente condicionou sua aceitação ao pedido do empreendedor ao cumprimento das citadas condicionantes indígenas, as quais, entretanto, não foram cumpridas.

evidencia que o processo de cumprimento das condicionantes está em um estágio inicial que não permitia a concessão da Licença de Instalação (DOC. 4).

3. A EMISSÃO DA LI SEM O CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 05

A NORTE ENERGIA S/A apresentou ao IBAMA, em 20/09/2010, em 27/09/2010 e, posteriormente, em 05/10/2010, requerimentos de Licença de Instalação para o AHE Belo Monte (DOC. 5).

A Equipe Técnica do IBAMA refutou os pedidos, ao verificar que não haviam sido cumpridas as condicionantes da Licença Prévia, manifestando-se contrariamente à emissão da Licença de Instalação. A referida manifestação foi exarada nos seguintes documentos (DOC. 6):

- 1) Nota Técnica 36/2010 do COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 17/09/2010;
- 2) Parecer Técnico 88/2010 do COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 05/10/2010;
- 3) Parecer Técnico 95/2010 do COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 20/10/2010

Outra evidência de que as condicionantes não foram cumpridas é o Memorando n. 291/2010 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (DOC. 19).

Não obstante, o presidente interino da Autarquia, em desacordo com a manifestação técnica, emitiu a Licença de Instalação *Parcial* objeto desta Ação Civil Pública.

4. AS RECOMENDAÇÕES

O MPF ainda emitiu, por duas vezes, Recomendações ao IBAMA, diante de notícias de que a Licença de Instalação seria concedida.

Na primeira Recomendação (Recomendação 04/2010 - GAB2 - DOC. 7), de 13/10/2010, após receber informações das prefeituras de Altamira e

Vitória do Xingu (DOC. 8) de que nenhuma obra havia sido iniciada para dar condições de saneamento, saúde e educação às populações, o MPF recomendou ao presidente do IBAMA que não emitisse nenhuma nova licença enquanto as condicionantes previstas na Licença Prévia, estabelecidas pelo próprio IBAMA, não fossem cumpridas.

A recomendação lembra que, de acordo com os termos da Licença Prévia nº 342/2010, a instalação só poderá acontecer após se iniciar a construção de escolas, postos de saúde, hospitais e obras de saneamento nos municípios e localidades diretamente afetados.

A infraestrutura de saúde e educação é uma das questões que mais preocupa as comunidades da região, já que o simples anúncio da obra já vem atraindo migrantes e sobrecarregando os serviços. Mesmo assim, nenhuma das providências previstas pelo IBAMA como ações preparatórias foram concretizadas.

Os documentos em anexo comprovam que a situação relativa à saúde, educação e saneamento continua exatamente no “marco zero”, parâmetro adotado pelo próprio IBAMA como referência para a medição dos impactos do empreendimento.

Veja-se, inclusive, ata de reunião do Conselho Municipal de Saúde de Altamira referindo que as ações propostas pela Norte Energia S/A são insuficientes para fazer face à demanda na área de saúde com a construção do AHE Belo Monte (DOC. 9).

Na segunda Recomendação (Recomendação 05/2010-GAB2 - DOC. 10), de 09/11/2010, ao IBAMA, o MPF foi mais enfático:

“... se abstenha de emitir qualquer licença, em especial a de Instalação, prévia ou definitiva, do empreendimento denominado AHE Belo Monte, enquanto as questões relativas às condicionantes da Licença Prévia 342/2010 não forem definitivamente resolvidas de acordo com o previsto.”

O MPF alertou ainda que o direito ambiental é regido pelo princípio

da precaução, que exige cuidados prévios em caso de possibilidade de danos irreversíveis. "É inadmissível juridicamente a expedição dessa nova licença, porque relegaria a decisão por cumprir as condicionantes para um momento posterior".

A recomendação lembrou que "não existe no ordenamento jurídico brasileiro o instituto da licença parcial de instalação (ou qualquer outro instrumento com outro nome) que permita que se inicie a implementação de um empreendimento com impactos de grandeza regional ou nacional em caráter precário".

O MPF, na sua missão constitucional de preservar a ordem jurídica, enfatizou ao Diretor de Licenciamento Ambiental do IBAMA (DOC. 11) que nenhuma espécie de licença poderia ser emitida enquanto não fossem observadas as condições previstas no Parecer Técnico 21 da FUNAI. Obteve, como resposta, em 11/10/2010 (DOC. 12), a informação de que o IBAMA aguardaria a manifestação da FUNAI para emitir eventual Licença de Instalação.

Tudo em vão. Os alertas não surtiram qualquer efeito no órgão licenciador.

5. OS PARECERES TÉCNICOS N°S 88/2010 E 95/2010

Além das Recomendações acima referidas, em outubro de 2010, a Equipe Técnica do IBAMA apresentou os Pareceres Técnicos n°s 88/2010 e 95/2010 (COHID/CGENE/DILIC/IBAMA) - DOC. 6 - com o objetivo de analisar o pedido de emissão da Licença de Instalação *Inicial*, assim batizado e instituído pela NORTE ENERGIA S/A.

Nesses pareceres, a Equipe Técnica do IBAMA, ao verificar o não-cumprimento de diversas condicionantes da Licença Prévia, bem como a não realização das ações antecipatórias, manifestou-se contrariamente à emissão da Licença de Instalação. A manifestação não poderia ser mais óbvia: uma LI deve estar vinculada ao pleno cumprimento de condicionantes da LP e das ações antecipatórias.

[Handwritten signature]
7

6. A CONDICIONANTE DA INFRA-ESTRUTURA

Apenas a título de ilustração das consequências da emissão de LI *parcial ou fragmentada*, cita-se a condicionante n° 09. Ela determina a inclusão entre ações antecipatórias o: (i) início da construção e reforma de equipamentos de educação/saúde, casos sítios construtivos e sedes Altamira e Vitória do Xingu; (ii) início das obras de saneamento básico em Altamira e Vitória do Xingu e; (iii) implantação de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal antes da construção dos alojamentos.

Nada foi realizado, como mostram os documentos dos municípios dirigidos ao MPF (DOC. 8).

O EIA, por seu turno, prevê que a migração de trabalhadores em busca de emprego na obra será de cerca de 100 mil pessoas. Considerando que a população atual de Altamira é de cerca de 90 mil pessoas, e que o máximo de postos de trabalho gerados pela obra será de cerca de 19 mil - e isso apenas no terceiro ano, pois nos demais anos vai girar entre 4 e 10 mil empregos - fácil concluir que, além da explosão demográfica, Altamira terá, no mínimo, 80 mil pessoas desempregadas.

E essas pessoas, desde a emissão da Licença Prévia, já estão chegando a Altamira e região, ocasionando, entre outros, problemas na área de segurança pública (DOC. 13), bem como aumento da procura de emprego sem que a oferta tenha aumentado (DOC. 14), etc.

Essa é uma pequena amostra do caos social que já está se estabelecendo desde a emissão da Licença Prévia e que certamente se agravará com a edição da LI sem o cumprimento das condicionantes. Nada mais precisa ser dito sobre as consequências do ato guerreado para a região em termos de educação, saúde, segurança pública e, sobretudo, conflitos fundiários.

Cabe lembrar que o próprio IBAMA, ao tratar das ações civis públicas manejadas pelo MPF contra a licença prévia, reconhece que as ações antecipatórias a cargo do empreendedor deveriam ser executadas antes mesmo

da emissão da licença de instalação. Ocorre que, na prática, como se viu, o IBAMA contrariou seus próprios argumentos e emitiu, 8 meses depois da emissão da Nota Executiva n 001/2010 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (DOC. 20), a licença de instalação sem que as ações antecipatórias estivessem concluídas. Vejamos um trecho do documento:

"Ocorre que o investimento em infraestrutura, em resposta aos argumentos do Ministério Público Federal no estado do Pará, irá sim atender a população previamente à construção da usina, conforme previsto na Licença Prévia n 342/2010, e em caráter absolutamente novo para o licenciamento ambiental. Estas medidas de infraestrutura são expressas como medidas antecipatórias, que determinam que o empreendedor será responsável pelo investimento nesta infraestrutura mesmo antes da emissão da licença de instalação, que permite o início das obras. O investimento se dará em relocação e readequação urbana, com a construção de moradias adequadas, de alvenaria, com sistema de drenagem pluvial, esgotamento sanitário e vias pavimentadas, em total oposição ao que ocorre agora (...). Isto é condicionante da licença prévia e caso o empreendedor não cumpra o Ibama tem a prerrogativa de cancelar a licença, antes mesmo de se iniciarem as obras da usina". (Grifamos)

7. AS CONDICIONANTES INDÍGENAS

Por ser elucidativo, é importante transcrever trecho do Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI (páginas 95 a 98 do DOC. 3) que bem evidencia o total descumprimento da condicionante 2.28 tanto por parte da Norte Energia S/A quanto por parte do próprio Poder Público:

"1) Medidas ligadas ao Poder Público, a serem implementadas em diferentes etapas:

a) Ações até o leilão:

1. Criação de grupo de trabalho para coordenação e articulação das ações

governamentais referentes aos povos e terras indígenas impactadas pelo empreendimento, no âmbito do Comitê Gestor do PAC ("GEPAC- Belo Monte") para viabilizar as seguintes ações concernentes a:

- Reestruturação do atendimento à saúde indígena pelo DSEI na região de Altamira;
- Fiscalização e vigilância das TIs dos Grupos 1 e 2, incluindo termo de cooperação com o CENSIPAM, para monitoramento por imagens de satélite das Tis;
- Adequação e modificação dos projetos da BR 158 e PA 167, de modo que seus traçados não incidam em terras indígenas, envolvendo o DNIT e Secretaria de Transportes do estado do Pará;
- Ação conjunta entre a Polícia Federal, Funai, Ibama, Incra, AGU e Força Nacional para viabilizar as seguintes ações de regularização fundiária das terras indígenas:
 - demarcação física das TIs Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca;
 - atualizar levantamento fundiário e iniciar desintrusão da TI Apyterewa;
 - apresentar solução para os ocupantes não-indígenas cadastrados como não sendo de boa fé;
 - apoiar a arrecadação de áreas para o reassentamento dos ocupantes não-indígenas de boa-fé.

2. Assinatura de termo de compromisso entre Funai e Eletrobrás para elaboração de convênio visando o fortalecimento, a longo prazo, de programas abrangentes de apoio e assistência aos povos e TIs presentes neste parecer .

3. Publicação de portaria para restrição de uso entre as Terras Indígenas Tríncheira Bacajá e Koatinemo, para proteção de índios isolados;

b) Após o leilão, devem ser implementadas as seguintes ações:

1. Fortalecimento da atuação da Funai no processo de regularização fundiária e proteção das terras indígenas, para que cumpra suas obrigações constitucionais:

- desintrusão das TIs Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca;
- redefinição de limites da TI Paquçamba, garantindo o acesso ao reservatório;
- completa desintrusão e realocação de todos os ocupantes não-índios das Tis envolvidas neste Processo;
- todas as TIs regularizadas (demarcadas e homologadas);

2. Implementação de outras ações do Estado necessárias para apoiar o cumprimento das medidas de mitigação dos impactos:

- destinação das ilhas no Xingu que se encontram entre as Terras Indígenas Paquicamba e Arara da Volta Grande do Xingu como áreas de usufruto exclusivo dessas comunidades indígenas;
- Estabelecimento de um corredor ecológico ligando as Terras Indígenas Paquicamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira-Bacajá, incluindo nesse processo a ampliação da Terra Indígena Paquicamba e a criação de unidades de conservação propostas nesse parecer.
- elaboração de proposta de atendimento à educação escolar para as comunidades impactadas, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação do Pará e MEC.
- programa de atendimento à saúde reformulado e operante;
- programa de atendimento à educação escolar elaborado e operante;

2) Programas e ações de responsabilidade do empreendedor:

- Elaborar Cronograma e Plano de Trabalho para discussão das diretrizes gerais dos programas apontados nos estudos, incluindo a gestão e execução das ações, amplamente discutidos com todas as comunidades impactadas para o devido detalhamento e aprovação imediatamente após a assinatura do contrato de concessão do AHE;
- Elaborar e iniciar a execução de Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial para todas as terras indígenas, em conjunto com a Funai, comunidades indígenas e outros órgãos, contemplando inclusive áreas de maior incidência de garimpo no leito do Rio Xingu (no trecho da Vazão Reduzida) logo após assinatura do contrato de concessão do AHE;
- Garantir recursos para execução de todos os Planos, Programas e ações previstas no EIA para o componente indígena durante todo o período de operação do empreendimento;
- Criar plano de comunicação com as comunidades indígenas, com informações sobre as fases do empreendimento, do licenciamento e sobre todas as atividades relacionadas ao AHE Belo Monte.
- Criar um comitê indígena para controle e monitoramento da vazão que inclua mecanismos de acompanhamento - preferencialmente nas terras indígenas, além de treinamento e capacitação, com ampla participação das comunidades.
- Formação de um Comitê Gestor Indígena para as ações referentes aos programas

de compensação do AHE Belo Monte.

- Eleição de áreas para a Comunidade Indígena Juruna do Km 17, com acompanhamento da Funai.
- Realizar os estudos complementares sobre o rio Bacajá e Bacajáí, das Tis Xipaya e Kuruaya e do setor madeireiro;
- Designar equipe específica para a elaboração, detalhamento e acompanhamento de todas as ações previstas junto às comunidades indígenas, em colaboração à Funai, demais órgãos governamentais e comunidades indígenas.
- Elaborar programa de documentação e registro de todo o processo de implantação dos programas;
- Apoiar o processo de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, bem como a ampla participação das comunidades indígenas;
- Contribuir para a melhoria da estrutura (com apoio financeiro e de equipe técnica adequada), da Funai, para que possa efetuar, em conjunto com os outros órgãos federais (Ibama, ICMbio, Incra, entre outros) a gestão e controle ambiental e territorial na região, bem como acompanhamento das ações referentes ao Processo.
- Criação de uma instância específica para acompanhamento da questão indígena, pelo empreendedor, com equipe própria, evitando assim, a pulverização das ações indigenistas entre os demais Planos de Gestão Ambiental."

A Terra Indígena Cachoeira Seca (TI Cachoeira Seca) nem sequer foi demarcada até a presente data, como se observa de cópia do procedimento administrativo 1.23.003.000102/2007-20 (DOC. 15) que tramita na Procuradoria da República em Altamira.

A questão que envolve a TI Cachoeira Seca é por demais complexa e não se pode crer que, em curto ou mesmo médio prazo, a questão esteja resolvida, mormente porque a desintrusão da citada TI já foi tentada uma vez, sem sucesso, tendo em vista os enormes conflitos que ocorreram na região.

Com relação à TI Apyterewa a questão não é diferente. Com efeito, conforme demonstra cópia do procedimento administrativo 1.23.003.000008/2009-

32 (DOC. 16), que tramita na Procuradoria da República em Altamira, não houve, da mesma forma, o cumprimento da condicionante 2.28 no que se refere ao Parecer 21 da FUNAI.

O Ofício n 557/2010/DPDS-FUNAI-MJ (DOC. 18) é elucidativo e bem resume o não-atendimento das condicionantes indígenas. Dele extraiu-se o seguinte trecho:

"Diante do exposto, informamos que a FUNAI considera que as condicionantes não tem sido cumpridas de maneira satisfatória até o presente momento, comprometendo sua total execução quando da solicitação da próxima licença prevista no processo de Licenciamento Ambiental, impedindo assim qualquer manifestação favorável da Funai em relação à continuidade do empreendimento". (Grifamos)

Na mesma linha, veja-se o contido na Informação nº 22/CGGAM/10 (DOC. 22), de 14 de janeiro de 2011, que bem demonstra o descumprimento das obrigações referente ao componente indígena.

II. O DIREITO

Não existe no ordenamento jurídico pátrio o instituto da Licença de Instalação *Inicial, Fragmentada, Parcial ou específica para a construção de canteiros e acampamentos*, como se verá a seguir.

1. A LEGISLAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. É um procedimento voltado à compatibilização do desenvolvimento de atividades econômicas necessárias ao homem com a sustentabilidade do meio ambiente (CF, art. 225).

Foi nesse contexto em que a Lei nº 6.938/81 instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e elencou entre seus instrumentos o licenciamento de

atividades potencialmente poluidoras (art. 3º). A mesma Lei estabeleceu que dependerão de prévio licenciamento ambiental *“a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”* (art. 10).

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), ao regulamentar o dispositivo acima, instituiu a Resolução 237/97, classificando as licenças ambientais em Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação (art. 8º). A primeira é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade para aprovar sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem observados e condicionantes a serem atendidas nas próximas fases de sua implementação.

A segunda autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

As condicionantes dessa licença prévia nada mais são do que a tentativa de incorporar, de forma equivocada, as próprias pendências do EIA que motivaram os técnicos do IBAMA a não atestar a viabilidade ambiental da UHE Belo Monte e, por consequência, a negar a concessão da licença naquele momento, que já foi objeto de ação judicial.

Isso porque, de acordo com a Instrução Normativa n.º 184/2008 (DOC. 17) do próprio IBAMA, que dispôs sobre os procedimentos para o licenciamento desses empreendimentos, é condição para a concessão da Licença de Instalação a comprovação de cumprimento a todas as condicionantes da Licença Provisória:

“Art. 27. A concessão da Licença de Instalação - LI é subsidiada pelo Projeto Básico Ambiental - PBA, Plano de Compensação Ambiental e quando couber o PRAD e Inventário Florestal para emissão de autorização de supressão de vegetação.

§ 1º O PBA, o Plano de Compensação Ambiental e o Inventário

Florestal deverão ser elaborados em conformidade com os impactos identificados no EIA e com os critérios, metodologias, normas e padrões estabelecidos pelo Ibama, bem como aos fixados nas condicionantes da LP."

Em não sendo cumpridas as condicionantes da Licença Prévia³, a autorização para a instalação do empreendimento é de tal modo ilegal que o artigo 19 da Resolução 237 do CONAMA arrola como causa de suspensão ou cancelamento da licença concedida a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes, a saber:

"Art. 19. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde."

Ainda cabe referir que, de acordo com o *caput* do art. 37 da Constituição Federal, a administração pública - e o agente público - estão jungidos ao princípio da legalidade, segundo o qual só é permitido emitir determinado ato administrativo desde que haja previsão legal.

Como visto, não há na Lei 6.938/81 ou mesmo na Resolução CONAMA 237/97 previsão para emissão da Licença de Instalação para canteiros. Trata-se de instituto estranho ao ordenamento jurídico brasileiro que viola de forma direta a Constituição Federal.

2. A DOUTRINA

Nesse mesmo sentido é o magistério de PAULO DE BESSA ANTUNES, a saber:

"O requerimento da Licença de Instalação deverá vir

³ Ressalte-se que nem mesmo o Projeto Básico Ambiental foi analisado pelo IBAMA.

acompanhado da comprovação do atendimento das condicionantes da Licença Prévia, do Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais, e outras informações, quando couber. A Licença de Instalação somente será expedida após a comprovação, quando couber, da Declaração de Utilidade Pública do empreendimento.” (d.n)

A razão para isso é evidente. A protelação de medidas necessárias para as próximas fases do processo de licenciamento macula todo o procedimento e aumenta o risco da ocorrência de impactos socioambientais não estudados, com graves consequências lesivas ao meio ambiente.

O não cumprimento das condicionantes acarreta o cancelamento da licença, como visto no item anterior. PAULO AFFONSO LEME MACHADO, ao tratar do tema, assim pontificou:

“A Resolução 237/97-CONAMA arrolou os fundamentos da suspensão ou do cancelamento da licença expedida: violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; omissão ou falsa descrição de informações relevantes e superveniência de graves riscos para a saúde e para o meio ambiente (art. 19).” (Paulo Affonso Leme Machado. Direito Ambiental Brasileiro. 17ª Edição. Ed. Malheiros, pg.284).

Diante disso, resta evidente e incontroverso que o IBAMA concedeu à NORTE ENERGIA a Licença de Instalação *Inicial, fracionada ou para o canteiro de obras* do AHE BELO MONTE antes de serem atendidas as condicionantes da Licença Prévia e as ações antecipatórias, o que impõe à imediata suspensão da licença ora impugnada e, ao final, a declaração de sua nulidade.

3. A NECESSIDADE DE LIMINAR

O artigo 12 da Lei 7.347/85 dispõe que o juiz poderá conceder mandado liminar, desde que constatadas a presença de dois pressupostos: *periculum in mora* e *fumus boni iuris*.

O *fumus boni iuris* é a plausibilidade do direito material invocado pelo autor que busca a tutela jurisdicional. O *periculum in mora*, a seu turno, é a

configuração de um dano potencial, um risco que corre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte.

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 11

O primeiro pressuposto encontra-se demonstrado pelas argumentações jurídicas e pelos documentos trazidos à colação. Estes, inquestionavelmente, demonstram a juridicidade da tese levantada, já que não existe o instituto jurídico da *Licença de Instalação Fracionada*, bem como que a grande maioria das condicionantes não foram cumpridas, impedindo a emissão da Licença de Instalação.

Quanto ao *periculum in mora*, é também visível a olho nu as consequências da instalação dos canteiros sem que as condicionantes estejam cumpridas. Com efeito, o caos se instalará definitivamente em Altamira, sobretudo com a duplicação de sua população sem que a infra-estrutura do Município possa dar dignidade aos 100 mil migrantes, segundo dados do EIA. Cabe referir que o Município de Altamira, hoje, já enfrenta sérios problemas de infra-estrutura para a população que lá reside, o que certamente será agravado quando a sua população dobrar, se não aumentar mais.

Diante disso, o princípio da legalidade e o princípio da precaução recomendam a paralisação imediata de qualquer obra ou ato tendente à sua aprovação. Daí advém a necessidade de respeito ao princípio da precaução, conforme já reconhecido pela jurisprudência do E. Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

“Em se tratando de meio ambiente, pondo-se em confronto uma relativa irreversibilidade com o princípio da precaução, esse princípio deve prevalecer.” (TRF - 2ª Região - 6ª Turma - Agravo nº 107.739/RJ (2002.02.01.048298-6) - rel. Juiz Poul Erik Dyrlund - j. 03/12/2003 - DJU de 08/04/2004, pág. 28).

O BNDES, grande financiador do empreendimento, ao fazê-lo, estará direcionando recursos públicos para uma obra que pode ser paralisada a qualquer momento, face à existência de nove ações civis públicas, além desta. Nessa hipótese, teríamos um empreendedor privado de posse de recursos públicos,

sem poder utilizá-los. Razoável, então, em defesa do patrimônio público, que o BNDES seja judicialmente proibido de repassar qualquer tipo de recurso (ou celebrar qualquer pacto nesse sentido) enquanto os processos estejam tramitando, ou, pelo menos, enquanto as condicionantes não sejam cumpridas.

Portanto, presentes os requisitos para a concessão da medida liminar.

III. OS PEDIDOS

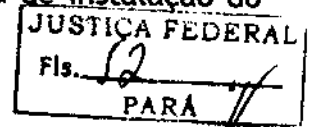
Diante do exposto, o MPF requer seja concedida medida liminar para:

1. suspender imediatamente a eficácia da Licença de Instalação 770/2011, bem como da Autorização de Supressão de Vegetação 501/2011, emitidas pelo IBAMA para o AHE BELO MONTE, até o efetivo julgamento do mérito da presente ação;
2. determinar que seja imposta ao réu BNDES a obrigação de não-fazer, consistente em deixar de repassar qualquer tipo de recurso (ou celebrar qualquer pacto nesse sentido) enquanto as Ações Cíveis Públicas contra o empreendimento UHE Belo Monte estejam tramitando, ou, alternativamente, pelo menos, enquanto as 40 condicionantes previstas no Licença Prévia 342/2010 não sejam cumpridas.

Requer-se, em seguida, a citação dos réus para que, querendo, contestem a presente demanda sob pena de revelia, devendo a presente ação ser julgada, ao final, procedente para:

1. declarar a nulidade da da Licença de Instalação 770/2011, bem como da Autorização de Supressão de Vegetação 501/2011, emitidas pelo IBAMA para o AHE BELO MONTE;
2. determinar que seja imposta à NORTE ENERGIA S/A a obrigação de fazer, consistente no cumprimento de todas as condicionantes previstas na

Licença Prévia 342/2010 antes de requerer novamente a Licença de Instalação do AHE Belo Monte, sob pena de multa diária;



3. determinar que seja imposta ao IBAMA a obrigação de não fazer, abstendo-se de emitir uma nova Licença de Instalação para o AHE Belo Monte enquanto as condicionantes previstas na Licença Prévia 342/2010 não forem integralmente cumpridas pela NORTE ENERGIA S/A, sob pena de multa diária;

4. determinar que seja imposta ao réu BNDES a obrigação de não-fazer, consistente em deixar de repassar qualquer tipo de recurso (ou celebrar qualquer pacto nesse sentido) enquanto as Ações Cíveis Públicas contra o empreendimento UHE Belo Monte estejam tramitando, ou, alternativamente, pelo menos, enquanto as 40 condicionantes previstas na Licença Prévia 342/2010 não sejam cumpridas, sob pena de multa diária.

Requer-se, por fim, a ciência da propositura da presente Ação à UNIÃO.

Protesta-se por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se à causa o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para efeitos fiscais.

Belém, 27 de janeiro de 2011.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE
Procurador da República

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW
Procurador da República

FELÍCIO PONTES JR.
Procurador da República

DANIEL CESAR AZEREDO AVELINO
Procurador da República

UBIRATAN CAZETTA
Procurador da República

DOC.	CONTEÚDO
1	LICENÇA DE INSTALAÇÃO
2	LICENÇA PRÉVIA 342/2010
3	PARECER TÉCNICO Nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI
4	OFÍCIOS À NESA E RESPOSTAS DA NESA PARA EMISSÃO DA LI
5	REQUERIMENTO DA NESA PARA EMISSÃO DA LI
6	1) NOTA TÉCNICA 36/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA; 2) PARECER TÉCNICO Nº 88/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA; 3) PARECER TÉCNICO Nº 95/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
7	RECOMENDAÇÃO Nº 04/2010-GAB2
8	INFORMAÇÕES DE ALTAMIRA E VITÓRIA DO XINGÚ
9	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTAMIRA
10	RECOMENDAÇÃO Nº 05/2010-GAB2
11	OFÍCIO PRM/ATM/GAB2 Nº 732/2010
12	OFÍCIO Nº 1019/2010-DILIC/IBAMA
13	DOCUMENTO QUE EVIDENCIA PROBLEMAS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA
14	NOTÍCIA EXTRAÍDA NA INTERNET QUE EVIDENCIA O AUMENTO DA PROCURA DE EMPREGO NA CIDADE DE ALTAMIRA
15	CÓPIA DO PA Nº 1.23.003.000102/2007-20-TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA
16	CÓPIA DO PA Nº 1.23.003.000008/2009-20-TERRA INDÍGENA APYTEREWA
17	INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 184/2008
18	OFÍCIO Nº 557/2010/DPDS-FUNAI-MJ
19	MEMORANDO Nº 291/2010-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
20	NOTA EXECUTIVA Nº 001/2010-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
21	QUADRO DE CONDICIONANTES
22	OFÍCIO Nº 22/2011/CGCAM/FUNAI
23	ASV Nº 501/2011

DOC.	CONTEÚDO
1	LICENÇA DE INSTALAÇÃO
2	LICENÇA PRÉVIA 342/2010
3	PARECER TÉCNICO Nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI
4	OFÍCIOS À NESA E RESPOSTAS DA NESA PARA EMISSÃO DA LI
5	REQUERIMENTO DA NESA PARA EMISSÃO DA LI
6	1) NOTA TÉCNICA 36/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA; 2) PARECER TÉCNICO Nº 88/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA; 3) PARECER TÉCNICO Nº 95/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
7	RECOMENDAÇÃO Nº 04/2010-GAB2
8	INFORMAÇÕES DE ALTAMIRA E VITÓRIA DO XINGÚ
9	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTAMIRA
10	RECOMENDAÇÃO Nº 05/2010-GAB2
11	OFÍCIO PRM/ATM/GAB2 Nº 732/2010
12	OFÍCIO Nº 1019/2010-DILIC/IBAMA
13	DOCUMENTO QUE EVIDENCIA PROBLEMAS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA
14	NOTÍCIA EXTRAÍDA NA INTERNET QUE EVIDENCIA O AUMENTO DA PROCURA DE EMPREGO NA CIDADE DE ALTAMIRA
15	CÓPIA DO PA Nº 1.23.003.000102/2007-20-TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA
16	CÓPIA DO PA Nº 1.23.003.000008/2009-20-TERRA INDÍGENA APYTEREWA
17	INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 184/2008
18	OFÍCIO Nº 557/2010/DPDS-FUNAI-MJ
19	MEMORANDO Nº 291/2010-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
20	NOTA EXECUTIVA Nº 001/2010-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
21	QUADRO DE CONDICIONANTES
22	OFÍCIO Nº 22/2011/CGCAM/FUNAI
23	ASV Nº 501/2011

LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 770/2011

Expedientes de carga de instalación

EMPRESA S.A. Energia S.A.
CNPJ nº 07.986.000/0001-07 GTP: 2.574.000
RUA DE JACAREPAGUÁ Nº 6, Condomínio Residencial P. Suburbano Sala 13
CEP: 70.770-000 - BRASÍLIA - DF
TELEFONE: (061) 342.5445 FAX: (061) 342.5445
REGISTRO EM CARBONO Nº 0000000000000000

Esta Licença de Instalação é válida pelo período de 1 (um) ano e está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e dos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são parte integrante deste documento.

26 JAN 2011

1/3

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 770/2011

1. Condicionantes Gerais:

- 1.1. A concessão desta Licença de Instalação deverá ser publicada conforme o disposto no Art. 10, § 1º, da Lei nº 6.938/81 e Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 006/86, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.
- 1.2. Quaisquer alterações nas especificações do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA.
- 1.3. A necessidade de implantação de estruturas não contempladas na página 1 desta licença deverão ser objeto de consulta e anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental.
- 1.4. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, quando ocorrer:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.5. A renovação desta licença deverá ser requerida no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de expirada a sua vigência.
- 1.6. Esta Licença de Instalação não autoriza supressão de vegetação.
- 1.7. Perante o IBAMA a NESA é a única responsável pelo atendimento das condicionantes postuladas nesta licença.

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1. Implementar os Programas Socioambientais elencados abaixo incorporando as adequações exaradas no Ofício nº 38/2011 - GP-IBAMA:

- a) Plano de Gestão Ambiental
- b) Plano Ambiental de Construção
 - Programa de Controle Ambiental Intrínseco
 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
 - Programa de Capacitação da Mão de Obra
 - Programa de Saúde e Segurança
- c) Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários
- d) Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água
- e) Projeto de Desmatamento
- f) Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora
- g) Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna
- h) Projeto de Afugentamento de Fauna
- i) Programa de Mitigação de Impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna
- j) Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural
- k) Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante
- l) Programa de Interação Social e Comunicação
- m) Programa de Educação Ambiental de Belo Monte
- n) Programa de Arqueologia Preventiva
 - Subprograma de Prospeções Arqueológicas Intensivas
 - Subprograma de Salvamento Arqueológico
 - Subprograma de Educação Patrimonial
- o) Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças
- p) Plano de Ações para Controle da Malária
- q) Plano de Articulação Institucional
- r) Programa de Acompanhamento Social
- s) Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

- 2.2. Apresentar relatórios trimestrais dos programas ambientais com exceção daqueles para os quais foi solicitada periodicidade diferenciada. Os relatórios devem conter os dados brutos e a análise elaborada por responsável técnico competente. Deverão ser entregues em versão impressa e digital, constando sumário, numeração das páginas, referências bibliográficas, instituições e agentes envolvidos, assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução dos trabalhos, registro dos profissionais nos órgãos de classe, ART quando pertinente e número no Cadastro Técnico Federal do Ibama.

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 770/2011

- 2.3. Apresentar solicitação de bloqueio junto ao DNPM das áreas que possuem processos minerários e que serão inviabilizadas pelas instalações específicas. Apresentar a nulidade dos processos minerários e os acordos indenizatórios com os titulares dos processos homologados pelo DNPM.
- 2.4. Obter junto à CGFAP/DBFLO/IBAMA as autorizações/licenças relativas ao manejo de fauna e concluir a implantação das estruturas da base de resgate próxima ao Sítio Pimental antes do início da execução da atividade de resgate de fauna.
- 2.5. Garantir os serviços de saúde aos empregados diretos mediante a contratação de convênio com o sistema privado ou por meio de contrato adicional com o Poder Público, com vistas a não sobrecarregar o serviço público de saúde - SUS. Apresentar no prazo de 30 (trinta) dias documento comprobatório acerca da opção adotada.
- 2.6. Executar o Plano de Ação para o Controle da Malária aprovado pelo Ministério da Saúde.
- 2.7. Proporcionar a capacitação da população local com vistas a atingir a meta de 60 a 70% da mão-de-obra da UHE Belo Monte (empregos diretos) ser constituída por moradores da região (All) do empreendimento.
- 2.8. Implementar o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos e, mediante a constatação de sobrecarga dos serviços de saúde, segurança, educação e saneamento, adotar em caráter emergencial as ações necessárias para a melhoria das condições de vida das comunidades locais.
- 2.9. Em relação às atividades de monitoramento socioeconômico, o empreendedor deverá:
 - a) apresentar ao órgão competente, no prazo de 30 (trinta) dias, os acordos com as comunidades locais, bem como os planos de ação para a melhoria das condições de vida das comunidades locais;
 - b) promover a capacitação da população local, com vistas a atingir a meta de 60 a 70% da mão-de-obra da UHE Belo Monte (empregos diretos) ser constituída por moradores da região (All) do empreendimento;
 - c) coordenar a implementação do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos nas localidades de Belo Monte e São Francisco das Chagas;
 - d) implementar o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos nas localidades de Belo Monte e São Francisco das Chagas, com vistas a garantir a melhoria das condições de vida das comunidades locais;
 - e) desenvolver o planejamento básico para a melhoria das condições de vida das comunidades locais, considerando as necessidades das comunidades locais.
- 2.10. Realizar, no prazo de 30 (trinta) dias, a capacitação da população local, com vistas a atingir a meta de 60 a 70% da mão-de-obra da UHE Belo Monte (empregos diretos) ser constituída por moradores da região (All) do empreendimento.
- 2.11. Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, o relatório de diagnóstico socioeconômico da população residente na área a ser diretamente atingida pela implantação das instalações específicas.
- 2.12. Efetuar, no prazo de 90 (noventa) dias, o cadastramento socioeconômico da população residente na Vila Santo Antônio.
- 2.13. Dar início às ações necessárias para a implementação do Projeto de Reparação Social junto à população diretamente atingida.
- 2.14. Apoiar o Governo do Estado do Pará em ações relacionadas à Segurança Pública. Apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias documentação comprobatória do acordo firmado entre as partes.
- 2.15. Implementar, no âmbito do Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças, ações voltadas para as comunidades mais próximas às obras, como é o caso de Belo Monte, Belo Monte do Pontal, Santo Antônio e São Francisco das Chagas, entre outras ao longo do travessão do Km 27, principalmente no que se refere a: epidemiologia; prevenção de DST/ HIV/ AIDS e gravidez na adolescência; doenças de veiculação hídrica e transmitidas por vetores.

DOC.	CONTEÚDO
1	LICENÇA DE INSTALAÇÃO
2	LICENÇA PRÉVIA 342/2010
3	PARECER TÉCNICO Nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI
4	OFÍCIOS À NESA E RESPOSTAS DA NESA PARA EMISSÃO DA LI
5	REQUERIMENTO DA NESA PARA EMISSÃO DA LI
6	1) NOTA TÉCNICA 36/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA; 2) PARECER TÉCNICO Nº 88/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA; 3) PARECER TÉCNICO Nº 95/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
7	RECOMENDAÇÃO Nº 04/2010-GAB2
8	INFORMAÇÕES DE ALTAMIRA E VITÓRIA DO XINGÚ
9	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTAMIRA
10	RECOMENDAÇÃO Nº 05/2010-GAB2
11	OFÍCIO PRM/ATM/GAB2 Nº 732/2010
12	OFÍCIO Nº 1019/2010-DILIC/IBAMA
13	DOCUMENTO QUE EVIDENCIA PROBLEMAS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA
14	NOTÍCIA EXTRAÍDA NA INTERNET QUE EVIDENCIA O AUMENTO DA PROCURA DE EMPREGO NA CIDADE DE ALTAMIRA
15	CÓPIA DO PA Nº 1.23.003.000102/2007-20-TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA
16	CÓPIA DO PA Nº 1.23.003.000008/2009-20-TERRA INDÍGENA APYTEREWA
17	INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 184/2008
18	OFÍCIO Nº 557/2010/DPDS-FUNAI-MJ
19	MEMORANDO Nº 291/2010-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
20	NOTA EXECUTIVA Nº 001/2010-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
21	QUADRO DE CONDICIONANTES
22	OFÍCIO Nº 22/2011/CGCAM/FUNAI
23	ASV Nº 501/2011



Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LICENÇA PRÉVIA Nº 342 /2010

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, designado pela Portaria nº 383, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2008, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U de 27 de abril de 2007, e o art. 8º do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, republicada no D.O.U de 21 de junho de 2002; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença Prévia à:

EMPRESA: Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás
CNPJ: 00.001.180/0002-07
ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas, 409, 13º andar, Centro
CEP: 20.071-003 **CIDADE:** Rio de Janeiro **UF:** RJ
TELEFONE: (21) 2514-6425 **FAX:** (21) 2514-5903
PROCESSO IBAMA/MMA: Nº 02001.001848/2006-75

Relativa ao empreendimento denominado Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte, usina hidroelétrica com capacidade instalada de 11.233,1 MW, com dois reservatórios que somam área total de 516 km², com seu eixo no rio Xingu, a cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira-PA, localizado na área denominada Volta Grande do Xingu, entre os paralelos 3°40'S e os meridianos 51°30' e 52°30'W, abrangendo os municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo, no estado do Pará. Compreende um barramento principal no rio Xingu (denominado Sítio Pimental), de onde as vazões são derivadas por canais até a Casa de Força Principal (3°07'35"S, 51°46'30"W), no Sítio Belo Monte, formando um trecho de cerca de 100 km de extensão no rio Xingu a ser submetido a uma vazão residual, e Casa de Força Complementar (3°28'15"S, 51°56'50"W), localizada junto à barragem principal.

Esta Licença Prévia é válida pelo período de 2 (dois) anos e está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e dos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste documento

Brasília/DF

ROBERTO MESSIAS FRANCO
Presidente do IBAMA

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

1 - CONDIÇÕES GERAIS:

1.1 A concessão desta Licença Prévia deverá ser publicada conforme o disposto no Art. 10, § 1º, da Lei nº 6.938/81 e na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 006/86, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

1.2 Quaisquer alterações nas especificações do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA.

1.3 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, quando ocorrer:

- a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

1.4 A renovação desta licença deverá ser requerida no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de expirada a sua vigência.

1.5 Esta licença não autoriza a instalação do empreendimento.

1.6 Perante o IBAMA a Eletrobrás é a única responsável pelo atendimento das condicionantes postuladas nesta licença.

2 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

2.1 O Hidrograma de Consenso deverá ser testado após a conclusão da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal. Os testes deverão ocorrer durante seis anos associados a um robusto plano de monitoramento, sendo que a identificação de importantes impactos na qualidade de água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande, poderão suscitar alterações nas vazões estabelecidas e consequente retificação na licença de operação. Entre o início da operação e a geração com plena capacidade deverá ser mantido no TVR, minimamente, o Hidrograma B proposto no EIA. Para o período de testes devem ser propostos programas de mitigação e compensação.

2.2 Apoiar o funcionamento de Grupo de Trabalho interministerial e interinstitucional, envidando esforços para sua criação, visando acompanhar o licenciamento e efetuar vistorias periódicas no empreendimento, adotando as medidas indicadas pelo Grupo e aprovadas pelo IBAMA, sem prejuízo das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental, até que sejam sanadas as irregularidades, ressalvados os efeitos produzidos durante a vigência da licença.

2.3 Propor e implantar Programa de apoio às ações de comando e controle visando a proteção e recuperação de áreas ambientalmente degradadas na bacia dos rios Xingu – Iriri, adotando medidas de recuperação que venham a ser indicadas no Programa como necessárias para a garantia de qualidade e quantidade de água.

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

2.4 Contemplar, no âmbito do Projeto Básico Ambiental - PBA, as recomendações elencadas na Nota Técnica Ictiofauna AHE Belo Monte/2010-DILIC/IBAMA e no Parecer nº 17/CGFAP.

2.5 Garantir a manutenção da qualidade da água de acordo com os níveis preconizados na Resolução Conama nº 357/2005, para classe 1 e 2 de acordo com sua localização, o que garantirá o uso múltiplo dos recursos hídricos e a sobrevivência da fauna aquática, adotando para tanto, as medidas que forem necessárias, e ainda:

- Realizar estudo conforme Termo de Referencia a ser elaborado pelo IBAMA contemplando modelo matemático tridimensional com acoplamento dinâmico entre variáveis hidrodinâmica e de qualidade de água para o Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água.

- Complementar os prognósticos obtidos com os relatórios de modelagem assim como, o relatório de modelagem de qualidade da água numa periodicidade maior, levando em consideração as observações feitas ao longo da Nota Técnica: Análise da Modelagem Matemática da Qualidade da Água apresentado em atendimento ao ofício nº 1251/2009 – DILIC/IBAMA, referente ao Estudo de Impacto ambiental - EIA do aproveitamento hidrelétrico (AHE) Belo Monte e análise do relatório de modelagem matemática ecológica (Apêndice 10.2 do EIA).

- Definir vários cenários para modelagem matemática de qualidade de água, em complementação aos existentes no EIA, dando destaque ao cenário no qual, conceitualmente, se espera as piores situações de qualidade de água.

2.6 Apresentar o PBA, contendo o detalhamento dos planos, programas e projetos socioambientais previstos no EIA e suas complementações, considerando as recomendações do IBAMA exaradas por meio dos Pareceres nº 105/2009, nº 106/2009, nº 114/2009 e nº 06/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. O PBA deverá ser entregue em versões impressa e digital, apresentando instituições envolvidas, responsáveis técnicos e cronograma físico de implantação.

2.7 Os convênios referentes aos Planos de Requalificação Urbana, Articulação Institucional e Ações Antecipatórias, propostas no EIA e suas complementações, deverão ser assinados pelo empreendedor e entidades governamentais e apresentados no PBA, acompanhados de cronogramas visando propiciar o atendimento da demanda suplementar provocada pelo empreendimento, bem como suprir o déficit de infraestrutura, de forma a garantir que os resultados dos indicadores socioeconômicos, ao longo do desenvolvimento dos programas e projetos, sejam sempre melhores que os do marco zero.

2.8 Propor e efetivar convênios, para ações de fortalecimento, com as entidades responsáveis pela fiscalização de crimes ambientais, como o tráfico de animais silvestres e a exploração madeireira na região (IBAMA, OEMA do Pará, Polícia Ambiental, entre outros).

2.9 Incluir entre as ações antecipatórias previstas: i) o início da construção e reforma dos equipamentos (educação/saúde), onde se tenha a clareza de que serão necessários, casos dos sítios construtivos e das sedes municipais de Altamira e Vitória do Xingu; ii) o início das obras de saneamento básico em Vitória do Xingu e Altamira; iii) implantação do sistema de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, antes de se iniciarem as obras de construção dos alojamentos.

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

2.10 Apresentar em até 30 dias após a definição do concessionário de geração a estratégia para garantir que toda infraestrutura necessária que antecede as obras – Ações Antecipatórias - seja efetivamente implantada, sem o que não será concedida a Licença de Instalação.

2.11 Apresentar relatório das ações antecipatórias realizadas, comprovando sua suficiência para o início da implantação do empreendimento.

2.12 Estender aos municípios da Área de Influência Indireta - All as ações do Plano de Articulação Institucional relativas a: i) criar mecanismos de articulação e cooperação entre entidades e instituições federais e estaduais que possibilitem o estabelecimento de parcerias para a indução do desenvolvimento regional; ii) capacitar as equipes das administrações municipais; iii) fortalecer a prática do planejamento participativo; iv) ampliar a articulação entre as diferentes áreas da administração municipal e destas com outras esferas de governo, até que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu cumpra essas funções.

2.13 Em relação à navegação considerar no PBA:

- Adoção de soluções que permitam a continuidade da navegação durante todo o tempo de construção e operação da usina, no trecho do rio Xingu submetido à vazão reduzida e no rio Bacajá. Admite-se como exceção as famílias residentes nos primeiros 10 km a jusante do barramento principal, na margem esquerda do rio Xingu (comunidade São Pedro e habitantes das ilhas), consideradas atingidas com perdas imobiliárias;
- Para os demais afluentes da Volta Grande do rio Xingu, as ações necessárias para que não haja o comprometimento das atividades produtivas, respeitando os modos de vida daquelas comunidades;
- A adoção de medidas necessárias para prevenir, minimizar, indenizar ou compensar os impactos na navegação previamente à sua ocorrência, inclusive os aumentos de custos e tempo de percurso;
- A necessidade de evitar a substituição do transporte fluvial por terrestre, notadamente para as populações indígenas; e
- O detalhamento do mecanismo de transposição de embarcações no barramento no sítio Pimental.

2.14 Apresentar no PBA proposta de constituição, garantia de representatividade, funcionamento e integração do Fórum de Acompanhamento e dos Fóruns de Discussão Permanente, incluindo sua interface com os conselhos e comissões específicas.

2.15 Apresentar no PBA convênios firmados com os órgãos competentes visando ações de regularização e fiscalização fundiária nas áreas a serem afetadas pelo empreendimento.

2.16 Apresentar no PBA a metodologia que será adotada na valoração e os critérios para cálculo de áreas remanescentes viáveis, considerando necessariamente o "isolamento social" pela saída de moradores atingidos da região.

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

2.17 Apresentar no PBA o Cadastro Socioeconômico - CSE dos grupos domésticos da Área Diretamente Afetada - ADA, incluindo os moradores e demais pessoas que utilizem o trecho da Volta Grande em suas atividades; os pescadores de peixes ornamentais e pescadores comerciais – tanto a montante como a jusante de Altamira; os trabalhadores ligados às atividades de praias, incluindo comerciantes, barqueiros e outras funções relacionadas a atividades exercidas nesses locais, com identificação de geração de trabalho e renda, bem como os oleiros e trabalhadores de atividades minerárias e extrativistas. Esses grupos domésticos deverão ser público-alvo do programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.

2.18 Detalhar no PBA, a forma e metodologia de análise dos impactos que poderão ser mitigados pelo Projeto de Reparação (compensação social), de forma a deixar claro aos atingidos quais perdas poderão ser “compensadas socialmente” e as respectivas compensações.

2.19 Integrar aos Planos, Programas e Projetos apresentados no Volume 33 do EIA os programas mitigatórios e compensatórios propostos para os índios citadinos e moradores na Volta Grande do Xingu, considerando as especificidades da questão indígena, sem, no entanto gerar diferenciação de tratamento no âmbito da população da Área de Influência Direta – AID/ADA.

2.20 Apresentar no âmbito do Programa de Controle de Zoonoses ações de monitoramento e mitigação dos impactos causados pela transmissão de zoonoses de animais exóticos para a fauna silvestre.

2.21 Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Terrestres:

- Programa de Monitoramento das Florestas de Terra Firme;
- Programa de Afugentamento da Fauna Terrestre;
- Programa para mitigação de impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento;
- Programa de Reconexão Funcional de Fragmentos, visando espécies-alvo para conservação da fauna;
- Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo; e
- As formas de garantia de manutenção das populações da fauna silvestre existentes na área que ficará ilhada entre o reservatório dos Canais e o TVR, integrando os dados do levantamento etnoecológico com os demais dados existentes.

2.22 Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Aquáticos:

- Programa de Resgate e Salvamento da Ictiofauna;
- Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo;

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

- As formas de garantia de manutenção das populações de fauna existentes no Trecho de Vazão Reduzida, gerando dados para a reavaliação do hidrograma; e
- Delimitação das áreas e formas de navegação (distância da margem, tempo e intensidade de tráfego das embarcações) a jusante do TVR, de modo a garantir que sejam mínimas as perturbações sobre áreas de utilização das populações locais de quelônios e demais impactos causados por perturbações comportamentais nas populações de Tartarugas-da-Amazônia pela intensificação do fluxo de embarcações.

2.23 Apresentar no Programa de Proposição de Áreas de Preservação Permanente - APP a delimitação de APP's para os reservatórios do Xingu e dos Canais, com largura média de 500 m, considerando a necessidade de manutenção da qualidade da água; o estudo de paisagem, incluindo a necessidade de conexão de alguns fragmentos; a proteção das cavidades naturais; os critérios de viabilidade das propriedades afetadas e a averbação da reserva legal, contígua à APP proposta, para as propriedades remanescentes.

2.24 No âmbito do Projeto de Criação de Unidades de Conservação, além das contidas no EIA, apresentar propostas de:

- Unidade de Conservação de Uso Sustentável (como sugestão APA) contemplando as áreas de reprodução de quelônios de jusante da Casa de Força Principal, baseado na proposta desenvolvida pelo IBAMA e ICMBio, que possa contemplar: pesquisa permanente sobre as modificações naturais e artificiais dos substratos reprodutivos buscados pelos quelônios, movimentação e deslocamentos dos bancos de areia em função da dinâmica do rio, manejos de desovas de quelônios, estudos básicos sobre as espécies da fauna e flora encontradas. Estabelecer zoneamentos para proteção de espécies potencialmente ameaçadas e recuperação de ambientes degradados, desenvolvimento de turismo ecológico, turismo científico e de contemplação e outras atividades não predatórias. O espaço proposto deve funcionar como um laboratório natural de pesquisa para avaliação do comportamento e estado de conservação do rio, das ilhas e praias e de como a fauna e flora residentes irão se adaptar às possíveis modificações decorrentes do empreendimento (Proposta de área mínima consta nos arquivos do Projeto Quelônios da Amazônia - PQA/IBAMA).
- Unidade de Conservação de Uso Sustentável, na região compreendida entre o final do remanso do reservatório do Xingu e a confluência dos rios Xingu e Iriri, com o objetivo de conservar o ambiente de pedrais; e
- Unidade de Conservação de Proteção Integral em área de relevante interesse espeleológico.

2.25 Apresentar Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos a ser emitida pela Agência Nacional de Águas – ANA que contemple as intervenções nos cursos d'água para a construção dos barramentos nos reservatórios do Xingu e dos Canais, bem como para as captações de água e lançamento de esgotos dos canteiros de obras associados.

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

2.26 Prever no Plano Ambiental de Construção a utilização dos materiais provenientes das escavações obrigatórias, empregando-os nas construções previstas do barramento, bem como nas demais obras associadas ou decorrentes do AHE Belo Monte, tais como a construção de residências, rodovias, aterros, entre outros, sendo vedada a abertura de novas jazidas para tais fins, salvo quando devidamente autorizadas pelo IBAMA. Considerar a necessidade de antecipação da abertura de determinadas jazidas (escavações obrigatórias) com o intuito de fornecer matéria-prima às obras relacionadas às ações antecipatórias.

2.27 Apresentar termos de compromisso com as Prefeituras Municipais que tenham seus limites jurisdicionais inseridos na Área de Influência do empreendimento, que não possuam planos diretores e que sejam obrigados a elaborá-los devido à realização do empreendimento ou atividade, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei nº 10.257/2001, comprometendo-se a prover os Municípios com os recursos técnicos e financeiros necessários para a elaboração dos referidos planos, conforme dispõe o § 1º do art. 41, respeitando-se o conteúdo mínimo previsto nos incisos I, II e III do art. 42 da Lei.

2.28 Apresentar manifestação das seguintes instituições:

- INCRA e ITERPA sobre os programas que tenham interface com os assentamentos a serem atingidos pelo empreendimento;
- DNPM no que tange à adequabilidade do programa de resgate de patrimônio paleontológico;
- IPHAN no que tange ao atendimento do Ofício nº 092/2009 – CNA/DEPM/IPHAN;
- FUNAI no que tange à aprovação dos programas voltados aos indígenas e demais condições elencadas no Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI;
- ICMBio no que tange ao atendimento dos Ofícios nº 21/2010-GP/ICMBio e nº 27/2010 – DIBIO/Instituto Chico Mendes; e
- Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde acerca da aprovação do Programa de Ação para o Controle da Malária – PACM, que deve ser elaborado de acordo com o exarado no Parecer Técnico nº 15/09/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS.

2.29 Em relação à espeleologia, atender ao preconizado nos Pareceres nº 102/2009 e nº 10/2010 – COEND/CGENE/DILIC/IBAMA.

2.30 Para fins de Compensação Ambiental, apresentar o Valor de Referência – VR e as informações necessárias ao Cálculo do Grau de Impacto – GI, conforme metodologia publicada no Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009.

2.31 As obras associadas ao AHE Belo Monte, contempladas no âmbito deste processo de licenciamento ambiental, conforme descritas no EIA, são:

- Linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos;

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

- Linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e auxiliar até as subestações Xingu e Altamira;
- Canteiro de obras e alojamentos dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e dos Canais e Diques;
- Jazidas minerais e áreas bota-fora associadas às obras principais; e
- Estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

2.32 Dependerão de licenciamento no órgão municipal ou estadual de meio ambiente as seguintes obras decorrentes: residências de trabalhadores a serem construídas em Altamira e Vitória do Xingu; reassentamentos; sistemas de abastecimento público de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana; aterros sanitários; escolas; hospitais; postos de saúde; postos policiais; porto; relocação de rodovias e estradas vicinais. Para demais estruturas não previstas nesta listagem, o empreendedor deverá efetuar consulta prévia aos órgãos ambientais, com vistas à definição da competência legal para o licenciamento.

2.33 Garantir a manutenção das praias situadas na ria do Xingu e a reprodução dos quelônios.

2.34 Elaborar e implantar projeto de pesquisa sobre a ecologia, comportamento, estrutura e dinâmica populacional e outros, com quelônios passíveis de uso. Considerar as necessidades de manejo e ajustes com o Projeto Quelônios da Amazônia/IBAMA para que sejam estabelecidos os programas de manejo sustentável tanto a montante quanto a jusante do empreendimento, de forma a que se associem os esforços governamentais, da academia e da sociedade usuária do recurso.

2.35 Elaborar e implementar Programa de estudos bioecológicos e sobre a capacidade adaptativa dos quelônios na colonização de novas áreas, das áreas que sofrerão modificação em função do barramento e das áreas críticas de reprodução de quelônios de jusante. Os estudos deverão subsidiar os zoneamentos e os projetos de proteção e manejo sustentável.

2.36 Elaborar e implementar Programa de manejo quelônios, de longo prazo (mínimo 20 anos – 3 gerações) na área de jusante e montante para consolidar as pesquisas e o desenvolvimento de plano de ação para uso sustentável que englobe a efetividade da reprodução, a capacidade suporte das áreas, avaliações genéticas, capacitação de parcerias (IBAMA/Projeto Quelônios, SEMA, Secretarias Municipais, Comunidades e Ongs) e desenvolvimento de outras potencialidades não predatórias que possam se associar (ex: turismo ecológico) bem como a necessária e correlata educação ambiental.

2.37 Elaborar e implementar Programa de capacitação de comunidades para desenvolvimento de manejo de áreas de reprodução de quelônios no âmbito de suas aldeias com monitoria permanente do Projeto Quelônios da Amazônia/PQA/IBAMA.

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

2.38 Elaborar e implantar Plano de estruturação de fiscalização conjunta permanente, capitaneado pelo IBAMA em parceria com os Órgãos estadual e municipais de meio ambiente de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e com apoio policial (Federal e Estadual). O apoio deve acontecer durante toda a fase de construção e nos primeiros 02 (dois) anos de funcionamento da usina e, contemplar pelo menos 02 (duas) bases flutuantes móveis posicionadas no trecho entre Belo Monte e Senador José Porfírio (devidamente equipadas com sistemas de comunicação, energia solar, segurança, esgotamento sanitário, alojamento, cozinha, grupo gerador auxiliar, motorização própria, lanchas rápidas adequadas para fiscalização) além dos materiais necessários ao funcionamento (manutenção dos agentes, combustível e materiais para serviços de campo) dentre outros.

2.39 Elaborar e implantar programa de educação ambiental permanente voltado para conscientizar, envolver e capacitar os usuários dos quelônios (ribeirinhos e indígenas) nos programas de conservação e uso sustentável, desenvolvidos e em reestruturação pelo Projeto Quelônios/IBAMA na área, integrando os respectivos setores dos municípios afetados.

2.40 Elaborar estudo sobre Hidrossedimentologia conforme Termo de Referência a ser emitido pelo IBAMA.

DOC.	CONTEÚDO
1	LICENÇA DE INSTALAÇÃO
2	LICENÇA PRÉVIA 342/2010
3	PARECER TÉCNICO Nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI
4	OFÍCIOS À NESA E RESPOSTAS DA NESA PARA EMISSÃO DA LI
5	REQUERIMENTO DA NESA PARA EMISSÃO DA LI
6	1) NOTA TÉCNICA 36/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA; 2) PARECER TÉCNICO Nº 88/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA; 3) PARECER TÉCNICO Nº 95/2010 DO COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
7	RECOMENDAÇÃO Nº 04/2010-GAB2
8	INFORMAÇÕES DE ALTAMIRA E VITÓRIA DO XINGÚ
9	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTAMIRA
10	RECOMENDAÇÃO Nº 05/2010-GAB2
11	OFÍCIO PRM/ATM/GAB2 Nº 732/2010
12	OFÍCIO Nº 1019/2010-DILIC/IBAMA
13	DOCUMENTO QUE EVIDENCIA PROBLEMAS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA
14	NOTÍCIA EXTRAÍDA NA INTERNET QUE EVIDENCIA O AUMENTO DA PROCURA DE EMPREGO NA CIDADE DE ALTAMIRA
15	CÓPIA DO PA Nº 1.23.003.000102/2007-20-TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA
16	CÓPIA DO PA Nº 1.23.003.000008/2009-20-TERRA INDÍGENA APYTEREWA
17	INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 184/2008
18	OFÍCIO Nº 557/2010/DPDS-FUNAI-MJ
19	MEMORANDO Nº 291/2010-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
20	NOTA EXECUTIVA Nº 001/2010-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
21	QUADRO DE CONDICIONANTES
22	OFÍCIO Nº 22/2011/CGCAM/FUNAI
23	ASV Nº 501/2011



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental

Assunto: AHE Belo Monte
Origem: COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

NOTA TÉCNICA nº 36/2010


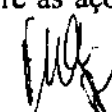
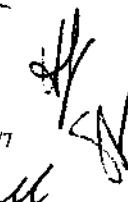
Ref: Atendimento ao Despacho da Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica referente ao Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, processo administrativo Ibama nº 02001.001848/2006-75.

1. INTRODUÇÃO

Esta Nota tem o objetivo de atender ao Despacho do Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica, de 17 de setembro de 2010, solicitando nota técnica expedita acerca de temas/condicionantes identificados preliminarmente como de especial importância para autorizar as instalações iniciais do canteiro de obras, no que tange à eventual partição da Licença de Instalação do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE Belo Monte.

2. ANÁLISE

No documento Estratégias para o Licenciamento Ambiental, protocolado no Ibama em 30/07/2010, é colocada a necessidade de obtenção de duas Licenças de Instalação – LI's para o AHE Belo Monte, uma para as Instalações Iniciais (canteiro, acampamento, linha de transmissão, subestações, vias de acesso) e, em seguida, outra para todo o empreendimento. Tal necessidade é justificada pelos fatores sazonais da região e pelo cronograma de construção aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, colocando a necessidade de implantação da infraestrutura de apoio no segundo semestre de 2010, para que as obras principais possam ser iniciadas no primeiro semestre de 2011. Para o atendimento desta programação são propostos dois Projetos Básicos Ambientais – PBA's, um primeiro contendo os programas e projetos afetos às Instalações Iniciais e, na sequência, um segundo PBA, estendendo esses programas e projetos, além de incluir outros, para toda a área de intervenção do empreendimento. Em tal documento também são tecidas considerações sobre as ações

  1/7 

antecipatórias previstas na Licença Prévia – LP nº 342/2010, necessárias para preparar a região para receber o empreendimento.

Foram protocolados, ainda: em 3 de agosto, o Projeto Básico Ambiental das Instalações Iniciais; em 4 de agosto, documento em atendimento às Condicionantes 2.10 e 2.11; em 31 de agosto, o documento Ações Antecipatórias, que complementa os documentos apresentados anteriormente; e, em 16 de setembro, Justificativa dos Planos, Programas e Projetos do PBA das Instalações Iniciais. O último documento objetiva atender o acordado entre a Norte Energia S.A. – NESA e o Ibama em reuniões realizadas em 9 e 10 de setembro, qual seja, a apresentação de justificativa técnica baseada nos impactos para essa fase:

- sobre a suficiência das ações antecipatórias executadas;
- sobre a não inclusão de programas propostos no Estudo de Impacto Ambiental – EIA no PBA das Instalações Iniciais;
- a avaliação sobre a aplicabilidade das condicionantes da LP numa eventual emissão de LI para as Instalações Iniciais.

O documento, porém, não atende ao acordado, e limita-se a reforçar o apresentado anteriormente.

Ressalta-se que não foi solicitada a LI para as Instalações Iniciais, tampouco a Autorização de Supressão de Vegetação, para as intervenções nas áreas.

Conforme o PBA das Instalações Iniciais, as obras de infraestrutura de apoio compreendem:

Canteiro industrial e acampamento do sítio Belo Monte. O canteiro terá área de 88,1 ha e o acampamento, 115,6 ha.

Canteiro industrial pioneiro e acampamento do sítio Pimental. Possuirá área de 224,5 ha.

Estradas de acesso. Contempla o acesso ao sítio Pimental e ao acampamento da Eletronorte e o acesso que interligará a BR-230 ao porto da obra. O primeiro, parte da BR-230 pelo travessão km 23, conflui com o travessão km 27 após cerca de 5 km, seguindo em direção sul por mais 10 km até as imediações da localidade de Boa Esperança, quando esta via de acesso bifurca-se, direcionando um ramal com cerca de 21 km até as margens do rio Xingu, no sítio Pimental, e outro ramal para o acampamento da Eletronorte, com aproximadamente 10 km de extensão. O segundo, com 5,7 km de extensão, seguirá pelo travessão km 45. As estradas tem traçado total de 58,5 km e área de 116,9 ha, sendo que a maior parte será melhorada, e o restante, parte do acesso que ligará o porto à BR-230 e parte do acesso ao sítio Pimental, serão abertos.

Área de terraplenagem para implantação do porto da obra. Possuirá área de 2,4 ha. *Ressalta-se que o porto da obra dependerá de licenciamento do órgão estadual ou municipal de meio ambiente, conforme a condicionante específica 2.32 da LP nº 342/2010.*

Áreas de estoque de solo e madeira. No sítio Pimental, com 12,5 ha, e no sítio Belo Monte, com 34,3 ha.

Linha de transmissão – LT de 69 kV para suprimento de energia elétrica aos canteiros industriais e acampamentos das obras. A LT de 69 kV que partirá da Subestação – SE Altamira até o sítio Belo Monte possuirá 43,4 km e estará localizada ao longo da BR-230 e da faixa de servidão da LT de 230 kV já existente, ocupando uma área de 130,2 ha. Do sítio Belo Monte até o Pimental a LT de 69 kV possuirá 45 km, e, considerando uma faixa de servidão de 30 m de largura, uma área de 135,3 ha. Em cada

sítio será construída uma subestação, com área de 0,16 ha cada. Em geral, o traçado da linha segue paralelo a estruturas já existentes (linha de transmissão de 230 kV e travessões), com exceção do trecho de bifurcação que direciona o ramal com cerca de 21 km até o sítio Pimental, em que o traçado da LT não acompanha o traçado de tal estrada.

De acordo com o EIA, a Fase de Implantação da Infraestrutura de Apoio para a Construção compreende a construção de toda a infraestrutura logística para subsidiar as obras do arranjo geral do AHE Belo Monte – canteiros, alojamentos, acessos rodoviários (novos e adequações naqueles existentes), acessos hidroviários, linhas de transmissão e subestações associadas. Os processos associados a esta fase são: mobilização e contratação de mão-de-obra; aquisição de imóveis para as obras de infraestrutura de apoio; construção de estradas, vilas residenciais, pátios, canteiros, acampamentos, alojamentos, postos de combustível, linhas de transmissão para atendimento às obras e a outras instalações, dragagem e implantação do porto; operação dos canteiros de obras, alojamentos e vilas residenciais; e desmobilização da infraestrutura de apoio e da mão-de-obra.

Entre os principais impactos previstos pra esta fase está o aumento no fluxo migratório. O anúncio do início das obras, por si só, deve dar início ao processo de atração populacional, ainda que boa parte dessa população atraída possa não ser inserida nos empregos diretos, indiretos e efeito-renda, aumentando a estimativa de afluxo à região.

Portanto, os impactos decorrentes do “Aumento do Fluxo Migratório” (por sua vez relacionado à Fase de Implantação da Infraestrutura de Apoio para a Construção) devem ter suas medidas mitigadoras e compensatórias implantadas nessa fase.

O Parecer nº 6/2010 ressaltou que deve ser garantido que toda a população, já residente ou que chegue à região em decorrência do empreendimento, seja devidamente atendida, de acordo com os parâmetros e indicadores apresentados nas complementações. O Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos deverá fornecer as informações que balizarão a necessidade de ampliação e readequação na infraestrutura da região, e deveria ser iniciado entre a Licença Prévia e a Licença de Instalação, para fornecer os dados para o acompanhamento e adequação dos indicadores propostos. O Parecer também ressaltou que, como se farão necessários convênios com a administração pública, os números referentes ao afluxo populacional devem ter a maior precisão possível.

A documentação apresentada em 31 de agosto afirma que (...) o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos deverá ser implantado de imediato, com a elaboração do PBA, já na etapa de planejamento do empreendimento, devendo estar incluído entre as ações antecipatórias, de modo que já esteja em vigor quando tiver início a construção da UHE Belo Monte, e deverá se estender durante toda a fase de implantação do empreendimento (...), corroborando o disposto nas complementações ao EIA, de que o levantamento referente ao “T0” do programa se daria entre a LP e a LI. Entretanto, a alimentação do banco de dados está prevista para iniciar apenas em 31 de janeiro de 2011, não ficando claro o momento referente ao T0.

A LP nº 342/2010 estabeleceu seis condições gerais e 40 específicas para o AHE Belo Monte. Em relação às condições gerais houve alteração da concepção do empreendimento, constantes do PBA das Instalações Iniciais.

OK
3/7

Entre as condições específicas, algumas são facilmente associadas à etapa das Instalações Iniciais. Para estas são tecidas as considerações abaixo.

2.6 *Apresentar o PBA, contendo o detalhamento dos planos, programas e projetos socioambientais previstos no EIA e suas complementações, considerando as recomendações do IBAMA exaradas por meio dos Pareceres nº 105/2009, nº 106/2009, nº 114/2009 e nº 06/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. O PBA deverá ser entregue em versões impressa e digital, apresentando instituições envolvidas, responsáveis técnicos e cronograma físico de implantação.*

Condicionante não atendida.

O PBA das Instalações Iniciais não apresenta os impactos previstos para essa fase e não os correlaciona aos programas apresentados, bem como não demonstra sua suficiência na mitigação e compensação desses impactos. Esta equipe entende que deve ser feita uma reavaliação dos impactos previstos para as instalações iniciais, e, a partir disso, apresentados os programas necessários para esta fase, justificando-se a ausência de programas proposto no EIA e suas complementações considerados desnecessários para esta fase.

A avaliação expedita do material apresentado mostra que, de maneira geral, os programas não são executivos e necessitam de maior detalhamento, que possibilite seu início concomitante ao das obras.

2.7 *Os convênios referentes aos Planos de Requalificação Urbana, Articulação Institucional e Ações Antecipatórias, propostas no EIA e suas complementações, deverão ser assinados pelo empreendedor e entidades governamentais e apresentados no PBA, acompanhados de cronogramas visando propiciar o atendimento da demanda suplementar provocada pelo empreendimento, bem como suprir o déficit de infraestrutura, de forma a garantir que os resultados dos indicadores socioeconômicos, ao longo do desenvolvimento dos programas e projetos, sejam sempre melhores que os do marco zero.*

Condicionante não atendida.

Não foram apresentados os convênios, nem mesmo considerando-se apenas os potenciais impactos referentes à fase de instalações iniciais, que tampouco foram destacados no documento apresentado.

2.8 *Propor e efetivar convênios, para ações de fortalecimento, com as entidades responsáveis pela fiscalização de crimes ambientais, como o tráfico de animais silvestres e a exploração madeireira na região (IBAMA, OEMA do Pará, Polícia Ambiental, entre outros).*

Condicionante não atendida.

Um dos principais impactos do início das obras e mobilização dos canteiros do AHE Belo Monte é o aumento da pressão sobre os recursos naturais e a utilização predatória desses recursos. A facilitação dos acessos pela abertura de novos caminhos e o aumento do fluxo populacional certamente ocasionarão um aumento da demanda por produtos florestais, bem como produtos de origem animal. Esse fato, associado à presença de fauna cinegética e de ictiofauna ornamental, para a qual há cotas de coleta, suscita grandes preocupações do ponto de vista conservacionista. Ainda, poderá ser

agravado o processo de ocupação irregular, comprometendo a estrutura fundiária já precária na região. O fortalecimento dos mecanismos estatais de monitoramento e fiscalização ambiental traria maior estabilidade social para a região. Na documentação apresentada não constam tratativas em trâmite ou convênios firmados com quaisquer entidades responsáveis pela fiscalização de crimes ambientais, para o seu fortalecimento.

2.9 Incluir entre as ações antecipatórias previstas: i) o início da construção e reforma dos equipamentos (educação/saúde), onde se tenha a clareza de que serão necessários, casos dos sítios construtivos e das sedes municipais de Altamira e Vitória do Xingu; ii) o início das obras de saneamento básico em Vitória do Xingu e Altamira; iii) implantação do sistema de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, antes de se iniciarem as obras de construção dos alojamentos.

Condicionante não atendida.

Em termos de construção e reforma de equipamentos de saúde e educação, foram apresentados programas que se referem a todo o empreendimento. Não foi realizada avaliação sobre a necessidade específica para a fase das Instalações Iniciais, e portanto, não foi apontado o aumento na demanda, que tipo de construção ou reforma se farão necessárias, ou mesmo a localização dessas unidades.

No caso dos sistemas de saneamento foi apresentado um esboço do que viria a ser um plano de saneamento das localidades solicitadas. Além disso são apresentadas, de forma genérica, as metas a serem atingidas, classificadas como de curto, de médio e longo prazo. A título de exemplo, as metas de saneamento em Vitória do Xingu são descritas da seguinte forma:

- metas de curto prazo: universalização do Abastecimento Público de Água e Esgotamento Sanitário;
- metas de médio e longo prazo: manter o nível de atendimento e redução das perdas.

Conforme aponta o texto da condicionante, deverão ser realizadas ações prévias para evitar uma ampliação na sobrecarga dos serviços em questão, as quais não foram discriminadas.

2.10 Apresentar em até 30 dias após a definição do concessionário de geração a estratégia para garantir que toda infraestrutura necessária que antecede as obras – Ações Antecipatórias – seja efetivamente implantada, sem o que não será concedida a Licença de Instalação.

Condicionante não atendida.

Os documentos apresentados denotam uma postergação das ações antecipatórias. A região já se encontra com sobrecarga nos serviços básicos de saúde, educação, segurança e saneamento, e o empreendimento deve agir no sentido de reduzir os déficits diagnosticados, ou pelo menos, mantê-los na situação pré-empreendimento. Não foram apresentadas ações e obras preparatórias na região para a chegada do empreendimento, que se antecipem aos impactos.

2.11 Apresentar relatório das ações antecipatórias realizadas, comprovando sua suficiência para o início da implantação do empreendimento.

Condicionante não atendida.

OK
5/7
JK

Uma vez que as ações antecipatórias tem um contexto de preparar as localidades e a região para a recepção de um empreendimento do porte do AHE Belo Monte, é de extrema importância a consolidação das ações antecipatórias de forma mais ágil. O relatório apresentado não comprova a suficiência para o início da implantação do empreendimento, mesmo quando se trata das obras iniciais, como deseja a NESA. As ações relatadas são preparatórias e, ainda, superficiais, frente à necessidade de implantação das ações antecipatórias.

2.16 Apresentar no PBA a metodologia que será adotada na valoração e os critérios para cálculo de áreas remanescentes viáveis, considerando necessariamente o "isolamento social" pela saída de moradores atingidos da região.

Condicionante não atendida.

Não foi apresentada a metodologia e os critérios para a avaliação de remanescentes viáveis, sendo que já para a implantação das Instalações Iniciais tal metodologia é necessária.

2.17 Apresentar no PBA o Cadastro Socioeconômico – CSE dos grupos domésticos da Área Diretamente Afetada – ADA, incluindo os moradores e demais pessoas que utilizem o trecho da Volta Grande em suas atividades; os pescadores de peixes ornamentais e pescadores comerciais – tanto a montante como a jusante de Altamira; os trabalhadores ligados às atividades de praias, incluindo comerciantes, barqueiros e outras funções relacionadas a atividades exercidas nesses locais, com identificação de geração de trabalho e renda, bem como os oleiros e trabalhadores de atividades minerárias e extrativistas. Esses grupos domésticos deverão ser público-alvo do programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.

Condicionante não atendida.

O documento apresentado pela NESA afirma que está em fase de contratação e mobilização a elaboração do cadastro físico-territorial e socioeconômico das áreas necessárias às instalações iniciais.

2.25 Apresentar Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos a ser emitida pela Agência Nacional de Águas – ANA que contemple as intervenções nos cursos d'água para a construção dos barramentos nos reservatórios do Xingu e dos Canais, bem como para as captações de água e lançamento de esgotos dos canteiros de obras associados.

Condicionante não atendida.

Não foi apresentada a Outorga para a captação de água e lançamento de esgoto tratado no corpo d'água, para as instalações iniciais.

2.28 Apresentar manifestação das seguintes instituições:

- INCRA e ITERPA sobre os programas que tenham interface com os assentamentos a serem atingidos pelo empreendimento;
- DNPM no que tange à adequabilidade do programa de resgate de patrimônio paleontológico;
- IPHAN no que tange ao atendimento do Ofício nº 092/2009 – CNA/DEPM/IPHAN;

- FUNAI no que tange à aprovação dos programas voltados aos indígenas e demais condições elencadas no Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI;
 - ICMBio no que tange ao atendimento dos Ofícios nº 21/2010-GP/ICMBio e nº 27/2010 – DIBIO/Instituto Chico Mendes; e
 - Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde acerca da aprovação do Programa de Ação para o Controle da Malária – PACM, que deve ser elaborado de acordo com o exarado no Parecer Técnico nº 15/09/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS.
- Condicionante não atendida.**

Foi apresentada apenas manifestação da Funai, que, por meio Ofício nº 557/2010/DPDS-FUNAI-MJ, encaminhado ao Ibama em 17/08/2010, “considera que as condicionantes não tem sido cumpridas de maneira satisfatória até o presente momento, comprometendo sua total execução quando da solicitação da próxima licença prevista no processo de Licenciamento Ambiental, impedindo assim qualquer manifestação favorável da Funai em relação à continuidade do empreendimento”.

Esta é a nota.

Em, 17 de setembro de 2010.

Silvio José Pereira Júnior
Silvio José Pereira Júnior
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Matr. 1541851

Henrique Marques Ribeiro
Henrique Marques Ribeiro
Analista Ambiental
Matr. 1.717.634
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Matheus Ribeiro Coura
Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Paula Márcia S. de Melo
Paula Márcia S. de Melo
Analista Ambiental
Matrícula: 1364897
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Frederico Miranda de Queiroz
Frederico Miranda de Queiroz
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Matr.: 1479854

Carolina Alves Lemos
Carolina Alves Lemos
Analista Ambiental - NLA/IBAMA
Matrícula 1572953

De acordo

17.09.2010

Adriano Rafael Arrepi de Queiroz
Adriano Rafael Arrepi de Queiroz
Coordenador Geral de Infra-Estrutura
de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

Adriano Rafael Arrepi de Queiroz
Adriano Rafael Arrepi de Queiroz
Coordenador Geral de Infra-Estrutura
de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério do Meio Ambiente

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 02, Edifício Sede, Bloco C, 1º Andar, Brasília/DF CEP: 70.818-900

Tel: (61) 3316.1212 - ramal 1292 – Fax: (61) 3225.0564 – URL: <http://www.ibama.gov.br>



Assunto: AHE Belo Monte

Origem: COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

PARECER nº 88/2010

Ref: Análise de Atendimento às condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010 e da solicitação de Licença de Instalação para as Instalações Iniciais do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, processo administrativo Ibama nº 02001.001848/2006-75.

1. INTRODUÇÃO

Este Parecer tem o objetivo de analisar o atendimento das condicionantes da Licença Prévia – LP nº 342/2010 do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE Belo Monte, bem como a solicitação de Licença de Instalação para as Instalações Iniciais, considerando os documentos encaminhados pela Eletrobrás e pela Norte Energia S.A. – NESA, pertinentes para a análise em questão.

Foram analisados os seguintes documentos:

- Considerações Técnicas sobre condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010, protocolado no Ibama em 15 de julho de 2010;
- Estratégias para o Licenciamento Ambiental, protocolado em 30 de julho;
- Projeto Básico Ambiental – PBA das Instalações Iniciais, protocolado em 3 de agosto;
- Atendimento às Condicionantes 2.10 e 2.11 (Ações Antecipatórias), protocolado em 4 de agosto;
- Ações Antecipatórias, que complementa os documentos apresentados anteriormente, protocolado em 31 de agosto;
- Justificativa dos Planos, Programas e Projetos do PBA das Instalações Iniciais, protocolado em 16 de setembro;
- Complementação ao Documento Justificativa dos Planos, Programas e Projetos do Projeto Básico Ambiental das Instalações Iniciais, protocolado em 29 de setembro.

1/21
Handwritten signatures and initials

Por meio do Ofício NESA – DAS – 005/2010, protocolado no Ibama em 21 de setembro de 2010, a NESA solicitou a Licença de Instalação – LI para a Usina Hidrelétrica – UHE Belo Monte. Tal pedido foi retificado em 27 de setembro de 2010, com a solicitação apenas para as instalações iniciais do empreendimento. Apesar de não discriminadas no pedido de Licença, tais instalações constam do Projeto Básico Ambiental – PBA das Instalações Iniciais, quais sejam: canteiro industrial e acampamento do sítio Belo Monte, canteiro industrial pioneiro e acampamento do sítio Pimental, estradas de acesso, área de terraplenagem para implantação do porto da obra, áreas de estoque de solo e madeira, e linha de transmissão – LT de 69 kV para suprimento de energia elétrica aos canteiros industriais e acampamentos das obras. Apesar de requerida a LI, ainda não foi providenciada a publicação pelo empreendedor, conforme estipula a Resolução Conama nº 06/86, tampouco foi solicitada a Autorização de Supressão de Vegetação para as intervenções nas áreas.

A partição do pedido de LI é justificada no documento “Estratégias para o Licenciamento Ambiental”. Em tal documento é colocada a necessidade de obtenção de duas Licenças de Instalação para o AHE Belo Monte, uma para as Instalações Iniciais e, em seguida, outra para todo o empreendimento. Tal necessidade é justificada pelos fatores sazonais da região e pelo cronograma de construção aprovado pela ANEEL, colocando a necessidade de implantação da infraestrutura de apoio no segundo semestre de 2010, para que as obras principais possam ser iniciadas no primeiro semestre de 2011. Para o atendimento desta programação são propostos dois Projetos Básicos Ambientais, um primeiro contendo os programas e projetos afetos às Instalações Iniciais e, na sequência, um segundo PBA, estendendo esses programas e projetos, além de incluir outros, para toda a área de intervenção do empreendimento.

Conforme o PBA das Instalações Iniciais, as obras de infraestrutura de apoio compreendem:

Canteiro industrial e acampamento do sítio Belo Monte. O canteiro terá área de 88,1 ha e o acampamento 115,6 ha.

Canteiro industrial pioneiro e acampamento do sítio Pimental. Possuirá área de 224,5 ha.

Estradas de acesso. Contempla o acesso ao sítio Pimental e ao acampamento da Eletronorte e o acesso que interligará a BR-230 (Transamazônica) ao porto da obra. O primeiro parte da BR-230 pelo travessão km 23, conflui com o travessão km 27 após cerca de 5 km, seguindo em direção sul por mais 10 km até as imediações da localidade de Boa Esperança, quando esta via de acesso bifurca-se, direcionando um ramal, com cerca de 21 km, até as margens do rio Xingu, no sítio Pimental, e outro ramal para o acampamento da Eletronorte, com aproximadamente 10 km de extensão. O segundo, com 5,7 km de extensão, seguirá pelo travessão km 45. As estradas têm traçado total de 58,5 km e área de 116,9 ha, sendo que a maior parte será melhorada, e o restante, parte do acesso que ligará o porto à BR-230 e parte do acesso ao sítio Pimental, serão abertos.

Área de terraplenagem para implantação do porto da obra. Possuirá área de 2,4 ha. Ressalta-se que o porto da obra dependerá de licenciamento do órgão estadual ou municipal de meio ambiente, conforme a condicionante específica 2.32 da LP nº 342/2010.

Áreas de estoque de solo e madeira. No sítio Pimental, com 12,5 ha, e no sítio Belo Monte, com 34,3 ha.

Linha de transmissão – LT de 69 kV para suprimento de energia elétrica aos canteiros industriais e acampamentos das obras. A LT de 69 kV que partirá da Subestação Altamira até o sítio Belo Monte possuirá 43,4 km e estará localizada ao

longo da BR-230 e da faixa de servidão da LT de 230 kV já existente, ocupando uma área de 130,2 ha. Do sítio Belo Monte até o Pimental a LT de 69 kV possuirá 45 km, e, considerando uma faixa de servidão de 30 m de largura, uma área de 135,3 ha. Em cada sítio será construída uma subestação, com área de 0,16 ha cada. Em geral, o traçado da linha segue paralelo a estruturas já existentes (linha de transmissão de 230 kV e travessões), com exceção do trecho de bifurcação que direciona o ramal com cerca de 21 km até o sítio Pimental, no qual o traçado da LT não acompanha o traçado de tal estrada.

O documento Justificativa dos Planos, Programas e Projetos do PBA das Instalações Iniciais, de 16 de setembro objetivou atender o acordado entre a Norte Energia S.A. – NESA e o Ibama em reuniões realizadas em 9 e 10 de setembro, qual seja, a apresentação de justificativa técnica baseada nos impactos para essa fase:

- sobre a suficiência das ações antecipatórias executadas;
- sobre a não inclusão de programas propostos no Estudo de Impacto Ambiental – EIA no PBA das Instalações Iniciais; e
- sobre a avaliação da aplicabilidade das condicionantes da LP numa eventual emissão de LI para as Instalações Iniciais.

O documento, porém, não atendeu ao solicitado. Em 29 de setembro de 2010, a NESA protocola no Ibama a “Complementação ao Documento Justificativa dos Planos, Programas e Projetos do Projeto Básico Ambiental das Instalações Iniciais”. Em tal documento são apresentadas redes de precedência de impactos primários associados à fase das instalações iniciais, derivadas dos seguintes processos:

- mobilização e contratação de mão-de-obra;
- aquisição de imóveis para as obras de infraestrutura de apoio; e
- construção de vilas residenciais, pátios, canteiros, acampamentos, alojamentos, postos de combustível, linhas de transmissão para atendimento as obras e outras instalações, dragagem e implantação do porto.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPACTOS

De acordo com o EIA, a Fase de Implantação da Infraestrutura de Apoio para a Construção compreende toda a infraestrutura logística para subsidiar as obras do arranjo geral do AHE Belo Monte – canteiros, alojamentos, acessos rodoviários (novos e adequações naqueles existentes), acessos hidroviários, linhas de transmissão e subestações associadas. Os processos associados a esta fase são: mobilização e contratação de mão-de-obra; aquisição de imóveis para as obras de infraestrutura de apoio; construção de estradas, vilas residenciais, pátios, canteiros, acampamentos, alojamentos, postos de combustível, linhas de transmissão para atendimento às obras e a outras instalações, dragagem e implantação do porto; operação dos canteiros de obras, alojamentos e vilas residenciais; e desmobilização da infraestrutura de apoio e da mão-de-obra.

Entre os impactos primários associados à implantação da infraestrutura de apoio estão: aumento do fluxo migratório; alteração na relação oferta-demanda por insumos, mercadorias e serviços e dinamização da economia; ampliação da oferta de trabalho; transferência compulsória de população; perda de imóveis e benfeitorias; perda de equipamentos sociais; alteração da paisagem; comprometimento do patrimônio arqueológico; intensificação da perda de cobertura vegetal; e aumento de acidentes com animais peçonhentos.

CS
3/21
R

O PBA para as Instalações Iniciais não traz o cronograma das obras, não deixando claro o tempo necessário para sua execução. O contingente de mão-de-obra a ser contratada está diretamente relacionado ao dimensionamento do principal impacto, o aumento no fluxo migratório, a partir do qual, considerando sua espacialização, deveria ser avaliada a necessidade de reforço na infraestrutura, incluindo saúde, educação, saneamento e segurança pública, para o início das obras.

Nos diversos documentos encaminhados ao Ibama foram apresentadas estimativas contraditórias acerca da demanda de mão-de-obra para as instalações iniciais.

De acordo com o EIA, Vol. 29, no 1º ano de obras da UHE Belo Monte seriam gerados até 3.621 empregos diretos, o que se refletiria em uma população atraída estimada em 13.969 pessoas, neste mesmo ano. O EIA apresentou, ainda, uma estimativa de que na AID existem 4.341 pessoas desempregadas entre a população economicamente ativa (PEA), sendo que destas, cerca de 2.600 poderiam ser empregadas mediante esforço de qualificação. O restante não teria condições de empregabilidade, mesmo com esforço de qualificação.

Segundo o documento Ações Antecipatórias – Atendimento às Condicionantes 2.10 e 2.11 da Licença Prévia nº 342/2010, que mostra um quadro com a demanda de mão-de-obra por mês e o nível de qualificação, no primeiro ano de obra será necessária a contratação de 4.457 empregados. Destes, 3.342 (nível de qualificação – N1 e N2) deverão ser contratados e capacitados na região e 1.026 (N3 ao N6) já são pertencentes aos quadros do empreendedor. No quadro impactos x programas socioeconômicos associados às instalações iniciais, protocolado em 29 de setembro, é apresentada estimativa de mão-de-obra de 2.800 no pico (final dos 8 meses), sendo 77% dos níveis N1 e N2. O mesmo quadro apresenta estimativa de **população atraída de 13.000 pessoas**. Por outro lado, o mesmo documento coloca que *o contingente de trabalhadores nas áreas de intervenção é pontual e não se concentra em um mesmo período, estimando-se de 490 nos primeiros dois meses até o pico de contratação para esta fase inicial, com cerca de 2000 pessoas somente a partir do 5º mês de início dos trabalhos*. O Programa de Capacitação de Mão-de-obra apresentado no PBA das Instalações Iniciais informa que os serviços iniciais de implantação terão uma duração total de 12 meses, devendo iniciar-se de imediato. Em sua estimativa de demanda mensal de mão-de-obra consta, para o 8º mês, 3.054 trabalhadores, e, no 12º mês, 4.457.

Desta forma pode-se concluir que, em termos de geração de empregos e consequente afluxo populacional, não há diferenças significativas entre as instalações iniciais e a obra como um todo em seu primeiro ano.

O documento protocolado em 29 de setembro afirma que (...) *será absorvida, em sua maioria, mão-de-obra local, que portanto, já está inserida na matriz regional, constituindo em residentes ou sítiantes com seus hábitos individuais/familiares já estabelecidos*. (...). De acordo com os dados do EIA para a ADA rural (Vol. 24), já que não estão disponíveis para a AID, entre analfabetos e aqueles que possuem o ensino fundamental, de 1ª a 4ª série incompleto, tem-se em torno de 50% da população.

Ressalta-se que não foi iniciada nenhuma ação de capacitação, e que, de acordo com o cronograma do Programa de Capacitação de mão-de-obra reapresentado em 31 de agosto, no documento Ações Antecipatórias, os cursos conveniados se iniciariam no 2º trimestre a partir do início do programa. Isto é, não haveria tempo hábil para capacitar a população local para o início das obras.

No documento apresentado em 29/09/2010, também são apresentadas justificativas para a não ocorrência de alguns impactos para esta fase. Por exemplo, quando trata dos impactos aumento da caça, aumento de pressão sobre recursos florestais madeireiros e não madeireiros, aumento de populações de espécies exóticas da flora e fauna e aumento de pressão sobre os usos sustentáveis dos recursos pesqueiros, associados ao impacto primário aumento do fluxo migratório, o documento considera que não se aplicam para a fase das instalações iniciais, tendo como justificativa o baixo contingente de pessoas envolvidas nesta fase, bem como, **que serão poucos os trabalhadores não contratados na região.**

Os dados apresentados acima denotam contradições nos documentos apresentados ao Ibama, bem como o não dimensionamento adequado dos impactos previstos para esta fase de obras.

3. AÇÕES ANTECIPATÓRIAS

Os municípios devem estar preparados para receber o afluxo populacional no momento em que este ocorre, para o que são necessárias medidas antecipatórias, que precisam ser realizadas para evitar que a qualidade de vida das pessoas da região, e daquelas que chegarem, piore apenas com as expectativas geradas pela construção do empreendimento. Essas ações precisam incluir melhorias nos sistemas de saúde, educação, saneamento, segurança, entre outros, além de medidas de controle e fiscalização do uso da terra e recursos naturais na região.

O Parecer nº 6/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de janeiro de 2010, ressaltou que **o que deve ser garantido é que toda a população, já residente ou que chegue à região em decorrência do empreendimento, seja devidamente atendida, de acordo com os parâmetros e indicadores apresentados nas complementações.** É o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos que deverá fornecer as informações que balizarão a necessidade de ampliação e readequação na infraestrutura da região. O Parecer ressaltou ainda que, como se farão necessários convênios com a administração pública, os números referentes ao afluxo populacional devem ter a maior precisão possível.

Entre as ações antecipatórias propostas no EIA e suas complementações estão:

- implantar o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos;
- antecipar o Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante para imediatamente após a emissão da LP, de maneira a assegurar informação e transparência à população migrante. Como resultado desse atendimento, o PBA deve garantir que não restarão encargos para os serviços sociais dos municípios;
- implantar o Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas;
- antecipar entendimentos com os municípios e com a concessionária de saneamento do Estado visando estabelecer entendimentos para a definição dos projetos de saneamento necessários;
- estabelecer convênios com as administrações públicas municipais para identificação das necessidades das Prefeituras da AID, no que se refere à melhoria das estruturas administrativas e de gerenciamento (informatização, montagem de instâncias de planejamento e de fiscalização) e das legislações municipais (Planos diretores, leis de uso e ocupação etc.); e
- contratar a elaboração dos projetos de saneamento necessários.

OK [assinatura]
5/21 [assinatura]

A condicionante específica 2.9 da LP estipulou outras ações antecipatórias para a região, a saber: i) o início da construção e reforma dos equipamentos (educação/saúde), onde se tenha a clareza de que serão necessários, casos dos sítios construtivos e das sedes municipais de Altamira e Vitória do Xingu; ii) o início das obras de saneamento básico em Vitória do Xingu e Altamira; iii) implantação do sistema de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, antes de se iniciarem as obras de construção dos alojamentos.

O documento Ações Antecipatórias, apresentada em 31 de agosto, afirma que (...) *o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos deverá ser implantado de imediato, com a elaboração do PBA, já na etapa de planejamento do empreendimento, devendo estar incluído entre as ações antecipatórias, de modo que já esteja em vigor quando tiver início a construção da UHE Belo Monte, e deverá se estender durante toda a fase de implantação do empreendimento (...), corroborando o disposto nas complementações ao EIA, de que o levantamento referente ao "T0" do programa se daria entre a LP e a LI, o que é fundamental para o sucesso do programa.*

As ações antecipatórias não foram iniciadas, como se segue:

- não foi efetuado o levantamento referente ao T0 do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos;
- não foram instaladas estruturas referentes ao Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante;
- não foi apresentado o Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas. A NESA reconhece que o Programa de Capacitação de mão-de-obra, apresentado no dia 31 de agosto, tem finalidade distinta do Programa em questão: (...) *"Reforça-se a importância de o Programa de Incentivo a Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas iniciar-se o quanto antes" que diz respeito ao programa mais abrangente de Incentivo a Capacitação Profissional e não quanto ao Programa de Capacitação de mão-de-obra aqui tratado;*
- não foram estabelecidos os citados convênios com as administrações públicas municipais;
- não foi iniciada construção/reforma de equipamentos de infraestrutura, ou ao menos identificadas os equipamentos objeto da condicionante; e
- não foram iniciadas as ações de saneamento;

No documento "Ações Antecipatórias", além da apresentação do diagnóstico do saneamento dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu e das localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, foram apresentadas projeções de populações dos municípios para um horizonte de 30 anos, considerando a população atraída pelo empreendimento. Além disso, foram apresentadas: as estimativas das vazões a serem captadas para as estações de tratamento de água (ETAs); as vazões de projeto das estações de tratamento de esgotos (ETEs); e as propostas, não detalhadas, das concepções de ETAs e ETEs para os municípios. Não foram apresentadas propostas de projetos para drenagem urbana e coleta e disposição final para os resíduos sólidos urbanos. Vale salientar que as ações apresentadas não passam de um levantamento inicial do que será feito na região, ou seja, não são projetos executivos. Esta equipe entende que o apresentado pelo empreendedor está muito aquém do exigido pela Licença Prévia. Para o atendimento desta ação antecipatória, o empreendedor deverá, pelo menos, antes de obtenção de LI das Instalações Iniciais, iniciar a implantação de saneamento em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, e, concomitantemente às obras do empreendimento, iniciar as obras de saneamento

em Altamira e Vitória do Xingu. Destaca-se que obras de saneamento básico incluem o tratamento de água para abastecimento, rede de distribuição de água tratada, coleta e tratamento de esgotos, drenagem urbana, coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos. O cumprimento destas ações de saneamento se faz necessário, uma vez que a atração de pessoas para os municípios com o início das instalações iniciais, ocasionará o agravamento da situação de saneamento básico na região, já que os municípios não possuem estrutura para atender a demanda.

4. CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

A LP nº 342/2010 estabeleceu seis condições gerais e 40 específicas para o AHE Belo Monte. Em relação às condições gerais houve alteração na concepção do empreendimento, constante do Projeto Básico Ambiental – PBA das Instalações Iniciais. Quanto às condições específicas são tecidas as considerações abaixo.

2.1 *O Hidrograma de Consenso deverá ser testado após a conclusão da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal. Os testes deverão ocorrer durante seis anos associados a um robusto plano de monitoramento, sendo que a identificação de importantes impactos na qualidade de água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande, poderão suscitar alterações nas vazões estabelecidas e consequente retificação na licença de operação. Entre o início da operação e a geração com plena capacidade deverá ser mantido no TVR, minimamente, o Hidrograma B proposto no EIA. Para o período de testes devem ser propostos programas de mitigação e compensação.*

Condicionante não exigível para esta fase de licenciamento. Esta condicionante será exigida para as próximas fases de licenciamento.

2.2 *Apoiar o funcionamento de Grupo de Trabalho interministerial e interinstitucional, enviando esforços para sua criação, visando acompanhar o licenciamento e efetuar vistorias periódicas no empreendimento, adotando as medidas indicadas pelo Grupo e aprovadas pelo IBAMA, sem prejuízo das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental, até que sejam sanadas as irregularidades, ressalvados os efeitos produzidos durante a vigência da licença.*

Condicionante não atendida. Não constam no processo ações do empreendedor nesse sentido. Entende-se que a criação de tal grupo é prerrogativa da administração pública e não da NESA. Neste sentido, caso o Ibama mantenha o entendimento pela necessidade da criação do Grupo de Trabalho, recomenda-se o envio de expediente à Presidência da República e ao Ministério do Meio Ambiente apresentando tal demanda. Entende-se que o Ibama é responsável por acompanhar o processo de licenciamento e, portanto, é necessária uma definição por parte do Ibama acerca do encaminhamento adequado.

2.3 *Propor e implantar Programa de apoio às ações de comando e controle visando a proteção e recuperação de áreas ambientalmente degradadas na bacia dos rios Xingu – Iriri, adotando medidas de recuperação que venham a ser indicadas no Programa como necessárias para a garantia de qualidade e quantidade de água.*

Condicionante a ser exigida quando de eventual emissão de autorização de supressão de vegetação. A área de abrangência dessa condicionante é bastante superior à área de influência do AHE Belo Monte. A título de comparação, tem-se que a Área de

Uk
7/21
Fuch

Influência Direta – AID (meio físico e biótico) do AHE Belo Monte tem cerca de 5.150 km² e a área da bacia hidrográfica do rio Xingu (contemplando também a bacia do rio Iriri) equivale a aproximadamente 511.000 km². Isto posto, entende-se que o texto estipulado na referida condicionante necessita de maior detalhamento, pois não parece razoável determinar que a Norte Energia seja responsabilizada por recuperar todas as áreas degradadas da bacia hidrográfica do rio Xingu. Considera-se importante que sejam definidos dois níveis de ações, aquelas pertinentes ao licenciamento ambiental, e aquelas a serem estabelecidas no âmbito de outro arranjo interinstitucional, como por exemplo no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS do Xingu. No tocante ao licenciamento ambiental, esta condicionante será exigida quando da emissão de eventual autorização de supressão de vegetação, como compensação das áreas em que haverá intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, no sentido de recompor ou recuperar APP equivalente à área de intervenção, nas sub-bacias da área de influência do empreendimento. Desse modo, foi solicitada a apresentação no PBA, do mapeamento das APP's a serem afetadas pelo empreendimento, o que não foi realizado.

2.4 Contemplar, no âmbito do Projeto Básico Ambiental - PBA, as recomendações elencadas na Nota Técnica Ictiofauna AHE Belo Monte/2010-DILIC/IBAMA e no Parecer nº 17/CGFAP.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais. A Nota Técnica Ictiofauna UHE Belo Monte 2010-DILIC/Ibama analisa os impactos diretos e indiretos sobre a ictiofauna da área de influência desse empreendimento e sugere propostas de mitigação desses impactos, apontando que a consideração das propostas (análise, discussão e execução) é condição para a viabilidade ambiental do empreendimento do ponto de vista da ictiofauna. As propostas apresentadas referem-se à criação de cinco programas, bem como a instalação de estruturas de transposição da ictiofauna. Os programas propostos são Programa Amplo de Investigação Taxonômica, Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Comercial, Programa de Monitoramento do Vertedouro Complementar do Sítio Bela Vista, Programa de Aquicultura Experimental de Ictiofauna Ornamental, e Programa de Aquicultura no Reservatório dos Canais. Dos cinco programas apenas o Programa de Aquicultura Experimental de Ictiofauna Ornamental já era previsto no Estudo de Impacto Ambiental. Destaca-se ainda que o Programa de Monitoramento do Vertedouro Complementar do Sítio Bela Vista não deve ser implementado, uma vez que o vertedouro complementar não será mais construído. O Parecer nº 17/2010-CGFAP/Ibama recomenda a inclusão de estimadores de seletividade das redes de emalhar utilizadas nas análises apresentadas, a apresentação da função entre maturação gonadal e comprimento para as espécies com captura satisfatória (pelo menos 100 indivíduos) a partir dos dados já coletados, a incorporação da análise de tamanho mínimo de captura segundo Stewart (2008)¹ nos estudos futuros no âmbito do licenciamento da UHE Belo Monte, e a incorporação de metodologias de coleta diversas (e.g. anzol e isca-viva e/ou corrico) na captura de espécimes do gênero *Cichla*. Na documentação encaminhada pela NESÁ não foram apresentadas quaisquer considerações acerca das propostas da Nota Técnica Ictiofauna UHE Belo Monte 2010-DILIC/Ibama ou das recomendações do Parecer nº 17/2010-CGFAP/Ibama. Tais considerações devem estar contempladas no PBA referente a todo o empreendimento.

¹ Stewart, J. 2008. A decision support system for setting legal minimum lengths of fish. *Fisheries Management and Ecology*, v. 15, p. 291-301.

2.5. Garantir a manutenção da qualidade da água de acordo com os níveis preconizados na Resolução Conama nº 357/2005, para classe 1 e 2 de acordo com sua localização, o que garantirá o uso múltiplo dos recursos hídricos e a sobrevivência da fauna aquática, adotando para tanto, as medidas que forem necessárias, e ainda:

- Realizar estudo conforme Termo de Referência a ser elaborado pelo IBAMA contemplando modelo matemático tridimensional com acoplamento dinâmico entre variáveis hidrodinâmica e de qualidade de água para o Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água.
- Complementar os prognósticos obtidos com os relatórios de modelagem assim como, o relatório de modelagem de qualidade da água numa periodicidade maior, levando em consideração as observações feitas ao longo da Nota Técnica: Análise da Modelagem Matemática da Qualidade da Água apresentado em atendimento ao ofício nº 1251/2009 – DILIC/IBAMA, referente ao Estudo de Impacto ambiental - EIA do aproveitamento hidrelétrico (AHE) Belo Monte e análise do relatório de modelagem matemática ecológica (Apêndice 10.2 do EIA).
- Definir vários cenários para modelagem matemática de qualidade de água, em complementação aos existentes no EIA, dando destaque ao cenário no qual, conceitualmente, se espera as piores situações de qualidade de água.

Condicionante em atendimento. De acordo com a documentação apresentada, em 29/09/2010, o estudo complementar de modelagem matemática será desenvolvido no PBA das obras principais. Propõe-se que seja estabelecido o conteúdo de tal estudo entre a equipe do Ibama responsável pela análise de qualidade da água e os consultores contratados pela NESA. Para tanto, solicita-se que o empreendedor apresente uma equipe composta por pelo menos dois especialistas: um em modelagem matemática hidrodinâmica, inclusive de modelos tridimensionais, e outro em qualidade da água/limnologia, os quais deverão desenvolver em conjunto o estudo a ser apresentado. A NESA protocolou no Ibama, em 31 de agosto de 2010, proposta de trabalho para elaboração de estudo de modelagem da qualidade da água.

2.6 Apresentar o PBA, contendo o detalhamento dos planos, programas e projetos socioambientais previstos no EIA e suas complementações, considerando as recomendações do IBAMA exaradas por meio dos Pareceres nº 105/2009, nº 106/2009, nº 114/2009 e nº 06/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. O PBA deverá ser entregue em versões impressa e digital, apresentando instituições envolvidas, responsáveis técnicos e cronograma físico de implantação.

Condicionante não atendida. Foi apresentado PBA para as Instalações Iniciais (canteiro industrial e acampamento do sítio Belo Monte, canteiro industrial pioneiro e acampamento do sítio Pimental, estradas de acesso, área de terraplenagem para implantação do porto da obra, áreas de estoque de solo e madeira, linha de transmissão – LT de 69 kV para suprimento de energia elétrica aos canteiros industriais e acampamentos das obras).

Para a definição das medidas mitigadoras e compensatórias para a fase de instalações iniciais, e avaliação de sua eficiência, faz-se necessário o levantamento dos impactos para essa fase, a partir dos quais devem ser propostos programas e ações. O PBA não traz o cronograma da obra, de forma que não está claro o tempo necessário para sua execução, bem como o histograma de mão-de-obra a ser contratada, diretamente relacionado ao dimensionamento do principal impacto para essa fase, o aumento no fluxo populacional. A partir deste, considerando sua espacialização,

9/21
u
r
u

deveria ser avaliada a necessidade de infraestrutura, incluindo saúde, educação, saneamento e segurança.

Entre os programas apresentados, muitos se referem a todo o empreendimento, não destacando as ações específicas para a fase de instalações iniciais. A avaliação do material apresentado mostra que, de maneira geral, os programas não são executivos e necessitam de maior detalhamento, que possibilite seu início concomitante ao das obras.

Deve ser feita uma reavaliação dos impactos considerando os trabalhadores empregados na obra e as estimativas de afluxo populacional para as instalações iniciais. A partir disso, propor as medidas necessárias para mitigar tais impactos, justificando a ausência de programas (propostos no EIA e suas complementações) considerados desnecessários para esta fase, e reapresentando os programas necessários. Tais programas devem ser dimensionados às instalações iniciais e propostos de forma executiva, para permitir implantação imediata.

2.7 Os convênios referentes aos Planos de Requalificação Urbana, Articulação Institucional e Ações Antecipatórias, propostas no EIA e suas complementações, deverão ser assinados pelo empreendedor e entidades governamentais e apresentados no PBA, acompanhados de cronogramas visando propiciar o atendimento da demanda suplementar provocada pelo empreendimento, bem como suprir o déficit de infraestrutura, de forma a garantir que os resultados dos indicadores socioeconômicos, ao longo do desenvolvimento dos programas e projetos, sejam sempre melhores que os do marco zero.

Condicionante não atendida. Não foram apresentados os convênios. O empreendedor apenas informou, no documento encaminhado em 29 de setembro, sobre a assinatura de termos de anuência das Prefeituras Municipais de Anapu, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, em relação às propostas de saúde e de educação. A Prefeitura de Altamira ainda não anuiu nenhuma das propostas, e a de Anapu ainda discute a proposta de saúde. Não fica claro o que são termos de anuência. O documento só especifica que esses termos embasarão os futuros convênios e Termos de Cooperação. Somente são apresentados alguns números referentes a salas de aula, leitos, médicos e equipes do PSF, porém não é possível avaliar as propostas, uma vez que não foi apresentado nenhum detalhamento.

2.8 Propor e efetivar convênios, para ações de fortalecimento, com as entidades responsáveis pela fiscalização de crimes ambientais, como o tráfico de animais silvestres e a exploração madeireira na região (IBAMA, OEMA do Pará, Polícia Ambiental, entre outros).

Condicionante não atendida. Um dos principais impactos do início das obras e mobilização dos canteiros do AHE Belo Monte é o aumento da pressão sobre os recursos naturais e a utilização predatória desses. A facilitação dos acessos pela abertura de novos caminhos e o aumento do afluxo populacional certamente ocasionarão um aumento da demanda por produtos florestais, bem como produtos de origem animal. Esse fato, associado à presença de fauna cinegética e de ictiofauna ornamental, para a qual há cotas de coleta, suscita grandes preocupações do ponto de vista conservacionista. Ainda, poderá ser agravado o processo de ocupação irregular, comprometendo a estrutura fundiária já precária na região. O fortalecimento dos mecanismos estatais de monitoramento e fiscalização ambiental traria maior estabilidade social para a região. Na documentação encaminhada pela Norte Energia

não foram apresentadas tratativas em trâmite ou convênios firmados com quaisquer entidades responsáveis pela fiscalização de crimes ambientais, para o seu fortalecimento. Em reunião, em 27 de setembro de 2010, a NESA comprometeu-se a protocolar uma proposta de convênio com o Ibama, com fins de fiscalização na região, o que ainda não ocorreu. Por meio do Memorando nº 116/2010 – CGENE/DILIC/IBAMA, de 04 de outubro de 2010, a Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica – CGENE solicitou à Coordenação Geral de Fiscalização Ambiental – CGFIS a intensificação das ações de fiscalização na região do AHE Belo Monte, ainda neste ano.

2.9 *Incluir entre as ações antecipatórias previstas: i) o início da construção e reforma dos equipamentos (educação/saúde), onde se tenha a clareza de que serão necessários, casos dos sítios construtivos e das sedes municipais de Altamira e Vitória do Xingu; ii) o início das obras de saneamento básico em Vitória do Xingu e Altamira; iii) implantação do sistema de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, antes de se iniciarem as obras de construção dos alojamentos.*

Condicionante não atendida. Conforme aponta o texto da condicionante deverão ser realizadas ações prévias para evitar uma ampliação na sobrecarga dos serviços em questão. Tal condicionante foi analisada no item 2 deste Parecer.

2.10 *Apresentar em até 30 dias após a definição do concessionário de geração a estratégia para garantir que toda infraestrutura necessária que antecede as obras – Ações Antecipatórias – seja efetivamente implantada, sem o que não será concedida a Licença de Instalação.*

Condicionante não atendida. Os documentos apresentados pela NESA não dão conta da estratégia necessária para efetuar as ações antecipatórias. Entende-se que a região já encontra sobrecarga nos serviços básicos de saúde, educação, segurança e saneamento e que o empreendimento deve agir no sentido de reduzir os déficits diagnosticados ou, pelo menos, mantê-los na situação pré-empreendimento, e não os incrementar. Portanto, a Norte Energia deve assumir a necessidade de iniciar ações e obras preparatórias na região para a chegada do empreendimento.

2.11 *Apresentar relatório das ações antecipatórias realizadas, comprovando sua suficiência para o início da implantação do empreendimento.*

Condicionante não atendida. Não foram apresentadas ações e obras preparatórias na região para a chegada do empreendimento, que se antecipem aos impactos. Os relatórios apresentados não comprovam a suficiência para o início da implantação do empreendimento, mesmo quando se trata das obras iniciais.

2.12 *Estender aos municípios da Área de Influência Indireta - AII as ações do Plano de Articulação Institucional relativas a: i) criar mecanismos de articulação e cooperação entre entidades e instituições federais e estaduais que possibilitem o estabelecimento de parcerias para a indução do desenvolvimento regional; ii) capacitar as equipes das administrações municipais; iii) fortalecer a prática do planejamento participativo; iv) ampliar a articulação entre as diferentes áreas da administração municipal e destas com outras esferas de governo, até que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu cumpra essas funções.*

11/21
u

Condicionante não atendida. Não foram apresentadas justificativas técnicas para a não aplicabilidade desta condicionante para a etapa das instalações iniciais.

2.13 *Em relação à navegação considerar no PBA:*

- *Adoção de soluções que permitam a continuidade da navegação durante todo o tempo de construção e operação da usina, no trecho do rio Xingu submetido à vazão reduzida e no rio Bacajá. Admite-se como exceção as famílias residentes nos primeiros 10 km a jusante do barramento principal, na margem esquerda do rio Xingu (comunidade São Pedro e habitantes das ilhas), consideradas atingidas com perdas imobiliárias;*
- *Para os demais afluentes da Volta Grande do rio Xingu, as ações necessárias para que não haja o comprometimento das atividades produtivas, respeitando os modos de vida daquelas comunidades;*
- *A adoção de medidas necessárias para prevenir, minimizar, indenizar ou compensar os impactos na navegação previamente à sua ocorrência, inclusive os aumentos de custos e tempo de percurso;*
- *A necessidade de evitar a substituição do transporte fluvial por terrestre, notadamente para as populações indígenas; e*
- *O detalhamento do mecanismo de transposição de embarcações no barramento no sítio Pimental.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais. A condicionante deve ser contemplada no PBA referente a todo o empreendimento.

2.14 *Apresentar no PBA proposta de constituição, garantia de representatividade, funcionamento e integração do Fórum de Acompanhamento e dos Fóruns de Discussão Permanente, incluindo sua interface com os conselhos e comissões específicas.*

Condicionante não atendida. Os documentos apresentados não contemplam o solicitado.

2.15 *Apresentar no PBA convênios firmados com os órgãos competentes visando ações de regularização e fiscalização fundiária nas áreas a serem afetadas pelo empreendimento.*

Condicionante não atendida. Na documentação encaminhada em 29 de setembro, o empreendedor apresentou Ofícios encaminhados ao Incra e Instituto de Terras. Foram realizadas reuniões com INCRA e Terra Legal, dias 18 e 27 de agosto, porém não foram apresentados os convênios firmados.

2.16 *Apresentar no PBA a metodologia que será adotada na valoração e os critérios para cálculo de áreas remanescentes viáveis, considerando necessariamente o "isolamento social" pela saída de moradores atingidos da região.*

Condicionante não atendida. Foi apresentada, no PBA das Instalações Iniciais, a metodologia para avaliação de terras, com índices agronômicos, de depreciação em função da localização e condições das estradas, preços de terras e o cruzamento desses índices. Contudo não foram apresentados os critérios para o remanescente ser considerado viável.

2.17 *Apresentar no PBA o Cadastro Socioeconômico – CSE dos grupos domésticos da Área Diretamente Afetada – ADA, incluindo os moradores e demais pessoas que utilizem o trecho da Volta Grande em suas atividades; os pescadores de peixes ornamentais e pescadores comerciais – tanto a montante como a jusante de Altamira; os trabalhadores ligados às atividades de praias, incluindo comerciantes, barqueiros e outras funções relacionadas a atividades exercidas nesses locais, com identificação de geração de trabalho e renda, bem como os oleiros e trabalhadores de atividades minerárias e extrativistas. Esses grupos domésticos deverão ser público-alvo do programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.*

Condicionante não atendida. O documento apresentado pelo empreendedor afirma que está em fase de contratação e mobilização a elaboração do cadastro físico-territorial e socioeconômico das áreas necessárias às instalações iniciais. Não é apresentado cronograma de andamento das ações, ou mesmo estimativa de sua conclusão. O 1º relatório de ações antecipatórias apresenta aproximadamente 190 propriedades atingidas. No segundo relatório, são apresentadas 104 propriedades, sem justificativas para a redução. Não foi apresentado produto cartográfico ou figura localizando as propriedades.

2.18 *Detalhar no PBA, a forma e metodologia de análise dos impactos que poderão ser mitigados pelo Projeto de Reparação (compensação social), de forma a deixar claro aos atingidos quais perdas poderão ser “compensadas socialmente” e as respectivas compensações.*

Condicionante não atendida. Não é apresentado o detalhamento executivo do Projeto de Reparação no PBA das Instalações Iniciais.

2.19 *Integrar aos Planos, Programas e Projetos apresentados no Volume 33 do EIA os programas mitigatórios e compensatórios propostos para os índios citadinos e moradores na Volta Grande do Xingu, considerando as especificidades da questão indígena, sem, no entanto gerar diferenciação de tratamento no âmbito da população da Área de Influência Direta – AID/ADA.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais. A condicionante deve ser contemplada no PBA referente a todo o empreendimento.

2.20 *Apresentar no âmbito do Programa de Controle de Zoonoses ações de monitoramento e mitigação dos impactos causados pela transmissão de zoonoses de animais exóticos para a fauna silvestre.*

Condicionante não atendida. Não foi apresentado o detalhamento executivo do Programa, nem mesmo para a fase das instalações iniciais, em que, conforme apresentado, são esperadas 13.000 pessoas atraídas para região.

2.21 *Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Terrestres:*

- *Programa de Monitoramento das Florestas de Terra Firme;*
- *Programa de Afugentamento da Fauna Terrestre;*
- *Programa para mitigação de impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento;*
- *Programa de Reconexão Funcional de Fragmentos, visando espécies-alvo para conservação da fauna;*

13/21

- *Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo; e*
- *As formas de garantia de manutenção das populações da fauna silvestre existentes na área que ficará ilhada entre o reservatório dos Canais e o TVR, integrando os dados do levantamento etnoecológico com os demais dados existentes.*

Condicionante parcialmente atendida. Não foram apresentadas justificativas técnicas para a ausência de muitos programas e projetos propostos neste Plano para as instalações iniciais, mesmo considerando que 13.000 pessoas poderão ser atraídas para a região. Para as instalações iniciais foi apresentado apenas o detalhamento executivo dos Programas de Afugentamento da Fauna e do Programa para mitigação de impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento. Quanto ao Programa de Reconexão Funcional de Fragmentos, visando espécies-alvo para conservação da fauna, o documento "Considerações Técnicas sobre condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010" considera que ações diretas sobre áreas efetivamente protegidas, como as APP's a serem implantadas, apresentam resultados efetivos para a conservação de populações viáveis da fauna que dependem de corredores ecológicos para trocas genéticas. Ainda, os objetivos propostos para o Programa serão atendidos nos programas e projetos que estabelecerão áreas de vegetação nativa conectadas de forma funcional e viável para a conservação da fauna ao longo do tempo, principalmente nas APP's no entorno dos reservatórios. O Programa de Proteção e Recuperação da APP dos Reservatórios deve prever, quando da apresentação de seu detalhamento executivo no PBA de todo o empreendimento, o monitoramento das áreas a serem restauradas, com o objetivo de verificar a funcionalidade dos corredores estabelecidos, considerando algumas espécies-alvo. Ressalta-se que o monitoramento dos ecossistemas terrestres deverá iniciar concomitante ao início das obras, mas até o momento não foram apresentadas propostas para tanto.

2.22 *Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Aquáticos:*

- *Programa de Resgate e Salvamento da Ictiofauna;*
- *Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo;*
- *As formas de garantia de manutenção das populações de fauna existentes no Trecho de Vazão Reduzida, gerando dados para a reavaliação do hidrograma; e*
- *Delimitação das áreas e formas de navegação (distância da margem, tempo e intensidade de tráfego das embarcações) a jusante do TVR, de modo a garantir que sejam mínimas as perturbações sobre áreas de utilização das populações locais de quelônios e demais impactos causados por perturbações comportamentais nas populações de Tartarugas-da-Amazônia pela intensificação do fluxo de embarcações.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais. A condicionante deve ser contemplada no PBA referente a todo o empreendimento.

2.23 Apresentar no Programa de Proposição de Áreas de Preservação Permanente - APP a delimitação de APP's para os reservatórios do Xingu e dos Canais, com largura média de 500 m, considerando a necessidade de manutenção da qualidade da água; o estudo de paisagem, incluindo a necessidade de conexão de alguns fragmentos; a proteção das cavidades naturais; os critérios de viabilidade das propriedades afetadas e a averbação da reserva legal, contígua à APP proposta, para as propriedades remanescentes.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais. A condicionante deve ser contemplada no PBA referente a todo o empreendimento.

2.24 No âmbito do Projeto de Criação de Unidades de Conservação, além das contidas no EIA, apresentar propostas de:

- Unidade de Conservação de Uso Sustentável (como sugestão APA) contemplando as áreas de reprodução de quelônios de jusante da Casa de Força Principal, baseado na proposta desenvolvida pelo IBAMA e ICMBio, que possa contemplar: pesquisa permanente sobre as modificações naturais e artificiais dos substratos reprodutivos buscados pelos quelônios, movimentação e deslocamentos dos bancos de areia em função da dinâmica do rio, manejos de desovs de quelônios, estudos básicos sobre as espécies da fauna e flora encontradas. Estabelecer zoneamentos para proteção de espécies potencialmente ameaçadas e recuperação de ambientes degradados, desenvolvimento de turismo ecológico, turismo científico e de contemplação e outras atividades não predatórias. O espaço proposto deve funcionar como um laboratório natural de pesquisa para avaliação do comportamento e estado de conservação do rio, das ilhas e praias e de como a fauna e flora residentes irão se adaptar às possíveis modificações decorrentes do empreendimento (Proposta de área mínima consta nos arquivos do Projeto Quelônios da Amazônia - PQA/IBAMA).
- Unidade de Conservação de Uso Sustentável, na região compreendida entre o final do remanso do reservatório do Xingu e a confluência dos rios Xingu e Iriri, com o objetivo de conservar o ambiente de pedrais; e
- Unidade de Conservação de Proteção Integral em área de relevante interesse espeleológico.

Condicionante atendida. Esta condicionante, no item que trata de Unidade de Conservação de Uso Sustentável contemplando áreas de reprodução de quelônios, possui relação direta com o Programa Quelônios da Amazônia - PQA e foi elaborada com base na Nota Técnica nº 001/2010-RAN/ICMBio, de 28/01/2010. Em 21 de setembro de 2010 foi solicitada manifestação técnica do Projeto Quelônios da Amazônia por meio do Memorando nº 105/2010 - CGENE/DILIC/IBAMA. Quanto aos demais itens, foi apresentada manifestação por meio do documento "Considerações Técnicas sobre condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010". Tal documento reconhece, considerando a importância dos sítios de reprodução de quelônios e a necessidade de reforçar a proteção da região da ria, que a indicação de criação de uma APA é interessante, propondo discussões junto às secretarias de meio ambiente municipal e estadual, com participação do Ibama. Quanto aos pedrais, informa que nos programas relativos à conservação e manejo da ictiofauna, há previsão de ordenamento pesqueiro, haja vista o atual uso por parte dos ribeirinhos e pescadores locais. Em relação à solicitação de proposta de Unidade de Conservação de Proteção Integral em área de relevante interesse espeleológico, o relatório coloca que, face à grande quantidade de abrigos e grutas identificadas na região e sua dispersa distribuição, torna-

15/21

se necessário apontar quais destes abrigos são relevantes e poderão ser foco de ações de conservação específicas, caracterizando o tamanho da área a ser considerada, o uso e a ocupação do solo na região de interesse. Com tais considerações, propõe a seguinte agenda de trabalho:

- Reunião com o ICMBio e consulta à Câmara de Compensação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente para discutir as ações relativas à compensação ambiental, considerando a proposta do empreendedor.
- Protocolo junto ao Ibama de documento com o cálculo da compensação ambiental;
- Desenvolvimento dos programas já previstos no EIA, com relação à criação das Unidades de Conservação de Proteção Integral e apoio à Estação Ecológica Terra do Meio. Estudos mais acurados sobre a situação fundiária e de conservação das áreas propostas para criação de UC deverão ser realizados, os quais embasarão a proposição da poligonal e da categoria de manejo.
- Incluir, mediante os estudos espeleológicos que compõem o EIA e programas ambientais associados às cavernas e abrigos, quais destes são relevantes e poderão ser foco de ações de conservação específicas, sendo que tais ações deverão ser previstas no escopo do PBA.

Na documentação encaminhada em 29/09/2010, a NESÁ propõe que tal condicionante seja discutida no PBA das obras principais.

2.25 Apresentar Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos a ser emitida pela Agência Nacional de Águas – ANA que contemple as intervenções nos cursos d'água para a construção dos barramentos nos reservatórios do Xingu e dos Canais, bem como para as captações de água e lançamento de esgotos dos canteiros de obras associados.

Condicionante não atendida. Não foi apresentada a Outorga para a captação de água e lançamento de esgoto tratado no corpo d'água, para as instalações iniciais.

2.26 Prever no Plano Ambiental de Construção a utilização dos materiais provenientes das escavações obrigatórias, empregando-os nas construções previstas do barramento, bem como nas demais obras associadas ou decorrentes do AHE Belo Monte, tais como a construção de residências, rodovias, aterros, entre outros, sendo vedada a abertura de novas jazidas para tais fins, salvo quando devidamente autorizadas pelo IBAMA. Considerar a necessidade de antecipação da abertura de determinadas jazidas (escavações obrigatórias) com o intuito de fornecer matéria-prima às obras relacionadas às ações antecipatórias.

Condicionante não atendida. Não foram apresentadas no Plano Ambiental de Construção do PBA das Instalações Iniciais as áreas onde ocorrerão escavações obrigatórias, tampouco as áreas de empréstimo e Bota-fora para as instalações iniciais.

2.27 Apresentar termos de compromisso com as Prefeituras Municipais que tenham seus limites jurisdicionais inseridos na Área de Influência do empreendimento, que não possuam planos diretores e que sejam obrigados a elaborá-los devido à realização do empreendimento ou atividade, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei nº 10.257/2001, comprometendo-se a prover os Municípios com os recursos técnicos e financeiros necessários para a elaboração dos referidos planos, conforme dispõe o § 1º do art. 41, respeitando-se o conteúdo mínimo previsto nos incisos I, II e III do art. 42 da Lei.

Condicionante não atendida. Não foram apresentados os termos de compromisso com as Prefeituras afetas às instalações iniciais.

2.28 Apresentar manifestação das seguintes instituições:

- INCRA e ITERPA sobre os programas que tenham interface com os assentamentos a serem atingidos pelo empreendimento;
- DNPM no que tange à adequabilidade do programa de resgate de patrimônio paleontológico;
- IPHAN no que tange ao atendimento do Ofício nº 092/2009 – CNA/DEPM/IPHAN;
- FUNAI no que tange à aprovação dos programas voltados aos indígenas e demais condições elencadas no Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI;
- ICMBio no que tange ao atendimento dos Ofícios nº 21/2010-GP/ICMBio e nº 27/2010 – DIBIO/Instituto Chico Mendes; e
- Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde acerca da aprovação do Programa de Ação para o Controle da Malária – PACM, que deve ser elaborado de acordo com o exarado no Parecer Técnico nº 15/09/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS.

Condicionante não atendida. Foi apresentada apenas manifestação da Funai, que, por meio Ofício nº 557/2010/DPDS-FUNAI-MJ, encaminhado ao Ibama em 17/08/2010, considera “que as condicionantes não tem sido cumpridas de maneira satisfatória até o presente momento, comprometendo sua total execução quando da solicitação da próxima licença prevista no processo de Licenciamento Ambiental, impedindo assim qualquer manifestação favorável da Funai em relação à continuidade do empreendimento”.

Na documentação apresentada em 29/09/2010, a NESA afirma que: tratativas já foram iniciadas com o INCRA e Terra Legal/MDA visando a formalização de Termo de Cooperação; não foi identificado no EIA potencial paleontológico; foi emitida a Portaria nº 22, de 24/08/2010, autorizando a realização do Projeto de Arqueologia e já foram iniciados os trabalhos na área do canteiro; já foi assinado convênio com a FUNAI para as ações emergenciais, entre as quais a proteção dos indígenas. Quanto às ações de conservação das espécies ameaçadas de extinção que ocorrem na bacia do rio Xingu, afirma que foram consideradas nos projetos e programas dos Planos de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos e Terrestres, atendendo as orientações dos planos de ação específicos preconizados pelo ICMBio. O empreendedor informou que tal Plano foi elaborado e discutido com os órgãos competentes em Belém, dia 28/09/2010.

Recomenda-se que o empreendedor solicite manifestação formal de tais instituições, a serem encaminhadas ao Ibama, conforme solicitado na condicionante.

2.29 Em relação à espeleologia, atender ao preconizado nos Pareceres nº 102/2009 e nº 10/2010 – COEND/CGENE/DILIC/IBAMA.

Condicionante não atendida. Os Pareceres citados não foram considerados no PBA apresentado. A Nota Técnica nº 001/2010 – CECAV/DIBIO/ICMBio, de 26 de janeiro de 2010, solicitou uma complementação dos estudos espeleológicos apresentados. Desse modo, somente a partir de tal complementação será possível analisar as interferências do empreendimento em cavidades naturais. De acordo com o documento encaminhado em 29/09/2010, a implantação das obras de infraestrutura inicial não

17/21
Handwritten signatures and initials.

interferirá em áreas de ocorrência de cavidades naturais. Contudo, não foram apresentados estudos comprobatórios desta afirmação.

2.30 Para fins de Compensação Ambiental, apresentar o Valor de Referência – VR e as informações necessárias ao Cálculo do Grau de Impacto – GI, conforme metodologia publicada no Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais. A condicionante deve ser contemplada no PBA referente a todo o empreendimento.

2.31 As obras associadas ao AHE Belo Monte, contempladas no âmbito deste processo de licenciamento ambiental, conforme descritas no EIA, são:

- Linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos;*
- Linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e auxiliar até as subestações Xingu e Altamira;*
- Canteiro de obras e alojamentos dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e dos Canais e Diques;*
- Jazidas minerais e áreas bota-fora associadas às obras principais; e*
- Estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.*

Não cabe avaliação de atendimento.

2.32 Dependirão de licenciamento no órgão municipal ou estadual de meio ambiente as seguintes obras decorrentes: residências de trabalhadores a serem construídas em Altamira e Vitória do Xingu; reassentamentos; sistemas de abastecimento público de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana; aterros sanitários; escolas; hospitais; postos de saúde; postos policiais; porto; relocação de rodovias e estradas vicinais. Para demais estruturas não previstas nesta listagem, o empreendedor deverá efetuar consulta prévia aos órgãos ambientais, com vistas à definição da competência legal para o licenciamento.

Condicionante não atendida. O PBA das Instalações Iniciais apresenta a área de terraplenagem para implantação do porto da obra. Conforme a condicionante, o porto, previsto para as instalações iniciais, dependerá de licenciamento do órgão estadual ou municipal de meio ambiente.

2.33 Garantir a manutenção das praias situadas na ria do Xingu e a reprodução dos quelônios.

2.34 Elaborar e implantar projeto de pesquisa sobre a ecologia, comportamento, estrutura e dinâmica populacional e outros, com quelônios passíveis de uso. Considerar as necessidades de manejo e ajustes com o Projeto Quelônios da Amazônia/IBAMA para que sejam estabelecidos os programas de manejo sustentável tanto a montante quanto a jusante do empreendimento, de forma a que se associem os esforços governamentais, da academia e da sociedade usuária do recurso.

2.35 Elaborar e implementar Programa de estudos bioecológicos e sobre a capacidade adaptativa dos quelônios na colonização de novas áreas, das áreas que sofrerão modificação em função do barramento e das áreas críticas de reprodução de quelônios de jusante. Os estudos deverão subsidiar os zoneamentos e os projetos de proteção e manejo sustentável.

2.36 Elaborar e implementar Programa de manejo quelônios, de longo prazo (mínimo 20 anos – 3 gerações) na área de jusante e montante para consolidar as pesquisas e o desenvolvimento de plano de ação para uso sustentável que englobe a efetividade da reprodução, a capacidade suporte das áreas, avaliações genéticas, capacitação de parcerias (IBAMA/Projeto Quelônios, SEMA, Secretarias Municipais, Comunidades e Ongs) e desenvolvimento de outras potencialidades não predatórias que possam se associar (ex: turismo ecológico) bem como a necessária e correlata educação ambiental.

2.37 Elaborar e implementar Programa de capacitação de comunidades para desenvolvimento de manejo de áreas de reprodução de quelônios no âmbito de suas aldeias com monitoria permanente do Projeto Quelônios da Amazônia/PQA/IBAMA.

2.38 Elaborar e implantar Plano de estruturação de fiscalização conjunta permanente, capitaneado pelo IBAMA em parceria com os Órgãos estadual e municipais de meio ambiente de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e com apoio policial (Federal e Estadual). O apoio deve acontecer durante toda a fase de construção e nos primeiros 02 (dois) anos de funcionamento da usina e, contemplar pelo menos 02 (duas) bases flutuantes móveis posicionadas no trecho entre Belo Monte e Senador José Porfírio (devidamente equipadas com sistemas de comunicação, energia solar, segurança, esgotamento sanitário, alojamento, cozinha, grupo gerador auxiliar, motorização própria, lanchas rápidas adequadas para fiscalização) além dos materiais necessários ao funcionamento (manutenção dos agentes, combustível e materiais para serviços de campo) dentre outros.

2.39 Elaborar e implantar programa de educação ambiental permanente voltado para conscientizar, envolver e capacitar os usuários dos quelônios (ribeirinhos e indígenas) nos programas de conservação e uso sustentável, desenvolvidos e em reestruturação pelo Projeto Quelônios/IBAMA na área, integrando os respectivos setores dos municípios afetados.

Condicionantes 2.33 a 2.39 em avaliação pelo Projeto Quelônios da Amazônia. Estas condicionantes foram elaboradas com base na Nota Técnica nº 001/2010-RAN/ICMBio, de 28/01/2010. Foi solicitada análise técnica de tais condicionantes ao Projeto Quelônios da Amazônia – PQA/IBAMA, por meio do Memorando nº 105/2010 – CGENE/DILIC/IBAMA, de 21 de setembro de 2010.

De acordo com o documento encaminhado em 29/09/2010, a implantação das obras de infraestrutura não interferirá em cursos d'água principais, não sendo previstas atividades que possam impactar a população de quelônios. Essa informação precisa ser revista, considerando que o atrativo estimado de 13.000 pessoas pode aumentar a predação que já ocorre na região. Além disso, prevê que essas condicionantes serão atendidas no PBA das obras principais com a execução do Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos, sendo desenvolvidos três projetos específicos sobre os quelônios, a saber: Projeto de estudos Bioecológicos sobre a Capacidade Reprodutiva

dos Quelônios em Novas Áreas; Projeto de Manejo de Quelônios; e Projeto de Pesquisa sobre a Ecologia dos Quelônios.

Recomenda-se que a condicionante 2.39 seja inserida dentro do escopo do Programa de Educação Ambiental, sem a necessidade de apresentação de programa específico.

Ressalta-se que o "Plano de estruturação de fiscalização conjunta permanente" (condicionante 2.38) constitui ação antecipatória.

2.40 Elaborar estudo sobre Hidrossedimentologia conforme Termo de Referência a ser emitido pelo IBAMA.

Condicionante em atendimento. Foi elaborada proposta de trabalho protocolada no Ibama em 31/08/2010.

5. CONCLUSÃO

Embora sejam apresentados dados conflitantes sobre a mão-de-obra a ser contratada, foi estimado afluxo populacional de 13.000 pessoas, similar ao apresentado no EIA para o primeiro ano de obra de todo o empreendimento.

Em contrapartida o empreendedor não apresentou ações e obras preparatórias na região para a chegada do empreendimento, que se antecipem aos impactos, tampouco cronograma executivo da implantação das ações antecipatórias de forma a comprovar sua suficiência frente ao cronograma de andamento da obra. Os relatórios encaminhados não comprovam a suficiência para o início da implantação do empreendimento, mesmo quando se trata das obras iniciais. Importante ressaltar que as ações antecipatórias, primordiais para preparar a região para receber o empreendimento, precisam ter a comprovação de sua suficiência para o início das obras, de modo a não sobrecarregar os serviços públicos.

Para a definição das medidas mitigadoras e compensatórias para a fase de instalações iniciais, e avaliação de sua eficiência, faz-se necessário o levantamento dos impactos para essa fase, a partir dos quais devem ser propostos programas e ações. Contudo, não foram dimensionados, para as instalações iniciais, os impactos, de forma a permitir a proposição, por parte do empreendedor, de programas adequados. Dentre os programas apresentados, muitos se referem a todo o empreendimento, não destacando as ações específicas para a fase de instalações iniciais. A avaliação do material apresentado mostra que, de maneira geral, os programas não são executivos e necessitam de maior detalhamento, que possibilite seu início concomitante ao das obras. Não foi justificada a ausência de programas (propostos no EIA e suas complementações) considerados pelo empreendedor como desnecessários para esta fase.

Foi efetuada consulta à Procuradoria Federal Especializada do Ibama sobre a possibilidade de partição da Licença de Instalação do AHE Belo Monte. De toda forma, a análise técnica somente poderá ser realizada a contento caso sejam destacados e detalhados os potenciais impactos para essa fase e apresentadas as medidas mitigadoras e compensatórias correlacionadas a esses impactos, demonstrando sua capacidade de mitigá-los ou compensá-los, bem como a possibilidade de monitoramento de sua eficácia. Isto é, sem o dimensionamento dos impactos, a proposição de medidas específicas e avaliação de sua suficiência, e atendimento às condicionantes, não é possível manifestação favorável sobre a concessão de LI para as Instalações Iniciais.

O não cumprimento das condicionantes da Licença Prévia, bem como a não realização das ações antecipatórias necessárias à preparação da região para receber o empreendimento, não fornecem as condições necessárias para o empreendimento começar a se instalar na região.

Desta forma, não é recomendada a emissão de Licença de Instalação para as instalações iniciais do AHE Belo Monte.

Este é o parecer.

Em, 05 de outubro de 2010.

Silvio José Pereira Junior

Silvio José Pereira Junior
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Matr. 1541851

Frederico Miranda de Queiroz

Frederico Miranda de Queiroz
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Matr.: 1479654

Henrique Marques Ribeiro

Henrique Marques Ribeiro
Analista Ambiental
Matr. 1.717.634
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Matheus Ribeiro Coura

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Paula Márcia S. de Melo

Paula Márcia S. de Melo
Analista Ambiental
Matrícula: 1364897
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Carolina Alves Lemos

Carolina Alves Lemos
Analista Ambiental - NLV/IBAMA
Matrícula 1572953

DE ACORDO.

A CONSIDERAR-se suador.
07/10/10

Thomas Miazaki de Toledo

Thomas Miazaki de Toledo
Analista Ambiental
Matrícula 1439798
- /IBAMA

A COHID,
Manifesta estar de acordo com o conteúdo do Parecer
e neste sentido salta a gente logo de preparar
o fim desta, CEVRE substituindo os empreendedores
- elaboração das condições adequadas ao
longo deste parecer o qual deve ir em anexo

07.10.2010

Adriana Rafael Arreaga de Queiroz
Coordenador Geral de Infra-Estrutura
de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 02, Edifício Sede, Bloco C, 1º Andar, Brasília/DF CEP: 70.818-900
Tel: (61) 3316.1212 – ramal 1292 – Fax: (61) 3225.0564 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 160
PARA 

Assunto: AHE Belo Monte

Origem: COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

PARECER nº 95/2010

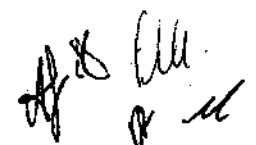
Ref: Análise de Atendimento às condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010 e da solicitação de Licença de Instalação para as Instalações Iniciais do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, processo administrativo Ibama nº 02001.001848/2006-75.

1. INTRODUÇÃO

Este Parecer tem o objetivo de analisar o atendimento das condicionantes da Licença Prévia – LP nº 342/2010 do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE Belo Monte, bem como a solicitação de Licença de Instalação – LI para as Instalações Iniciais, considerando os documentos encaminhados pela Norte Energia S.A. – NESA, pertinentes à análise em questão.

Por meio do Ofício CE NESA – DAS – 006/2010, protocolado em 27 de setembro de 2009, a NESA encaminhou ao Ibama a solicitação de Licença de Instalação para as instalações iniciais do empreendimento. Apesar de não discriminadas no pedido de Licença, tais instalações constam do Projeto Básico Ambiental – PBA das Instalações Iniciais, protocolado no Ibama em 03 de agosto de 2010, quais sejam: canteiro industrial e acampamento do sítio Belo Monte, canteiro industrial pioneiro e acampamento do sítio Pimental, estradas de acesso, área de terraplenagem para implantação do porto da obra, áreas de estoque de solo e madeira, e linha de transmissão – LT de 69 kV para suprimento de energia elétrica aos canteiros industriais e acampamentos das obras. A publicação do pedido de LI foi encaminhada ao Ibama por meio do Ofício NE 018/2010 - DS, de 05 de outubro de 2010, constando cópias das publicações no Correio Brasiliense, em 30/09/2010, e no Diário Oficial da União, em 05/10/2010. Por meio do Ofício NE 035/2010 - DS, de 15/10/2010, foi encaminhado ao Ibama cópia da publicação do pedido de LI no Jornal O Liberal, de 08/10/2010. Apesar de requerida a LI, não foi solicitada a Autorização de Supressão de Vegetação para as intervenções nas áreas.

O PBA de todo empreendimento foi protocolado no Ibama em 30 de setembro de 2009, por meio do Ofício NE 014/2010 - DS. O requerimento de LI foi encaminhado ao Ibama em 06 de outubro de 2010, por meio do Ofício NE 021/2010 - DS. Ressalta-se



que, em tais Ofícios, o despacho do Coordenador de Energia Hidrelétrica solicitou análise prioritária da documentação apresentada pelo empreendedor como subsídio à obtenção de LI das instalações iniciais. Desse modo, considerando que o empreendedor requereu duas Licenças de Instalação, primeiro para as instalações iniciais e, em seguida, para todo o empreendimento, o pedido de LI da obra como um todo ainda não pôde ser avaliado até a presente data.

Em 05 de outubro de 2010, o Ibama emitiu o Parecer nº 88/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, referente ao atendimento das condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010 e da solicitação de Licença de Instalação para as Instalações Iniciais. Por meio do Ofício nº 248/2010 – CGENE/DILIC/IBAMA, de 08 de outubro de 2010, tal Parecer foi encaminhado para a NESA. Em 13 de outubro de 2010, a NESA encaminhou ao Ibama resposta ao Parecer nº 88/2010. Em tal documento constam considerações sobre as instalações iniciais e as condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSTALAÇÕES INICIAIS

Sobre as instalações iniciais, constam aspectos relativos à infraestrutura de apoio, conforme a análise apresentada no Parecer nº 88/2010, bem como sobre a mão-de-obra.

No tocante à mão-de-obra foi apresentada previsão para o período de setembro de 2010 a abril de 2011. O documento não apresenta o cronograma de instalação das diferentes estruturas objeto da solicitação de Licença de Instalação, associado ao cronograma de contratação de mão-de-obra.

Na documentação apresentada foi estimado um total de 2.811 pessoas contratadas no pico das obras (final do oitavo mês – abril de 2011), sendo 77% dos níveis N1 e N2¹. Considerou-se que a mão-de-obra local contribuiu com um percentual entre 60 a 70% (1.687 a 1.968) do efetivo total, para os primeiros meses de implantação do empreendimento. Com base nisso, adotou-se que esta condição inicial tem como premissa a não migração de famílias, ou seja, a não consideração de a rescimo de população por conta de familiares.

Na estimativa de mão-de-obra total, entre mão-de-obra empregada e população atraída, adotou-se que cada pessoa contratada na obra resultaria em atração de 2,37 pessoas para a região, com um total de $2.811 \times 2,37 = 6.662$ para o final do oitavo mês. Com base nisso, considerou-se que a população a impactar a infraestrutura básica dos municípios da região, representaria a diferença entre a população total em função do empreendimento e a mão-de-obra, num total $6.662 - 2.811 = 3.851$ pessoas no final do oitavo mês, como se a mão-de-obra contratada não apresentasse condições de impactar a região. Na verdade considerou que cada emprego direto causaria a atração de 1,37 pessoas ($2.811 \times 1,37 = 3.851$).

O EIA, em seu Vol. 29, apresenta as seguintes estimativas para o 1º ano de obras da UHE Belo Monte: 3.621 empregos diretos gerados e distribuição de população atraída de 15.520 para a AII, sendo 13.969 para a AID. De acordo com esses dados, a relação entre empregos diretos e população atraída seria de 4,29 e 3,86, respectivamente. Para o cálculo do fluxo migratório para as instalações iniciais deve ser utilizada a mesma metodologia do EIA, ainda que esta não considere a população

1. N1 – diarista; ajudante, zelador, meio oficial, auxiliar, servente.

N2 – diarista; apontador, motorista, cozinheiro, garçom, vigia, operador, oficiais (mecânico), soldador, eletricista, carpinteiro, mensageiro, pedreiro, armador.

atraída pela perspectiva de trabalho ou pela simples melhoria na infraestrutura urbana, e que não será aproveitada nos empregos gerados pelo empreendimento.

Os documentos apresentados informam que a mão-de-obra local contribuirá com um percentual entre 60 a 70% do efetivo total para as instalações iniciais. Contudo, de acordo com o EIA, apenas cerca de 2.600 pessoas desempregadas entre a população economicamente ativa (PEA) da AID poderiam ser empregadas mediante esforço de qualificação. O restante não teria condições de empregabilidade, mesmo com esforço de qualificação. Para a ADA rural, o EIA aponta que, entre analfabetos e aqueles que possuem o ensino fundamental de 1ª a 4ª série incompleto, tem-se em torno de 50% da população. Considerando que ainda não se iniciaram os esforços de capacitação e que a última posição apresentada pela NESA foi *contato com SENAI/Altamira e elaboração de grade para cursos de capacitação*, sem estimativa de início dos cursos nem do número de vagas ofertadas, o cálculo do afluxo migratório, fundamentado em premissa que não se sustenta, não pode servir de base para a proposição de medidas mitigadoras, antecipatórias ou não.

A premissa de não migração de familiares por conta de contratação de mão-de-obra local se comprovou equivocada, mesmo porque a expectativa de obtenção de emprego e melhoria de condições de vida são os vetores de atração para a região. No processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau verificou-se que em um ano (2007-2008), somente em Jaci-Paraná – distrito de Porto Velho, próximo ao canteiro de obras – ocorreu uma atração populacional de aproximadamente 11.000 pessoas, passando a população total de 4.000 para cerca de 15.000 pessoas. O distrito não estava preparado para um crescimento tão acentuado, o que acarretou em transtornos desnecessários à população local.

Na documentação encaminhada pela NESA, ao se considerar apenas 2,37 pessoas atraídas para cada emprego direto, sem fundamentação técnica, pode-se incorrer em subestimação da população atraída para o empreendimento e dos impactos associados na infraestrutura dos serviços básicos de saúde, educação, segurança e saneamento, assim como dos impactos associados ao meio biótico (caça, desmatamento, exploração madeireira, pesca, entre outros).

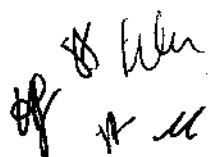
3. AÇÕES ANTECIPATÓRIAS

Considerando o analisado no Parecer nº 88/2010, para reforçar a compreensão da importância das ações antecipatórias, apresenta-se a seguir um resumo do diagnóstico apresentado no EIA.

Segurança Pública

De acordo com o Mapa da violência dos municípios brasileiros, divulgado em fevereiro de 2007 pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), os cinco municípios componentes da AID apresentam taxas de homicídio que os situam entre os municípios brasileiros mais violentos: Anapu e Vitória do Xingu figuram entre os 40% mais violentos, Brasil Novo e Senador José Porfírio entre os 25%, e, por último, entre os 10% (556 municípios brasileiros), onde foram registradas as maiores taxas médias de homicídio (número de ocorrências por 100.000 habitantes) no triênio 2004-2006, destaca-se Altamira.

Os dois únicos estabelecimentos penais da região localizam-se em Altamira e abrigam uma população carcerária superior à sua capacidade. Em termos absolutos, a carência de vagas no sistema prisional da AID é de 97.



Existe na AID, em média, um policial para cada 608 habitantes. Altamira exibe a melhor situação, com um policial para 419 habitantes. Nos demais municípios, esse índice varia de 1/616, em Vitória do Xingu, a 1/2.384, em Senador José Porfírio.

Visando avaliar preliminarmente a capacidade de esse efetivo atender adequadamente a população da região, tomou-se com parâmetro recomendável a relação habitante/policial equivalente a 1/300, menor, portanto, que o recomendado pela ONU, que é de um policial para cada 250 habitantes. Com isso foi possível estimar o atual déficit, que, na AID como um todo, é de 257 policiais.

Quanto ao Corpo de Bombeiros, a região abriga uma única unidade, localizada em Altamira – o 9º GBM (Grupamento de Bombeiro Militar). O seu efetivo é composto por dois oficiais e 36 praças, que dispõem de um veículo de combate a incêndio, com capacidade de 7.000 litros de água, um veículo para salvamento e uma motocicleta para vistorias.

Educação

Em relação à AID, tem-se que a parcela mais significativa da população de 10 anos ou mais de idade possui de 1 a 8 anos de estudo. Embora apresentando percentual inferior à população da AII, a parcela da população correspondendo àqueles sem instrução ou com menos de um ano de estudo é significativa, representando 19,3% da população total da AID. Este percentual chega a 27,1% em Anapu, passando, em ordem decrescente, por Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Altamira, este último apresentando o menor percentual, da ordem de 15,9%. Os que apresentam 9 a 11 anos de estudo e mais de 12 perfazem menos de 10,0% do total.

A população mais escolarizada encontra-se em Altamira, que apresenta percentuais de 15,1% e 2,5% para aqueles que possuem de 9 a 11 ou 12 anos e mais de estudo. A que apresenta menor índice para estes mesmos grupos é a população de Anapu, com 2,8% e 0,5%.

Para a AID, pode-se dizer que em termos de unidades de ensino, tanto na zona rural quanto nas áreas urbanas, há um atendimento das demandas, considerando-se os dados relacionados à universalização do acesso ao ensino fundamental à população de 7 a 14 anos. No entanto, outra questão é a qualidade do ensino ofertado. Particularmente nas áreas rurais, observam-se unidades de ensino com instalações precárias, poucos recursos de ensino e, em muitos casos, a adoção de turmas multisseriadas.

De maneira geral a população não consegue transpor o patamar do ensino fundamental para o ensino médio; há uma significativa redução no número de matrículas, em todos os municípios, do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, que se reduz ainda mais em relação ao ensino médio. Essa situação é agravada em relação às unidades educacionais das zonas rurais, o que pode ser correlacionado à concentração das unidades que oferecem o ensino médio nas sedes dos municípios (de difícil acesso para os moradores da zona rural) e à inserção da população em idade escolar nas atividades de sustento.

Saúde Pública

Os municípios da AID estão apenas em Gestão da Atenção Básica à saúde, o que faz com que recebam recursos através do estado, o que retarda o repasse, gerando atrasos e diminuindo a autonomia dos municípios.

Os serviços de saúde da região se caracterizam pela grande polarização exercida por Altamira. Todos os municípios da AID dependem, com maior ou menor grau de intensidade, de Altamira para procedimentos de média e alta complexidades. Brasil

Novo possui serviços com nível de atenção secundária à saúde. Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, não possuem hospital, e não realizam sequer parto normal.

A modalidade de Atenção Básica à saúde está muito pouco estruturada nesses municípios. Como tanto a cobertura quanto o funcionamento do Programa de Saúde da Família é muito deficiente, a execução de todos os Programas de Saúde Pública de responsabilidade do PSF é grandemente comprometida.

Saneamento

Abastecimento de água

Em todos os municípios há deficiências enormes no saneamento e fornecimento de água à população. Em Altamira a captação é feita diretamente do rio Xingu e distribuída à parte da cidade após tratamento. Os outros municípios, ou não dispõem de captação, ou a captação é feita em poços profundos, e a distribuição é feita de maneira incipiente ou sem qualquer tratamento.

Esgotamento Sanitário

O esgotamento sanitário dos municípios da AID do AHE Belo Monte constitui o aspecto de saneamento básico mais preocupante dessa região. Além de um número expressivo de domicílios não contarem com banheiro ou sanitário, as poucas localidades que contam com alguma infraestrutura de esgotamento sanitário utilizam-se de fossas sépticas, especialmente nas áreas urbanas e fossas rudimentares, na maior parte dos casos.

Resíduos Sólidos

Em Altamira, cidade mais bem atendida em relação a esse serviço, aproximadamente 70% dos domicílios dispõem de coleta (o lixão, ativo há 13 anos, foi recentemente fechado). Nos demais municípios esse serviço varia entre 5% dos domicílios, em Anapu, a cerca de 30%, em Senador José Porfírio.

Excetuando-se Altamira, esses índices de atendimento são inferiores aos do Pará, onde, em média, 54% dos domicílios contam com sistema de coleta de lixo. Na maioria dos municípios, o lixo coletado é disposto integralmente em lixões. No entanto, em Altamira e em Vitória do Xingu, parte desse lixo – 33% e 77%, respectivamente, tem como destino final áreas alagadas, contribuindo para o agravamento das condições sanitárias destes locais. Nas áreas rurais não existe a coleta de resíduos sólidos que, normalmente, é queimado ou enterrado.

Drenagem Urbana

De modo em geral, inexistem sistemas de drenagem de águas pluviais, com as águas correndo por valas abertas junto às vias públicas. Em Altamira, parte dessa água é coletada e despejada diretamente no rio Xingu.

No tocante às ações antecipatórias, as medidas apresentadas pela NESA baseiam-se em cálculo questionável do fluxo populacional. Além disso, não são apresentadas ações referentes à segurança pública. Os cronogramas propostos, no caso dos equipamentos de saúde e educação, não podem ser considerados compatíveis com a realidade, já que se prevê que todo o processo, até sua implantação, incluindo contratação de equipe profissional, ocorrerá em menos de três meses. Para estes equipamentos, a documentação apresenta a ressalva de que, não havendo disponibilidade de edificações que possam ser utilizadas, e com o objetivo de garantir o atendimento às demandas atraídas nestas localidades, poderão ser adotadas, como

estruturas provisórias, tendas adequadas às utilizadas nos moldes dos hospitais de campanha ou para a oferta de educação. Esta condição deverá ser previamente aprovada pelos órgãos de Saúde e Vigilância Sanitária e de Educação, o que levaria a alterações nos cronogramas. Ressalta-se que desde o início da apresentação de propostas para as ações antecipatórias pelo empreendedor, em julho, já transcorreram três meses, sem evolução significativa até a presente data.

Com relação às ações de saneamento, além do que foi descrito no Parecer nº 88/2010, o empreendedor apresentou os cronogramas das obras de esgoto sanitário e abastecimento de água tratada para Altamira, Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal. Foram apresentados os Planos Diretores de Saneamento, obtida anuência das prefeituras municipais para elaboração dos projetos e, conforme o empreendedor, iniciados os trabalhos de elaboração de projeto básico.

As ações propostas nos cronogramas foram classificadas em três categorias: imediatas, antecipatórias e complementares. As ações imediatas são, conforme definiu o empreendedor, aquelas *que não fossem excessivamente dependentes de outras atividades cuja execução esteja fora da alçada do projetista, que não dependessem de levantamentos topográficos com prazo de execução relativamente longo, e que não viessem a constituir, na medida do possível, unidades provisórias que ficassem inutilizadas após a implantação definitiva dos sistemas projetados*. Estas ações terão duração de três meses para todas as localidades. Após as ações imediatas têm início as obras denominadas antecipatórias. Estas ações têm duração de aproximadamente três meses para todas as localidades e, apesar de serem denominadas antecipatórias, não se antecipam às instalações iniciais do AHE Belo Monte. Destaca-se que não há previsão de ações imediatas e antecipatórias para o esgotamento sanitário de Altamira. Estão previstas também ações complementares, com duração de seis meses, para Vitória do Xingu, e três anos e meio, para Altamira.

A previsão para o término das obras em Belo Monte e Belo Monte do Pontal é de seis meses. Já para os municípios de Vitória do Xingu e Altamira o término das obras está previsto para um horizonte de um e quatro anos, respectivamente.

O empreendedor novamente não propõe nenhuma ação, tampouco justifica a não apresentação de ações referentes à drenagem urbana, coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos. Como já destacado nos Pareceres nº 06/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 26/01/2010, e nº 88/2010, as obras de saneamento básico incluem o tratamento de água para abastecimento, rede de distribuição de água tratada, coleta e tratamento de esgotos, drenagem urbana, coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos.

Todas as obras que compõem o saneamento básico de uma localidade são importantes por estarem associadas à saúde pública. Portanto, cabe ao empreendedor apresentar o Plano Completo de Saneamento Básico, incluindo drenagem urbana e resíduos sólidos urbanos.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

2.1 *O Hidrograma de Consenso deverá ser testado após a conclusão da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal. Os testes deverão ocorrer durante seis anos associados a um robusto plano de monitoramento, sendo que a identificação de importantes impactos na qualidade de água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande, poderão suscitar alterações nas vazões estabelecidas e consequente retificação na*

licença de operação. Entre o início da operação e a geração com plena capacidade deverá ser mantido no TVR, minimamente, o Hidrograma B proposto no EIA. Para o período de testes devem ser propostos programas de mitigação e compensação.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.2 Apoiar o funcionamento de Grupo de Trabalho interministerial e interinstitucional, envidando esforços para sua criação, visando acompanhar o licenciamento e efetuar vistorias periódicas no empreendimento, adotando as medidas indicadas pelo Grupo e aprovadas pelo IBAMA, sem prejuízo das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental, até que sejam sanadas as irregularidades, ressalvados os efeitos produzidos durante a vigência da licença.

Condicionante não atendida. Entende-se que a criação de tal grupo é prerrogativa da administração pública. Neste sentido, caso o Ibama mantenha o entendimento pela necessidade da criação do Grupo de Trabalho, recomenda-se o envio de expediente à Presidência da República e ao Ministério do Meio Ambiente apresentando tal demanda. Entende-se que o Ibama é responsável por acompanhar o processo de licenciamento e, portanto, é necessária uma definição por parte do Ibama acerca do encaminhamento adequado. O empreendedor sugere que, a partir do grupo constituído para discutir o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu, se estabeleça um Fórum destinado a acompanhar a implantação do PBA e sua articulação constante com o PDRS. Ressalva-se que só cabe atendimento da condicionante caso seja efetivamente constituído tal grupo de trabalho.

2.3 Propor e implantar Programa de apoio às ações de comando e controle visando a proteção e recuperação de áreas ambientalmente degradadas na bacia dos rios Xingu - Iriri, adotando medidas de recuperação que venham a ser indicadas no Programa como necessárias para a garantia de qualidade e quantidade de água.

Condicionante a ser exigida para eventual emissão de autorização de supressão de vegetação. Conforme a documentação apresentada pelo empreendedor, no inventário florestal, que será apresentado quando da solicitação de autorização de supressão de vegetação, constará o mapeamento das APPs a serem afetadas pelas instalações iniciais.

2.4 Contemplar, no âmbito do Projeto Básico Ambiental - PBA, as recomendações elencadas na Nota Técnica Ictiofauna AHE Belo Monte/2010-DILIC/IBAMA e no Parecer nº 17/CGFAP.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.5 Garantir a manutenção da qualidade da água de acordo com os níveis preconizados na Resolução Conama nº 357/2005, para classe 1 e 2 de acordo com sua localização, o que garantirá o uso múltiplo dos recursos hídricos e a sobrevivência da fauna aquática, adotando para tanto, as medidas que forem necessárias, e ainda:

- Realizar estudo conforme Termo de Referência a ser elaborado pelo IBAMA contemplando modelo matemático tridimensional com acoplamento dinâmico entre variáveis hidrodinâmica e de qualidade de água para o Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água.
- Complementar os prognósticos obtidos com os relatórios de modelagem assim como, o relatório de modelagem de qualidade da água numa periodicidade

[assinaturas e rubricas manuscritas]

maior, levando em consideração as observações feitas ao longo da Nota Técnica: *Análise da Modelagem Matemática da Qualidade da Água apresentado em atendimento ao ofício nº 1251/2009 – DILIC/IBAMA, referente ao Estudo de Impacto ambiental - EIA do aproveitamento hidrelétrico (AHE) Belo Monte e análise do relatório de modelagem matemática ecológica (Apêndice 10.2 do EIA).*

- Definir vários cenários para modelagem matemática de qualidade de água, em complementação aos existentes no EIA, dando destaque ao cenário no qual, conceitualmente, se espera as piores situações de qualidade de água.

Condicionante em atendimento. Esta condicionante foi analisada no Parecer nº 88/2010.

2.6 Apresentar o PBA, contendo o detalhamento dos planos, programas e projetos socioambientais previstos no EIA e suas complementações, considerando as recomendações do IBAMA exaradas por meio dos Pareceres nº 105/2009, nº 106/2009, nº 114/2009 e nº 06/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. O PBA deverá ser entregue em versões impressa e digital, apresentando instituições envolvidas, responsáveis técnicos e cronograma físico de implantação.

Condicionante não atendida. Não houve avanços em relação ao material apresentado, analisado no Parecer nº 88/2010. O documento apresentado em 29/09/2010, sobre as "Complementação ao Documento Justificativa dos Planos, Programas e Projetos do Projeto Básico Ambiental das Instalações Iniciais", que contém o quadro impactos x programas socioeconômicos associados às instalações iniciais, foi reapresentado, em 13/10/2010, com algumas alterações, que não aprofundam a discussão a respeito da adequação das propostas para esta fase do empreendimento. Não foram apresentadas justificativas sobre a ausência de programas do EIA considerados pela NESAs como desnecessários para esta fase, tampouco uma reavaliação dos impactos considerando apenas as instalações iniciais. O apresentado, está aquém do exigido para uma avaliação a contento sobre a pertinência de emissão de Licença de Instalação parcial para o empreendimento, e reforça apenas o que já foi analisado no Parecer nº 88/2010.

Reitera-se que não foi efetuado o levantamento referente ao T₀ do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, que tem entre seus objetivos: retroalimentar as ações contidas nos Programas Ambientais permitindo possíveis correções de percursos durante suas respectivas implantações; e identificar a eficácia das ações dos Programas em relação ao atendimento dos seus objetivos gerais. O cenário preexistente (T₀), que deveria ser obtido entre a LP e a LI, é fundamental para o sucesso do monitoramento, e sua ausência compromete a avaliação da necessidade de adequações aos programas ambientais.

Os impactos devem ser reavaliados à luz do quantitativo de trabalhadores e das estimativas de afluxo populacional para as instalações iniciais. A partir disso, devem ser propostas medidas necessárias para mitigar tais impactos, justificando a ausência de programas (propostos no EIA e suas complementações) considerados desnecessários para esta fase, e reapresentando os programas ou ações de programas necessários. Tais programas ou ações devem ser dimensionados às instalações iniciais e propostos de forma executiva, para permitir implantação imediata.

2.7 Os convênios referentes aos Planos de Requalificação Urbana, Articulação Institucional e Ações Antecipatórias, propostas no EIA e suas complementações, deverão ser assinados pelo empreendedor e entidades governamentais e apresentados

no PBA, acompanhados de cronogramas visando propiciar o atendimento da demanda suplementar provocada pelo empreendimento, bem como suprir o déficit de infraestrutura, de forma a garantir que os resultados dos indicadores socioeconômicos, ao longo do desenvolvimento dos programas e projetos, sejam sempre melhores que os do marco zero.

Condicionante não atendida. Não foram apresentados os convênios. Por meio do Ofício NE 028/2010 - DS, de 08 de outubro de 2010, foram encaminhados ao Ibama apenas termos de anuência assinados pela NESA e as prefeituras de Altamira (Projetos de Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário), Anapú (Projetos de Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, e de Recomposição/Adequação dos Equipamentos de Educação e Saúde), Brasil Novo (Projetos de Recomposição/Adequação dos Equipamentos de Educação), Senador José Porfírio (Projetos de Recomposição/Adequação dos Equipamentos de Educação e Saúde) e Vitória do Xingu (Projetos de Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário e Recomposição/Adequação dos Equipamentos de Saúde). Conforme a documentação apresentada em 13/10/2010, os termos de anuência têm como objeto a formulação, detalhamento e apresentação dos projetos citados. Tais termos, de acordo com a NESA, precedem a formalização dos convênios, buscando-se a concordância dos executivos municipais quanto ao conjunto de ações/obras que se entendem como necessárias para mitigação dos impactos ambientais gerados pelas obras. Somente após a formalização dos convênios é que será definida a responsabilidade das partes e o conjunto de procedimentos técnicos/administrativos que orientarão a sua implantação. Desse modo, o apresentado ainda está em fase inicial, não contendo, inclusive, a anuência da prefeitura de Altamira quanto às propostas de educação e saúde, da prefeitura de Brasil Novo quanto à saúde, e da prefeitura de Vitória do Xingu com relação à educação. Não foram previstas ações relativas à segurança pública. Além disso, não foram contemplados drenagem urbana e resíduos sólidos urbanos. Também não foram apresentados cronogramas, de forma que não há ao menos uma previsão de execução dos trabalhos previstos nos termos de anuência. Devem ser apresentados documentos comprobatórios da assinatura dos convênios ou instrumento legal que defina o objeto, as responsabilidades das partes e os cronogramas para sua efetiva implantação.

2.8 Propor e efetivar convênios, para ações de fortalecimento, com as entidades responsáveis pela fiscalização de crimes ambientais, como o tráfico de animais silvestres e a exploração madeireira na região (IBAMA, OEMA do Pará, Polícia Ambiental, entre outros).

Condicionante em atendimento. A NESA afirma que propôs à Diretoria de Proteção Ambiental – DIPRO/IBAMA a formalização de Termo de Cooperação para apoiar a atuação na região. Deve ser formalizado o Termo de Cooperação entre NESA e Ibama, bem como outros termos de cooperação que se fizerem necessários.

2.9 Incluir entre as ações antecipatórias previstas: i) o início da construção e reforma dos equipamentos (educação/saúde), onde se tenha a clareza de que serão necessários, casos dos sítios construtivos e das sedes municipais de Altamira e Vitória do Xingu; ii) o início das obras de saneamento básico em Vitória do Xingu e Altamira; iii) implantação do sistema de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, antes de se iniciarem as obras de construção dos alojamentos.

Condicionante não atendida. A documentação encaminhada pela NESA não propõe ações prévias ao início das obras para evitar a ampliação na sobrecarga dos serviços em questão. Entende-se que, para o atendimento da condicionante para as instalações iniciais deve-se, pelo menos:

- iniciar a reforma dos equipamentos de saúde e educação em Belo Monte e Belo Monte do Pontal;
- iniciar a contratação de equipe profissional de saúde para Altamira;
- concluir a definição e orçamento de projetos de saúde para Vitória do Xingu;
- aprovar os projetos de educação para Altamira e Vitória do Xingu, considerando o fluxo populacional para o ano letivo de 2011 e com cronograma que permita a conclusão do processo para o início do ano letivo;
- iniciar a implantação das estruturas de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal;
- iniciar, concomitantemente às instalações iniciais, as obras de saneamento básico em Altamira e Vitória do Xingu.

2.10 *Apresentar em até 30 dias após a definição do concessionário de geração a estratégia para garantir que toda infraestrutura necessária que antecede as obras – Ações Antecipatórias – seja efetivamente implantada, sem o que não será concedida a Licença de Instalação.*

Condicionante não atendida. Os documentos encaminhados pela NESA não dão conta da estratégia necessária para efetuar as ações antecipatórias. Os cronogramas apresentados referem-se a ações a serem executadas após o início das obras.

2.11 *Apresentar relatório das ações antecipatórias realizadas, comprovando sua suficiência para o início da implantação do empreendimento.*

Condicionante não atendida. Ainda não foi realizada qualquer ação antecipatória. Foram apresentados cronogramas relativos a tais ações, que estão previstas para serem executadas após o início das instalações iniciais e, portanto, não se antecipam aos impactos.

2.12 *Estender aos municípios da Área de Influência Indireta - AII as ações do Plano de Articulação Institucional relativas a: i) criar mecanismos de articulação e cooperação entre entidades e instituições federais e estaduais que possibilitem o estabelecimento de parcerias para a indução do desenvolvimento regional; ii) capacitar as equipes das administrações municipais; iii) fortalecer a prática do planejamento participativo; iv) ampliar a articulação entre as diferentes áreas da administração municipal e destas com outras esferas de governo, até que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu cumpra essas funções.*

Condicionante não atendida. A NESA afirma que o pressuposto adotado pelo EIA foi que a pressão sobre os equipamentos e serviços públicos é concentrada nos municípios diretamente afetados, em particular aqueles que sediam as obras principais do empreendimento, pois é nestes municípios que se concentra o fluxo populacional atraído pelas oportunidades de trabalho e renda. Os impactos sobre os municípios da AII tendem a ser marginais nesse processo, o que faz com que a sobrecarga sobre os equipamentos e serviços públicos seja minimizada nessa região. Foi com base nesse entendimento que se previu que o Plano de Articulação Institucional deveria estar direcionado para a AID e não para a AII. Não obstante, caso durante a implementação

do Plano seja verificada a necessidade de se compatibilizar algumas de suas ações com as ações de prefeituras dos municípios da AII, serão envidados esforços nesse sentido, não se constituindo, no entanto, numa ampliação direta da área de atuação do plano para a AII.

No EIA, volume 30, pg. 265, que trata das ações ambientais referentes à Sobrecarga na Gestão da Administração Pública, lê-se que: *tais ações dizem respeito ao fortalecimento das instituições públicas com o intuito de capacitá-las para a gestão, consubstanciadas nos seguintes programas, integrantes do Plano de Articulação Institucional: Programa de Fortalecimento da Administração Pública; e Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos – reiterando-se que tais ações deverão ser extensivas aos municípios da AII, dado que a transferência compulsória da população, acrescida à perda de equipamentos sociais na ADA, poderá atingir tal abrangência.*

Além disso, tendo em vista as condições socioeconômicas da Área de Influência Indireta, similares às da Área de Influência Direta, já se pode esperar um movimento de migração de população para os municípios da AID, o qual pode ser potencializado caso não sejam previstas ações específicas para os municípios inseridos exclusivamente na AII.

Dessa forma, os objetivos da condicionante foram: preparar os municípios da AII para o potencial afluxo populacional (estimado pelo EIA em cerca de 10.000 pessoas); e evitar que a oferta de empregos, bem como a melhoria nos serviços básicos de educação, saúde, segurança e saneamento dos municípios da AID ocasionasse um efeito de esvaziamento dos municípios da AII.

As ações relativas ao fortalecimento das instituições públicas com o intuito de capacitá-las para a gestão constituem-se em ações antecipatórias, necessárias à preparação da região para receber o empreendimento, e devem ser iniciadas antes das obras. Porém, nem para a AID houve o início de sua implementação, tampouco sua apresentação no PBA das instalações iniciais.

Desse modo, as justificativas apresentadas pela NESA não têm embasamento técnico.

2.13 Em relação à navegação considerar no PBA:

- *Adoção de soluções que permitam a continuidade da navegação durante todo o tempo de construção e operação da usina, no trecho do rio Xingu submetido à vazão reduzida e no rio Bacajá. Admite-se como exceção as famílias residentes nos primeiros 10 km a jusante do barramento principal, na margem esquerda do rio Xingu (comunidade São Pedro e habitantes das ilhas), consideradas atingidas com perdas imobiliárias;*
- *Para os demais afluentes da Volta Grande do rio Xingu, as ações necessárias para que não haja o comprometimento das atividades produtivas, respeitando os modos de vida daquelas comunidades;*
- *A adoção de medidas necessárias para prevenir, minimizar, indenizar ou compensar os impactos na navegação previamente à sua ocorrência, inclusive os aumentos de custos e tempo de percurso;*
- *A necessidade de evitar a substituição do transporte fluvial por terrestre, notadamente para as populações indígenas; e*
- *O detalhamento do mecanismo de transposição de embarcações no barramento no sítio Pimental.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

[assinatura]
[assinatura]

2.14 *Apresentar no PBA proposta de constituição, garantia de representatividade, funcionamento e integração do Fórum de Acompanhamento e dos Fóruns de Discussão Permanente, incluindo sua interface com os conselhos e comissões específicas.*

Condicionante não atendida. A documentação encaminhada afirma que esta condicionante não é necessária para esta fase do empreendimento, mas não apresenta justificativas técnicas para tal.

De acordo com o EIA, a participação social coloca-se como um procedimento fundamental no desenvolvimento das ações do Plano de Atendimento à População Atingida que, concebido com base nos estudos do EIA, deve, necessariamente, ser negociado com as comunidades envolvidas em diferentes momentos: a) no processo de reconhecimento da condição de atingido; b) no processo de negociação da indenização e das formas de reparação a serem praticadas; e, c) atendendo à população, no que se refere aos princípios de justiça e transparência no tratamento de questões que afetam sua vida. Para isso, deverão ser constituídos Fóruns de Discussão Permanente, que darão suporte ao Plano, de modo a adequá-lo, na etapa de elaboração do Projeto Básico Ambiental, à realidade local e às demandas da população atingida todos os Programas e Projetos que o integram.

No âmbito do Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias, a constituição de Fóruns de Discussão Permanentes – incluindo as composições dos diferentes grupos de negociação e acompanhamento, constitui-se em uma das etapas iniciais, preparativas ao processo de negociação. Dessa forma, deve haver a constituição de fórum para que haja a efetiva negociação com os atingidos pelas instalações iniciais.

Além disso, é importante que o Fórum de Acompanhamento da Implantação do AHE Belo Monte, assembléia que congregará representantes de entidades e instituições locais regionais e representantes da população atingida, seja constituído como instância consultiva de participação social, como previsto no Plano de Gestão Ambiental.

Devem ser apresentadas as propostas, como solicitado na condicionante, para discussão da sociedade com vistas à constituição efetiva dos fóruns.

2.15 *Apresentar no PBA convênios firmados com os órgãos competentes visando ações de regularização e fiscalização fundiária nas áreas a serem afetadas pelo empreendimento.*

Condicionante em atendimento. Por meio do Ofício NE 030/2010 – DS, de 08 de outubro de 2010, a NESA encaminhou ao Ibama cópia dos Ofícios NE 008/2010 – DS, NE 009/2010 – DS e NE 016/2010 – DS, encaminhados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, respectivamente, sobre a proposta de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado com tais órgãos, com vistas ao atendimento da condicionante. A proposta de acordo entre a NESA, SERFAL e SPU visa a regularização fundiária de terras da união situadas na área de influência do AHE Belo Monte, enquanto que a proposta entre a NESA e o Incra tem o objetivo de promover e realizar ações que auxiliem no remanejamento das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento de reforma agrária afetadas pelas obras do AHE. Apesar de avanços em relação à documentação anteriormente apresentada, a proposta de convênio ainda encontra-se em análise pelas áreas jurídicas dos órgãos citados e não foi formalizada entre as partes. Devem ser apresentados os convênios firmados com as partes.

2.16 *Apresentar no PBA a metodologia que será adotada na valoração e os critérios para cálculo de áreas remanescentes viáveis, considerando necessariamente o "isolamento social" pela saída de moradores atingidos da região.*

Condicionante em atendimento. Foram apresentadas apenas diretrizes para a definição de remanescente viável, mas não uma metodologia com critérios claramente definidos para o remanescente ser considerado viável. Apesar da documentação apresentada afirmar que *para as áreas das instalações iniciais de apoio (...) busca-se comprar o imóvel como um todo, não havendo portanto, nesta fase, área remanescente a ser considerada*, ainda não foi concluído o cadastramento dos imóveis afetados para esta fase, nem apresentado produto cartográfico localizando as propriedades em relação às instalações iniciais.



Ressalta-se que a metodologia de diagnóstico de sistemas agrários da FAO, apresentada como uma das diretrizes, é fortemente baseada na participação social, o que denota necessidade de tempo para executá-la e, para a LI, será preciso apresentar o cruzamento de critérios para considerar a viabilidade do remanescente.

Para o atendimento desta condicionante para as instalações iniciais, deve ser finalizado o cadastramento dos imóveis atingidos e verificado se todas as propriedades serão totalmente adquiridas nesta fase. Caso o empreendedor não adquira totalmente a propriedade, conforme proposto para as instalações iniciais, deve apresentar a metodologia para cálculo de remanescente viável.

2.17 *Apresentar no PBA o Cadastro Socioeconômico – CSE dos grupos domésticos da Área Diretamente Afetada – ADA, incluindo os moradores e demais pessoas que utilizem o trecho da Volta Grande em suas atividades; os pescadores de peixes ornamentais e pescadores comerciais – tanto a montante como a jusante de Altamira; os trabalhadores ligados às atividades de praias, incluindo comerciantes, barqueiros e outras funções relacionadas a atividades exercidas nesses locais, com identificação de geração de trabalho e renda, bem como os oleiros e trabalhadores de atividades minerárias e extrativistas. Esses grupos domésticos deverão ser público-alvo do programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.*

Condicionante em atendimento. O documento apresentado pelo empreendedor afirma que já foram realizados os seguintes trabalhos: autorizações dos proprietários para entrada nas propriedades e realização dos trabalhos; realização de 103 cadastros fundiários de um total estimado de 213 propriedades; e realização de 158 cadastros socioeconômicos. Apresenta previsão de conclusão do cadastro para o final de outubro de 2010. Contudo, não foram apresentados os resultados do cadastramento já realizado, tampouco produto cartográfico com a espacialização das propriedades. Há ainda contradições entre os documentos encaminhados ao Ibama. O documento "Justificativa dos Planos, Programas e Projetos do PBA das Instalações Iniciais", de 16 de setembro, apresenta cerca de 189 propriedades atingidas. No documento "Complementação ao Documento Justificativa dos Planos, Programas e Projetos do Projeto Básico Ambiental das Instalações Iniciais", de 29 de setembro, são consideradas 104 propriedades. A documentação apresentada em 13/10/2010, já contabiliza um total de 213 propriedades. Não foram apresentadas justificativas para os diferentes números de propriedades atingidas nos documentos encaminhados ao Ibama. O cadastro socioeconômico das áreas afetadas às instalações iniciais deve ser finalizado.

2.18 *Detalhar no PBA, a forma e metodologia de análise dos impactos que poderão ser mitigados pelo Projeto de Reparação (compensação social), de forma a deixar*

claro aos atingidos quais perdas poderão ser "compensadas socialmente" e as respectivas compensações.

Condicionante não atendida. Não é apresentado o Projeto de Reparação no PBA das Instalações Iniciais. A documentação encaminhada pela NESA afirma que a implementação do Projeto independe do cronograma de aquisição dos imóveis, portanto não fica condicionado à etapa das instalações iniciais, ficando garantido o direito a todos os grupos de atingidos de serem contemplados pelo Projeto de Reparação, independente da época do impacto. Contudo, entende-se que a reparação deve estar associada ao cronograma de aquisição de imóveis, e não postergada, de forma a ser discutida após a ocorrência dos impactos associados às instalações iniciais. É importante que tais ações estejam correlacionadas para minimizar os impactos aos atingidos. As opções para a compensação social podem, inclusive, influenciar nas escolhas dos atingidos no momento da negociação referente à terra.

Considerando que deverá ser constituído Fórum de Discussão Permanente para a área das instalações iniciais, no âmbito do qual devem ser discutidas as formas de compensação social, não cabe a justificativa apresentada pela NESA.

2.19 Integrar aos Planos, Programas e Projetos apresentados no Volume 33 do EIA os programas mitigatórios e compensatórios propostos para os índios citadinos e moradores na Volta Grande do Xingu, considerando as especificidades da questão indígena, sem, no entanto gerar diferenciação de tratamento no âmbito da população da Área de Influência Direta – AID/ADA.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.20 Apresentar no âmbito do Programa de Controle de Zoonoses ações de monitoramento e mitigação dos impactos causados pela transmissão de zoonoses de animais exóticos para a fauna silvestre.

Condicionante não atendida. A documentação encaminhada pela NESA parte de premissas equivocadas, conforme analisado no item 2 deste Parecer, ao considerar que as intervenções iniciais que não se prevê a vinda de famílias dos trabalhadores com animais domésticos. Desta forma, considerando o contingente de pessoas a ser atraído para a região, bem como o provável subdimensionamento do atrativo populacional apresentado, não se pode descartar a transmissão de doenças de animais exóticos para a fauna silvestre nesta fase de licenciamento. O documento informa que o Programa de Controle de Zoonoses passou a ser tratado como Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre, considerando que o termo zoonoses refere-se à transmissão de doenças de animais para seres humanos e vice-versa. Ressalta-se que o Programa de Controle de Zoonoses deve ser mantido no âmbito da saúde pública. Desse modo, do ponto de vista da conservação da fauna silvestre, o Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre deve ser apresentado para as instalações iniciais.

2.21 Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Terrestres:

- Programa de Monitoramento das Florestas de Terra Firme;
- Programa de Afugentamento da Fauna Terrestre;
- Programa para mitigação de impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento;

- Programa de Reconexão Funcional de Fragmentos, visando espécies-alvo para conservação da fauna;
- Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo; e
- As formas de garantia de manutenção das populações da fauna silvestre existentes na área que ficará ilhada entre o reservatório dos Canais e o TVR, integrando os dados do levantamento etnoecológico com os demais dados existentes.

Condicionante parcialmente atendida. Não foram apresentadas justificativas técnicas para a ausência de programas e projetos propostos neste Plano para as instalações iniciais, mesmo considerando o atrativo populacional para a região, que pode impactar os atributos ambientais objetos deste Plano. Em relação à análise efetuada no Parecer nº 88/2010 não houve avanços no atendimento desta condicionante.

A partir da reavaliação de impactos a ser realizada, considerando as estimativas de afluxo populacional, deve-se propor programas de monitoramento, com plano de trabalho executivo, considerando que, com os vetores de atração para a região (a expectativa de obtenção de emprego e melhoria de condições de vida), os impactos provavelmente não se restringirão às áreas previstas para as instalações iniciais.

2.22 Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Aquáticos:


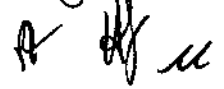
- Programa de Resgate e Salvamento da Ictiofauna;
- Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo;
- As formas de garantia de manutenção das populações de fauna existentes no Trecho de Vazão Reduzida, gerando dados para a reavaliação do hidrograma; e
- Delimitação das áreas e formas de navegação (distância da margem, tempo e intensidade de tráfego das embarcações) a jusante do TVR, de modo a garantir que sejam mínimas as perturbações sobre áreas de utilização das populações locais de quelônios e demais impactos causados por perturbações comportamentais nas populações de Tartarugas-da-Amazônia pela intensificação do fluxo de embarcações.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.23 Apresentar no Programa de Proposição de Áreas de Preservação Permanente - APP a delimitação de APP's para os reservatórios do Xingu e dos Canais, com largura média de 500 m, considerando a necessidade de manutenção da qualidade da água; o estudo de paisagem, incluindo a necessidade de conexão de alguns fragmentos; a proteção das cavidades naturais; os critérios de viabilidade das propriedades afetadas e a averbação da reserva legal, contígua à APP proposta, para as propriedades remanescentes.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.24 No âmbito do Projeto de Criação de Unidades de Conservação, além das contidas no EIA, apresentar propostas de:

- *Unidade de Conservação de Uso Sustentável (como sugestão APA) contemplando as áreas de reprodução de quelônios de jusante da Casa de Força Principal, baseado na proposta desenvolvida pelo IBAMA e ICMBio, que possa contemplar: pesquisa permanente sobre as modificações naturais e artificiais dos substratos reprodutivos buscados pelos quelônios, movimentação e deslocamentos dos bancos de areia em função da dinâmica do rio, manejos de desovas de quelônios, estudos básicos sobre as espécies da fauna e flora encontradas. Estabelecer zoneamentos para proteção de espécies potencialmente ameaçadas e recuperação de ambientes degradados, desenvolvimento de turismo ecológico, turismo científico e de contemplação e outras atividades não predatórias. O espaço proposto deve funcionar como um laboratório natural de pesquisa para avaliação do comportamento e estado de conservação do rio, das ilhas e praias e de como a fauna e flora residentes irão se adaptar às possíveis modificações decorrentes do empreendimento (Proposta de área mínima consta nos arquivos do Projeto Quelônios da Amazônia - PQA/IBAMA).*
- *Unidade de Conservação de Uso Sustentável, na região compreendida entre o final do remanso do reservatório do Xingu e a confluência dos rios Xingu e Iriri, com o objetivo de conservar o ambiente de pedrais; e*
- *Unidade de Conservação de Proteção Integral em área de relevante interesse espeleológico.*

Condicionante atendida. Tal condicionante foi analisado no Parecer nº 88/2010.

2.25 Apresentar Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos a ser emitida pela Agência Nacional de Águas – ANA que contemple as intervenções nos cursos d'água para a construção dos barramentos nos reservatórios do Xingu e dos Canais, bem como para as captações de água e lançamento de esgotos dos canteiros de obras associados.

Condicionante parcialmente atendida. Foi apresentado o pedido de Outorga, à Agência Nacional de Águas – ANA, para a captação de água e lançamento de esgoto tratado no corpo d'água, para as instalações iniciais. Contudo, a ANA ainda não avaliou tal solicitação para emissão de outorga.

2.26 Prever no Plano Ambiental de Construção a utilização dos materiais provenientes das escavações obrigatórias, empregando-os nas construções previstas do barramento, bem como nas demais obras associadas ou decorrentes do AHE Belo Monte, tais como a construção de residências, rodovias, aterros, entre outros, sendo vedada a abertura de novas jazidas para tais fins, salvo quando devidamente autorizadas pelo IBAMA. Considerar a necessidade de antecipação da abertura de determinadas jazidas (escavações obrigatórias) com o intuito de fornecer matéria-prima às obras relacionadas às ações antecipatórias.

Condicionante não atendida. O Parecer nº 88/2010 apontou que não foram apresentadas no Plano Ambiental de Construção do PBA das Instalações Iniciais as áreas onde ocorrerão escavações obrigatórias, tampouco as áreas de empréstimo e bota-fora para as instalações iniciais. Em resposta, o empreendedor argumentou que as atividades relacionadas às instalações iniciais estarão concentradas em serviços de desmatamento, limpeza e terraplenagem, com previsão de área para estoque de solo vegetal e praça de estocagem de madeira dentro da poligonal dos canteiros. Porém, cabe

ao empreendedor esclarecer a destinação do volume de terra proveniente das obras de melhoria e abertura de estradas, ou seja, localizar as áreas de bota-fora. Conforme o PBA das instalações iniciais, serão melhoradas 48,63 km de estradas, que terão sua largura alterada para 20,5 m. Além disso, serão abertos 10,73 km de estradas, permitindo o acesso ao sítio Pimental. Para o trecho de acesso à área prevista para terraplenagem do porto da obra, o mapa das instalações iniciais não esclarece a extensão a ser aberta. O empreendedor também deverá indicar a existência de áreas de empréstimo, para o caso de cascalhamento das estradas melhoradas e projetadas.

2.27 Apresentar termos de compromisso com as Prefeituras Municipais que tenham seus limites jurisdicionais inseridos na Área de Influência do empreendimento, que não possuam planos diretores e que sejam obrigados a elaborá-los devido à realização do empreendimento ou atividade, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei nº 10.257/2001, comprometendo-se a prover os Municípios com os recursos técnicos e financeiros necessários para a elaboração dos referidos planos, conforme dispõe o § 1º do art. 41, respeitando-se o conteúdo mínimo previsto nos incisos I, II e III do art. 42 da Lei.

Condicionante em atendimento. Foram apresentados, por meio do Ofício NE 029/2010 - DS, de 08 de outubro de 2010, os Ofícios NE 024/2010 - DS, NE 025/2010 - DS, NE 026/2010 - DS e NE 027/2010 - DS, encaminhados às prefeituras de Vitória do Xingu, Brasil Novo, Anapu e Senador José Porfírio, respectivamente, nos quais é apresentada a empresa Engevix Engenharia S.A. como prestadora de consultoria às prefeituras para a elaboração dos Planos Diretores, bem como o contrato de consultoria para elaboração de tais Planos, celebrado entre a Engevix e a NESA. Apesar de avanços em relação à documentação anterior, não foram apresentados os termos de compromisso assinados com as prefeituras dos municípios afetos à implantação das instalações iniciais.

2.28 Apresentar manifestação das seguintes instituições:

- INCRA e ITERPA sobre os programas que tenham interface com os assentamentos a serem atingidos pelo empreendimento;
- DNPM no que tange à adequabilidade do programa de resgate de patrimônio paleontológico;
- IPHAN no que tange ao atendimento do Ofício nº 092/2009 – CNA/DEPM/IPHAN;
- FUNAI no que tange à aprovação dos programas voltados aos indígenas e demais condições elencadas no Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI;
- ICMBio no que tange ao atendimento dos Ofícios nº 21/2010-GP/ICMBio e nº 27/2010 – DIBIO/Instituto Chico Mendes; e
- Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde acerca da aprovação do Programa de Ação para o Controle da Malária – PACM, que deve ser elaborado de acordo com o exarado no Parecer Técnico nº 15/09/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS.

Condicionante parcialmente atendida. Na documentação encaminhada em resposta ao Parecer nº 88/2010 consta:

- INCRA: afirmou em reunião do GEPAC que está de acordo com a emissão da LI e se comprometeu a emitir ofício;

- DNPM: o EIA mostra que não há patrimônio paleontológico na região. Ainda assim a NESA, por meio da CE 022 - DS, de 05/10/2010, solicitou o posicionamento do DNPM, o qual é dispensável devido as conclusões do EIA;
- IPHAN: a NESA encaminhou ao IBAMA, por meio da CE 017/2010, de 04/10/2010, a portaria do IPHAN aprovando o projeto de Belo Monte;
- FUNAI: foi assinado o convênio com a FUNAI, que garante a execução das ações emergenciais, e o PBA do componente indígena será apresentado a essa fundação no dia 13/10/2010;
- ICMBio: a NESA aguarda as negociações que serão conduzidas pelo IBAMA;
- Secretaria de Vigilância em Saúde: emitiu o ATCS, que será enviado ao Ibama.

Por meio do Ofício nº 261/2010/SERFAL-MDA, protocolado no Ibama em 06/10/2010, a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, reportando a tal condicionante, informou sobre a proposta de Acordo de Cooperação Técnica citado na avaliação da condicionante 2.15, e se manifesta pela inexistência de óbice à concessão de LI para a instalação do canteiro pioneiro. Tal acordo refere-se à regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais não destinadas, bem como à identificação de terras públicas federais passíveis de destinação para a realocação das famílias diretamente afetadas pelo empreendimento ou intrusas em áreas já destinadas. Desse modo, uma vez que tal Acordo não apresenta interface com as ações do Incra e do Iterpa, deve ser apresentada manifestação formal de tais instituições, sobre os assentamentos que possam ser atingidos pelas instalações iniciais.

Quanto ao Iphan, a NESA informou ter encaminhado ao Ibama, por meio do Ofício CE 017/2010, de 04/10/2010, a portaria do Iphan aprovando o projeto de Belo Monte. Contudo, a referida Portaria nº 22, de 24 de agosto de 2010, trata de permissões e autorizações relativas à elaboração do projeto de arqueologia preventiva nas áreas de intervenção do AHE Belo Monte. Deve ser apresentada manifestação formal do Iphan quanto à possibilidade de emissão de Licença de Instalação para as instalações iniciais.

Ainda não foi apresentada manifestação da Funai quanto a aprovação dos programas voltados ao componente indígena e demais condições elencadas no Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI. O Ofício nº 557/2010/DPDS-FUNAI-MJ, encaminhado ao Ibama em 17/08/2010, considera que as condicionantes não têm sido cumpridas de maneira satisfatória até o presente momento, comprometendo sua total execução quando da solicitação da próxima licença prevista no processo de Licenciamento Ambiental, impedindo assim qualquer manifestação favorável da Funai em relação à continuidade do empreendimento.

Por meio do Ofício NE 036/2010 - DS, de 15/10/2010, a NESA encaminhou ao Ibama o Atestado de Condição Sanitária - ATCS, de 14/10/2010, atestando que a NESA está apta para a continuidade do processo de licenciamento, devendo cumprir integralmente o Plano de Ação para o Controle da Malária - PACM, aprovado por meio do Parecer Técnico nº 28/2010/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS, de 07 de outubro de 2010.

Devem ser apresentadas manifestações formais do Incra, Iterpa, DNPM, Iphan e Funai, para o efetivo cumprimento desta condicionante.

2.29 Em relação à espeleologia, atender ao preconizado nos Pareceres nº 102/2009 e nº 10/2010 - COEND/CGENE/DILIC/IBAMA.

Condicionante não atendida. O documento em resposta ao Parecer nº 88/2010 alega que os pareceres do CECAV, que solicitam complementação dos estudos espeleológicos, serão contemplados nos estudos complementares. Também coloca que uma vez que tais estudos serão realizados em pelo menos dois períodos hidrológicos, a

condicionante não poderá ser atendida na fase de LI. O documento ainda alega que o PBA protocolado no dia 30 de setembro, e que ainda não foi objeto de análise, contém proposta de trabalho e relato da primeira campanha (julho de 2010). O documento informa ainda alguns pormenores da campanha realizada como parte dos estudos complementares, e apresenta os caminhamentos de prospecção espeleológica realizados.

O documento destaca que a área a ser interferida para a edificação ou melhoria dos canteiros e das estruturas de apoio tem sido intensamente prospectada e não foi verificada a ocorrência de novas cavidades além das já conhecidas, as quais distam mais de 250 m em relação à LT de 69 kV ou ao travessão km 23.

Em que pese as alegações da NESA, os produtos cartográficos apresentados são de baixa resolução, sendo inviável o embasamento nos mesmos para se chegar a quaisquer conclusões acerca da matéria. Uma vez que não foram encaminhados os arquivos vetoriais digitais, como preconiza o Termo de Referência do CECAV, a análise foi realizada levando em consideração apenas o produto de baixa qualidade gráfica apresentado, que não garante que as instalações iniciais não interferirão em cavidades naturais ou nas suas áreas de influência temporária (*buffer* de 250 m).

Deve ser apresentado produto cartográfico com resolução adequada para visualização das cavidades e suas áreas de influência em função da localização das instalações iniciais, bem como os arquivos (em formato *shapefile*) dos caminhamentos realizados e das cavidades. Ressalta-se que a área de influência de 250 m é uma aproximação provisória e a área de influência definitiva da cavidade deve ser definida pelo estudo bioespeleológico.

2.30 Para fins de Compensação Ambiental, apresentar o Valor de Referência – VR e as informações necessárias ao Cálculo do Grau de Impacto – GI, conforme metodologia publicada no Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.31 As obras associadas ao AHE Belo Monte, contempladas no âmbito deste processo de licenciamento ambiental, conforme descritas no EIA, são:

- *Linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos;*
- *Linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e auxiliar até as subestações Xingu e Altamira;*
- *Canteiro de obras e alojamentos dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e dos Canais e Diques;*
- *Jazidas minerais e áreas bota-fora associadas às obras principais; e*
- *Estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.*

Não cabe avaliação de atendimento.

2.32 Dependirão de licenciamento no órgão municipal ou estadual de meio ambiente as seguintes obras decorrentes: residências de trabalhadores a serem construídas em Altamira e Vitória do Xingu; reassentamentos; sistemas de abastecimento público de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana; aterros sanitários; escolas; hospitais; postos de saúde; postos policiais; porto; relocação de rodovias e estradas vicinais. Para demais estruturas não previstas nesta listagem, o empreendedor deverá efetuar consulta prévia aos órgãos ambientais, com vistas à definição da competência legal para o licenciamento.

O PBA das Instalações Iniciais apresenta a área de terraplenagem para implantação do porto da obra. Conforme apontou o Parecer nº 88/2010, o porto, previsto para as instalações iniciais, dependerá de licenciamento do órgão estadual ou municipal de meio ambiente.

Em 01/10/2010 a NESA protocolou no Ibama o Ofício NE 015/2010 - DS, informando que o local do porto faz parte do escopo do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, não cabendo um novo EIA destinado a tal instalação.


De fato, a construção de um terminal portuário fluvial exclusivo para o atendimento às obras do AHE Belo Monte foi prevista no EIA. Conforme exposto no EIA, quatro locais diferentes para a localização do porto foram selecionados, a saber: porto do Remanso do Pontal; trecho da margem esquerda do rio Xingu entre a Ilha do Assobio e a Ponta Cuieiras; trecho da margem esquerda entre a Ponta Cuieiras e a Ponta do Tubarão; e trecho da margem esquerda entre a Ponta do Tubarão e a Ilha de Santa Luzia.

a partir dos indicadores propostos, é balizador das adequações necessárias na infraestrutura da região, para evitar que a afluxo populacional acarrete sobrecarga no serviços públicos, bem como nos recursos naturais. Outro exemplo, em relação ao saneamento, além de não iniciado, foram desconsideradas ações relativas a drenagem urbana e coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos nos documentos encaminhados pela NESA. Ressalta-se que ações de saneamento envolvendo o tratamento de água para abastecimento, rede de distribuição de água tratada, coleta e tratamento de esgotos, drenagem urbana, coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos, estavam previstas no Estudo de Impacto Ambiental e deveriam nortear a elaboração dos Projetos de Saneamentos apresentados.

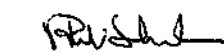
Este Parecer complementa o de nº 88/2010. Reforça-se que, em que pesem os avanços realizados, restam condicionantes e ações antecipatórias, necessárias à preparação da região, cujo não atendimento compromete o início da implantação das instalações iniciais. Desta forma, não é recomendada a emissão de Licença de Instalação para as instalações iniciais do AHE Belo Monte.

Este é o parecer.

Em, 20 de outubro de 2010.


Silvio José Pereira Junior
Analista Ambiental
COHID/GENE/DILIC/IBAMA
Matr. 1541851


Frederico Miranda de Queiroz
Analista Ambiental
COHID/GENE/DILIC/IBAMA
Matr.: 1479854


Paula Márcia S. de Melo


Henrique Ribeiro
Analista Ambiental



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Assunto: AHE Belo Monte

Origem: COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Nota Técnica nº 51/2010

Ref.: Análise do Projeto Básico Ambiental das Instalações Iniciais e do atendimento das condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010, do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, processo nº 02001.001848/2006-75.

1. INTRODUÇÃO

Esta Nota Técnica tem o objetivo de informar, para apreciação superior, o atendimento das condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010, pela Norte Energia S.A. – NESA, exigidas para a fase de instalações iniciais. Além disso, são analisados o Projeto Básico Ambiental – PBA das Instalações Iniciais e demais documentos juntados ao processo de licenciamento, pertinentes para a análise em questão, incluindo os relatórios de andamento das ações antecipatórias protocolados em 12 de novembro e 03 de dezembro de 2010.

2. PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – INSTALAÇÕES INICIAIS

No PBA das instalações iniciais as obras de infraestrutura de apoio compreendem:

Canteiro industrial e acampamento do sítio Belo Monte. O canteiro terá área de 88,1 ha e o acampamento, 115,6 ha.

Canteiro industrial pioneiro e acampamento do sítio Pimental. Possuirá área de 224,5 ha.

Estradas de acesso. Contempla o acesso ao sítio Pimental e ao acampamento da Eletronorte e o acesso que interligará a BR-230 ao porto da obra. O primeiro, parte da BR-230 pelo travessão km 23, conflui com o travessão km 27 após cerca de 5 km, seguindo em direção sul por mais 10 km até as imediações da localidade de Boa Esperança, quando esta via de acesso bifurca, direcionando um ramal com cerca de 21 km até as margens do rio Xingu, no sítio Pimental, e outro ramal para o acampamento da Eletronorte, com aproximadamente 10 km de extensão. O segundo, com 5,7 km de

1.068

extensão, seguirá pelo travessão km 45. As estradas tem traçado total de 58,5 km e área de 116,9 ha, considerando uma faixa de servidão de 20 m, sendo que a maior parte será melhorada, e o restante, parte do acesso que ligará o porto à BR-230 e parte do acesso ao sítio Pimental, serão abertos.

Área de terraplenagem para implantação do porto da obra. Possuirá área de 2,4 ha. Ressalta-se que o porto foi retirado das instalações iniciais pela NESA, uma vez que será licenciado por órgão estadual de meio ambiente. Portanto, não será objeto de análise nesta Nota.

Áreas de estoque de solo e madeira. No sítio Pimental, com 12,5 ha, e no sítio Belo Monte, com 34,3 ha.

Linha de transmissão – LT de 69 kV para suprimento de energia elétrica aos canteiros industriais e acampamentos das obras. A LT de 69 kV que partirá da Subestação – SE Altamira até o sítio Belo Monte possuirá 43,4 km e estará localizada ao longo da BR-230 e da faixa de servidão da LT de 230 kV já existente, ocupando uma área de 130,2 ha, considerando uma faixa de servidão de 30 m de largura. Do sítio Belo Monte até o Pimental a LT de 69 kV possuirá 45 km e uma área de 135,3 ha. Em cada sítio será construída uma subestação, com área de 0,16 ha cada. Em geral, o traçado da linha segue paralelo a estruturas já existentes (linha de transmissão de 230 kV e travessões), com exceção do trecho de bifurcação que direciona o ramal com cerca de 21 km até o sítio Pimental, em que o traçado da LT não acompanha o traçado da estrada. Para evitar a abertura de novos acessos recomenda-se que o traçado da linha, naquele trecho, siga paralela à estrada que será melhorada / projetada.

A área total sujeita a intervenção pelas instalações iniciais, excluindo a área de terraplenagem do porto, corresponde a 857,4 ha, conforme quadro abaixo:

Instalações	Área (hectares)
Canteiro industrial pioneiro e acampamento do sítio Pimental	224,5
Acampamento do sítio Belo Monte	115,6
Canteiro industrial do sítio Belo Monte	88,1
Área de estoque de solo e madeira (sítio Pimental)	12,5
Área de estoque de solo e madeira (sítio Belo Monte)	34,3
Acessos*	116,9
LT** 69 kV SE Altamira – sítio Belo Monte	130,2
LT** 69 kV sítio Belo Monte – sítio Pimental	135,3
TOTAL	857,4

* faixa de servidão de 20 m.

** faixa de servidão de 30 m.

No documento “Esclarecimentos sobre as Condicionantes não Atendidas segundo o Parecer nº 95/2010”, protocolado no Ibama em 08/11/2010, foi apresentado o cronograma associado às instalações iniciais. Tal cronograma tem previsão de início das obras em dezembro de 2010 e o término em março de 2011. Contudo, apresenta a duração da instalação do obra de infraestrutura de apoio em 1.005 dias, sem ligação com o término previsto para as atividades.

No 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias foi apresentado novo cronograma discriminando a duração da implantação das estruturas componentes das instalações iniciais:

Discriminação	Mes/Ano				
	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011
Subestação e LT 69 kV SE Altamira – sítio Belo Monte					
Levantamento topográfico completo					
Projetos executivos					
Subestação e LT 69 kV sítio Belo Monte – sítio Pimental					
Levantamento topográfico completo					
Projetos executivos					
Travessão 27 – trecho existente					
Melhoria					
Obras de arte corrente					
Travessão 27 – trecho novo					
Desmatamento					
Travessão 27 – trecho definitivo					
Levantamento topográfico completo					
Projeto de traçado definitivo					
Alojamentos dos sítios Pimental e Belo Monte					
Levantamento topográfico					
Elaboração dos projetos executivos					
Desmatamento					
Realização de terraplenagem					
Instalação dos alojamentos					

Algumas obras no cronograma apresentado acima não chegarão a ser implantadas, como as subestações e linhas de transmissão, que ficarão ao nível de projeto executivo, não necessitando neste momento de licença de instalação para tais atividades. O Canteiro industrial do sítio Belo Monte, o Canteiro industrial pioneiro do sítio Pimental, as áreas de estoque de solo e madeira e as obras no travessão km 45, previstas no PBA das Instalações Iniciais, nem mesmo são citadas no cronograma. Além disso, não é especificado a quantidade de alojamentos e demais estruturas a serem instalados em cada sítio no período apresentado. Não foi feita nenhuma consideração acerca de histograma de mão de obra associado, portando a análise considerará o que foi apresentado no documento “Esclarecimentos sobre as Condicionantes não Atendidas segundo o Parecer nº 95/2010”.

[REDACTED]

Conforme o documento PBA das Instalações iniciais, o Plano de Gestão Ambiental (PGA) será posto em prática durante todo o período de implantação do AHE

1.066

Belo Monte, considerando todas as intervenções iniciais e estendendo-se pelo início de sua operação comercial.

As diretrizes para o Sistema de Gestão Ambiental estará nos moldes da Norma de Gestão Ambiental ISO 14.001.

O PGA tem como objetivos básicos potencializar, evitar ou mitigar os impactos inerentes ao empreendimento, respeitando a Política Nacional do Meio Ambiente e todos os requisitos legais e normas relativas ao meio ambiente.

A área de abrangência do PGA é toda aquela delimitada no EIA, como a área de influência do AHE Belo Monte. Especial ênfase será dada para ADA e AID do empreendimento.

Todas as ações de cunho ambiental, saúde e segurança inerentes ao empreendimento serão coordenadas por uma Diretoria de Sustentabilidade. Esta Diretoria coordenará diretamente a Gerência Geral de Meio Ambiente, que por sua vez coordenará cinco coordenações, a saber: Coordenação de ações do meio físico; Coordenação de ações do meio biótico; Coordenação de ações do meio socioeconômico e cultural; Coordenação das ações para as comunidades indígenas; e Coordenação do Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias. Outro componente importante para a estruturação organizacional da gestão ambiental do empreendimento serão os Fóruns de Acompanhamento Social a serem formados pelo empreendedor, por representantes de entidades e instituições locais/regionais (sindicatos, ONGs, organizações sociais, instituições públicas estaduais e municipais, conselhos) e representantes da população atingida (comunidades a serem reassentadas, Terras comunidades indígenas, localidades da Volta Grande).

O responsável pela implementação do PGA é o empreendedor, contando com as empresas de engenharia do proprietários e demais empresa contratadas e subcontratadas para a implantação do aproveitamento hidrelétrico.

2.3.1. Programa de Controle Ambiental Intrínseco

Vias de acesso aos canteiros – serão utilizados os acessos preexistentes, porém seus traçados e padrões serão ajustados para o transporte de maquinários para as obras. Segundo o programa, para a intervenção das vias de acesso serão considerados, entre outros, os seguintes aspectos ambientais: evitar focos erosivos; evitar a necessidade de desmatamento; os acessos deverão seguir a curva de nível do terreno sempre que possível; solo removido não deverá ser utilizado em aterros; em caso de intervenções em cursos d'água deverá ser garantido o livre escoamento das águas; para evitar os transtornos advindos do aumento do tráfego e diminuir o risco de acidentes, deverão ser adotadas medidas, tais como: sinalização das vias (placas de controle de velocidade, animais silvestres, cruzamentos, indicação da obra, etc.), distribuição do transporte ao longo do dia para que não haja concentração desta atividade num único período, transporte de determinadas cargas e equipamentos em períodos de menor fluxo de veículos; deverá ser providenciado, no período seco, a umectação das vias de acesso junto à comunidades, de forma a reduzir as emissões de poeira sobre as residências locais, além da aplicação de um colchão de pedrisco com camada mínima de 5 cm para reduzir o desprendimento de solo nas estradas de terra;

Canteiros de obras e acampamentos – para a intervenção nos canteiros e acampamentos serão considerados, entre outros, os seguintes aspectos ambientais: código de conduta apresentado a todos os trabalhadores; nas áreas de estoque de material evitar a terraplenagem ao máximo; todos os equipamentos deverão ser mantidos em boas condições de operação, sem vazamento de óleo, graxa ou qualquer

Fis. 21.15
Proc. 13.426
1004

outro material contaminante; a lavagem dos veículos deverá ser feita em local apropriado, que contenha sistemas de coleta (canaletas e caixas) de águas e de tratamento; e os resíduos retidos nas caixas coletoras deverão ser devidamente transportados e dispostos conforme o Programa de Gerenciamento e Disposição de Resíduos;

Linha de transmissão de 69kV – atenção especial deverá ser dada ao desmatamento e resgate da fauna nos moldes do Programa de Acompanhamento de Atividades de Desmatamento e de Resgate da Fauna em Áreas Diretamente Afetadas.

Para a manipulação de substâncias perigosas, o construtor obedecerá a legislação, normas e regulamentos dos Ministérios do Trabalho, Transporte e Exército e da CNEN.

Em ambos os canteiros, Pimental e Belo Monte, haverá estações de tratamento de água e de tratamento de esgotos domésticos, separadores água-óleo.

Conforme o PBA, o empreendimento terá uma central de gerenciamento de resíduos e aterro sanitário que atenderá os canteiros.

2.3.2. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Este Programa abrange todas as áreas previstas nas instalações iniciais, num total de 859,8. Excluído a área destinada a terraplenagem para implantação do porto (2,4 ha) dá um total 857,4 ha a serem incluídos no Programa. As áreas de infraestrutura das instalações iniciais são caracterizadas como tendo suscetibilidade erosiva moderada a forte, com exceção de alguns trechos da LT de 69kv, que apresentam suscetibilidade forte a muito forte.

Entre as atividades a serem desenvolvidas constam a difusão junto aos construtores das diretrizes ambientais para as intervenções, visando reduzir a área a ser desmatada e a ocorrência de processos erosivos, técnicas de supressão seletiva, preservação de ilhas de vegetação, ajuste do modelado do terreno durante as intervenções a uma configuração adequada à estabilidade futura do local, a estocagem das camadas superficiais do solo, para posterior emprego nas ações de recomposição da vegetação das áreas, e implantação de sistemas de drenagem. Também será realizado o levantamento planialtimétrico da conformação dos terrenos resultantes da implantação dos canteiros de obras dos sítios Pimental e Belo Monte, bem como das áreas de empréstimo que serão estabelecidas, caso necessárias, pela necessidade de implantação dos acessos.

A revegetação segue o modelo de plantio de mudas de espécies arbóreas seguindo a curva de nível do terreno, mantendo-se um espaçamento de 2,5 m entre as plantas ao longo da linha e de 2,0 m entre as linhas; distribuição das mudas em forma de quincôncio, pela qual um grupo de cinco plantas forma um retângulo, quatro plantas ocupando os vértices e uma o centro. Os vértices serão ocupados por mudas de espécies pioneiras e no centro se alternarão mudas de espécies secundárias e clímax. Por este modelo, a densidade de mudas é de 2.066 plantas por hectare, com proporções de 50% de pioneiras, 25% de secundárias e 25% de clímax. É apresentada uma lista de 37 espécies arbóreas indicadas para utilização no Program – oito pioneiras, seis clímax e 23 secundárias. Em áreas com maior declividade está previsto o consorciamento de gramíneas e leguminosas com espécies nativas arbóreas, para a rápida cobertura vegetal do solo. É previsto também a implantação de um viveiro de produção de mudas nativas no acampamento da Eletro Norte.

Nos acessos temporários a serem construídos para a LT pretende-se revegetá-los por meio de semeadura de gramíneas, leguminosas e espécies arbustivas. É apresentada uma lista de 17 espécies arbustivas pioneiras indicadas para o plantio. As praças e o

1064

entorno imediato das torres também serão revegetados pela semeadura de gramíneas e leguminosas.

Na recuperação dos taludes nos acessos, primeiro será implantado drenagem pluvial com canaletas na crista e base do talude, seguido do plantio de grama em placa, aplicação de biomanta e hidrossemeadura. Não são mencionadas as sementes a serem usadas na hidrossemeadura.

Também é previsto a proteção e revegetação das áreas das subestações, recuperação dos locais com fossas sépticas e sumidouros, proteção e recuperação das lagoas de decantação de efluentes das centrais de produção de concreto e a recuperação dos locais com tanques separadores de água e óleo.

O monitoramento previsto para cada área objeto de intervenção é previsto por cinco períodos hidrológicos, sendo mensal para os primeiros seis meses após a intervenção, seguindo com periodicidade trimestral pelo período de dois anos, quando o monitoramento passará a ser semestral. Os seguintes parâmetros de acompanhamento são propostos: taxa de sobrevivência das plântulas, estado sanitário, ocorrência de pragas, altura do fuste, desenvolvimento das mudas, uso pela fauna (como presença de ninhos ou espécies se alimentando).

Comentários

A recuperação, em seu sentido amplo, envolve desde a destinação da área a uma dada forma de uso do solo diferente da original (reabilitação), até a tentativa de conduzi-la a uma condição próxima à do ecossistema original (restauração). No licenciamento a recuperação deve ser entendida sob o último aspecto.

O Programa, da forma como proposto, adequa-se aos modelos tradicionais de recuperação, com o plantio de mudas de espécies arbóreas em espaçamentos pré-definidos. Contudo, tais modelos apresentam baixa eficácia ecológica, pois apresentam baixa composição de espécies, desconsidera outras formas de vida e as complexas interações entre elas e o ambiente, além de altos custos de implantação, resultando em formações com componente arbóreo de mesma idade. Essas áreas tornam-se desenvolvidas em altura e área basal, mas com sub-bosque dominado por gramíneas exóticas invasoras, não contemplando a estrutura e processos do sistema como um todo, como ocorre em formações naturais.

Comunidades naturais são sistemas abertos, sujeitos a fatores internos e externos estocásticos. Quando se pensa em comunidades vegetais, encontramos espécies agrupadas em grupos funcionais (síndromes de polinização, dispersão, fenologia), diversidade de formas (ervas, arbustos, lianas, árvores), espécies com um determinado número de indivíduos que se reproduzem, umas mais abundantes outras menos, além da própria diversidade faunística associada.

A consorciação de várias técnicas de recuperação em uma mesma área tem-se mostrado mais eficaz em favorecer uma maior composição de espécies e formas de vida, permitindo não só a recuperação de comunidades como também dos processos ecológicos que levam à sua construção e auto-perpetuação.

Recomendações

Considerando o exposto, é proposta a modificação do presente Projeto na tentativa de conduzir as áreas a serem recuperadas a condições próximas a comunidades naturais. Tal modificação ocorrerá por meio do uso de algumas técnicas nucleadoras, ao invés de apenas revegetação das áreas, a saber: semeadura de herbáceas, transposição de solo, transposição de galharias, transposição de chuva de sementes, poleiros artificiais e naturais e plantio de mudas de espécies arbóreas em grupos de Anderson.

A semeadura de herbáceas deve ser realizada em áreas a serem recuperadas que não apresentam cobertura do solo. Para isso devem ser utilizadas espécies de

leguminosas herbáceas anuais. Deve ser a primeira técnica a ser introduzida em áreas desprovidas de cobertura vegetal para evitar a ocorrência de processos erosivos, seguida pela introdução das demais técnicas de recuperação.

A transposição do solo, consiste na transposição de porções de 1 m² da camada superficial do horizonte orgânico do solo (serapilheira mais os primeiros 10 centímetros de solo). Tais porções podem ser oriundas da estocagem do solo removido das áreas decapadas, desde que devidamente armazenado. Contudo, para garantir heterogeneidade do material genético introduzido deve-se buscar amostras de solo de todos os fragmentos vizinhos das áreas a serem recuperadas, em complemento àquele já estocado. Tal técnica é indutora do aumento da diversidade da área, pois permite a regeneração de outras formas de vida (ervas, lianas, arbustos) e fauna associada. Recomenda-se o uso de 20 pontos por hectare, sistematicamente distribuídos.

A transposição de galharias consiste na formação de leiras de galhos, tocos e resíduos florestais oriundos do desmatamento a ser realizado nas áreas de infraestrutura, que atuarão como refúgios artificiais para a fauna, além de atuar como poleiros para aves e poderem ser colonizados por insetos. Além disso, a própria decomposição do material gera matéria orgânica que enriquece o solo, criando condições adequadas à germinação e crescimento de sementes de espécies mais adaptadas a ambientes sombreados. Recomenda-se quatro leiras por hectare.

A transposição da chuva de sementes ocorre por meio da coleta de sementes dos fragmentos vegetais próximos às áreas a serem recuperadas. Parte da coleta deve ser semeada diretamente nas áreas e outra parte ir para o viveiro de produção de mudas. Recomenda-se coletar mensalmente a chuva de sementes dos fragmentos florestais mais próximos, de modo a garantir que diferentes espécies que frutificam ao longo do ano sejam inseridas nas áreas em recuperação.

Poleiros consistem em árvores vivas que sirvam de fonte de alimentação (polinização/frutificação) ou galhos/troncos em pé como local de pouso/refúgio temporário para os animais. O material lenhoso (troncos/galhos) oriundos do desmatamento pode ser utilizado na construção de poleiros artificiais. Além disso, árvores remanescentes na área podem servir de poleiros naturais. Recomenda-se quatro poleiros por hectare.

Os grupos de Anderson consistem no plantio adensado de mudas em pequenos grupos de 3, 5, 9, 13, 16, 21 ou 25 mudas. Para este Programa recomenda-se núcleos de 5 mudas de uma única espécie, com espaçamento de 0,5 m de distância entre elas, e uma densidade de 60 grupos por hectare, sistematicamente distribuídos. Para a constituição dos grupos devem ser usadas mudas de espécies secundárias e clímax, as quais devem se repetir, para que a prole possa nuclear a espécie na paisagem. As outras técnicas nucleadoras proverão as espécies pioneiras. O pequeno grupo favorece as mudas centrais para o crescimento em altura e as laterais para o desenvolvimento em ramificações (cobertura do solo). As 29 espécies arbóreas secundárias e clímax, propostas neste Projeto, representam muito pouco da composição de espécies encontradas em formações naturais na região do empreendimento. Recomenda-se a utilização do maior número de espécies secundárias e clímax possíveis, conforme a relação apresentada no Estudo de Impacto Ambiental e outras que forem encontradas no monitoramento da biota.

Associado a estas técnicas, as ações de resgate de germoplasma previstas no Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora, incluindo sementes e plântulas, fornecerão espécies de várias formas de vida, incluindo as dos estágios mais avançados da sucessão. As plântulas resgatadas deverão ser transplantadas imediatamente para o viveiro.

Para o monitoramento também são propostas alterações. O monitoramento deve seguir os mesmos padrões espacial e de coleta do monitoramento a ser implantado para

1-064/

o Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres, com as especificidades nos indicadores e temporalidade, conforme indicado abaixo.

Na fase de implantação (que corresponde ao período de 1 a 12 meses após a adoção das ações de recuperação), recomenda-se um total de seis avaliações, sendo as três primeiras mensais (1º, 2º e 3º mês), e as demais trimestrais (seis, nove e 12 meses). Os seguintes indicadores de acompanhamento devem ser avaliados:

- ocorrência de processos erosivos;
- estrato herbáceo (espécie predominante e cobertura);
- avaliação dos indivíduos plantados: identificação, altura, cobertura, classificação em grupos sucessionais (síndromes de dispersão/polinização), mortalidade, indícios de predação e de deficiência nutricional, composição de espécies e abundâncias; e
- avaliação da regeneração natural: além dos indicadores usados para avaliação dos indivíduos plantados, deve-se avaliar também a origem, se nativa ou exótica, bem como se pioneira ou não-pioneira.

Na fase de pós-implantação, de ocupação da área, que corresponde ao período de um a três anos após a adoção das ações de recuperação, recomenda-se avaliações semestrais, no total de quatro avaliações no período. Além dos indicadores citados na primeira fase deve ser avaliada também a fenologia (floração e frutificação), a presença de outras formas de vida (lianas, epífitas) e, no caso dos indivíduos regenerantes, a avaliação dos processos de dispersão – se oriundos de espécies do entorno ou das espécies presentes no plantio.

A última fase, de funcionamento da área, ocorre a partir do quarto ano, com avaliações bianuais. Não é estipulado prazo para o término do monitoramento, pois irá depender dos resultados que serão encontrados. Além dos indicadores das fases anteriores, também deverá ser avaliada a presença de estratos na vegetação (indivíduos de sub-bosque, de dossel e emergentes) e tomadas medidas de Diâmetro à Altura do Peito – DAP dos indivíduos arbóreos. Tal medida de DAP servirá para as análises de crescimento e recrutamento, bem como para estimativas de biomassa.

Na recuperação dos taludes nos acessos recomenda-se semeadura com alta diversidade, incluindo espécies rasteiras de gramíneas, leguminosas e crucíferas. As gramíneas favorecem a rápida cobertura do solo. As leguminosas desempenham importante função por meio da fixação biológica do nitrogênio. As crucíferas irão desempenhar importante papel no rompimento de possíveis camadas compactadas do solo por meio de sua raiz pivotante. Deve ser realizada consorciação dos grupos de espécies citados acima, dependendo da época do ano em que será realizada a semeadura e da disponibilidade de sementes no mercado.

Conforme o PBA, a consulta à Base de Dados Sigmine do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, realizada em 23 de junho de 2010, identificou 127 processos minerários abrangendo os terrenos da AID/ADA do empreendimento. Pesquisa similar realizada em 30 de abril de 2008, no âmbito dos trabalhos do EIA do AHE Belo Monte, registraram 70 processos minerários para a mesma área. Desta forma, observou-se no período compreendido entre as duas pesquisas um incremento de 57 processos minerários para a região. Neste montante, são verificados 44 novos Requerimentos de Pesquisa.

Dos 127 processos minerários identificados abrangendo AID e ADA do empreendimento, 34 processos são autorização para pesquisa, 6 são disponibilidade, 3 são lavras garimpeiras, 5 são licenciamento, 5 requerimentos de lavra garimpeira, 11 requerimentos de licenciamento e 63 requerimentos de pesquisa.

A implantação das obras de infraestrutura representadas pelos acampamentos (Belo Monte e Pimental), canteiros industriais (Belo Monte e Pimental) e áreas de

estoque de solo e madeira interferirão com as áreas de 03 (três) processos de Requerimento de Pesquisa, 02 (dois) processos de Lavra Garimpeira e 03 (três) processos de Autorização de Pesquisa. Em todos os processos minérios atingidos o mineral extraído é o ouro.

Todos os acordos indenizatórios firmados pelo Empreendedor com os titulares dos processos minerários deverão ser homologados pelo DNPM.

Comentários

Não foi informado se a solicitação de bloqueio das áreas afetadas pelas instalações iniciais já foi feita junto ao DNPM. É necessária a nulidade dos processos minerários pelo DNPM e os acordos indenizatórios com os titulares dos processos minerários - para aqueles que têm o direito a indenização.

Recomendações

- Apresentar o bloqueio junto ao DNPM das áreas que possuem processos minerários e que serão afetadas pelas instalações iniciais; e
- Apresentar a nulidade dos processos minerários e os acordos indenizatórios com os titulares dos processos homologados pelo DNPM.

Para essa etapa de construção das instalações iniciais, o programa abrangerá as ações realizadas nos primeiros seis meses, focando o monitoramento dos igarapés e corpos hídricos que poderão sofrer alterações com a implantação dos canteiros industriais, acampamentos, linhas de transmissão, melhoria de acessos, áreas de terraplenagem e áreas de estoque de solo e madeira.

As estações de monitoramentos nos corpos de água afetados pelas obras a serem realizadas na construção das linhas de transmissão, abertura de novas estradas e melhorias das já existentes serão escolhidas *in loco* no início das obras, dando preferência aos locais onde serão construídas pontes sobre os corpos de água, locais com tráfego intenso e desmatamento. Nestas estações serão monitoradas mensalmente os seguintes parâmetros: pH, condutividade, oxigênio dissolvido, turbidez, temperatura da água, sólidos totais dissolvidos, potencial de oxidação e redução e material em suspensão.

Para o monitoramento da qualidade da água localizadas em corpos de água próximos a canteiros de obra, acampamentos, subestações e áreas de terraplenagens serão 11 estações. Os seguintes parâmetros serão analisados mensalmente: profundidade, pH, condutividade, turbidez, oxigênio dissolvido, temperatura, potencial redox, sólidos dissolvidos totais, transparência, alcalinidade, fósforo total, material em suspensão total (orgânico e inorgânico), nitrito, nitrato, amônio, lítio, fluoreto, cloreto, brometo, fosfato, sulfato, sódio, potássio, magnésio, cálcio, óleos e graxas.

Também será monitorada com frequência mensal a qualidade da água das captações de água para consumo da população de trabalhadores (ponto de captação de água e bebedouros) e a qualidade dos efluentes das estações de tratamento de esgoto (ETE). Nos canteiros industriais (Belo Monte e Pimental) serão monitorados os efluentes das oficinas industriais (caixa separadora água-óleo). Serão ao todo oito estações de monitoramento, sendo que, se necessário, novos pontos de coleta poderão ser definidos no decorrer do monitoramento.

Comentários

Para avaliação adequada do impacto na qualidade da água dos corpos d'água do entorno dos acampamentos Pimental e Belo Monte, é necessária a inclusão dos

1066/

parâmetros Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e Coliformes Termotolerantes (*Escherichia coli*) para o monitoramento.

Recomendações

- Apresentar a este Instituto a outorga para a captação de água para abastecimento e lançamento de esgotos tratados nos corpos d'água junto à ANA;
- Apresentar, após a escolha das estações de monitoramento a serem determinadas *in loco*, mapa com espacialização dos pontos de coleta; e
- Incluir os parâmetros Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e Coliformes Termotolerantes (*E. coli*) para o monitoramento da qualidade da água dos corpos d'água do entorno dos acampamentos Pimental e Belo Monte.

O documento menciona a Instrução Normativa – IN MMA nº 003/2001 para orientar os procedimentos de desmatamento. Contudo, tal norma aplica-se apenas para autorizações de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal, o que não é o caso do AHE Belo Monte. Quando as propriedades rurais são adquiridas pelo empreendedor elas passam a integrar área de empreendimento de utilidade pública, não configurando mais como propriedade rural.

A área de abrangência do Projeto corresponde aos locais de implantação das obras das instalações iniciais, como segue:

	Área (hectares)
Acampamento do sítio Pimental	224,5
Acampamento do sítio Belo Monte	115,6
Canteiro industrial do sítio Belo Monte	88,1
Canteiro de estoque de solo e madeira (sítio Pimental)	12,5
Canteiro de estoque de solo e madeira (sítio Belo Monte)	34,3
Acessos (faixa de servidão de 20 m)	116,9
LT 69 kV (faixa de servidão de 30 m)	135,3
	727,2

Desse relação foi excluído a área destinada à terraplenagem para implantação do porto. Nesse total não foi computada a área de 130,2 ha da LT 69 kV que partirá da Subestação Altamira até o sítio Belo Monte e estará localizada ao longo da BR-230 e da faixa de servidão da LT de 230 kV já existente, sem necessidade de atividades de desmate.

O Projeto apresentado prevê a delimitação das áreas objeto de supressão, incluindo as áreas de preservação permanente, por meio de um sistema de talhões de 20 x 100 m. Quanto ao inventário florestal que orientará o desmatamento é previsto inventário a 100% de todos os indivíduos com Diâmetro à Altura do Peito – DAP \geq 20 cm, considerando os talhões como unidades amostrais. Também é previsto a atualização do Projeto após o inventário florestal das áreas.

Para a operação de desmate é estabelecida uma sequência de passos a serem tomados, quais sejam:

- obtenção de Autorização de Supressão de Vegetação, subsidiada por inventário florestal;

- Fls. 3078
1068
- medidas de segurança, como o corte de cipós, distância mínima entre operadores e caminhos de fuga;
 - instrução aos operadores e ajudantes, quanto ao local exato do desmatamento, seus limites topográficos, sentido do desmatamento e os acessos programados;
 - checagem dos equipamentos (motosserras para o abate e tratores de esteiras para o arraste), quanto a integridade, segurança e funcionalidade;
 - abertura de acesso base, que servirá de suporte aos trabalhos de supervisão, manutenção mecânica e elétrica, abastecimento de água e óleo e, em eventuais situações de emergência, de bombeiros ou ambulância;
 - desmate de árvores finas ($DAP < 20$ cm), desmate de árvores médias ($20 \text{ cm} \leq DAP \leq 50$ cm) e desmate de árvores grossas ($DAP > 50$ cm);
 - desganhamento, destopamento, traçamento e arraste de madeira útil para fora da área de desmate;
 - abertura de estradas, ramais e acessos;
 - carregamento e transporte das toras para estocagem nos pátios;
 - enleiramento da madeira não útil ($DAP \leq 5$ cm);
 - estocagem do material orgânico fino (*topsoil*);
 - destoca;
 - descarregamento das toras no pátio de estocagem; e
 - romaneio.

O traçamento das toras será realizado em comprimentos pré-definidos, considerando, entre outros, os seguintes aspectos: espécie, qualidade do fuste, uso da madeira e, principalmente, exigência do mercado consumidor/destino final da madeira (lenha, carvão, mourão para cercas, escoramento para uso em construção civil, poste, artesanato e/ou serraria). É apresentado um quadro com o tamanho dos toretes em função do uso, como segue:

Uso da madeira	Comprimento (m)
Lenha, carvão	1,0-2,0
Mourão ou estacas para cercas	2,2
Estacas / Escoramento	3,0-6,0
Artesanato	Tamanho variado (a depender do fuste e mercado)
Serraria / Poste	6,0 ou maior (a depender da qualidade e mercado)

Não foi apresentado a referência dos diferentes usos considerados, nem outros usos definidos pela Instrução Normativa Ibama nº 187/2008, em relação aos padrões de nomenclatura de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa.

Para o material lenhoso das espécies menos valorizadas é previsto o aproveitamento na confecção de cercas e outras instalações. As madeiras duras, de menor diâmetro, serão aproveitadas para obtenção de estacas e mourões para cercas, bem como peças para escoramento de construção. As demais espécies lenhosas, com usos diferentes dos descritos, poderão ser utilizadas no empreendimento, como segue:

- serraria: $CAP \geq 60$ cm
- mourões e estacas: $10 \text{ cm} \leq CAP < 60$ cm;
- solo orgânico: $CAP < 10$ cm.

Para o romaneio, o cubagem da madeira em tora será feito pela seguinte fórmula:

$$V = \pi \cdot [((D1+D2)/2 + (D3+D4)/2)/4]^2 \cdot C$$

Onde:

V = volume (m³);

D1, D2, D3, D4 = diâmetros (m); e

C = comprimento (m).

Não é mencionado no estudo o que representam tais diâmetros e como será feita a sua medição.

A partir da área de abrangência do Projeto, foram apresentados os totais de áreas a serem desmatadas, discriminadas por local de intervenção e tipologia vegetal:

Local de Intervenção	Área (hectares)
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras	17,86
Vegetação Secundária	5,12
Associação de Vegetação Secundária com Área Cultivada	12,11
Área de Intervenção de 30 m	
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras	27,40
Vegetação Secundária	4,14
Associação de Vegetação Secundária com Área Cultivada	3,98
Área de Intervenção do rio Pimental	
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras	152,62
Vegetação Secundária	22,23
Floresta Ombrófila Densa Aluvial	3,62
Área de Intervenção do rio Pimental	
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras	12,50
Total	261,58

O documento informa um total de 270,01 hectares a serem desmatados, mas não discrimina os 8,43 ha adicionais aos dados apresentados na tabela acima. Informa também que os quantitativos serão alterados durante a realização do inventário florestal.

Comentários

A fórmula de cubagem de Smalian, proposta no estudo, pode melhor ser entendida se representada da seguinte forma:

$$V = \pi \cdot [((D1+D2)/2 + (D3+D4)/2)/4]^2 \cdot C = 0,7854 \cdot [(D_b + D_t)/2]^2 \cdot C$$

Onde:

D_b = Diâmetro da base da tora em metro (obtido a partir da média do maior – D1 – e menor – D2 – diâmetro na seção, em cruz).

D_t = Diâmetro do topo da tora em metro (obtido a partir da média do maior – D3 – e menor – D4 – diâmetro na seção, em cruz).

Recomendações

A supressão de vegetação deve seguir as orientações do Decreto nº 5.975/2006 e da IN Ibama nº 6/2009. Tais normativas visam garantir o controle da exploração e comercialização da matéria-prima florestal efetivamente explorada, bem como o controle da exploração e transporte no resgate de espécimes da flora. A IN Ibama nº

6/2009 contém o modelo de romaneio para autorização de utilização de matéria-prima florestal que deve orientar o presente Projeto, discriminando os estoques de madeira em tora, lenha, carvão vegetal e espécimes objeto de resgate de flora. Além disso, devem ser considerados os diferentes usos da madeira previstos na Instrução Normativa Ibama nº 187/2008.

Necessário se faz observar as orientações da Resolução Conama nº 369/2006, para o caso de intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, discriminando tais áreas no Inventário Florestal objeto do pedido de Autorização de Supressão de Vegetação.

O Projeto deve prever a estocagem do solo orgânico para ser utilizado no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

O Projeto prevê a construção de viveiro provisório de mudas antes do início das intervenções, seleção e capacitação da mão-de-obra e coleta de material genético. Será dada prioridade às espécies ameaçadas de extinção, raras, protegidas por lei e de importância comercial e/ou socioeconômica. O Projeto será executado em uma campanha antes do início das intervenções, para depois, prosseguir concomitante ao Projeto de Desmatamento.

Foram apresentadas as áreas com cobertura vegetal alvo do resgate e aproveitamento científico da flora. Excluindo as áreas cultivadas e de pastagem, tais áreas são:

Acampamento do sítio Belo Monte		
Floresta Ombrófila Densa Aluvial		3,62
Estoque de solo e madeira - sítio Pimenta		
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras		12,5
Acampamento do sítio Pimenta		
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras		152,62
Vegetação Secundária		22,23
Acessos (faixa de servidão de 20 m)		
Associação de vegetação secundária com área cultivada		12,11
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras		17,86
Vegetação secundária		5,12
LT 69 kV (faixa de servidão de 30 m)		
Associação de vegetação secundária com área cultivada		3,98
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras		27,4
Vegetação secundária		4,14
TOTAL		270,01

Da mesma forma que o Projeto de Desmatamento, é apresentado um total de 270,01 hectares de área com cobertura vegetal objeto do presente Projeto, não sendo discriminados os 8,43 ha adicionais aos dados apresentados na tabela acima.

1.0.10/

Previamente ao início das atividades de resgate de germoplasma são previstas atividades de:

- construção e instalação provisória do viveiro para abrigar, semear e estocar indivíduos resgatados;
- aquisição de material básico para o resgate, triagem, beneficiamento, plantio, repicagem e manutenção de indivíduos resgatados;
- seleção prévia de espécies a partir da lista apresentada no EIA do AHE Belo Monte para o resgate nas áreas de intervenção;
- definição e adequação dos meios de transporte do material resgatado das áreas alvo de intervenção até o viveiro de mudas ou área protegida selecionada;
- seleção de áreas protegidas para o transplante direto de indivíduos da flora coletados;
- recrutamento e capacitação de equipes para coleta, manuseio, armazenamento e transporte do material resgatado; e
- recrutamento e capacitação de equipe viveirista e de herborização.

Quando do resgate as atividades a serem desenvolvidas são:

- coleta de sementes, propágulos e estacas de espécies vegetais arbóreas ou não para produção de mudas;
- coleta de germoplasma com transplante direto em áreas protegidas, previamente selecionadas;
- coleta de indivíduos como epífitas ou herbáceas para composição de banco de espécies do viveiro ou para transplante direto nas áreas protegidas;
- transplante de parte do material coletado, como epífitas e herbáceas, em áreas protegidas previamente selecionadas para conservação *in situ*;
- tratamentos culturais básicos da sementeira, plantio direto ou indivíduos coletados;
- manutenção e irrigação do banco de mudas para o atendimento dos diversos projetos associados ao AHE Belo Monte;
- herborização de material fértil coletado, objetivando ampliar o conhecimento da flora regional; e
- realização de registro e ações de acompanhamento do trabalho, com criação de banco de dados sobre o desenvolvimento das espécies em viveiro.

A implantação de viveiro provisório previsto para as ações de resgate nas áreas de intervenção das infraestruturas de apoio será no acampamento da Eletronorte. É prevista sua utilização por um período de seis meses. Após o desmatamento das áreas uma nova área será avaliada, com vistas ao atendimento de ações futuras de desmatamento de outras áreas durante a implantação do AHE Belo Monte, para a construção de um único viveiro de mudas, com provável instalação no sítio Pimental. É apresentado um croqui do viveiro provisório, contendo canteiro de mudas, sementeira e berçário, sala de triagem e beneficiamento, laboratório, depósito, vestiário/banheiro, escritório, pátio coberto, galpão de estocagem de terra/areia/fertilizantes orgânicos e pátio de manobra e circulação.

Como espécies alvo de resgate foi estabelecido uma lista com cinco prioridades, a saber:

Prioridade	Nome científico	Nome popular	Crêterios
I	<i>Aspidosperma desmanthum</i> Benth. ex Müll. Arg. ¹	Aracanga preta	Ameaçada, baixa frequência e abundância nas parcelas. Alto interesse socioeconômico.
	<i>Dicypellium caryophyllaceum</i> (Mart.) Nees	Pau cravo	Ameaçada, baixa frequência e abundância nas parcelas. Alto interesse socioeconômico.

¹ Descrição legítima mais recente: *Macaglia desmantha* (Benth. ex Müll. Arg.) Kuntze

p. 2100
124250
1691

Prioridade	Nome científico	Nome popular	Observações
	<i>Swietenia macrophylla</i> King	Mogno	Em perigo, baixa frequência e abundância nas parcelas. Alto interesse socioeconômico.
2	<i>Cedrela odorata</i> L.	Cedro	Vulnerável, baixa frequência e abundância nas parcelas. Mediano interesse socioeconômico.
	<i>Hymenolobium excelsum</i> Ducke	Angelim rajado da mata	Vulnerável, mediana frequência e abundância nas parcelas.
	<i>Virola surinamensis</i> (Rol. ex Retb.) Warb.	Ucuúba da várzea/branca	Vulnerável, frequente nas parcelas. Alto interesse econômico. Instrução normativa específica para manejo.
3	<i>Bertholletia excelsa</i> Bonpl.	Castanheira	Vulnerável, frequente nas parcelas. Proteção legal específica para corte.
	<i>Manilkara huberi</i> (Ducke) Chevalier	Maçaranduba	Vulnerável, frequente nas parcelas.
	<i>Mezilaurus itauba</i> (Meisn.) Taub. ex Mez	Itaúba	Vulnerável, frequente nas parcelas.
4	<i>Tabebuia impetiginosa</i> (Mart. ex DC.) Standl.	Ipê roxo	Vulnerável, frequente nas parcelas.
	<i>Vouacouvia americana</i> Aubl.	acapu	Vulnerável, frequente nas parcelas.
5	Espécies em frutificação de interesse socioeconômico, importância para a fauna e/ou constantes da lista de espécies registradas no levantamento florístico/fitosociológico realizado no Estudo de Impacto Ambiental.		

Parte do material coletado, principalmente epífitas e herbáceas, será introduzida em áreas já protegidas no entorno da AID e ADA, fora da área de impacto do empreendimento, que apresentam as mesmas fitofisionomias das áreas alvo de resgate.

Comentários

Conforme analisado no Parecer nº 114/2009 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 23 de novembro de 2009, outras espécies sob algum grau de ameaça, não citadas nas espécies alvo de resgate acima, também foram encontradas. Em tal Parecer também foram encontradas espécies exclusivas das áreas a serem diretamente afetadas pelo empreendimento (reservatório e infraestruturas de apoio) e outras que ocorreram tanto em tais áreas como no entorno, mas com baixas abundâncias no entorno. A análise dos dados realizada no Parecer foi considerada como uma primeira aproximação para uma previsão preliminar dos impactos do empreendimento.

Recomendações

Recomenda-se não se ater exclusivamente às prioridades elencadas ou às espécies apresentadas no EIA. Deverá ser coletado germoplasma do maior número de espécies possível, ameaçadas ou não. Espécies não registradas no EIA, mas encontradas em campo, também deverão ser incluídas.

² Descrição legítima mais recente: *Hanaroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos

1.0710/

O programa tem como objetivos o acompanhamento das equipes de supressão de vegetação e a atuação imediata no caso de ocorrências envolvendo fauna terrestre, a qual será destinada ao aproveitamento científico, à relocação ou soltura. Tal destinação deverá seguir critérios técnicos.

O programa prevê a instalação de duas bases de resgate de fauna nas proximidades dos Sítios Pimental e Belo Monte, com estrutura dimensionada para o atendimento das ocorrências com fauna terrestre durante as atividades de supressão da vegetação das áreas dos canteiros de obra, bem como aquelas decorrentes da ampliação e melhoria dos acessos e implantação da linha de transmissão. Cada base de resgate contará com uma equipe permanente (composta por biólogos, veterinários, secretária, tratadores e auxiliares) e duas equipes volante (compostas por um biólogo e dois auxiliares cada uma), responsáveis por atendimentos eventuais e afugentamento de fauna durante a supressão da vegetação.

Segundo o programa, a estratégia geral de ação consiste no afugentamento e acompanhamento do deslocamento da fauna, com intervenção no caso de situações restritivas ao animal ou de risco potencial ao ser humano. O programa também prevê um protocolo experimental de acompanhamento populacional embasado no princípio de captura-marcação-soltura-recaptura, além de outras técnicas que elucidem a resposta de parte da fauna resgatada ao impacto densidade-dependente do enchimento do reservatório, na fase de operação. Além disso, o programa propõe ações de soltura branda e soltura monitorada.

Em relação à fauna rara ou ameaçada, caso se constate a ocorrência ou restrição de habitat, entre outros impactos, haverá a imediata comunicação à CGFAP/DBFLO/IBAMA para que uma decisão conjunta seja tomada entre Ibama, empreendedor e executor.

O material biológico eventualmente coletado será destinado de acordo com as condições estabelecidas pelo Ibama.

O programa apresenta-se bem estruturado para a execução das ações de resgate, no tocante ao efetivo pessoal e ao dimensionamento da infraestrutura. No entanto, não foi informado pelo empreendido se o mesmo já detém as licenças necessárias à execução da atividade de resgate de fauna, embora conste do cronograma do Projeto que a obtenção dessas licenças seria concomitante com a implantação e mobilização das bases de resgate. Em vistoria na área destinada a implantação da base de resgate próxima ao Sítio Pimental, em 18/11/2010, apenas a terraplenagem do terreno havia sido concluída.

O presente programa estava previsto para ser executado no âmbito das ações do Programa de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna e foi apresentado como programa independente em decorrência da solicitação da condicionante 2.21 da Licença Prévia nº 342/2010.

No âmbito desse programa serão realizadas ações que promovam o afugentamento direto e indireto da fauna. O afugentamento indireto será decorrente das atividades corriqueiras de deslocamento de maquinário, bem como das atividades construtivas. O afugentamento direto da fauna será realizado antes do início das atividades construtivas, por equipe capacitada, através de varredura da área. Tal varredura será realizada gradativamente, acompanhando o plano de desmate, durante todo o período de desmatamento em todas as frentes de supressão, mesmo que essas áreas já tenham sido objeto de varredura em dias anteriores.

O presente programa não estava previsto dentre aqueles a serem implementados pelo EIA, embora houvessem ações voltadas para a educação ambiental e comunicação social que pudessem contribuir para a mitigação desse tipo de impacto. Em decorrência de solicitação constante da condicionante 2.21 da Licença Prévia nº 342/2010, o programa foi apresentado de forma independente.

O aumento das ocorrências de atropelamentos de fauna está diretamente associando à melhoria das condições viárias. Segundo o programa estão previstas como ações de disseminação de práticas de condução responsável, o monitoramento das ocorrências de atropelamentos, inclusive com a participação voluntária de condutores (após treinamento), a instalação de placas de sinalização/advertência e redutores de velocidade. O programa não prevê a captura ou transporte de carcaças de animais silvestres atropelados, embora possa ser requerida licença específica para esse fim caso exista alguma instituição de pesquisa interessada na obtenção desses espécimes.

O programa está previsto para ser desenvolvido nas vias de acesso a serem melhoradas em decorrência da implantação do empreendimento (como, por exemplo, o travessão 27, trechos do travessão 55, etc), bem como no trecho da Rodovia Transamazônica (BR-230) compreendido entre Altamira e Belo Monte.

Não está prevista a utilização dos dados deste monitoramento para a proposição de passagens de fauna nos trechos monitorados.

O Programa de Capacitação de Mão de Obra apresentado é parte do Plano Ambiental da Construção – PAC. De acordo com o EIA, seu objetivo é *complementar e ser mais específico do que o Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas. Pode-se dizer que o Programa de Capacitação de Mão de obra constante do PAC tem um horizonte temporal bem determinado, voltado para atender as necessidades das obras propriamente ditas, enquanto que o Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas guarda um caráter antecipatório, preparando mão de obra local para candidatar-se à atuação na construção do AHE.*

De acordo com o Parecer nº 114/2009, dado o objetivo, apontado na apresentação dos impactos, de que o apoio à qualificação da mão de obra local e regional venha a suprir, dentro do possível, as demandas de trabalho que surgirão com as obras e, assim, diminuir o fluxo migratório, bem como a deficiência na qualificação de mão de obra local na região e a imensa preocupação demonstrada pela população local durante as Audiências Públicas, o Programa deveria contemplar toda a AII e ser reapresentado de forma a possibilitar o início de sua execução a partir da emissão da LP.

Entre seus objetivos estão:

- priorizar a contratação de pessoas residentes na região, prestadores de serviços e empresas aí existentes, em especial na Área Diretamente Afetada (ADA) e nas Áreas de Influência Direta e Indireta (AID e AII), bem como o contingente de trabalhadores oriundos dos balcões de mão de obra;
- qualificar, de forma mais específica, os trabalhadores contratados para a implantação de forma a que estes possam melhor desempenhar suas tarefas, em acordo, inclusive, com as políticas de saúde, segurança e meio ambiente do empreendedor;

Para esta etapa, a proposta do programa é de que todas as ações de capacitação serão concentradas na cidade de Altamira. A principal interface do Programa de

Capacitação deverá ser com os Balcões de Atendimento do Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante, que farão a triagem e seleção das pessoas que tem interesse e condições de trabalhar no empreendimento, encaminhando-as para a capacitação.

De acordo com o PBA das Instalações Iniciais, a demanda de capacitação, para ao quatro primeiros meses é de:

Nível/Mês	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês
N1	99	472	833	977
N2	139	664	1.172	1.374
Alfabetização	-	180	180	180
Total	238	1.316	2.185	2.531

O documento "Esclarecimentos sobre as Condicionantes não Atendidas segundo o Parecer nº 95/2010", apresenta a seguinte distribuição da mão de obra por nível funcional para as instalações iniciais:

	Dez/10	Jan/11	Fev/11	Mar/11
N 1	39	57	607	810
N 2	159	196	232	238
N 3	27	32	105	130
N 4	66	96	67	63
N 5	20	31	25	24
N 6	68	67	46	40
Total	379	479	1.082	1.305

O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, protocolado em 3/12/2010, informou que para a implantação do Programa de Capacitação de Mão de Obra foi estabelecido contrato com o SENAI, que atuará diretamente nos treinamentos e capacitações e indiretamente com a cessão e administração de espaços/salas. De acordo com o apresentado, serão iniciados cursos para capacitação de 195 pessoas em dezembro e 225 em janeiro, perfazendo 420 pessoas capacitadas. Ainda que todas possam ser aproveitadas nas obras, tal número representa apenas 32% do número de trabalhadores necessários. Na documentação encaminhada pela NESA, os meses de fevereiro e março não estão cobertos com cursos de capacitação, mas foi apresentada uma segunda etapa de qualificação profissional, vinculada à obtenção da Licença de Instalação para todo o empreendimento, cuja solicitação ainda não se encontra em análise, devido ao requerimento de LI para as instalações iniciais. Não foi apresentado comparativo entre as necessidades para as obras e o perfil das vagas oferecidas nos cursos de capacitação. Conforme constatado em vistoria, a informação de que as instalações e carga horária oferecidas pelo SENAI, além da falta de laboratórios para aulas práticas, não seriam adequadas às necessidades do empreendimento.

[REDACTED]

O programa decorre de normas do Ministério do Trabalho, cabendo a este verificar sua adequação e fiscalizar sua execução.

De acordo com o apresentado, serão construídos dois postos de atendimento médico, com técnico de enfermagem, ambulância, medicação e equipamentos para atendimentos aos primeiros socorros, um no canteiro de obras Pimental e um no canteiro de obras Belo Monte, com a seguinte estrutura:

- ambulância equipada para a remoção rápida e segura daqueles que necessitarem de recursos mais especializados, permanentemente à disposição do posto médico. Além disso, no canteiro de obras Belo Monte, quando necessário, a ambulância atenderá a população das Vilas Santo Antônio e Belo Monte;
- estas Unidades de Saúde contarão com profissionais devidamente habilitados para prestar o primeiro atendimento aos possíveis pacientes em casos, tais como suturas, fraturas, hemorragias, traumatismos cranianos, entre outros;
- em cada ambulatório deverá existir laboratório para diagnóstico da malária.

De acordo com o apresentado o construtor manterá convênios com hospitais de Altamira - Hospital Regional da Transamazônica, Hospital Municipal São Rafael e Hospital Santo Agostinho - todos na rede SUS, para atendimento de urgências e emergências, e dará ciência aos funcionários para onde serão removidos em caso de emergência. Não foram, porém, apresentados tais convênios.

Não é apontada nenhuma solução do empreendedor para o atendimento de saúde dos trabalhadores contratados, presumindo-se, portanto, que utilizarão a rede pública, o que ocasionará sobrecarga nos serviços de saúde da região.

O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias afirmou que os levantamentos cadastrais foram encerrados para as áreas dos sítios construtivos de Belo Monte e Pimental, da futura linha de transmissão, acessos e travessão 27. O levantamento apresentou o quantitativo de 20 famílias de proprietários e 7 de não proprietários, cujas propriedades serão objeto de negociação para aquisição integral. Para os próximos quatro meses foram elencadas as seguintes ações: negociações com proprietários e não proprietários; preparação de informativo e reuniões com comunitários sobre caderno de preços; e, cadastramento fundiário e socioeconômico da Vila de Santo Antônio.

Contudo, não estão identificados os 20 proprietários e as 7 famílias de não proprietários que terão a primeira abordagem deste Programa. O documento não é claro sobre a conclusão do caderno de preços a ser apresentado e discutido, uma vez que na época da vistoria, em novembro/2010, havia pendências quanto ao valor da lavoura do cacau para concluir o trabalho.

Não foram apresentadas ações referentes à localidade de São Francisco das Chagas e similares (à beira do travessão 27).

Tem como objetivos:

- acompanhar a evolução do fluxo migratório associado à implantação do AHE Belo Monte, de forma a obter subsídios não apenas para uma eventual necessidade de realização de ajustes nas medidas previstas para mitigar os seus impactos, mas também para orientar a atividade de planejamento dos municípios;
- orientar a população migrante sobre as efetivas possibilidades de emprego a serem criadas a partir da implantação do empreendimento, e as correspondentes qualificações profissionais requeridas, com vistas a inseri-la no mercado de trabalho;
- apresentar à população migrante as características do empreendimento e da região de forma a tornar conhecido para essa população o novo universo em que ela está se inserindo, levando-a inclusive à avaliação da possibilidade de retornar ao seu local de origem se as perspectivas forem desfavoráveis;

4/88 26

1076

- subsidiar um eventual estudo para a implantação de medidas visando incentivar a redução do fluxo migratório espontâneo para a região.

Deverão ser implantadas estruturas físicas de recepção e atendimento à população migrante, formando assim um banco de dados para subsídio a diversos outros Programas e ações. O banco de dados deverá interagir com os sistemas de informação existentes nos municípios.

O Programa contará com equipe qualificada, bem como com uma rede informatizada implantada, permitindo a comunicação eficiente entre os diversos pontos físicos estabelecidos, que será coordenada por uma estrutura central.

Os Balcões de Atendimento para informações sobre o empreendimento deverão ter como foco a orientação aos migrantes quanto às reais possibilidades de obtenção de empregos vinculados ao empreendimento. Os balcões concentrarão ainda outras funções diretamente associadas, como orientação sobre a capacitação e processo seletivo, destinado a todos os interessados, e não apenas ao migrante.

Além dos Balcões de Atendimento, o Programa necessitará de uma Central de Monitoramento do Programa

Prevê, ainda, projetos de campanhas de comunicação específicas, para dar suporte às ações propostas. Todas essas atividades deverão ser implementadas em parceria com o Programa de Interação Social e Comunicação.

Para isso são previstas duas frentes básicas de atuação:

- implantar campanhas de comunicação em terminais rodoviários;
- atuação junto aos serviços de recrutamento e seleção de trabalhadores.

Deverá ser implantada central telefônica, com ligações sem custos para o usuário (0800), que fornecerá informações do empreendimento, localização dos Balcões de Atendimento, e outras orientações, visando com isso contribuir para a redução do afluxo de pessoas para a região.

De acordo com o PBA, o programa deverá ser implantado de imediato, já na etapa de planejamento do empreendimento, de modo que já esteja em vigor quando tiver início a construção do AHE Belo Monte, e deverá se estender, pelo menos, até o quarto ano das obras, período em que deverão se concentrar as ofertas de emprego.

O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, protocolado em 3/12/2010, apontou a instalação de um balcão de atendimento em Altamira e outro em Vitória do Xingu, e que até o dia 29/11/2010 haviam sido cadastradas 1.233 pessoas em Altamira e 318 pessoas em Vitória do Xingu. Aponta ainda ações a serem realizadas nos próximos quatro meses:

- instalação de mais um balcão de atendimento em Altamira, até 10 de dezembro de 2010, situado à rua Irmã Serafina, s/nº, anexo ao Ginásio Poliesportivo Nicias Ribeiro, bairro Brasília;
- implantação do balcão móvel para atendimento a Belo Monte e Belo Monte do Pontal em 17/12/10;
- continuação do cadastramento;
- implantação da Central de Monitoramento do Programa em Altamira;
- desenvolvimento do banco de dados do cadastramento da população;
- análise do cadastro e encaminhamento da população para: treinamentos de capacitação; para as redes sociais, prontidão para o trabalho em caso de preencher as especificações requeridas, encaminhamento para o mercado do trabalho e/ou empreendimento;
- implantação dos demais seis balcões fixos, nos seguintes municípios: Anapu, Brasil Novo, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Pacajá, a partir de janeiro/2011.

Conforme verificado em vistoria e depreendido da documentação apresentada, os balcões têm cumprido uma função mais relacionada ao cadastramento da população

interessada em trabalhar no empreendimento, ligada ao Programa de Capacitação de Mão de Obras, que dá orientação da população migrante. Preocupa a proposta de encaminhamento da população para as redes sociais e a falta de integração entre atendimento e capacitação.

O Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante em implantação não garante que não restarão encargos para os serviços sociais dos municípios.

[REDACTED]

Tem por objetivo geral, estabelecer um canal de comunicação entre o empreendedor e a sociedade, fornecendo informações sobre o empreendimento e recebendo as impressões, sugestões e demandas da sociedade. Como objetivos específicos, foram listados:

- estabelecer um processo ordenado e permanente de relacionamento entre o empreendedor e os diversos grupos sociais envolvidos com a construção e operação do AHE Belo Monte, visando a instrumentalizar a interação e os processos de negociações sociais a serem estabelecidos nas diversas etapas do projeto;
- informar, permanente e sistematicamente a população afetada, os segmentos institucionais, as associações de classe e representantes de movimentos sociais organizados sobre o projeto, os impactos decorrentes e respectivos compromissos assumidos pelo empreendedor;
- dar suporte ao estudo, planejamento e implementação dos planos e programas ambientais previstos para serem executados pelo empreendedor.

De acordo com o empreendedor, as ações do Programa de Comunicação Social para o PBA tem continuidade com as ações realizadas na fase de elaboração de EIA/RIMA. A empresa e equipe de campo permaneceram as mesmas, bem como a estratégia de comunicação. O programa realizou atividades contínuas desde a criação da Norte Energia, já na fase de ações preparatórias para a implantação das instalações iniciais.

[REDACTED]

De acordo com o apresentado, o Programa de Educação Ambiental tem por finalidade sensibilizar a comunidade em geral e promover a educação ambiental para públicos diferenciados, através de um processo que permita a construção do conhecimento, facilitando a reflexão sobre as complexas relações no meio ambiente, sobretudo aquelas afetas à disponibilidade do recurso água no planeta e a produção de energia elétrica, com enfoque especial na Bacia do Rio Xingu.

O programa não é executivo e não é apresentado cronograma, apenas afirma-se que está proposto para ser implantado durante todo o período da obra e até um ano após a concessão da Licença de Operação. O PBA limita-se a colocar como objetivo para esta fase o desenvolvimento e aplicação de curso de capacitação em educação ambiental destinado aos técnicos, gestores e líderes de equipe que, após serem capacitados deverão montar as estratégias necessárias para instruir todos os trabalhadores do empreendimento que desempenham suas funções nos canteiros de obra. Além disso, o programa proposto abrange apenas os sítios Pimental e Belo Monte. Além da ausência ações para Belo Monte e Belo Monte do Pontal, nem mesmo comunidades como as de Santo Antônio, localizada entre os alojamentos e o canteiro de Belo Monte, e São Francisco das Chagas e demais, às margens de travessão que será melhorado, foram contempladas.

Handwritten signature and initials.

1078/

2.16.1. Subprograma de Prospecções Arqueológicas Intensivas

2.16.2. Subprograma de Salvamento Arqueológico

2.16.3. Subprograma de Educação Patrimonial

O IPHAN, por meio do Ofício nº 092/09 – CNA/DEPAM/IPHAN, determinou a necessidade de elaboração de Projeto de Prospecção e Resgate Arqueológico, Projeto de Educação Patrimonial e Projeto de Implantação de Casas de Memória em Altamira e Vitória do Xingu. Os subprogramas afetos à proteção e preservação do patrimônio arqueológico devem ser objeto de avaliação daquele Instituto.

Foi emitida a Portaria IPHAN nº 22, de 24 de agosto de 2010, que trata de permissões e autorizações relativas à elaboração do projeto de arqueologia preventiva nas áreas de intervenção do AHE Belo Monte.

Tem como objetivo contribuir para melhoria das ações de epidemiologia, prevenção e controle de doenças desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Saúde de Altamira, Vitória do Xingú, Brasil Novo, Anapu e Senador José Porfírio, pertencentes a AID do AHE Belo Monte, além de Pacajá da AII, devido à grande incidência de casos autóctones de malária, com medidas que promovam o fortalecimento da vigilância epidemiológica destes municípios.

Para o desenvolvimento das ações previstas, será celebrado um convênio entre o Empreendedor e cada Prefeitura Municipal dos seis municípios. Cada Prefeitura deverá criar, no âmbito da Secretaria de Saúde, uma instância específica de vigilância epidemiológica, que poderá ser denominada Núcleo de Vigilância Epidemiológica – NUVE, que será o órgão responsável pela execução deste subprograma.

Ainda de acordo com o PBA apresentado, deve ser implantado logo no início das obras. Para isso, as negociações e os trâmites burocráticos para a celebração dos convênios devem iniciar, pelo menos três meses antes, para que os Núcleos de Vigilância Epidemiológica (NUVEs) estejam aptos a operar logo no primeiro dia de início das obras.

Prevê entre suas ações educativas promover treinamento de profissionais de saúde em epidemiologia, DST/HIV/AIDS e gravidez na adolescência, doenças de veiculação hídrica e transmitidas por vetores, especificamente:

- Curso Básico de Vigilância Epidemiológica – CBVE;
- Manejo Clínico da Dengue Clássica e Hemorrágica;
- Fórum Científico de HIV/AIDS;
- Abordagem Sindrômica das DSTs.

O cronograma apresentado prevê, já para a fase de instalações iniciais: o estabelecimento de acordos e parcerias; a aquisição de equipamento para Vigilância e Saúde; realização de obras de reforma, ampliação e construção; estabelecer grupo de trabalho para acompanhamento das ações; atividades de monitoramento e controle de vetores; atividades de monitoramento e controle de doenças; realização de treinamentos para os profissionais de saúde; suporte técnico e acompanhamento das ações de saúde; elaboração de relatórios trimestrais; elaboração de boletim epidemiológico.

O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, protocolado em 3/12/2010, trouxe que, para a Vila de Santo Antônio e outras comunidades próximas aos canteiros (dos sítios Pimental e Belo Monte), como, por exemplo, São Francisco das Chagas, propõe-se o início imediato de algumas das ações previstas no PBA, notadamente Plano de Saúde Pública, com a prevenção das DSTs e em particular da AIDS. O documento afirma que o empreendedor apoiará com campanhas de esclarecimento, de acordo com as políticas públicas da vigilância epidemiológica das

Fls. 250
Proc. 1248
1.079

Secretarias Municipais de Saúde, para a prevenção, diagnóstico e tratamento das DST/AIDS, bem como na capacitação de recursos humanos, atividades de educação em saúde e mobilização social. Apresenta como ações a serem realizadas nos próximos quatro meses apoiar e ampliar as prefeituras nas ações preventivas, tais como palestras para as comunidades, disponibilização de material educativo, entre outros.

Apesar da execução do Programa depender de convênios com a 10ª Regional da SESP em Altamira e com as Secretarias Municipais de Saúde da AID e Pacajá, não foi apresentada nenhuma ação nesse sentido, o que inviabiliza o início da execução do programa. Ressalta-se, como exposto acima, que as negociações e os trâmites burocráticos para a celebração dos convênios devem, de acordo com o apresentado, iniciar pelo menos três meses antes, para que os Núcleos de Vigilância Epidemiológica (NUVEs) estejam aptos a operar logo no primeiro dia de início das obras.

Para esta fase devem ser apresentadas ações mais específicas e efetivas para as comunidades mais próximas às obras, como é o caso de Belo Monte, Belo Monte do Pontal, além de Santo Antônio e São Francisco das Chagas, entre outras ao longo do travessão 27.

Por meio do Ofício NE 036/2010 - DS, de 15/10/2010, a NESA encaminhou ao Ibama o Atestado de Condição Sanitária - ATCS, de 14/10/2010, atestando que a NESA está apta para a continuidade do processo de licenciamento, devendo cumprir integralmente o Plano de Ação para o Controle da Malária - PACM, aprovado por meio do Parecer Técnico nº 28/2010/CGPNM/DEVEP/SVS/MS, de 07 de outubro de 2010.

3. OUTROS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

O EIA prevê, para os impactos associados à fase de implantação de infraestrutura de apoio à construção, ações ambientais a serem implementadas. A seguir são destacados alguns impactos e ações ambientais propostas, seguidos de alguns comentários relacionados às ações propostas para a presente fase do licenciamento ambiental.

Impactos previstos para a fase de implantação da infraestrutura de apoio: *Aumento no Fluxo Migratório*

Ações Ambientais propostas:

- Fortalecimento das instituições públicas com o intuito de prepará-las e capacitá-las para a gestão dos diferentes serviços que serão submetidos ao incremento de demanda e, conseqüentemente, à pressão derivada do aumento do fluxo migratório e de um quadro de maior exigência das instâncias da administração pública, especialmente no nível municipal. Este fortalecimento é consubstanciado, no EIA, no bojo do Plano de Articulação Institucional, mais especificamente no âmbito do Programa de Fortalecimento da Administração Pública, do Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos e do Programa de Articulação e Interação Institucional.
- Apoio à qualificação da mão de obra local e regional com vistas a aumentar a capacidade de suprimento, pela população local (das AID e AII), das demandas de trabalho que surgirão com as obras e, assim, diminuir o afluxo migratório, além de incentivar a compra na própria região de insumos e serviços necessários à implantação do empreendimento. Este tipo de ação é objeto também do Plano de Articulação Institucional, mais especificamente do Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas.

- 1.000/
- Apoio à melhoria da infraestrutura social e urbana para que os municípios suportem as mudanças decorrentes do aumento populacional da região. Neste contexto, três programas são propostos, neste EIA, inclusos no Plano de Requalificação Urbana, direcionados para os municípios e localidade que deverão materializar-se como os principais pólos atratores de migrantes, a saber: Programa de Intervenção em Altamira; Programa de Intervenção em Vitória do Xingu; e Programa de Intervenção nas Vilas de Belo Monte, em Vitória do Xingu e Belo Monte do Pontal, em Anapu.
 - Recomposição e melhoria, em parceria com a administração pública, da infraestrutura de saneamento das comunidades rurais localizadas nas proximidades dos canteiros de obras, nos diferentes sítios construtivos, e da Vila Residencial de Santo Antônio de Belo Monte, esta no Sítio Belo Monte. Tais objetivos serão cumpridos, no âmbito do Plano de Atendimento à População Atingida proposto neste EIA, mais especificamente através do Programa de Recomposição/Adequação da Infraestrutura Rural.
 - Acompanhamento e monitoramento social das comunidades localizadas nas proximidades dos canteiros de obras e das vilas residenciais do empreendimento, através do Programa de orientação e Monitoramento da População Migrante, no âmbito do Plano de Relacionamento com a População, bem como do Programa de Acompanhamento Social, este incluso no rol das ações contempladas pelo Plano de Atendimento à População Atingida.
 - Monitoramento e controle de vetores de doenças endêmicas nas AII, na AID e na ADA, no âmbito de programa com este objetivo específico integrante do Plano de Saúde Pública, através do Programa de Vigilância Epidemiológica, sendo que a questão da malária será tratada individualmente no contexto do Programa de Ações de Controle da Malária (PACM), também integrante do Plano supracitado.
 - Programa de Conservação da Ictiofauna, integrante do Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos, voltado para mitigar os impactos derivados das pressões sobre os recursos pesqueiros que, conforme antes abordado, poderão ser decorrentes do aumento do fluxo migratório, além de outros que serão advindos de processos diferenciados ligados ao AHE Belo Monte, interferindo sobre o ecossistema aquático nas ADA e AID.
 - Ações de comunicação e de educação ambiental voltadas para minimizar as pressões sobre os recursos faunísticos, através do incremento da caça, e sobre os recursos extrativos madeireiros e não madeireiros. Estas ações serão contempladas, respectivamente, no âmbito do Programa de Interação Social e Comunicação e do Programa de Educação Ambiental, ambos integrantes do Plano de Relacionamento com a População.

Intensificação do Uso e Ocupação Desordenado do Solo, em Especial no entorno das Vilas Residenciais

Ações Ambientais propostas:

- Plano de Articulação Institucional: Programa de Fortalecimento da Administração Pública; e Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos.
- Em especial no tocante à Altamira, Vitória do Xingu e Belo Monte, devem ser também destacadas ações atinentes aos Programas de Intervenção previstos para estes locais, inseridos no Plano de Requalificação Urbana. Em Altamira deverá ser desenvolvido em estreita interação com a revisão do Plano Diretor Municipal, ora em curso, no qual já são previstas zonas habitacionais voltadas para abrigar a expansão urbana da sede municipal, considerando ainda uma zona específica de proteção ambiental dos igarapés Ambé, Altamira e Painelas.

Fis 3-703
12477/081

Aumento da Demanda por Equipamentos e Serviços Sociais

Ações Ambientais propostas:

- Fortalecimento das instituições públicas com o intuito de capacitá-las para a gestão. Tais ações estão consubstanciadas nos seguintes programas, integrantes do Plano de Articulação Institucional: Programa de Fortalecimento da Administração Pública; e Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos.
- Apoio à qualificação da mão de obra local e regional com vistas a suprir, dentro do possível, as demandas de trabalho que surgirão com as obras e, assim, diminuir o afluxo migratório. Este tipo de ação é objeto também do Plano de Articulação Institucional, mais especificamente do Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento Profissional e às Atividades Produtivas.
- Apoio à melhoria da infraestrutura social e urbana para que os municípios suportem as mudanças decorrentes do aumento populacional da região, sendo que o empreendedor deverá se articular com as prefeituras municipais e com representantes do Governo Estadual e Federal para estabelecer parcerias, inclusive financeiras, para compatibilizar os custos de implantação das melhorias requeridas na infraestrutura em função do afluxo migratório decorrente do AHE Belo Monte com as verbas já disponíveis para os municípios das AID no âmbito de programas como o PAC e BR-163 Sustentável. Observa-se ainda que no caso específico da Vila de Belo Monte, o empreendedor deverá arcar integralmente com os custos de projeto e implantação do aterro sanitário e dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem de toda a área urbana. Estas ações deverão ser desenvolvidas no âmbito do Plano de Requalificação Urbana.
- Recomposição e melhoria, em parceria com a administração pública, da infraestrutura de saneamento das comunidades rurais localizadas nas proximidades dos canteiros de obras e vilas residenciais, no contexto do Programa de Recomposição/Adequação dos Equipamentos e Serviços Sociais, este incluso no rol de ações afetas ao Plano de Atendimento à População Atingida. É importante observar que, para as áreas rurais que poderão receber afluxo migratório, como é o caso, por exemplo, da localidade de Ressaca, em função de sua proximidade com o Sítio Pimental e com os Sítio dos Canais e Diques, o empreendedor, a princípio, deverá arcar com os custos para implementação dos equipamentos de saneamento básico necessários, havendo aqui a possibilidade de articulação, nas esferas municipais, estaduais e federais, para que haja a adequada apropriação e destinação de verbas já previstas para tal no bojo do Programa Territórios da Cidadania.

Aumento da Demanda por Segurança Pública

Ações Ambientais propostas:

- Plano de Articulação Institucional: Programa de Fortalecimento da Administração Pública; Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos; Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento Profissional e às Atividades Produtivas; e Programa de Articulação e Interação Institucional.

Aumento da Disseminação de Doenças Endêmicas e Possibilidade de Introdução de Novas Endemias

Ações Ambientais propostas:

- 1.002/
- Fortalecimento das instituições públicas com o intuito de capacitá-las para a gestão e para promover a estruturação da Atenção Básica à Saúde dos municípios. Tais ações estão consubstanciadas nos seguintes programas, integrantes do Plano de Articulação Institucional: Programa de Fortalecimento da Administração Pública; e Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos.
 - Apoio à qualificação da mão de obra local e regional com vistas a suprir, dentro do possível, as demandas de trabalho que surgirão com as obras e, assim, diminuir o afluxo migratório. Este tipo de ação é objeto também do Plano de Articulação Institucional, mais especificamente do Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento Profissional e às Atividades Produtivas.
 - Intensificação da vigilância epidemiológica, bem como das ações de prevenção e controle de doenças, no âmbito do Programa de Monitoramento e Controle de Vetores de Doenças Endêmicas e do Programa de Ação de Controle à Malária (PACM), ambos inseridos no Programa de Vigilância Epidemiológica.
 - Controle do uso e ocupação desordenado do solo, visando evitar a formação de núcleos carentes de infraestrutura, tais como invasões periurbanas e rurais em todos os municípios da AII, com destaque para a AID, bem como a intensificação da ocupação por palafitas nas margens dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, na sede urbana de Altamira. Neste caso, são válidas aqui todas as ações antes explicitadas para o impacto "Intensificação do Uso e Ocupação Desordenado do Solo, em Especial no Entorno das Vilas Residenciais".
 - Acompanhamento e monitoramento social das comunidades localizadas nas proximidades dos canteiros de obras e das vilas residenciais do AHE Belo Monte, no âmbito do Programa de Acompanhamento Social, um dos objetos do Plano de Atendimento à População Atingida.

Aumento da Disseminação de Doenças Infecto-contagiosas

Ações Ambientais propostas:

- Fortalecimento das instituições públicas com o intuito de capacitá-las para a gestão e para promover a estruturação da Atenção Básica à Saúde dos municípios. Tais ações estão consubstanciadas nos seguintes programas, integrantes do Plano de Articulação Institucional: Programa de Fortalecimento da Administração Pública; e Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos.
- Apoio à qualificação da mão de obra local e regional com vistas a suprir, dentro do possível, as demandas de trabalho que surgirão com as obras e, assim, diminuir o afluxo migratório. Este tipo de ação é objeto também do Plano de Articulação Institucional, mais especificamente do Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento Profissional e às Atividades Produtivas.
- Intensificação da vigilância epidemiológica, bem como das ações de prevenção e controle de doenças, no âmbito do Programa de Vigilância Epidemiológica.
- Controle do uso e ocupação desordenado do solo, visando evitar a formação de núcleos carentes de infraestrutura, tais como invasões periurbanas e rurais em todos os municípios da AII, com destaque para a AID, bem como a intensificação da ocupação por palafitas nas margens dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, na sede urbana de Altamira. Neste caso, são válidas aqui todas as ações antes explicitadas para o impacto "Intensificação do Uso e Ocupação Desordenado do Solo, em Especial no Entorno das Vilas Residenciais".
- Acompanhamento e monitoramento social das comunidades localizadas nas proximidades dos canteiros de obras e das vilas residenciais do AHE Belo

Monte, no âmbito do Programa de Acompanhamento Social, um dos objetos do Plano de Atendimento à População Atingida.

370
1817
8

Sobrecarga na Gestão da Administração Pública

Ações Ambientais propostas:

- Fortalecimento das instituições públicas com o intuito de capacitá-las para a gestão, consubstanciadas nos seguintes programas, integrantes do Plano de Articulação Institucional: Programa de Fortalecimento da Administração Pública; e Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos.

Especulação Imobiliária e Aumento sobre os Imóveis do Entorno

Ações Ambientais propostas:

- Programa de Fortalecimento da Administração Pública; inserido no âmbito do Plano de Articulação Institucional.
- Programa de Intervenção em Altamira e Programa de Intervenção na Vila de Belo Monte, ambos inseridos no contexto do Plano de Requalificação Urbana, voltados, inclusive, para normatizar o uso e ocupação do solo nessas localidades, o que poderá contribuir, inclusive, para a implementação, pelos poderes públicos municipais, de núcleos de moradias unihabitacionais e plurihabitacionais populares, reduzindo a pressão sobre os preços dos imóveis para abarcar a demanda representada pela íntegra do contingente populacionais que deverá afluir para Altamira e para as proximidades do Sítio Belo Monte.
- Programa de Intervenção em Vitória do Xingu, também integrante do Plano de Requalificação Urbana, objetivando, entre outros, atrair parte da população migrante originalmente antevista para o Eixo Leste, configurado pelo entorno do Sítio Belo Monte, alocando-a em áreas com a devida infraestrutura de serviços. Adicionalmente, poderá ser produzido, em Vitória do Xingu, um caráter preventivo da especulação de preços dos imóveis face à implementação de moradias unihabitacionais e plurihabitacionais, a exemplo das ações propostas para Altamira e para a Vila de Belo Monte.
- Programa de Interação Social e Comunicação, integrante do Plano de Relacionamento com a População.

Aumento da Pressão sobre os Recursos Florestais Madeireiros e Não Madeireiros

Ações Ambientais propostas:

- No âmbito do Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres, o Programa de Conservação (Manejo) da Flora e, mais especificamente, o Projeto de Formação de Banco de Germoplasma.
- No contexto do Plano de Relacionamento com a População, o Programa de Educação Ambiental.
- No âmbito do Plano de Atendimento à População Atingida, o Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais, de forma a gerar alternativas reais de geração de renda que possam se mostrar mais atrativas do que a exploração desordenada, e carente de manejo, de recursos madeireiros e não madeireiros.

Proliferação de Zoonoses

Ações Ambientais propostas:

- Como ações preventivas e mitigadoras do impacto em tela são propostas ações afetas ao Programa de Vigilância Epidemiológica, mais especificamente o Programa de Monitoramento e Controle de Vetores de Doenças Endêmicas, bem como de esclarecimento à população urbana e rural, no contexto do Plano de

4/8
11/10

Relacionamento com a População, através do Programa de Interação Social e Comunicação.

Alteração na Relação Oferta-demanda por Insumos, Mercadorias e Serviços e Dinamização da Economia

Ações Ambientais propostas:

- No âmbito do Plano de Relacionamento com a População, ações objeto dos Programas de Interação Social e Comunicação e de Orientação e Monitoramento da População Migrante, voltadas para divulgar informações sobre os empregos a serem gerados e as reais oportunidades a serem criadas, com vistas a orientar a população local e aquela migrante.
- No contexto do Plano de Articulação Institucional, mais especificamente no bojo do Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas, medidas voltadas para apoiar a qualificação da mão-de-obra local e regional de forma a suprir, dentro do possível, as demandas de trabalho que surgirão com as obras. Observa-se que aqui estão inseridas também ações de apoio ao empresariado local e regional para intensificar a sua participação no fornecimento de insumos e produtos demandados pelo empreendimento.
- No âmbito do Plano de Atendimento à População Atingida, planejamento e implementação do Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais, de forma a auferir sinergias benéficas com o Programa Territórios da Cidadania para aumentar, efetivamente, a produção agropecuária voltada para o abastecimento das demandas relativas, principalmente, a gêneros alimentícios.

Comentários

Plano de Articulação Institucional

O Plano de Articulação Institucional, composto do Programa de Fortalecimento da Administração Pública, Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, Programa de Articulação e Interação Institucional e Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas é fundamental para a preparação da região para o início das obras referentes à UHE Belo Monte.

Apesar de seu caráter antecipatório, não foram detalhadas ações dos Programas para esta fase. Para o Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas, que tem entre seus objetivos incentivar a qualificação profissional de forma a habilitar a população residente na região para aproveitar as oportunidades de trabalho e geração de renda, resultantes da dinamização das atividades econômicas na fase de construção, não foi apresentada nenhuma ação.

De acordo com o 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, os Programas de Articulação e Interação Institucional, Fortalecimento da Administração Pública e Apoio à Gestão dos Serviços Públicos têm em comum uma atividade inicial que permitirá o desenvolvimento dos mesmos, que seria o inventário dos fatores administrativos, financeiros, institucionais e físico-territoriais de cada Município da AID a serem realizados *in loco* por equipe técnica. Ainda de acordo com o documento, foi constituída equipe para sua realização. As ações apresentadas para os próximos 4 meses são:

- montagem de instrumento de captação de dados em dezembro/2010;
- início da realização do Inventário em dezembro/2010;
- consolidação dos resultados do inventário e emissão dos relatórios diagnóstico em fevereiro/2011;

- 230
1242
1085
- identificação dos prováveis desafios a serem enfrentados por cada um dos municípios, em face das alterações causadas pelo empreendimento em março/2011;
 - avaliação do caminho crítico a ser percorrido pelos municípios após março/2011.

Programa de Acompanhamento Social

De acordo com o EIA, com este Programa pretende-se reduzir e ou controlar os seguintes impactos previstos: a perda das principais referências sócio espaciais (incluindo a paisagem), o risco de desestruturação das redes de relações familiares e comunitárias, a alteração nos modos de vida, especialmente da população rural remanejada, a geração de expectativas e a possibilidade de conflitos decorrentes da convivência entre população local e migrante. Destaca-se para a fase de instalações iniciais o Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs.

O Programa não foi detalhado para esta fase. O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, protocolado em 3/12/2010, apresenta o texto que se segue:

A Central de Triagem tem como principal foco encaminhar migrantes oriundos de outras localidades que apresentarem situações de vulnerabilidade pessoal e social, tais como: ausência de moradia ou falta de condições financeiras para estadia temporária na região, precariedade para manter as condições de higiene pessoal e alimentação, além de saúde. Uma vez identificadas as diversas possibilidades de ocorrências, serão encaminhados aos serviços da rede pública mais próximos e uos serviços de suporte apresentados neste documento como possibilidades de atendimento inicial e imediato.

Ações a serem realizadas nos próximos 4 meses

- *Elaboração de Plano de Triagem em dezembro/2010;*
- *Elaboração do Plano de Convivência Social em dezembro/2010;*
- *Seleção de áreas para implantação da Central de Triagem e Convivência Social do Migrante em janeiro/2011;*
- *Adaptação das áreas e implantação da Central de Triagem em janeiro/2011.*

Preocupa a intenção de encaminhar os migrantes aos serviços da rede pública mais próximos, sobrecarregando-os com a população atraída pelo empreendimento. Não ficam claros, ainda quais seriam os *serviços de suporte apresentados neste documento como possibilidades de atendimento inicial e imediato.*

Não são previstas medidas voltadas às comunidades próximas às obras, no sentido de mitigar os impactos desta fase.

Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

Proposto no âmbito das complementações ao EIA, tem como objetivo implantar um processo de acompanhamento e avaliação das transformações da dinâmica socioeconômica e populacional verificadas nos municípios da AII do AHE Belo Monte. Entre seus objetivos específicos estão:

- **Monitoramento:** retroalimentar as ações contidas nos Programas Ambientais permitindo possíveis correções de percursos durante suas respectivas implantações. Trata-se de um processo contínuo de avaliação formativa dos Programas.
- **Avaliação:** identificar a eficácia das ações dos Programas em relação ao atendimento dos seus objetivos gerais.

1286

O processo de avaliação estará efetivamente associado às diferentes fases do cronograma da obra, a saber:

- T₀ – A partir do leilão durante a elaboração do PBA;
- T₁ – seis meses após a LI;
- T₂, T₃, T₄, T₅, T₆, T₇ – A cada seis meses, correspondendo ao período de maior mobilização da obra (até o 3º. Ano de obra);
- T₈, T₉, T₁₀, T₁₁ – a cada seis meses, correspondendo ao período início de desmobilização da obra (até o 5º. Ano);
- T₁₂, T₁₃, T₁₄, T₁₅ – a cada 12 meses, correspondendo ao período de montagem de máquinas;
- T₁₆ – 12 meses após o T₁₅, correspondendo ao período de total desmobilização das obras; e
- T₁₇ – 36 meses ou três anos após a desmobilização total das obras.

Ainda de acordo com as complementações ao EIA, seu caráter é antecipatório, com o Programa se iniciando após a definição do empreendedor, no momento da elaboração do PBA, devendo estar incluído entre as ações antecipatórias, e o T₀ devendo ser obtido a partir do leilão, durante a elaboração do PBA. No mesmo documento foi apresentada uma relação preliminar dos aspectos/dimensões e indicadores para avaliação.

Para a fase de instalações iniciais o Programa não foi apresentado. O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, protocolado em 3/12/2010, trouxe quadro com os indicadores socioeconômicos e suas fontes de obtenção, em acordo com o proposto nas complementações ao EIA, porém estes não foram quantificados, isto é, não foi efetivamente apresentado o T₀, mas sim os dados a serem obtidos, suas fontes e indicação temporal. Muitos dos dados já existem, porém outros serão obtidos a partir dos cadastros realizados nos balcões, pesquisas específicas a serem realizadas pelo empreendedor e cadastro socioeconômico, com previsão de sua obtenção para o ano de 2011. Desta forma fica também a dúvida sobre como serão sistematizados os "Ts" propostos pelo programa.

Conforme o 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, para a fase de instalações iniciais, a proposta é o monitoramento de somente alguns indicadores e utilização das mesmas fontes de dados do Monitoramento completo. As variáveis principais para a fase de instalações iniciais seriam as relacionadas à saúde, educação, segurança pública e saneamento básico.

No caso de indicadores de saúde pública, consideraram-se os mais relevantes os referidos à ocorrência de endemias existentes que são de notificação compulsória. Com base nos controles existentes na rede pública e de acordo com o perfil epidemiológico regional e local foram selecionadas as patologias mais conspícuas e que poderiam refletir de forma mais eloquente os fluxos populacionais: AIDS, Leishmaniose Tegumentar Americana, Leishmaniose Visceral e Hepatites.

No caso de educação, o indicador selecionado foi o relacionado a matrículas no ensino fundamental, que reflete de forma consistente o afluxo de população.

Em termos de segurança pública, o perfil das ocorrências hoje estabelecido, de modo a se verificar, ao longo do tempo, as modificações mais visíveis que possam ocorrer, com especial atenção a causas violentas, tais como: furtos, assaltos, latrocínios, homicídios e conflitos de convivência.

Por fim, no caso de saneamento, o indicador principal escolhido foi o consumo de água fornecida por rede pública nas áreas urbanas, que se mostraria bastante sensível com relação ao afluxo de população, inclusive pela disponibilidade de séries históricas de cobertura do atendimento e volumes distribuídos.

Fis. 2709
1848
8/1087

De acordo com o empreendedor, esses indicadores e variáveis deverão permitir que se conheça a situação preexistente (T_0) antes do início das obras a partir de dados secundários, o que permitirá o acompanhamento dos movimentos populacionais ao longo da maturação do empreendimento. Foram apresentados dados dos indicadores pré-selecionados de educação e saúde para os municípios de Altamira, Anapu, Senador José Porfírio, Brasil Novo e Vitória do Xingu, sendo que os indicadores de saneamento e segurança encontram-se em fase de coleta de dados.

Aparentemente, da forma apresentada, foi proposta obtenção de T_0 para as instalações iniciais, composto de quatro indicadores, conforme relatado acima. O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, porém, reafirma que o T_0 (cenário preexistente) deverá ser construído ainda durante a fase de elaboração do PBA, e apresenta para os próximos quatro meses a previsão de sua definição e consolidação em um banco de dados que deverá contemplar minimamente as seguintes informações:

- dados secundários disponíveis referentes à base populacional existente nos municípios da AI e localidades anfitriãs;
- dados secundários disponíveis referentes às condições de vida e trabalho da população dos municípios da AI e localidades anfitriãs;
- dados secundários disponíveis referentes à oferta de serviços de saúde, educação, saneamento e segurança;
- dados secundários disponíveis referentes às atividades econômicas e finanças públicas; e
- cadastro socioeconômico da população a ser transferida e da população residente na Volta Grande a ser realizado quando da elaboração do PBA.

O documento não apresenta proposta de monitoramento dos dados para as instalações iniciais, não deixa claro se pretende obter um T_0 diferente para cada uma das licenças, nem como pretende proceder ao monitoramento e avaliação dos programas a serem implementados.

O Programa, conforme proposto anteriormente à Licença Prévia, era claro no sentido de que o T_0 deveria ser obtido entre a LP e a LI, antes do início de qualquer obra, de forma a refletir a situação preexistente. Da forma como apresentado para esta fase, não foi possível compreender a proposta para as instalações iniciais.

4. CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

A LP nº 342/2010 estabeleceu seis condições gerais e 40 específicas para o AHE Belo Monte. Em relação às condições gerais houve alteração da concepção do empreendimento, constantes do Projeto Básico Ambiental – PBA das Instalações Iniciais. Quanto às condições específicas são tecidas as considerações abaixo.

2.1 O Hidrograma de Consenso deverá ser testado após a conclusão da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal. Os testes deverão ocorrer durante seis anos associados a um robusto plano de monitoramento, sendo que a identificação de importantes impactos na qualidade de água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande, poderão suscitar alterações nas vazões estabelecidas e consequente retificação na licença de operação. Entre o início da operação e a geração com plena capacidade deverá ser mantido no TVR, minimamente, o Hidrograma B proposto no EIA. Para o período de testes devem ser propostos programas de mitigação e compensação.
Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.2 Apoiar o funcionamento de Grupo de Trabalho interministerial e interinstitucional, envidando esforços para sua criação, visando acompanhar o

1088/

licenciamento e efetuar vistorias periódicas no empreendimento, adotando as medidas indicadas pelo Grupo e aprovadas pelo IBAMA, sem prejuízo das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental, até que sejam sanadas as irregularidades, ressalvados os efeitos produzidos durante a vigência da licença.

Condicionante em atendimento. O empreendedor sugere que, a partir do grupo constituído para discutir o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS do Xingu, se estabeleça um Fórum destinado a acompanhar a implantação do PBA e sua articulação constante com o PDRS. Por meio do Ofício nº 818/2010 – GP/IBAMA, de 22/10/2010, tal condicionante foi encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente para apreciação, com vistas, inclusive, de indicar a composição do referido grupo junto aos demais ministérios envolvidos. Por meio do Ofício NE 041/2010 - DS, de 05/11/2010, a NESA solicitou ao Ibama a criação de tal Grupo informando que irá apoiar seu funcionamento em todas as etapas e no que for necessário e possível.

2.3 *Propor e implantar Programa de apoio às ações de comando e controle visando a proteção e recuperação de áreas ambientalmente degradadas na bacia dos rios Xingu – Iriri, adotando medidas de recuperação que venham a ser indicadas no Programa como necessárias para a garantia de qualidade e quantidade de água.*

Condicionante a ser exigida para eventual emissão de autorização de supressão de vegetação. Conforme colocado no Parecer nº 88/2010, a área de abrangência dessa condicionante é bastante superior à área de influência do AHE Belo Monte. A título de comparação, tem-se que a Área de Influência Direta – AID (meio físico e biótico) do AHE Belo Monte tem cerca de 5.150 km² e a área da bacia hidrográfica do rio Xingu (contemplando também a bacia do rio Iriri) equivale a aproximadamente 511.000 km². Isto posto, entende-se que o texto estipulado na referida condicionante necessita de maior detalhamento, pois não parece razoável determinar que a Norte Energia seja responsabilizada por recuperar todas as áreas degradadas da bacia hidrográfica do rio Xingu. Considera-se importante que sejam definidos dois níveis de ações, aquelas pertinentes ao licenciamento ambiental, e aquelas a serem estabelecidas no âmbito de outro arranjo interinstitucional, como por exemplo no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS do Xingu. No tocante ao licenciamento ambiental, esta condicionante será exigida quando da emissão de eventual autorização de supressão de vegetação, como compensação das áreas em que haverá intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, no sentido de recompor ou recuperar APP equivalente à área de intervenção, nas sub-bacias da área de influência do empreendimento. Tal condicionante será considerada em Parecer específico para emissão de Autorização de Supressão de Vegetação.

2.4 *Contemplar, no âmbito do Projeto Básico Ambiental - PBA, as recomendações elencadas na Nota Técnica Ictiofauna AHE Belo Monte/2010-DILIC/IBAMA e no Parecer nº 17/CGFAP.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.5 *Garantir a manutenção da qualidade da água de acordo com os níveis preconizados na Resolução Conama nº 357/2005, para classe 1 e 2 de acordo com sua localização, o que garantirá o uso múltiplo dos recursos hídricos e a sobrevivência da fauna aquática, adotando para tanto, as medidas que forem necessárias, e ainda:*

- *Realizar estudo conforme Termo de Referência a ser elaborado pelo IBAMA contemplando modelo matemático tridimensional com acoplamento dinâmico entre variáveis hidrodinâmica e de qualidade de água para o Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água.*

- 2309
1848
4/1089
- Complementar os prognósticos obtidos com os relatórios de modelagem assim como, o relatório de modelagem de qualidade da água numa periodicidade maior, levando em consideração as observações feitas ao longo da Nota Técnica: *Análise da Modelagem Matemática da Qualidade da Água apresentado em atendimento ao ofício nº 1251/2009 – DILIC/IBAMA, referente ao Estudo de Impacto ambiental - EIA do aproveitamento hidrelétrico (AHE) Belo Monte e análise do relatório de modelagem matemática ecológica (Apêndice 10.2 do EIA).*
 - Definir vários cenários para modelagem matemática de qualidade de água, em complementação aos existentes no EIA, dando destaque ao cenário no qual, conceitualmente, se espera as piores situações de qualidade de água.

Condicionante em atendimento. Foi elaborada proposta de trabalho e protocolada no Ibama em 31/08/2010. Em 09/11/2010, a equipe técnica responsável pela elaboração do estudo apresentou, neste Ibama sede, o escopo do trabalho. O estudo, que visa desenvolver modelagem matemática de circulação hidrodinâmica e do transporte de substâncias que qualificam a água dos Igarapés de Altamira e Reservatórios do Xingu e Intermediário, já encontra-se em curso. Conforme cronograma apresentado no documento "Esclarecimentos sobre as condicionantes não atendidas segundo o Parecer nº 95/2010", a expectativa é o término do estudo até meados do mês de fevereiro de 2011.

2.6 Apresentar o PBA, contendo o detalhamento dos planos, programas e projetos socioambientais previstos no EIA e suas complementações, considerando as recomendações do IBAMA exaradas por meio dos Pareceres nº 105/2009, nº 106/2009, nº 114/2009 e nº 06/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. O PBA deverá ser entregue em versões impressa e digital, apresentando instituições envolvidas, responsáveis técnicos e cronograma físico de implantação.

Condicionante parcialmente atendida para as instalações iniciais. Os programas foram analisados no item 2. De maneira geral, em que pese os avanços realizados pela NESAs, ainda restam pendências nos programas apresentados, seja em aspectos relacionados ao dimensionamento inadequado para o objeto da licença de instalação ou por não permitirem a implantação imediata ao início das obras. Em alguns casos o Ibama solicitou a apresentação de ações dos programas afetos às instalações iniciais, sem a necessidade do detalhamento do programa para esta fase.

2.7 Os convênios referentes aos Planos de Requalificação Urbana, Articulação Institucional e Ações Antecipatórias, propostas no EIA e suas complementações, deverão ser assinados pelo empreendedor e entidades governamentais e apresentados no PBA, acompanhados de cronogramas visando propiciar o atendimento da demanda suplementar provocada pelo empreendimento, bem como suprir o déficit de infraestrutura, de forma a garantir que os resultados dos indicadores socioeconômicos, ao longo do desenvolvimento dos programas e projetos, sejam sempre melhores que os do marco zero.

Condicionante não atendida. Foram apresentadas as obras complementares à UHE Belo Monte em Vitória do Xingu e Anapu, no quadro 3 do 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias. Ao comparar estas obras com os objetos dos termos de anuência integrantes do Apêndice I do referido relatório, celebrados com os respectivos municípios, percebe-se algumas discrepâncias, tais como: as três unidades básicas de saúde (UBS), tipo I, têm tamanho de área construída maior do que o acordado nos termos, sem explicitação do que constitui este aumento; as áreas apresentadas nos termos são menores que o mínimo exigido pela Portaria MS nº 2.226/2009; sala de aula em Belo Monte maior do que acordado; datas diferentes de conclusão em relação ao

1000

texto do termo de anuência; termo de anuência com dois anexos 1 diferentes; e, obras propostas que não constam em termo de anuência e nem fazem parte de algum termo de aditamento pleiteado. Essas diferenças carecem de explicação de modo a não se caracterizarem como erro do documento ou mesmo de digitação.

Quanto ao município de Altamira foram apresentados termos de anuência que versam sobre aquisição de equipamentos de segurança para o município; adequação da estrutura de saúde; adequação da estrutura de educação; e cooperação para implantação de balcão de atendimento. À exceção do último, todos têm prazo de conclusão para 30 de julho de 2011. O acordo com o balcão tem vigência de um ano, podendo ser prorrogável.

A prefeitura de Vitória do Xingu, que se encontra em negociação de aditamento aos termos anuêdos, encaminhou o Ofício nº 082/GAB, em 18/11/2010, com o teor do aditamento, explicitando a rescisão em caso de não cumprimento das mitigações nos prazos fixados nos termos de anuência celebrados entre a prefeitura e a NESA. A NESA encaminhou ao Ibama, em 08/12/2010, cópia da correspondência enviada à Prefeitura de Vitória do Xingu acerca do Ofício nº 082/GAB. Em tal documento a NESA solicita à prefeitura a manutenção do acordo anteriormente assinado; anuência para a emissão da licença de instalação; autorização para a continuidade das ações anteriormente acordadas na sede municipal; e abertura de discussões para o estabelecimento de uma lista complementar de ações cujo início deve ser imediato. Ainda falta o posicionamento da Prefeitura a respeito de tal solicitação.

Os termos de anuência apresentados pela NESA enumeram os objetos, obrigações das partes e prazos. Contudo, além das discrepâncias pontuadas acima, os prazos estipulados são superiores aos prazos estabelecidos nos cronogramas das ações antecipatórias anteriormente apresentados. A cláusula de rescisão dos termos afirma que poderão rescindidos em caso de descumprimento por quaisquer das partes.

Para o município de Senador José Porfírio foram assinados termos de cooperação institucional, técnica e anuência para formulação, detalhamento e apresentação de projetos referentes aos equipamentos de educação e saúde. O município de Brasil Novo assinou apenas um termo de cooperação institucional, técnica e anuência para formulação, detalhamento e apresentação de projetos referentes aos equipamentos de educação. Ressalta-se que para tais municípios os termos apresentados não serão analisados nesta fase de instalações iniciais, por não fazerem parte da área afeta às instalações iniciais. Ressalta-se que os termos possuem fragilidades já pontuadas nos Pareceres nº 88/2010 e 95/2010.

Quanto à segurança pública, o Governo do Estado do Pará consultou a Secretaria de Estado de Segurança Pública, que, por meio do Ofício nº 0701/10-GAB SEC, se manifestou *de forma favorável à proposta de assinatura de Acordo de Cooperação Técnica na área de segurança pública, evitando situações futuras como as de Juruti, Paraoapebas, etc, onde o fluxo migratório desordenado acabou por criar situações indesejáveis no que tange à matéria por falta de estrutura estatal para fazer face aos desafios que se apresentam*. Em consequência, a Governadora emitiu o Ofício nº 590/10-GG, em 10 de novembro, por meio do qual manifesta interesse em firmar o referido acordo com a NESA, porém não há previsão para a sua formalização.

Resta a preocupação, corroborada pela Secretaria de Segurança Pública, com as consequências do aumento no afluxo migratório caso não sejam efetivamente implantadas medidas na área de segurança pública de forma antecipatória.

2.8 *Propor e efetivar convênios, para ações de fortalecimento, com as entidades responsáveis pela fiscalização de crimes ambientais, como o tráfico de animais silvestres e a exploração madeireira na região (IBAMA, OEMA do Pará, Polícia Ambiental, entre outros).*

25/10/2010
1842/1001
8

Condicionante em atendimento. A NESA afirma que propôs à Diretoria de Proteção Ambiental – DIPRO/IBAMA a formalização de Termo de Cooperação para apoiar a atuação na região. Deve ser formalizado o Termo de Cooperação entre NESA e Ibama, bem como outros termos de cooperação que se fizerem necessários.

O Governo do Estado do Pará emitiu o Ofício nº 590/10-GG, em 10 de novembro, por meio do qual manifesta interesse em firmar Acordo de Cooperação Técnica com a NESA, no sentido de envidar esforços conjuntos na área de fiscalização ambiental, porém não há previsão para a sua formalização.

2.9 Incluir entre as ações antecipatórias previstas: i) o início da construção e reforma dos equipamentos (educação/saúde), onde se tenha a clareza de que serão necessários, casos dos sítios construtivos e das sedes municipais de Altamira e Vitória do Xingu; ii) o início das obras de saneamento básico em Vitória do Xingu e Altamira; iii) implantação do sistema de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, antes de se iniciarem as obras de construção dos alojamentos.

Condicionante não atendida. O Parecer nº 95/2010, de 20/10/2010, definiu que entende-se que, para o atendimento da condicionante para as instalações iniciais deve-se, pelo menos:

- *iniciar a reforma dos equipamentos de saúde e educação em Belo Monte e Belo Monte do Pontal;*
- *iniciar a contratação de equipe profissional de saúde para Altamira;*
- *concluir a definição e orçamento de projetos de saúde para Vitória do Xingu;*
- *aprovar os projetos de educação para Altamira e Vitória do Xingu, considerando o fluxo populacional para o ano letivo de 2011 e com cronograma que permita a conclusão do processo para o início do ano letivo;*
- *iniciar a implantação das estruturas de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal;*
- *iniciar, concomitantemente às instalações iniciais, as obras de saneamento básico em Altamira e Vitória do Xingu.*

Apenas a construção da Unidade Básica de Saúde – UBS foi iniciada em Belo Monte do Pontal (Anapu). As salas de aula a serem construídas tanto em Belo Monte do Pontal como em Belo Monte não estão iniciadas, assim como a UBS em Belo Monte (Vitória do Xingu).

O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias não trouxe informações acerca do início da contratação de equipe profissional de saúde para Altamira.

A definição dos projetos de saúde para Vitória do Xingu dependem de resposta clara das partes, uma vez que o processo de negociação se encontra em aberto e com manifestação formal da prefeitura (Ofício nº 082/GAB).

Quanto aos equipamentos de educação em Altamira e Vitória do Xingu resta a preocupação dos prazos apontados nos termos de anuência celebrados não garantirem que as obras sejam concluídas a tempo para o início do ano letivo de 2011.

Com relação às obras de saneamento básico, o Parecer nº 88/2010, de 05/10/2010, já havia apresentado as ações como imprescindíveis para esta fase de instalação de canteiros. Por estarem próximas ao sítio construtivo de Belo Monte, atenção especial às localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal foi apontada por esta equipe para a fase de instalação de canteiros, já que se espera significativo fluxo populacional, que venha a demandar serviços de saneamento básico, já identificado como precário para estas localidades.

Conforme Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal no âmbito do Plano de Requalificação Urbana apresentado no EIA, as obras de saneamento básico previstas para estas localidades são as seguintes: implantação de sistema de abastecimento de água; implantação de esgotamento sanitário e tratamento de efluentes;

10001

e implantação de sistema de drenagem urbana. Destas obras previstas, apenas aquelas associadas ao abastecimento de água foram iniciadas.

Em Belo Monte foi perfurado um poço profundo com aproximadamente 250 metros de profundidade e vazão de 3 m³/h – insuficiente para atender a comunidade local. Novo poço será perfurado para garantir vazão que atenda a população. Em Belo Monte do Pontal, foi perfurado um poço profundo com aproximadamente 150 metros de profundidade e vazão entre 9 e 15 m³/h. Em ambas localidades, a água captada será bombeada para uma caixa de d'água com capacidade de 20.000 litros. Já foi contratada empresa responsável pela instalação de todo o sistema de abastecimento água destas localidades. O empreendedor também contratou empresa para reformar e ampliar a rede de distribuição de água da Agrovila Leonardo Da Vinci (km 18 da Rodovia Transamazônica). Nesta localidade também já foi perfurado um poço profundo. A previsão para término das instalações dos sistemas de abastecimento de água nas localidades supracitadas é para o final de junho de 2011.

Conforme já apontado no relatório de vistoria, mesmo que as captações de água estejam sendo realizadas mediante poços profundos, deverá ser promovida a desinfecção da água antes da distribuição para a população. Além disso, a rede de distribuição, o reservatório e a vazão a ser captada, deverão ser projetados de forma a atender, além da população residente, a população migrante prevista devido à implantação do AHE Belo Monte. Isto vale para todas as localidades, nas quais estão sendo instalados os sistemas de abastecimento, incluindo a Agrovila Leonardo da Vinci.

No Projeto Básico de Saneamento apresentado pelo empreendedor, estão sendo propostas, para Belo Monte e Belo Monte do Pontal, estações de tratamento de água compostas por casa de química, sala de operação e sistemas de filtração de água com dosagem de flúor. Em vistoria não ficou claro que seriam instaladas estações de tratamento de água nestes moldes para estas localidades. Portanto, falta esclarecimentos por parte do empreendedor se, de fato, serão implantadas estações de tratamento nos moldes do que está sendo apresentado no Projeto Básico de Saneamento e se, até o final de junho de 2011 estarão concluídas.

Com relação ao esgotamento sanitário, o empreendedor apresentou plano diretor de esgotamento sanitário e cronograma para início das obras, conforme descrito no Parecer nº 95/2010. Porém, nos termos de anuência firmados com as prefeituras, não constavam as obras de esgotamento sanitário. Questionado, o empreendedor informou que as obras de esgotamento sanitário não serão realizadas nesta fase, sob o argumento de que a implantação do sistema de esgotamento é dependente da instalação do sistema de abastecimento de água (em curso) para identificação da demanda. O empreendedor argumenta ainda que é necessária a realização de educação sanitária nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal para adequação das residências, uma vez que grande parte destas não possuem vaso sanitário, bem como sistema de encanamento que possa ser ligado ao sistema de esgoto a ser implantado. Ressalta-se que não foi apresentada estratégia para a promoção de educação sanitária nas localidades em questão. Não há previsão para o início das obras de esgotamento sanitário em Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Com relação à limpeza urbana, a NESA propôs as seguintes ações emergenciais para esta fase de instalação de canteiros: aquisição, em dezembro/2010, de seis caminhões compactadores de lixo e de seis caminhões basculantes para Altamira; capacitação dos funcionários da Prefeitura de Altamira que farão a operação e a manutenção dos caminhões; aquisição em dezembro/2010 de um caminhão caçamba para Vitória do Xingu; capacitação dos funcionários da Prefeitura de Vitória do Xingu que farão a operação e a manutenção dos caminhões; e aquisição em dezembro/2010 de dois contêineres para acondicionamento dos resíduos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, para posterior deposição final.

Conforme o empreendedor, o lixo proveniente de Belo Monte e Belo Monte do Pontal será recolhido pelas respectivas Prefeituras Municipais com frequência mínima de duas vezes por semana e encaminhado para um aterro sanitário a ser instalado no sítio construtivo de Belo Monte. Porém, não foi informado quando o aterro do canteiro estará funcionando e se foi acordado com as Prefeituras (Anapu e Vitória do Xingu), já que estas serão responsáveis por recolher o lixo e transportar até o aterro do canteiro.

Com relação às obras associadas a drenagem urbana, o empreendedor novamente não apresenta proposta. Apenas informou em reunião que as obras de drenagem urbana em Belo Monte e Belo Monte do Pontal deverão ser realizadas juntamente com as obras de pavimentação das vias destas localidades.

2.10 Apresentar em até 30 dias após a definição do concessionário de geração a estratégia para garantir que toda infraestrutura necessária que antecede as obras – Ações Antecipatórias – seja efetivamente implantada, sem o que não será concedida a Licença de Instalação.

Condicionante em atendimento para as instalações iniciais. Para esta fase de licenciamento a estratégia para implantação das ações antecipatórias tem sido discutida em reuniões entre o empreendedor e o Ibama.

2.11 Apresentar relatório das ações antecipatórias realizadas, comprovando sua suficiência para o início da implantação do empreendimento.

Condicionante não atendida. O apresentado até o momento não comprova a suficiência das ações realizadas.

2.12 Estender aos municípios da Área de Influência Indireta - AII as ações do Plano de Articulação Institucional relativas a: i) criar mecanismos de articulação e cooperação entre entidades e instituições federais e estaduais que possibilitem o estabelecimento de parcerias para a indução do desenvolvimento regional; ii) capacitar as equipes das administrações municipais; iii) fortalecer a prática do planejamento participativo; iv) ampliar a articulação entre as diferentes áreas da administração municipal e destas com outras esferas de governo, até que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu cumpra essas funções.

Condicionante parcialmente atendida. As ações previstas nesta condicionante foram propostas no EIA para os municípios da AID. Tais ações deveriam ser extensivas para os municípios da AII, do modo a preparar os municípios para o potencial afluxo populacional (estimado pelo EIA em cerca de 10.000 pessoas), e evitar que a oferta de empregos, bem como a melhoria nos serviços básicos de educação, saúde, segurança e saneamento dos municípios da AID ocasionasse um efeito de esvaziamento dos municípios da AII, pelo menos até que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS Xingu cumpra essas funções. Contudo, tais ações não foram apresentadas para a AII. Para a AID, o 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias apresenta como ação realizada a constituição de equipe para realização do inventário das fatores administrativos, financeiros, institucionais e físico-territoriais dos municípios; as ações previstas na condicionante não foram realizadas nem para a AID. Como ações para os próximos quatro meses na AID, estão previstas:

- montagem de instrumento de captação de dados em dezembro de 2010;
- início da realização do inventário em dezembro de 2010;
- consolidação dos resultados do inventário e emissão dos relatórios diagnóstico em fevereiro de 2011;
- identificação dos prováveis desafios a serem enfrentados por cada um dos municípios, em face das alterações causadas pelo empreendimento em março de 2011; e

- avaliação do caminho crítico a ser percorrido pelos municípios após março de 2011.

Por meio do Ofício-Circular nº 61/2010-SAG/C. Civil - PR, protocolado em 28/10/2010, foi encaminhado ao Ibama o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu - PDRS Xingu. Tal Ofício afirma que o *Plano busca prover sua região de abrangência com políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, concomitantemente à implantação de relevantes obras públicas de infraestrutura como a pavimentação da rodovia Transamazônica e a UHE Belo Monte, sem garantias quanto ao cumprimento das funções previstas na condicionante.*

O Ofício nº 884/2010 - SAG/C. Civil - PR, encaminhado ao Ibama em 08/12/2010, informa que o Modelo de Gestão do PDRS Xingu, converge com os objetivos estabelecidos nos itens i), iii) e iv) da condicionante 2.12, manifestando que encontram-se integralmente contemplados pelas ações previstas no âmbito do PDRS Xingu. Quanto ao item ii) a NESA deverá envidar esforços para o seu cumprimento.

2.13 *Em relação à navegação considerar no PBA:*

- *Adoção de soluções que permitam a continuidade da navegação durante todo o tempo de construção e operação da usina, no trecho do rio Xingu submetido à vazão reduzida e no rio Bacajá. Admite-se como exceção as famílias residentes nos primeiros 10 km a jusante do barramento principal, na margem esquerda do rio Xingu (comunidade São Pedro e habitantes das ilhas), consideradas atingidas com perdas imobiliárias;*
- *Para os demais afluentes da Volta Grande do rio Xingu, as ações necessárias para que não haja o comprometimento das atividades produtivas, respeitando os modos de vida daquelas comunidades;*
- *A adoção de medidas necessárias para prevenir, minimizar, indenizar ou compensar os impactos na navegação previamente à sua ocorrência, inclusive os aumentos de custos e tempo de percurso;*
- *A necessidade de evitar a substituição do transporte fluvial por terrestre, notadamente para as populações indígenas; e*
- *O detalhamento do mecanismo de transposição de embarcações no barramento no sítio Pimental.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.14 *Apresentar no PBA proposta de constituição, garantia de representatividade, funcionamento e integração do Fórum de Acompanhamento e dos Fóruns de Discussão Permanente, incluindo sua interface com os conselhos e comissões específicas.*

Condicionante atendida para as instalações iniciais. O cronograma apresentado pelo empreendedor se mostra adequado para esta fase.

2.15 *Apresentar no PBA convênios firmados com os órgãos competentes visando ações de regularização e fiscalização fundiária nas áreas a serem afetadas pelo empreendimento.*

Condicionante em atendimento. Como fato novo, em relação ao apresentado no Parecer nº 95/2010, o Governo do Estado do Pará emitiu o Ofício nº 590/10-GG, por meio do qual manifesta interesse em firmar Acordo de Cooperação Técnica com a NESA, no sentido de envidar esforços conjuntos na área de regularização fundiária, porém não há previsão para a sua formalização.

2.16 *Apresentar no PBA a metodologia que será adotada na valoração e os critérios para cálculo de áreas remanescentes viáveis, considerando necessariamente o "isolamento social" pela saída de moradores atingidos da região.*

376
1847
11996

Condicionante parcialmente atendida para as instalações iniciais. O cadastro socioeconômico foi finalizado, sendo prevista a compra integral de 20 propriedades, portanto sem remanescentes. Contudo, os documentos encaminhados não trazem elementos que comprovem as ações para a aquisição das áreas, pois a negociação ocorrerá ao longo de quatro meses.

2.17 *Apresentar no PBA o Cadastro Socioeconômico – CSE dos grupos domésticos da Área Diretamente Afetada – ADA, incluindo os moradores e demais pessoas que utilizem o trecho da Volta Grande em suas atividades; os pescadores de peixes ornamentais e pescadores comerciais – tanto a montante como a jusante de Altamira; os trabalhadores ligados às atividades de praias, incluindo comerciantes, barqueiros e outras funções relacionadas a atividades exercidas nesses locais, com identificação de geração de trabalho e renda, bem como os oleiros e trabalhadores de atividades minerárias e extrativistas. Esses grupos domésticos deverão ser público-alvo do programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.*

Condicionante parcialmente atendida para as instalações iniciais. O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias informa que foi encerrado o cadastramento socioeconômico e fundiário para as instalações iniciais, mas não apresentou o resultado do cadastro. Durante a vistoria, foi constatada a necessidade de efetivar o cadastramento das famílias da Vila de Santo Antônio. No cronograma apresentado para os próximos quatro meses esta atividade está contemplada.

2.18 *Detalhar no PBA, a forma e metodologia de análise dos impactos que poderão ser mitigados pelo Projeto de Reparação (compensação social), de forma a deixar claro aos atingidos quais perdas poderão ser “compensadas socialmente” e as respectivas compensações.*

Condicionante não atendida. Quanto ao Projeto de Reparação não foi apresentada a metodologia. As poucas ações apresentadas não trazem elementos explicativos, suscitando questionamentos quanto ao desenvolvimento do programa. É preciso que o empreendedor assuma que os atingidos nesta fase de instalações iniciais poderão fazer parte do programa de reparação quando o mesmo for implantado.

2.19 *Integrar aos Planos, Programas e Projetos apresentados no Volume 33 do EIA os programas mitigatórios e compensatórios propostos para os índios citadinos e moradores na Volta Grande do Xingu, considerando as especificidades da questão indígena, sem, no entanto gerar diferenciação de tratamento no âmbito da população da Área de Influência Direta – AID/ADA.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.20 *Apresentar no âmbito do Programa de Controle de Zoonoses ações de monitoramento e mitigação dos impactos causados pela transmissão de zoonoses de animais exóticos para a fauna silvestre.*

Condicionante atendida para as instalações iniciais. No documento “Esclarecimentos sobre as Condicionantes não Atendidas segundo o Parecer nº 95/2010” foi apresentado o Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre.

2.21 *Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Terrestres:*

- Programa de Monitoramento das Florestas de Terra Firme;
- Programa de Afugentamento da Fauna Terrestre;
- Programa para mitigação de impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento;

- *Programa de Reconexão Funcional de Fragmentos, visando espécies-alvo para conservação da fauna;*
- *Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo; e*
- *As formas de garantia de manutenção das populações da fauna silvestre existentes na área que ficará ilhada entre o reservatório dos Canais e o TVR, integrando os dados do levantamento etnoecológico com os demais dados existentes.*

Condicionante parcialmente atendida para as instalações iniciais. A NESA afirma que a maioria dos impactos previstos a serem avaliados por estes programas não irão ocorrer nesta fase, como por exemplo o aumento da pressão sobre os recursos florestais. Apresenta como justificativa para a não ocorrência destes impactos a absorção prioritária da mão de obra local, já inserida na matriz regional, constituída de residentes ou sítiantes com seus hábitos individuais/familiares já estabelecidos. Contudo, a documentação encaminhada ao Ibama não garante tal absorção de mão de obra. A NESA deve garantir os meios para a absorção da mão de obra local, evitando que o afluxo populacional ocasione os impactos previstos no EIA.

Vários dos programas previstos no Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres não serão iniciados na fase de instalações iniciais. Aqueles a serem iniciados, como os Programas de Afugentamento da Fauna e de Mitigação de Impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento, foram analisados no item 2 desta Nota.

Em reunião realizada em 08/12/2010 foi discutida proposta de desenho amostral, alvos e protocolos de amostragem para a execução do Plano. Foram acordados o estabelecimento de nove módulos de monitoramento distribuídos de montante para jusante do empreendimento, incluindo o trecho previsto para o reservatório intermediário (antes chamado de reservatório dos canais), bem como a definição de alguns alvos e protocolos de amostragem.

2.22 *Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Aquáticos:*

- *Programa de Resgate e Salvamento da Ictiofauna;*
- *Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo;*
- *As formas de garantia de manutenção das populações de fauna existentes no Trecho de Vazão Reduzida, gerando dados para a reavaliação do hidrograma; e*
- *Delimitação das áreas e formas de navegação (distância da margem, tempo e intensidade de tráfego das embarcações) a jusante do TVR, de modo a garantir que sejam mínimas as perturbações sobre áreas de utilização das populações locais de quelônios e demais impactos causados por perturbações comportamentais nas populações de Tartarugas-da-Amazônia pela intensificação do fluxo de embarcações.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.23 *Apresentar no Programa de Proposição de Áreas de Preservação Permanente - APP a delimitação de APP's para os reservatórios do Xingu e dos Canais, com largura média de 500 m, considerando a necessidade de manutenção da qualidade da água; o estudo de paisagem, incluindo a necessidade de conexão de alguns fragmentos; a proteção das cavidades naturais; os critérios de viabilidade das propriedades afetadas e a averbação da reserva legal, contígua à APP proposta, para as propriedades remanescentes.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.24 No âmbito do Projeto de Criação de Unidades de Conservação, além das contidas no EIA, apresentar propostas de:

- Unidade de Conservação de Uso Sustentável (como sugestão APA) contemplando as áreas de reprodução de quelônios de jusante da Casa de Força Principal, baseado na proposta desenvolvida pelo IBAMA e ICMBio, que possa contemplar: pesquisa permanente sobre as modificações naturais e artificiais dos substratos reprodutivos buscados pelos quelônios, movimentação e deslocamentos dos bancos de areia em função da dinâmica do rio, manejos de desovas de quelônios, estudos básicos sobre as espécies da fauna e flora encontradas. Estabelecer zoneamentos para proteção de espécies potencialmente ameaçadas e recuperação de ambientes degradados, desenvolvimento de turismo ecológico, turismo científico e de contemplação e outras atividades não predatórias. O espaço proposto deve funcionar como um laboratório natural de pesquisa para avaliação do comportamento e estado de conservação do rio, das ilhas e praias e de como a fauna e flora residentes irão se adaptar às possíveis modificações decorrentes do empreendimento (Proposta de área mínima consta nos arquivos do Projeto Quelônios da Amazônia - PQA/IBAMA).

- Unidade de Conservação de Uso Sustentável, na região compreendida entre o final do remanso do reservatório do Xingu e a confluência dos rios Xingu e Iriri, com o objetivo de conservar o ambiente de pedrais; e

- Unidade de Conservação de Proteção Integral em área de relevante interesse espeleológico.

Condicionante atendida para as instalações iniciais. Tal condicionante foi analisada no Parecer nº 88/2010. Não haverá interferência nesta fase próximo às cavidades de maior relevância e à área de pedrais próximo à confluência com a foz do rio Iriri. Por meio do Ofício nº 299/2010 – DIBIO/ICMBio, o ICMBio encaminhou ao Ibama a Informação Técnica nº 011/2010 – RAN/ICMBio com a indicação de área para criação de unidade de conservação nas áreas de reprodução de quelônios a jusante da casa de força principal.

2.25 Apresentar Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos a ser emitida pela Agência Nacional de Águas – ANA que contemple as intervenções nos cursos d'água para a construção dos barramentos nos reservatórios do Xingu e dos Canais, bem como para as captações de água e lançamento de esgotos dos canteiros de obras associados.

Condicionante em atendimento para as instalações iniciais. Foi apresentado o pedido de Outorga, à Agência Nacional de Águas – ANA, para a captação de água e lançamento de esgoto tratado no corpo d'água, para as instalações iniciais. Contudo, a ANA ainda não avaliou tal solicitação para emissão de outorga.

2.26 Prever no Plano Ambiental de Construção a utilização dos materiais provenientes das escavações obrigatórias, empregando-os nas construções previstas do barramento, bem como nas demais obras associadas ou decorrentes do AHE Belo Monte, tais como a construção de residências, rodovias, aterros, entre outros, sendo vedada a abertura de novas jazidas para tais fins, salvo quando devidamente autorizadas pelo IBAMA. Considerar a necessidade de antecipação da abertura de determinadas jazidas (escavações obrigatórias) com o intuito de fornecer matéria-prima às obras relacionadas às ações antecipatórias.

Condicionante atendida para as instalações iniciais. Em resposta ao Parecer nº 95/2010, o empreendedor informou que não estão previstas áreas de bota-fora, já que o solo proveniente do alargamento e abertura de estradas será utilizado para reconformar e minimizar as declividades existentes nos trechos a serem melhorados. Informou ainda que o material de cascalhamento das estradas nessa fase deverá ser adquirido em jazidas

1000

já existentes e que, portanto, não serão necessárias aberturas de jazidas e/ou áreas de empréstimo.

2.27 *Apresentar termos de compromisso com as Prefeituras Municipais que tenham seus limites jurisdicionais inseridos na Área de Influência do empreendimento, que não possuam planos diretores e que sejam obrigados a elaborá-los devido à realização do empreendimento ou atividade, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei nº 10.257/2001, comprometendo-se a prover os Municípios com os recursos técnicos e financeiros necessários para a elaboração dos referidos planos, conforme dispõe o § 1º do art. 41, respeitando-se o conteúdo mínimo previsto nos incisos I, II e III do art. 42 da Lei.*

Condicionante atendida para as instalações iniciais. Não foram apresentados os termos de compromisso. Foi apresentado o contrato de prestação de serviços de consultoria junto às prefeituras para a elaboração dos seus planos diretores com a Engevix Engenharia S.A. O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, informa que já foram realizados os primeiros trabalhos de campo em quatro municípios, a saber, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Anapu, bem como está em andamento a revisão do Plano Diretor de Altamira.

2.28 *Apresentar manifestação das seguintes instituições:*

- *INCRA e ITERPA sobre os programas que tenham interface com os assentamentos a serem atingidos pelo empreendimento;*
- *DNPM no que tange à adequabilidade do programa de resgate de patrimônio paleontológico;*
- *IPHAN no que tange ao atendimento do Ofício nº 092/2009 – CNA/DEPM/IPHAN;*
- *FUNAI no que tange à aprovação dos programas voltados aos indígenas e demais condições elencadas no Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI;*
- *ICMBio no que tange ao atendimento dos Ofícios nº 21/2010-GP/ICMBio e nº 27/2010 – DIBIO/Instituto Chico Mendes; e*
- *Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde acerca da aprovação do Programa de Ação para o Controle da Malária – PACM, que deve ser elaborado de acordo com o exarado no Parecer Técnico nº 15/09/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS.*

Condicionante parcialmente atendida. O Incra encaminhou ao Ibama, em 13/10/2010, o Ofício INCRA/DT/Nº083/2010, informando que nada tem a opor quanto à instalação do canteiro de obras. Ainda informa sobre o Acordo de Cooperação Técnica em elaboração entre o Instituto e a NESA, relativo às interferências diretas da implantação do empreendimento nos projetos de assentamento implantados pelo Incra no Estado do Pará. Por meio do Ofício nº 590/10-GG, de 10/11/2010, o Governo do Estado do Pará informou à NESA, em nome do Iterpa, interesse em firmar Acordo de Cooperação Técnica para as ações de regularização fundiária em terras estaduais na área de influência do AHE Belo Monte. Contudo, ainda não foram enviados esforços para a criação de tal Acordo.

A NESA encaminhou em 11/11/2010 o Ofício nº 125/2010 – DIFIS/DNPM, no qual o DNPM informa não haver óbices à continuidade do Licenciamento Ambiental a cargo do Ibama sobre o empreendimento do AHE Belo Monte. Contudo, no mesmo documento, o DNPM conclui pela necessidade da implementação de um programa de salvamento do patrimônio paleontológico a ser executado durante a instalação do empreendimento. Tal programa deverá ser elaborado em um prazo de sessenta dias (a contar da data do ofício) por profissional especializado, bem como seguir conteúdo preconizado no ofício.

Quanto ao Iphan, a NESA encaminhou ao Ibama, por meio do Ofício CE 017/2010, de 06/10/2010, a portaria do Iphan em atendimento a esta condicionante.

Contudo, a referida Portaria nº 22, de 24 de agosto de 2010, trata de permissões e autorizações relativas à elaboração do projeto de arqueologia preventiva nas áreas de intervenção do AHE Belo Monte. Deve ser apresentada manifestação formal do Iphan quanto à possibilidade de emissão de Licença de Instalação para as instalações iniciais.

Por meio do Ofício NE 036/2010 - DS, de 15/10/2010, a NESA encaminhou ao Ibama o Atestado de Condição Sanitária - ATCS, de 14/10/2010, atestando que a NESA está apta para a continuidade do processo de licenciamento, devendo cumprir integralmente o Plano de Ação para o Controle da Malária - PACM, aprovado por meio do Parecer Técnico nº 28/2010/CGPNM/DEVEP/SVS/MS, de 07 de outubro de 2010.

Não houve avanços no tocante à manifestação da Funai desde a formulação do Parecer Técnico nº 95/2010. O Ofício nº 557/2010/DPDS-FUNAI-MJ, encaminhado ao Ibama em 17/08/2010, considera não ser possível uma manifestação favorável da Funai em relação à continuidade do empreendimento.

2.29 *Em relação à espeleologia, atender ao preconizado nos Pareceres nº 102/2009 e nº 10/2010 - COEND/CGENE/DILIC/IBAMA.*

Condicionante atendida para as instalações iniciais. Por meio do Ofício 6598-BM-CTA-004-10 a Leme encaminhou ao Ibama os produtos cartográficos referentes a cavidades e suas áreas de influência, bem como os caminhamentos prospectivos realizados em 2008 e complementados em 2010, propiciando a visualização adequada das cavidades em relação às áreas de interferência do empreendimento. Esse produto cartográfico evidenciou a não interferência das cavidades naturais ou de suas áreas de influência preliminar (*buffer* de 250m), pelas atividades construtivas relacionadas às instalações iniciais.

2.30 *Para fins de Compensação Ambiental, apresentar o Valor de Referência - VR e as informações necessárias ao Cálculo do Grau de Impacto - GI, conforme metodologia publicada no Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.31 *As obras associadas ao AHE Belo Monte, contempladas no âmbito deste processo de licenciamento ambiental, conforme descritas no EIA, são:*

- *Linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos;*
- *Linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e auxiliar até as subestações Xingu e Altamira;*
- *Canteiro de obras e alojamentos dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e dos Canais e Diques;*
- *Jazidas minerais e áreas bota-fora associadas as obras principais; e*
- *Estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.*

Não cabe avaliação de atendimento.

2.32 *Dependerão de licenciamento no órgão municipal ou estadual de meio ambiente as seguintes obras decorrentes: residências de trabalhadores a serem construídas em Altamira e Vitória do Xingu; reassentamentos; sistemas de abastecimento público de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana; aterros sanitários; escolas; hospitais; postos de saúde; postos policiais; porto; relocação de rodovias e estradas vicinais. Para demais estruturas não previstas nesta listagem, o empreendedor deverá efetuar consulta prévia aos órgãos ambientais, com vistas à definição da competência legal para o licenciamento.*

O PBA das Instalações Iniciais apresenta a área de terraplenagem para implantação do porto da obra. O Estudo de Impacto Ambiental apresentou a área para implantação do

1.100/

porto. Contudo, tal área não foi avaliada para a emissão da Licença Prévia, bem como sua locação não foi devidamente justificada no EIA, destacando que o trecho aparentemente apresentava as melhores condições de porto, segurança à navegação e manobras, bem como condições adequadas de proteção. Diante disso, o porto, previsto para as instalações iniciais, dependerá de licenciamento do órgão estadual ou municipal de meio ambiente.

2.33 *Garantir a manutenção das praias situadas na ria do Xingu e a reprodução dos quelônios.*

2.34 *Elaborar e implantar projeto de pesquisa sobre a ecologia, comportamento, estrutura e dinâmica populacional e outros, com quelônios passíveis de uso. Considerar as necessidades de manejo e ajustes com o Projeto Quelônios da Amazônia/IBAMA para que sejam estabelecidos os programas de manejo sustentável tanto a montante quanto a jusante do empreendimento, de forma a que se associem os esforços governamentais, da academia e da sociedade usuária do recurso.*

2.35 *Elaborar e implementar Programa de estudos bioecológicos e sobre a capacidade adaptativa dos quelônios na colonização de novas áreas, das áreas que sofrerão modificação em função do barramento e das áreas críticas de reprodução de quelônios de jusante. Os estudos deverão subsidiar os zoneamentos e os projetos de proteção e manejo sustentável.*

2.36 *Elaborar e implementar Programa de manejo quelônios, de longo prazo (mínimo 20 anos – 3 gerações) na área de jusante e montante para consolidar as pesquisas e o desenvolvimento de plano de ação para uso sustentável que englobe a efetividade da reprodução, a capacidade suporte das áreas, avaliações genéticas, capacitação de parcerias (IBAMA/Projeto Quelônios, SEMA, Secretarias Municipais, Comunidades e Ongs) e desenvolvimento de outras potencialidades não predatórias que possam se associar (ex: turismo ecológico) bem como a necessária e correlata educação ambiental.*

2.37 *Elaborar e implementar Programa de capacitação de comunidades para desenvolvimento de manejo de áreas de reprodução de quelônios no âmbito de suas aldeias com monitoria permanente do Projeto Quelônios da Amazônia/PQA/IBAMA.*

2.38 *Elaborar e implantar Plano de estruturação de fiscalização conjunta permanente, capitaneado pelo IBAMA em parceria com os Órgãos estadual e municipais de meio ambiente de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e com apoio policial (Federal e Estadual). O apoio deve acontecer durante toda a fase de construção e nos primeiros 02 (dois) anos de funcionamento da usina e, contemplar pelo menos 02 (duas) bases flutuantes móveis posicionadas no trecho entre Belo Monte e Senador José Porfírio (devidamente equipadas com sistemas de comunicação, energia solar, segurança, esgotamento sanitário, alojamento, cozinha, grupo gerador auxiliar, motorização própria, lanchas rápidas adequadas para fiscalização) além dos materiais necessários ao funcionamento (manutenção dos agentes, combustível e materiais para serviços de campo) dentre outros.*

2.39 *Elaborar e implantar programa de educação ambiental permanente voltado para conscientizar, envolver e capacitar os usuários dos quelônios (ribeirinhos e indígenas) nos programas de conservação e uso sustentável, desenvolvidos e em*

reestruturação pelo Projeto Quelônios/IBAMA na área, integrando os respectivos setores dos municípios afetados.

Condicionantes 2.33 a 2.39 em avaliação pelo Projeto Quelônios da Amazônia. O "Plano de estruturação de fiscalização conjunta permanente" (condicionante 2.38) constitui ação antecipatória.

2.40 Elaborar estudo sobre Hidrossedimentologia conforme Termo de Referência a ser emitido pelo IBAMA.

Condicionante em atendimento. Foi elaborada e protocolada no Ibama, em 31/08/2010, proposta de trabalho. O estudo, que visa identificar os impactos que o empreendimento poderá causar nas praias situadas na ria do Xingu – local onde ocorre a reprodução de quelônios, encontra-se em curso e está sendo desenvolvido no trecho de 190 km do rio Xingu, situado entre a Casa de Força Principal e a confluência com o rio Amazonas.

Conforme cronograma apresentado no documento "Esclarecimentos sobre as condicionantes não atendidas segundo o Parecer nº 95/2010", a expectativa de término do estudo é até meados de março de 2011.

À consideração superior.

Em, 10 de dezembro de 2010.

Silvio José Pereira Junior
Analista Ambiental
COMHID/GENE/DILIC/IBAMA
Matr. 1541851

Henrique Marques Ribeiro
Analista Ambiental
Matr. 1.717.634
COMHID/GENE/DILIC/IBAMA

Frederico Miranda de Queiroz
Analista Ambiental
COMHID/GENE/DILIC/IBAMA
Matr.: 1479854

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr.: 713.029
COMHID/GENE/DILIC/IBAMA

Paula Mariana de Melo
Analista Ambiental
Matr.: 1541851
COMHID/GENE/DILIC/IBAMA

Adriano Rafael Arreaga de Queiroz
Coordenador Geral de Infra-estrutura
de Energia Elétrica
COMHID/GENE/DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Assunto: AHE Belo Monte

Origem: COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Nota Técnica nº 08/2011

Ref.: Análise do Projeto Básico Ambiental das Instalações Iniciais e do atendimento das condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010, do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, processo nº 02001.001848/2006-75

1. INTRODUÇÃO

Em atenção ao despacho da Diretoria de Licenciamento Ambiental, a presente Nota Técnica traz atualização da Nota Técnica nº 51/2010 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, compreendendo análise de documentos complementares protocolados neste Ibama, bem como os resultados de reuniões técnicas para adequação de programas ambientais. Esta Nota analisa ainda o atendimento das condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010, pela Norte Energia S.A. - NESA, exigidas para a fase de instalações iniciais, tomando-se como referência os critérios técnicos definidos na forma do Parecer nº 95/2010 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

2. PROJETO BÁSICO AMBIENTAL - INSTALAÇÕES INICIAIS

No PBA das instalações iniciais as obras de infraestrutura de apoio compreendem:

Canteiro industrial e acampamento do sítio Belo Monte. O canteiro terá área de 88,1 ha e o acampamento, 115,6 ha.

Canteiro industrial pioneiro e acampamento do sítio Pimental. Possuirá área de 224,5 ha.

Estradas de acesso. Contempla o acesso ao sítio Pimental e ao acampamento da Eletronorte e o acesso que interligará a BR-230 ao porto da obra. O primeiro, parte da BR-230 pelo travessão km 23, conflui com o travessão km 27 após cerca de 5 km, seguindo em direção sul por mais 10 km até as imediações da localidade de Boa Esperança, quando esta via de acesso bifurca, direcionando um ramal com cerca de 21 km até as margens do rio Xingu, no sítio Pimental, e outro ramal para o acampamento

da Eletronorte, com aproximadamente 10 km de extensão. O segundo, com 5,7 km de extensão, seguirá pelo travessão km 45. As estradas tem traçado total de 58,5 km e área de 116,9 ha, considerando uma faixa de servidão de 20 m, sendo que a maior parte será melhorada, e o restante, parte do acesso que ligará o porto à BR-230 e parte do acesso ao sítio Pimental, serão abertos.

Área de terraplenagem para implantação do porto da obra. Possuirá área de 2,4 ha. Ressalta-se que o porto foi retirado das instalações iniciais pela NESA, uma vez que será licenciado por órgão estadual de meio ambiente. Portanto, não será objeto de análise nesta Nota.

Áreas de estoque de solo e madeira. No sítio Pimental, com 12,5 ha, e no sítio Belo Monte, com 34,3 ha.

Linha de transmissão – LT de 69 kV para suprimento de energia elétrica aos canteiros industriais e acampamentos das obras. A LT de 69 kV que partirá da Subestação – SE Altamira até o sítio Belo Monte possuirá 43,4 km e estará localizada ao longo da BR-230 e da faixa de servidão da LT de 230 kV já existente, ocupando uma área de 130,2 ha, considerando uma faixa de servidão de 30 m de largura. Do sítio Belo Monte até o Pimental a LT de 69 kV possuirá 45 km e uma área de 135,3 ha. Em cada sítio será construída uma subestação, com área de 0,16 ha cada. Em geral, o traçado da linha segue paralelo a estruturas já existentes (linha de transmissão de 230 kV e travessões), com exceção do trecho de bifurcação que direciona o ramal com cerca de 21 km até o sítio Pimental, em que o traçado da LT não acompanha o traçado da estrada. Para evitar a abertura de novos acessos recomenda-se que o traçado da linha, naquele trecho, siga paralela à estrada que será melhorada / projetada.

A área total sujeita a intervenção pelas instalações iniciais, excluindo a área de terraplenagem do porto, corresponde a 857,4 ha, conforme quadro abaixo:

	Área (hectares)
Canteiro industrial pioneiro e acampamento do sítio Pimental	224,5
Acampamento do sítio Belo Monte	115,6
Canteiro industrial do sítio Belo Monte	88,1
Área de estoque de solo e madeira (sítio Pimental)	12,5
Área de estoque de solo e madeira (sítio Belo Monte)	34,3
Acessos*	116,9
LT** 69 kV SE Altamira – sítio Belo Monte	130,2
LT** 69 kV sítio Belo Monte – sítio Pimental	135,3
	857,4

* faixa de servidão de 20 m.

** faixa de servidão de 30 m.

No “2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias – Informações Complementares”, foi apresentado novo cronograma discriminando a duração da implantação das estruturas componentes das instalações iniciais e histograma de mão de obra associado:

Folha 105/106

Discriminação	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011
Subestação e LT 69 kV SE Altamira – sítio Belo Monte					
Levantamento topográfico completo					
Projetos executivos					
Subestação e LT 69 kV sítio Belo Monte – sítio Pimental					
Levantamento topográfico completo					
Projetos executivos					
Travessão 27 – trecho existente					
Melhoria					
Obras de arte corrente					
Travessão 27 – trecho novo					
Desmatamento					
Travessão 27 – trecho definitivo					
Levantamento topográfico completo					
Projeto de traçado definitivo					
Alojamentos dos sítios Pimental e Belo Monte					
Levantamento topográfico					
Elaboração dos projetos executivos					
Desmatamento					
Realização de terraplenagem					
Instalação dos alojamentos					
Histograma preliminar (projeção)	100	279	470	1.082	1.305
População mobilizada (estimativa)	439	1.197	2.055	4.642	5.598

O documento supracitado apresenta a possibilidade da instalação da linha de transmissão ainda nesta fase, apesar de não constar no cronograma. Conforme o texto, a linha de transmissão será implantada, *no período abrangido pela licença solicitada, a depender das condições climáticas locais*. Com relação aos canteiros (sítios Belo Monte e Pimental), o empreendedor prevê *apenas a instalação da infraestrutura necessária para apoiar a construção dos acampamentos, caracterizada por canteiros pioneiros*. As edificações previstas nos canteiros encontram-se no quadro abaixo:

Portaria/transporte	27
Centro de atendimento ao trabalhador	92
Escritório de Engenharia	92
Enfermaria	48
Ambulatório	80

1.106/

	240
Refeitório	360
Alojamento N5/N6/N7	360
Alojamento N3/N4	1.770
Alojamento N1/N2	21
Lavanderia	225
Centro de convivência/lazer (N1/N2)	145
Centro de convivência/lazer (N3 a N7)	144
Almoxarifado	300
Oficina de manutenção	35
Borracharia/lubrificação	40
Rampa de lavagem de veículos	110
Central de armação	110
Central de carpintaria	20
Grupo gerador	

Estão previstos ainda: canteiro industrial pioneiro com as instalações provisórias de britagem e produção de concreto; sistemas de abastecimento de água; sistema de combate a incêndio; esgotamento sanitário; drenagem; e coleta e disposição de resíduos.

O Parecer nº 95/2010 questionou os números apresentados pela NESA relativos ao afluxo populacional. A estimativa foi reavaliada, utilizando-se a relação entre empregos diretos e população atraída obtido no EIA, chegando-se a um número para a população mobilizada de 5.598 pessoas, o qual foi apresentado em reunião ocorrida no dia 27 de outubro e considerado adequado pela equipe do IBAMA. Tais informações constam do documento "Esclarecimentos sobre as Condicionantes Não Atendidas segundo o Parecer nº 95/2010 do COHID/CGENE/DILIC/IBAMA", protocolado em novembro de 2010.

A seguir são apresentadas as recomendações necessárias para a adequação dos programas do Projeto Básico Ambiental apresentado para as instalações iniciais. A descrição dos programas encontram-se na Nota Técnica nº 51/2010.

O Plano de Gestão Ambiental apresenta-se adequado para esta fase.

2.3.1. Programa de Controle Ambiental Intrínseco

Recomendação:

Para esta fase de instalação dos canteiros, deverá ser dada atenção especial as comunidades localizadas ao longo do Travessão km 27, notadamente a comunidade São Francisco das Chagas, providenciando, entre outras ações: adequada sinalização da via, sistema de controle de velocidade e umectação da via – visando a diminuição de emissão de particulados.

2.3.2. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Comentários:

1108

dada forma de uso do solo diferente da original (reabilitação), até a tentativa de conduzi-la a uma condição próxima à do ecossistema original (restauração). No licenciamento a recuperação deve ser entendida sob o último aspecto.

O Programa, da forma como proposto, adequa-se aos modelos tradicionais de recuperação, com o plantio de mudas de espécies arbóreas em espaçamentos pré-definidos. Contudo, tais modelos apresentam baixa eficácia ecológica, pois apresentam baixa composição de espécies, desconsidera outras formas de vida e as complexas interações entre elas e o ambiente, além de altos custos de implantação, resultando em formações com componente arbóreo de mesma idade. Essas áreas tornam-se desenvolvidas em altura e área basal, mas com sub-bosque dominado por gramíneas exóticas invasoras, não contemplando a estrutura e processos do sistema como um todo, como ocorre em formações naturais.

Comunidades naturais são sistemas abertos, sujeitos a fatores internos e externos estocásticos. Quando se pensa em comunidades vegetais, encontramos espécies agrupadas em grupos funcionais (síndromes de polinização, dispersão, fenologia), diversidade de formas (ervas, arbustos, lianas, árvores), espécies com um determinado número de indivíduos que se reproduzem, umas mais abundantes outras menos, além da própria diversidade faunística associada.

O consórcio de várias técnicas de recuperação em uma mesma área tem-se mostrado mais eficaz em favorecer uma maior composição de espécies e formas de vida, permitindo não só a recuperação de comunidades como também dos processos ecológicos que levam à sua construção e auto-perpetuação.

Recomendações:

Considerando o exposto, é proposta a modificação do presente Projeto na tentativa de conduzir as áreas a serem recuperadas a condições próximas a comunidades naturais. Tal modificação ocorrerá por meio do uso de algumas técnicas nucleadoras, ao invés de apenas revegetação das áreas, a saber: semeadura de herbáceas, transposição de solo, transposição de galharias, transposição de chuva de sementes, poleiros artificiais e naturais e plantio de mudas de espécies arbóreas em grupos de Anderson.

A semeadura de herbáceas deve ser realizada em áreas a serem recuperadas que não apresentam cobertura do solo. Para isso devem ser utilizadas espécies de leguminosas herbáceas anuais. Deve ser a primeira técnica a ser introduzida em áreas desprovidas de cobertura vegetal para evitar a ocorrência de processos erosivos, seguida pela introdução das demais técnicas de recuperação.

A transposição do solo, consiste na transposição de porções de 1 m² da camada superficial do horizonte orgânico do solo (serapilheira mais os primeiros 10 centímetros de solo). Tais porções podem ser oriundas da estocagem do solo removido das áreas decapadas, desde que devidamente armazenado. Contudo, para garantir heterogeneidade do material genético introduzido deve-se buscar amostras de solo de todos os fragmentos vizinhos das áreas a serem recuperadas, em complemento àquele já estocado. Tal técnica é indutora do aumento da diversidade da área, pois permite a regeneração de outras formas de vida (ervas, lianas, arbustos) e fauna associada. Recomenda-se o uso de 20 pontos por hectare, sistematicamente distribuídos.

A transposição de galharias consiste na formação de leiras de galhos, tocos e resíduos florestais oriundos do desmatamento a ser realizado nas áreas de infraestrutura, que atuarão como refúgios artificiais para a fauna, além de atuar como poleiros para aves e poderem ser colonizados por insetos. Além disso, a própria decomposição do material gera matéria orgânica que enriquece o solo, criando condições adequadas à germinação e crescimento de sementes de espécies mais adaptadas a ambientes sombreados. Recomenda-se quatro leiras por hectare.

Fls. 1109
Proc. 189/1109
Rubr. 1109

avaliação dos processos de dispersão – se oriundos de espécies do entorno ou das espécies presentes no plantio.

A última fase, de funcionamento da área, ocorre a partir do quarto ano, com avaliações bianuais. Não é estipulado prazo para o término do monitoramento, pois irá depender dos resultados que serão encontrados. Além dos indicadores das fases anteriores, também deverá ser avaliada a presença de estratos na vegetação (indivíduos de sub-bosque, de dossel e emergentes) e tomadas medidas de Diâmetro à Altura do Peito – DAP dos indivíduos arbóreos. Tal medida de DAP servirá para as análise de crescimento e recrutamento, bem como para estimativas de biomassa.

Na recuperação dos taludes nos acessos recomenda-se semeadura com alta diversidade, incluindo espécies rasteiras de gramíneas, leguminosas e crucíferas. As gramíneas favorecerão a rápida cobertura do solo. As leguminosas desempenharão importante função por meio da fixação biológica do nitrogênio. As crucíferas irão desempenhar importante papel no rompimento de possíveis camadas compactadas do solo por meio de sua raiz pivotante. Deve ser realizado o consórcio dos grupos de espécies citados acima, dependendo da época do ano em que será realizada a semeadura e da disponibilidade de sementes no mercado.

Comentários:

Não foi informado se a solicitação de bloqueio das áreas afetadas pelas instalações iniciais já foi feita junto ao DNPM. É necessária a nulidade dos processos minerários pelo DNPM e os acordos indenizatórios com os titulares dos processos minerários – para aqueles que têm o direito a indenização.

Recomendações:

Apresentar o bloqueio junto ao DNPM das áreas que possuem processos minerários e que serão afetadas pelas instalações iniciais.

Apresentar a nulidade dos processo minerários e os acordos indenizatórios com os titulares dos processos homologados pelo DNPM.

Comentários:

Para avaliação adequada do impacto na qualidade da água dos corpos d'água do entorno dos acampamentos Pimental e Belo Monte, é necessária a inclusão dos parâmetros Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e Coliformes Termotolerantes (*Escherichia coli*) para o monitoramento.

Recomendações:

Apresentar, após a escolha das estações de monitoramento a serem determinadas *in loco*, mapa com espacialização dos pontos de coleta; e

Incluir os parâmetros Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e Coliformes Termotolerantes (*E. coli*) para o monitoramento da qualidade da água dos corpos d'água do entorno dos acampamentos Pimental e Belo Monte.

Comentários:

A fórmula de cubagem de Smalian, proposta no estudo, pode melhor ser entendida se representada da seguinte forma:

$$V = \pi \cdot [((D1+D2)/2 + (D3+D4)/2)/4]^2 \cdot C = 0,7854 \cdot [(D_b + D_t)/2]^2 \cdot C$$

Onde:

D_b = Diâmetro da base da tora em metro (obtido a partir da média do maior – D1 – e menor – D2 – diâmetro na seção, em cruz).

D_t = Diâmetro do topo da tora em metro (obtido a partir da média do maior – D3 – e menor – D4 – diâmetro na seção, em cruz).

Recomendações:

A supressão de vegetação deve seguir as orientações do Decreto nº 5.975/2006 e da IN Ibama nº 6/2009. Tais normativas visam garantir o controle da exploração e comercialização da matéria-prima florestal efetivamente explorada, bem como o controle da exploração e transporte no resgate de espécimes da flora. A IN Ibama nº 6/2009 contém o modelo de romaneio para autorização de utilização de matéria-prima florestal que deve orientar o presente Projeto, discriminando os estoques de madeira em tora, lenha, carvão vegetal e espécimes objeto de resgate de flora. Além disso, devem ser considerados os diferentes usos da madeira previstos na Instrução Normativa Ibama nº 187/2008.

Necessário se faz observar as orientações da Resolução Conama nº 369/2006, para o caso de intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, discriminando tais áreas no Inventário Florestal objeto do pedido de Autorização de Supressão de Vegetação.

O Projeto deve prever a estocagem do solo orgânico para ser utilizado no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Comentários:

Conforme analisado no Parecer nº 114/2009 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 23 de novembro de 2009, outras espécies sob algum grau de ameaça, não citadas nas espécies alvo de resgate acima, também foram encontradas. Em tal Parecer também foram encontradas espécies exclusivas das áreas a serem diretamente afetadas pelo empreendimento (reservatório e infraestruturas de apoio) e outras que ocorreram tanto em tais áreas como no entorno, mas com baixas abundâncias no entorno. A análise dos dados realizada no Parecer foi considerada como uma primeira aproximação para uma previsão preliminar dos impactos do empreendimento.

Recomendação:

Recomenda-se não se ater exclusivamente às prioridades elencadas ou às espécies apresentadas no EIA. Deverá ser coletado germoplasma do maior número de espécies possível, ameaçadas ou não. Espécies não registradas no EIA, mas encontradas em campo, também deverão ser incluídas.

Comentários:

O programa foi analisado no item 2 da Nota Técnica nº 51 e foi considerado satisfatório.

Recomendação:

Utilizar os dados de captura de espécimes para o enriquecimento dos dados de ocorrência. Ressalta-se que o empreendedor deve possuir as licenças necessárias e haver

concluído a implantação das estruturas da base de resgate próxima ao Sítio Pimental antes do início da execução da atividade de resgate de fauna.

Fis. 184/11
Pág. 11/11

Comentários:

O programa foi analisado no item 2 da Nota Técnica nº 51 e foi considerado satisfatório.

Comentários:

O programa foi analisado no item 2 da Nota Técnica nº 51 e foi considerado satisfatório.

Recomendação:

Utilizar os dados de ocorrências de atropelamentos de fauna para a proposição de passagens de fauna nos trechos monitorados, a saber as vias de acesso a serem melhoradas em decorrência da implantação do empreendimento (como, por exemplo, o travessão 27, trechos do travessão 55, etc), bem como no trecho da Rodovia Transamazônica (BR-230) compreendido entre Altamira e Belo Monte.

Comentários:

Para esta etapa, a proposta do programa é de que todas as ações de capacitação serão concentradas na cidade de Altamira.

O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, protocolado em 3/12/2010, informou que para a implantação do Programa de Capacitação de Mão de Obra foi estabelecido contrato com o SENAI. De acordo com o apresentado, serão iniciados cursos para capacitação de 195 pessoas em dezembro e 225 em janeiro, perfazendo 420 pessoas capacitadas. Ainda que todas possam ser aproveitadas nas obras, tal número representa apenas 32% do número de trabalhadores necessários. Na documentação encaminhada pela NESA, os meses subsequentes não estão cobertos com cursos de capacitação. Não foi apresentado comparativo entre as necessidades para as obras e o perfil das vagas oferecidas nos cursos de capacitação. Há informação de que as instalações e carga horária oferecidas pelo SENAI, além da falta de laboratórios para aulas práticas, não seriam adequadas às necessidades do empreendimento.

O documento 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias – Informações complementares, entregue em 14/12/2010, informou que foi planejado para dezembro/2010 o Curso de Assistente Administrativo, com turmas para pessoas com ensino fundamental e ensino médio, atendendo a aproximadamente 70 pessoas. As aulas estavam previstas para serem ministradas entre os dias 14 e 29 de dezembro de 2010.

Recomendações:

Deve ser apresentado cronograma de cursos de capacitação compatível com o número de trabalhadores necessários, de forma a priorizar a contratação de mão de obra da região, contendo comparativo entre as necessidades para as obras e o perfil das vagas oferecidas nos cursos, bem como avaliação da suficiência de conteúdo e carga horária para o exercício das funções necessárias à obra.

Comentários:

O programa decorre de normas do Ministério do Trabalho, cabendo a este verificar sua adequação e fiscalizar sua execução.

Para atendimento de urgências e emergências são previstos convênios com hospitais de Altamira – Hospital Regional da Transamazônica, Hospital Municipal São Rafael e Hospital Santo Agostinho – todos na rede SUS.

Não é apontada nenhuma solução do empreendedor para o atendimento de saúde dos trabalhadores contratados, presumindo-se, portanto, que utilizarão a rede pública, o que ocasionará sobrecarga nos serviços de saúde da região.

Recomendações:

Deve ser prevista solução de responsabilidade do empreendedor para o atendimento regular de saúde dos trabalhadores contratados, de forma a não sobrecarregar a rede pública.

O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias afirmou que os levantamentos cadastrais foram encerrados para as áreas dos sítios construtivos de Belo Monte e Pimental, da futura linha de transmissão, acessos e travessão 27. O levantamento apresentou o quantitativo de 20 famílias de proprietários e 7 de não proprietários, cujas propriedades serão objeto de negociação para aquisição integral. Para os próximos quatro meses foram elencadas as seguintes ações: negociações com proprietários e não proprietários; preparação de informativo e reuniões com comunitários sobre caderno de preços; e, cadastramento fundiário e socioeconômico da Vila de Santo Antônio.

Contudo, não estão identificados os 20 proprietários e as 7 famílias de não proprietários que terão a primeira abordagem deste Programa. O documento não é claro sobre a conclusão do caderno de preços a ser apresentado e discutido, uma vez que na época da vistoria, em novembro/2010, havia pendências quanto ao valor da lavoura do cacau para concluir o trabalho.

Comentários:

Os projetos de reorganização de áreas remanescentes e de reparação são alguns dos projetos vinculados a este programa. Para esta fase o empreendedor alega que serão adquiridas integralmente as propriedades onde serão construídos os sítios construtivos, justificando assim a não inclusão do projeto de reorganização de áreas remanescentes para este momento. Para tal análise é preciso identificar as propriedades e seus ocupantes. Quanto ao projeto de reparação é preciso garantir que os atingidos nesta fase inicial tenham condições de ser objeto do projeto em fase posterior.

Foi formalizado termo de compromisso entre INCRA e NESA, com o objetivo de promover e realizar ações de remanejamento das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento da reforma agrária afetados pelas obras da UHE Belo Monte.

Recomendações:

Devem ser identificados os 20 proprietários e 7 famílias não proprietárias que serão atingidas nesta fase e que terão suas terras e/ou benfeitorias adquiridas neste momento de instalações iniciais.

Fls. 17
Proc. 111/12

Deve ser concluído o caderno de preços e apresentados os espaços para sua disponibilização à população atingida, antes do início da negociação.

Deve ser formalizado o início do cadastro socioeconômico da Vila de Santo Antônio.

O empreendedor deve assumir que os atingidos nesta fase de instalações iniciais poderão fazer parte do Projeto de Reparação quando este for implantado.

Caso ao longo do processo seja identificada alguma propriedade a ser adquirida parcialmente, a negociação só poderá ser realizada após aplicação da metodologia para avaliação da viabilidade do remanescente.

Comentários:

Em novembro de 2010 foram instalados um balcão de atendimento em Altamira e outro em Vitória do Kingu.

O documento 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias - Informações complementares, entregue em 14/12/2010, informou que a Norte Energia instalou em 12/12/10 um balcão móvel, ainda em caráter preliminar, para atendimento à população de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, considerando que nestes locais está previsto o afluxo de pessoas interessadas em se cadastrar. De acordo com a programação apresentada o balcão móvel atenderá também a outras localidades. A instalação de mais um balcão de atendimento em Altamira, prevista para até 10/12/2010, não tinha sido concluída até a elaboração do documento.

Preocupa a proposta de encaminhamento da população para as redes sociais e a falta de informações sobre a integração entre o atendimento no balcão e a capacitação.

Recomendações:

Devem ser apresentadas medidas de responsabilidade do empreendedor, acompanhadas de cronograma, de forma a evitar encargos para os serviços sociais dos municípios.

Deve ser apresentada a metodologia utilizada para a seleção dos cadastrados para as vagas nos cursos de capacitação.

Comentários:

O documento 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias - Informações complementares, entregue em 14/12/2010, informou que atualmente um dos principais focos do PCIS são as comunidades a serem diretamente afetadas pela implantação dos canteiros de obras. Para estas comunidades têm sido dirigidos os trabalhos dos agentes de comunicação e parte dos materiais de apoio.

Não são, porém, apresentadas ações de comunicação específicas sobre os impactos da fase de instalações iniciais.

Recomendações:

Devem ser apresentadas ações de comunicação específicas, acompanhadas de cronograma, sobre os impactos da fase de instalações iniciais, voltadas para as comunidades próximas às obras.

Comentários:

1.117/

O programa apresentado não é executivo e não contempla cronograma para a fase atual. O PBA limita-se a colocar como objetivo para esta fase o desenvolvimento e aplicação de curso de capacitação em educação ambiental destinado aos técnicos, gestores e líderes de equipe que, após serem capacitados deverão montar as estratégias necessárias para instruir todos os trabalhadores do empreendimento que desempenham suas funções nos canteiros de obra. Além disso, o programa proposto abrange apenas os sítios Pimental e Belo Monte. Além da ausência ações para Belo Monte e Belo Monte do Pontal, nem mesmo comunidades como as de Santo Antônio, localizada entre os alojamentos e o canteiro de Belo Monte, e São Francisco das Chagas e demais às margens de travessão que será melhorado, foram contempladas.

O documento 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias - Informações complementares, apresenta proposta para orientar a população das localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal no uso dos equipamentos sanitários. Para a educação sanitária serão utilizadas como base as diretrizes do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento - PEAMSS, da Secretaria de Saneamento, do Ministério das Cidades.

Recomendações:

Devem ser apresentadas ações de educação ambiental, para a fase de instalações iniciais, acompanhadas de cronograma, voltadas para as comunidades próximas às obras.

2.16.1. Subprograma de Prospecções Arqueológicas Intensivas

2.16.2. Subprograma de Salvamento Arqueológico

2.16.3. Subprograma de Educação Patrimonial

O IPHAN, por meio do Ofício nº 092/09 - CNA/DEPAM/IPHAN, determinou a necessidade de elaboração de Projeto de Prospecção e Resgate Arqueológico, Projeto de Educação Patrimonial e Projeto de Implantação de Casas de Memória em Altamira e Vitória do Xingu. Os subprogramas afetos à proteção e preservação do patrimônio arqueológico devem ser objeto de avaliação daquele Instituto.

Foi emitida a Portaria IPHAN nº 22, de 24 de agosto de 2010, que trata de permissões e autorizações relativas à elaboração do projeto de arqueologia preventiva nas áreas de intervenção do AHE Belo Monte.

Comentários:

Para o desenvolvimento das ações previstas, deverá ser celebrado convênio entre o Empreendedor e cada Prefeitura Municipal dos seis municípios. Cada Prefeitura deverá criar, no âmbito da Secretaria de Saúde, uma instância específica de vigilância epidemiológica, que poderá ser denominada Núcleo de Vigilância Epidemiológica - NUVE, que será o órgão responsável pela execução deste subprograma.

De acordo com o PBA, o programa deve ser implantado logo no início das obras. Para isso, as negociações e os trâmites burocráticos para a celebração dos convênios devem iniciar, pelo menos três meses antes, para que os Núcleos de Vigilância Epidemiológica (NUVEs) estejam aptos a operar logo no primeiro dia de início das obras.

O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, protocolado em 3/12/2010, apresenta como ações a serem realizadas nos próximos quatro meses: apoiar e ampliar as prefeituras nas ações preventivas, tais como palestras para as comunidades, disponibilização de material educativo, entre outros. Porém não foram apresentadas as

ações já executadas pelas prefeituras, bem como se estas dispõem de estrutura para executá-las.

Apesar da execução do Programa depender de convênios com a 10ª Regional da SESP em Altamira e com as Secretarias Municipais de Saúde da AID e Pacajá, não foi apresentada nenhuma ação nesse sentido, o que inviabiliza o início da execução do programa.

Recomendações:

Devem ser apresentados os convênios com a 10ª Regional da SESP em Altamira e com as Secretarias Municipais de Saúde da AID e Pacajá

Devem ser apresentadas ações mais específicas e efetivas, acompanhadas de cronograma, para as comunidades mais próximas às obras, como é o caso de Belo Monte, Belo Monte do Pontal, além de Santo Antônio e São Francisco das Chagas, entre outras ao longo do travessão 27, principalmente no que se refere a: epidemiologia; prevenção de DST/HIV/AIDS e gravidez na adolescência; doenças de veiculação hídrica e transmitidas por vetores

Por meio do Ofício NE 036/2010 - DS, de 15/10/2010, a NESA encaminhou ao Ibama o Atestado de Condição Sanitária - ATCS, de 14/10/2010, atestando que a NESA está apta para a continuidade do processo de licenciamento, devendo cumprir integralmente o Plano de Ação para o Controle da Malária - PACM, aprovado por meio do Parecer Técnico nº 28/2010/CGPNM/DEVP/SVS/MS, de 07 de outubro de 2010.

3. OUTROS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

O EIA prevê, para os impactos associados à fase de implantação de infraestrutura de apoio à construção, ações ambientais a serem implementadas.

Plano de Articulação Institucional

Comentários:

Apesar de seu caráter antecipatório, não foram detalhadas ações dos Programas que o compõem, para esta fase. Para o Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas, que tem entre seus objetivos incentivar a qualificação profissional de forma a habilitar a população residente na região para aproveitar as oportunidades de trabalho e geração de renda, resultantes da dinamização das atividades econômicas na fase de construção, não foi apresentada nenhuma ação.

Para os Programas de Articulação e Interação Institucional, Fortalecimento da Administração Pública e Apoio à Gestão dos Serviços Públicos as ações a serem realizadas para esta fase são ainda de diagnóstico.

De acordo com o EIA, porém, este Plano deveria ser desenvolvido previamente à implantação do empreendimento, de modo que as administrações municipais estejam preparadas para enfrentar os desafios que terão pela frente durante o período de construção.

Recomendações:

Devem ser apresentadas ações, acompanhadas de cronograma, que possam auxiliar as administrações municipais a minimizar a sobrecarga na gestão da administração pública, em razão do empreendimento.

Devem ser apresentadas ações, acompanhadas de cronograma, de incentivo à capacitação profissional e ao desenvolvimento de atividades produtivas.

Programa de Acompanhamento Social

Comentários:

O Programa não foi detalhado para esta fase. O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, protocolado em 3/12/2010, apresenta previsão de uma central de triagem que teria como principal foco encaminhar migrantes oriundos de outras localidades que apresentarem situações de vulnerabilidade pessoal e social aos serviços da rede pública mais próximos e a serviços de suporte.

Preocupa a intenção de encaminhar os migrantes aos serviços da rede pública, sobrecarregando-os com a população atraída pelo empreendimento. Não ficam claros, ainda quais seriam os *serviços de suporte apresentados neste documento como possibilidades de atendimento inicial e imediato*.

Não são previstas medidas específicas voltadas às comunidades próximas às obras, no sentido de mitigar os impactos desta fase.

Recomendações:

Devem ser apresentadas medidas de responsabilidade do empreendedor, acompanhadas de cronograma, de forma a evitar o encaminhamento dos migrantes aos serviços da rede pública.

Devem ser apresentadas ações, acompanhadas de cronograma, voltadas às comunidades próximas às obras, no que se refere a: perda das principais referências sócio espaciais (incluindo a paisagem); risco de desestruturação das redes de relações familiares e comunitárias; alteração nos modos de vida; geração de expectativas e possibilidade de conflitos decorrentes da convivência entre população local e migrante.

Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

Comentários:

Proposto no âmbito das complementações ao EIA, tem como objetivo implantar um processo de acompanhamento e avaliação das transformações da dinâmica socioeconômica e populacional verificadas nos municípios da Ail do AHE Belo Monte. Tem caráter antecipatório.

Para a fase de instalações iniciais o Programa não foi apresentado. O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, protocolado em 3/12/2010, trouxe quadro com proposta dos indicadores socioeconômicos e suas fontes de obtenção, em acordo com o proposto nas complementações ao EIA.

O documento trouxe ainda proposta, para a fase de instalações iniciais, do monitoramento de somente alguns indicadores e utilização das mesmas fontes de dados do Monitoramento completo. As variáveis principais para a fase de instalações iniciais seriam as relacionadas à saúde, educação, segurança pública e saneamento básico.

No caso de indicadores de saúde pública, consideraram-se mais relevantes os referidos à ocorrência de endemias existentes que são de notificação compulsória. Com base nos controles existentes na rede pública e de acordo com o perfil epidemiológico regional e local foram selecionadas as patologias mais conspícuas e que poderiam refletir de forma mais eloquente os fluxos populacionais: AIDS, Leishmaniose Tegumentar Americana, Leishmaniose Visceral e Hepatites. Em reunião ocorrida em 10/01/2011 o Ibama solicitou a incorporação os dados referentes a malária, dengue, febre amarela e a febre hemorrágica e Altamira. Esta última será incorporada caso seja de notificação compulsória.

No caso de educação, o indicador selecionado foi o número de matrículas por nível de ensino.

Em termos de segurança pública, foi escolhido o perfil das ocorrências hoje estabelecido.

Por fim, no caso de saneamento, o indicador proposto foi o consumo de água fornecida por rede pública nas áreas urbanas. Porém, em reunião ocorrida em 10/01/2011, concordou-se em adotar o número de novas ligações de energia elétrica para uso residencial, a ser obtido mensalmente junto à CELPA.

Acordou-se em reunião, ainda, que será incorporado o indicador Identificação de Casos Sociais, a ser obtido mensalmente no âmbito dos balcões de atendimento.

Na reunião ocorrida em 10/01/2011 foi definido o dia 31/12/2010 como o T₀, tanto para a fase de canteiro como para o empreendimento como um todo. A coleta de dados e monitoramento dos indicadores, para a fase inicial serão mensais. Porém, não foi apresentada metodologia para a avaliação e eventual proposição de medidas complementares aos programas a serem implementados, frente aos dados obtidos no monitoramento.

O T₁, contemplando todos os indicadores, deverá ser obtido 6 meses após a obtenção de uma eventual Licença de Instalação, ainda que só para a fase inicial.

Recomendações:

Deve ser apresentados os dados de todos os indicadores que compõem o T₀ referente à fase inicial.

Deve ser apresentada metodologia para a avaliação e eventual proposição de medidas complementares aos programas a serem implementados, frente aos dados obtidos no monitoramento.

O T₁, contemplando todos os indicadores, deverá ser obtido 6 meses após a obtenção de uma eventual Licença de Instalação, ainda que esta se refira apenas à fase inicial.

4. CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

A LP nº 342/2010 estabeleceu seis condições gerais e 40 específicas para o AHE Belo Monte. Em relação às condições gerais houve alteração da concepção do empreendimento, constantes do Projeto Básico Ambiental – PBA das Instalações Iniciais. Quanto às condições específicas são tecidas as considerações abaixo.

2.1 *O Hidrograma de Consenso deverá ser testado após a conclusão da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal. Os testes deverão ocorrer durante seis anos associados a um robusto plano de monitoramento, sendo que a identificação de importantes impactos na qualidade de água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande, poderão suscitar alterações nas vazões estabelecidas e consequente retificação na licença de operação. Entre o início da operação e a geração com plena capacidade deverá ser mantido no TYR, minimamente, o Hidrograma B proposto no EIA. Para o período de testes devem ser propostos programas de mitigação e compensação.*
Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.2 *Apoiar o funcionamento de Grupo de Trabalho interministerial e interinstitucional, envidando esforços para sua criação, visando acompanhar o licenciamento e efetuar vistorias periódicas no empreendimento, adotando as medidas indicadas pelo Grupo e aprovadas pelo IBAMA, sem prejuízo das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental, até que sejam sanadas as irregularidades, ressalvados os efeitos produzidos durante a vigência da licença.*
Condicionante em atendimento. O empreendedor sugere que, a partir do grupo constituído para discutir o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS do Xingu, se estabeleça um Fórum destinado a acompanhar a implantação do PBA e sua articulação constante com o PDRS. Por meio do Ofício nº 818/2010 – GP/IBAMA, de

22/10/2010, tal condicionante foi encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente para apreciação, com vistas, inclusive, de indicar a composição do referido grupo junto aos demais ministérios envolvidos. Por meio do Ofício NE 041/2010 - DS, de 05/11/2010, a NESA solicitou ao Ibama a criação de tal Grupo informando que irá apoiar seu funcionamento em todas as etapas e no que for necessário e possível.

2.3 *Propor e implantar Programa de apoio às ações de comando e controle visando a proteção e recuperação de áreas ambientalmente degradadas na bacia dos rios Xingu - Iriri, adotando medidas de recuperação que venham a ser indicadas no Programa como necessárias para a garantia de qualidade e quantidade de água.*

Condicionante a ser exigida para eventual emissão de autorização de supressão de vegetação. Conforme colocado no Parecer nº 88/2010, a área de abrangência dessa condicionante é bastante superior à área de influência do AHE Belo Monte. A título de comparação, tem-se que a Área de Influência Direta - AID (meio físico e biótico) do AHE Belo Monte tem cerca de 5.150 km² e a área da bacia hidrográfica do rio Xingu (contemplando também a bacia do rio Iriri) equivale a aproximadamente 511.000 km². Isto posto, entende-se que o texto estipulado na referida condicionante necessita de maior detalhamento, pois não parece razoável determinar que a Norte Energia seja responsabilizada por recuperar todas as áreas degradadas da bacia hidrográfica do rio Xingu. Considera-se importante que sejam definidos dois níveis de ações, aquelas pertinentes ao licenciamento ambiental, e aquelas a serem estabelecidas no âmbito de outro arranjo interinstitucional, como por exemplo no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu. No tocante ao licenciamento ambiental, esta condicionante será exigida quando da emissão de eventual autorização de supressão de vegetação, como compensação das áreas em que haverá intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, no sentido de recompor ou recuperar APP equivalente à área de intervenção, nas sub-bacias da área de influência do empreendimento. Tal condicionante será considerada em Parecer específico para emissão de Autorização de Supressão de Vegetação.

2.4 *Contemplar, no âmbito do Projeto Básico Ambiental - PBA, as recomendações elencadas na Nota Técnica Ictiofauna AHE Belo Monte/2010-DILIC/IBAMA e no Parecer nº 17/CGFAP.*

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.5 *Garantir a manutenção da qualidade da água de acordo com os níveis preconizados na Resolução Conama nº 357/2005, para classe 1 e 2 de acordo com sua localização, o que garantirá o uso múltiplo dos recursos hídricos e a sobrevivência da fauna aquática, adotando para tanto, as medidas que forem necessárias, e ainda:*

- *Realizar estudo conforme Termo de Referência a ser elaborado pelo IBAMA contemplando modelo matemático tridimensional com acoplamento dinâmico entre variáveis hidrodinâmica e de qualidade de água para o Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água.*
- *Complementar os prognósticos obtidos com os relatórios de modelagem assim como, o relatório de modelagem de qualidade da água numa periodicidade maior, levando em consideração as observações feitas ao longo da Nota Técnica: Análise da Modelagem Matemática da Qualidade da Água apresentado em atendimento ao ofício nº 1251/2009 - DILIC/IBAMA, referente ao Estudo de Impacto ambiental - EIA do aproveitamento hidrelétrico (AHE) Belo Monte e análise do relatório de modelagem matemática ecológica (Apêndice 10.2 do EIA).*

- Definir vários cenários para modelagem matemática de qualidade de água, em complementação aos existentes no EIA, dando destaque ao cenário no qual, conceitualmente, se espera as piores situações de qualidade de água.

Condicionante em atendimento. Foi elaborada proposta de trabalho e protocolada no Ibama em 31/08/2010. Em 09/11/2010, a equipe técnica responsável pela elaboração do estudo apresentou, neste Ibama sede, o escopo do trabalho. O estudo, que visa desenvolver modelagem matemática de circulação hidrodinâmica e do transporte de substâncias que qualificam a água dos Igarapés de Altamira e Reservatórios do Xingu e Intermediário, já encontra-se em curso. Conforme cronograma apresentado no documento "Esclarecimentos sobre as condicionantes não atendidas segundo o Parecer nº 95/2010", a expectativa é o término do estudo até meados do mês de fevereiro de 2011.

2.6 Apresentar o PBA, contendo o detalhamento dos planos, programas e projetos socioambientais previstos no EIA e suas complementações, considerando as recomendações do IBAMA exaradas por meio dos Pareceres nº 105/2009, nº 106/2009, nº 114/2009 e nº 06/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. O PBA deverá ser entregue em versões impressa e digital, apresentando instituições envolvidas, responsáveis técnicos e cronograma físico de implantação.

Condicionante parcialmente atendida. Foram elencadas recomendações, que constam dos itens 2 e 3 desta nota, onde são analisados os programas ambientais apresentados.

2.7 Os convênios referentes aos Planos de Requalificação Urbana, Articulação Institucional e Ações Antecipatórias, propostas no EIA e suas complementações, deverão ser assinados pelo empreendedor e entidades governamentais e apresentados no PBA, acompanhados de cronogramas visando propiciar o atendimento da demanda suplementar provocada pelo empreendimento, bem como suprir o déficit de infraestrutura, de forma a garantir que os resultados dos indicadores socioeconômicos, ao longo do desenvolvimento dos programas e projetos, sejam sempre melhores que os do marco zero.

Condicionante parcialmente atendida. Com a prefeitura de Vitória do Xingu foi assinado termo de acordo para cooperação institucional, técnica e anuência referente à implantação de aterro sanitário no município; e termos de anuência referentes à educação, contemplando a construção e reforma de escolas, e à saúde, incluindo a reforma de hospital, aquisição de equipamentos e construção de unidades básicas de saúde.

Quanto ao município de Altamira, foram assinados termos de acordo para cooperação institucional, técnica e manifestação de anuência que versam sobre aquisição de equipamentos de segurança para o município; adequação da estrutura de saúde; adequação da estrutura de educação; e cooperação para implantação de balcão de atendimento. Foi assinado, ainda, acordo de cooperação técnica, com vigência entre 1º de fevereiro e 31 de dezembro de 2011, para contratação de profissionais da área de saúde e aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, com o objetivo de manter a operacionalização do Hospital Municipal de Altamira.

Com Anapu foram assinados termos de anuência referentes aos projetos básicos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, balcão de atendimento, saúde e educação.

Os termos de anuência apresentados pela NESA enumeram os objetos, obrigações das partes e prazos, os quais são superiores aos estabelecidos nos cronogramas das ações antecipatórias anteriormente apresentados.

Quanto à segurança pública, o Governo do Estado do Pará consultou a Secretaria de Estado de Segurança Pública, que, por meio do Ofício nº 0701/10-GAB SEC, se

manifestou de forma favorável à proposta de assinatura de Acordo de Cooperação Técnica na área de segurança pública, evitando situações futuras como as de Juruti, Paraopebas, etc, onde o fluxo migratório desordenado acabou por criar situações indesejáveis no que tange à matéria por falta de estrutura estatal para fazer face aos desafios que se apresentam. Em consequência, a Governadora emitiu o Ofício nº 590/10-GG, em 10 de novembro, por meio do qual manifesta interesse em firmar o referido acordo com a NESA, porém não há previsão para a sua formalização.

Resta a preocupação, corroborada pela Secretaria de Segurança Pública, com as consequências do aumento no afluxo migratório caso não sejam efetivamente implantadas medidas na área de segurança pública de forma antecipatória.

2.8 *Propor e efetivar convênios, para ações de fortalecimento, com as entidades responsáveis pela fiscalização de crimes ambientais, como o tráfico de animais silvestres e a exploração madeireira na região (IBAMA, OEMA do Pará, Polícia Ambiental, entre outros).*

Condicionante em atendimento. A NESA afirma que propôs à Diretoria de Proteção Ambiental – DIPRO/IBAMA a formalização de Termo de Cooperação para apoiar a atuação na região.

O Governo do Estado do Pará emitiu o Ofício nº 590/10-GG, em 10 de novembro, por meio do qual manifesta interesse em firmar Acordo de Cooperação Técnica com a NESA, no sentido de envidar esforços conjuntos na área de fiscalização ambiental, porém não há previsão para a sua formalização.

A DIPRO, por meio do Memorando nº 1548//DIPRO/2010, de 18/11/2010, encaminhou à DILIC o Parecer nº 26/2010 sobre a proposta de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ibama e a NESA. As tratativas sobre a formalização do Acordo ainda serão negociadas com a NESA.

Deve ser formalizado o Termo de Cooperação entre NESA e Ibama, bem como outros termos de cooperação que se fizerem necessários.

2.9 *Incluir entre as ações antecipatórias previstas: i) o início da construção e reforma dos equipamentos (educação/saúde), onde se tenha a clareza de que serão necessários, casos dos sítios construtivos e das sedes municipais de Altamira e Vitória do Xingu; ii) o início das obras de saneamento básico em Vitória do Xingu e Altamira; iii) implantação do sistema de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, antes de se iniciarem as obras de construção dos alojamentos.*

Condicionante em atendimento. O Parecer nº 95/2010, de 20/10/2010, definiu que para o atendimento da condicionante para as instalações iniciais deve-se, pelo menos:

- *iniciar a reforma dos equipamentos de saúde e educação em Belo Monte e Belo Monte do Pontal;*

Foi iniciada a construção das Unidades Básica de Saúde – UBS e das salas de aula, tanto em Belo Monte como em Belo Monte do Pontal.

- *iniciar a contratação de equipe profissional de saúde para Altamira;*

Foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Altamira, que contempla a contratação de profissionais da área de saúde.

- *concluir a definição e orçamento de projetos de saúde para Vitória do Xingu;*

Foram assinados termos de anuência com as prefeituras. É incumbência da NESA a elaboração dos projetos, porém não foi definido prazo para essa atividade.

- *aprovar os projetos de educação para Altamira e Vitória do Xingu, considerando o afluxo populacional para o ano letivo de 2011 e com cronograma que permita a conclusão do processo para o início do ano letivo;*

É incumbência da NESA a elaboração dos projetos, porém não foi definido prazo para essa atividade. Os prazos para implantação dos equipamentos de educação

constantes nos termos assinados inviabilizam a conclusão do processo para o início do ano letivo de 2011.

- *iniciar a implantação das estruturas de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal;*
- *iniciar, concomitantemente às instalações iniciais, as obras de saneamento básico em Altamira e Vitória do Xingu.*

Em complementação ao que foi exposto na Nota Técnica nº 51/2010, novos avanços que dizem respeito à saneamento básico foram apresentados pelo empreendedor.

Conforme "2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias – Informações Complementares", encaminhado mediante o Ofício NE 073/2010-DS em 14/12/2010, o poço profundo complementar, previsto para a localidade de Belo Monte, foi perfurando. Este novo poço apresenta profundidade de aproximadamente 260 metros e vazão de 6 m³/h. Somado-se a vazão de 3 m³/h do primeiro poço profundo perfurado, obtém-se 9 m³/h – vazão considerada pelo empreendedor como sendo suficiente para atender a população da localidade. Conforme relatório fotográfico anexo ao documento supracitado, a instalação da rede de distribuição de água em Belo Monte foi iniciada.

Foram apresentadas as estratégias de educação sanitária de forma a orientar a população das localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal com vistas a sensibilizar a população em adequar suas residências – instalação de equipamentos sanitários, de forma a permitir a coleta do esgoto pelo sistema de esgotamento sanitário condominial a ser instalado pelo empreendedor. Conforme proposta apresentada pelo empreendedor, a atividade de educação sanitária para as comunidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal seguirão as premissas, critérios e estratégias do Programa de Educação Ambiental, apresentado no PBA e ainda, serão utilizadas como base as diretrizes do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento – PEAMSS, da Secretária de Saneamento, do Ministério das Cidades.

O Projeto de Educação Sanitária terá horizonte temporal de 1 ano, a ter início em janeiro de 2011. Os objetivos específicos são, entre outros, os seguintes: capacitar pessoal pré-selecionado para atuar como interlocutores nas comunidades; implantar rede pública de coleta e destino de esgoto; desenvolvimento de proposta piloto para implantar estrutura de compostagem para aproveitamento dos resíduos orgânicos; monitorar a qualidade da água consumida na comunidade (projeto piloto); monitorar índices de parasitose nas crianças de até doze anos.

O empreendedor encaminhou ainda Termo de Acordo para Cooperação Institucional, Técnica e Anuência, celebrado entre a NESA e a Prefeitura de Vitória do Xingu em 14 de dezembro de 2010. Conforme o Termo, as seguintes ações serão realizadas em 2011 no município de Vitória do Xingu: sistema de abastecimento de água e esgoto na Agrovila Leonardo da Vinci (conclusão prevista para julho de 2011); sistema de abastecimento de água e esgoto em Belo Monte; construção de estação de tratamento de água e de esgoto e suas redes de distribuição e coleta na sede do município; construção de aterro sanitário (conclusão prevista para dezembro de 2011); e aquisição de 2 caminhões para coleta de lixo (conclusão prevista para dezembro de 2011).

2.10 Apresentar em até 30 dias após a definição do concessionário de geração a estratégia para garantir que toda infraestrutura necessária que antecede as obras – Ações Antecipatórias – seja efetivamente implantada, sem o que não será concedida a Licença de Instalação.

Condicionante em atendimento. Para esta fase de licenciamento a estratégia para implantação das ações antecipatórias tem sido discutida em reuniões entre o empreendedor e o Ibama.

1121

2.11 *Apresentar relatório das ações antecipatórias realizadas, comprovando sua suficiência para o início da implantação do empreendimento.*
Condicionante em atendimento. A adequação das ações antecipatórias realizadas é analisada ao longo desta Nota Técnica.

2.12 *Estender aos municípios da Área de Influência Indireta - AII as ações do Plano de Articulação Institucional relativas a: i) criar mecanismos de articulação e cooperação entre entidades e instituições federais e estaduais que possibilitem o estabelecimento de parcerias para a indução do desenvolvimento regional; ii) capacitar as equipes das administrações municipais; iii) fortalecer a prática do planejamento participativo; iv) ampliar a articulação entre as diferentes áreas da administração municipal e destas com outras esferas de governo, até que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu cumpra essas funções.*

Condicionante parcialmente atendida. As ações previstas nesta condicionante foram propostas no EIA para os municípios da AID. Tais ações deveriam ser extensivas aos municípios da AII, do modo a prepará-los para o potencial afluxo populacional (estimado pelo EIA em cerca de 10.000 pessoas), e evitar que a oferta de empregos, bem como a melhoria nos serviços básicos de educação, saúde, segurança e saneamento dos municípios da AID ocasionasse um efeito de esvaziamento dos municípios da AII, pelo menos até que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu - PDRS Xingu cumpra essas funções.

Por meio do Ofício-Circular nº 61/2010-SAG/C. Civil - PR, protocolado em 28/10/2010, foi encaminhado ao Ibama o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu - PDRS Xingu. Tal Ofício afirma que o *Plano busca prover sua região de abrangência com políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, concomitantemente à implantação de relevantes obras públicas de infraestrutura como a pavimentação da rodovia Transamazônica e a UHE Belo Monte, sem garantias quanto ao cumprimento das funções previstas na condicionante.*

O Ofício nº 884/2010 - SAG/C. Civil - PR, encaminhado ao Ibama em 08/12/2010, informa que o Modelo de Gestão do PDRS Xingu, converge com os objetivos estabelecidos nos itens i), iii) e iv) da condicionante 2.12, manifestando que encontram-se integralmente contemplados pelas ações previstas no âmbito do PDRS Xingu. Não há informações sobre quando o Plano cumprirá efetivamente essas funções. Quanto ao item ii) a NESA deverá envidar esforços para o seu cumprimento.

2.13 *Em relação à navegação considerar no PBA:*

- *Adoção de soluções que permitam a continuidade da navegação durante todo o tempo de construção e operação da usina, no trecho do rio Xingu submetido à vazão reduzida e no rio Bacajá. Admite-se como exceção as famílias residentes nos primeiros 10 km a jusante do barramento principal, na margem esquerda do rio Xingu (comunidade São Pedro e habitantes das ilhas), consideradas atingidas com perdas imobiliárias;*
- *Para os demais afluentes da Volta Grande do rio Xingu, as ações necessárias para que não haja o comprometimento das atividades produtivas, respeitando os modos de vida daquelas comunidades;*
- *A adoção de medidas necessárias para prevenir, minimizar, indenizar ou compensar os impactos na navegação previamente à sua ocorrência, inclusive os aumentos de custos e tempo de percurso;*
- *A necessidade de evitar a substituição do transporte fluvial por terrestre, notadamente para as populações indígenas; e*

- O detalhamento do mecanismo de transposição de embarcações no barramento no sítio Pimental.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.14 Apresentar no PBA proposta de constituição, garantia de representatividade, funcionamento e integração do Fórum de Acompanhamento e dos Fóruns de Discussão Permanente, incluindo sua interface com os conselhos e comissões específicas.

Condicionante atendida para as instalações iniciais. O cronograma apresentado pelo empreendedor se mostra adequado para esta fase.

2.15 Apresentar no PBA convênios firmados com os órgãos competentes visando ações de regularização e fiscalização fundiária nas áreas a serem afetadas pelo empreendimento.

Condicionante em atendimento. O Governo do Estado do Pará emitiu o Ofício nº 590/10-GG, por meio do qual manifesta interesse em firmar Acordo de Cooperação Técnica com a NESA, no sentido de envidar esforços conjuntos na área de regularização fundiária, porém não há previsão para a sua formalização.

Em 06/01/2011, a NESA encaminhou ao Ibama o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Incra, com o objetivo de promover e realizar ações de remanejamento das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento da reforma agrária afetadas pelas obras da UHE Belo Monte.

2.16 Apresentar no PBA a metodologia que será adotada na valoração e os critérios para cálculo de áreas remanescentes viáveis, considerando necessariamente o "isolamento social" pela saída de moradores atingidos da região.

Condicionante atendida para as instalações iniciais. O cadastro socioeconômico foi finalizado, sendo prevista a compra integral de 20 propriedades, portanto sem remanescentes. Caso ao longo do processo seja identificada alguma propriedade a ser adquirida parcialmente, a negociação só poderá ser realizada após aplicação da metodologia para avaliação da viabilidade do remanescente.

2.17 Apresentar no PBA o Cadastro Socioeconômico – CSE dos grupos domésticos da Área Diretamente Afetada – ADA, incluindo os moradores e demais pessoas que utilizem o trecho da Volta Grande em suas atividades; os pescadores de peixes ornamentais e pescadores comerciais – tanto a montante como a jusante de Altamira; os trabalhadores ligados às atividades de praias, incluindo comerciantes, barqueiros e outras funções relacionadas a atividades exercidas nesses locais, com identificação de geração de trabalho e renda, bem como os oleiros e trabalhadores de atividades minerárias e extrativistas. Esses grupos domésticos deverão ser público-alvo do programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.

Condicionante parcialmente atendida. O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias informa que foi encerrado o cadastramento socioeconômico e fundiário para as instalações iniciais, mas não apresentou o resultado do cadastro. Há necessidade de se efetivar o cadastramento das famílias da Vila de Santo Antônio, atividade contemplada no cronograma apresentado.

2.18 Detalhar no PBA, a forma e metodologia de análise dos impactos que poderão ser mitigados pelo Projeto de Reparação (compensação social), de forma a deixar claro aos atingidos quais perdas poderão ser "compensadas socialmente" e as respectivas compensações.

Condicionante não atendida. Não foi detalhada a metodologia. As poucas ações apresentadas não trazem elementos explicativos, suscitando questionamentos quanto ao

desenvolvimento do projeto. O empreendedor afirma que será garantido o direito a todos os grupos de atingidos de serem contemplados pelo Projeto de Reparação, independente da época do impacto. Deve ser apresentada e divulgada aos interessados a forma pela qual os atingidos na atual fase terão garantido seu direito à inclusão no projeto.

2.19 Integrar aos Planos, Programas e Projetos apresentados no Volume 33 do EIA os programas mitigatórios e compensatórios propostos para os índios citadinos e moradores na Volta Grande do Xingu, considerando as especificidades da questão indígena, sem, no entanto gerar diferenciação de tratamento no âmbito da população da Área de Influência Direta - AID/ADA.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.20 Apresentar no âmbito do Programa de Controle de Zoonoses ações de monitoramento e mitigação dos impactos causados pela transmissão de zoonoses de animais exóticos para a fauna silvestre.

Condicionante atendida para as instalações iniciais. No documento "Esclarecimentos sobre as Condicionantes não Atendidas segundo o Parecer nº 95/2010" foi apresentado o Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre.

2.21 Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Terrestres:

- Programa de Monitoramento das Florestas de Terra Firme;
- Programa de Afugentamento da Fauna Terrestre;
- Programa para mitigação de impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento;
- Programa de Reconexão Funcional de Fragmentos, visando espécies-alvo para conservação da fauna;
- Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo; e
- As formas de garantia de manutenção das populações da fauna silvestre existentes na área que ficará ilhada entre o reservatório dos Canais e o TVR, integrando os dados do levantamento etnoecológico com os demais dados existentes.

Condicionante atendida para as instalações iniciais. Vários dos programas previstos no Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres não serão iniciados na fase de instalações iniciais. Aqueles a serem iniciados, como os Programas de Afugentamento da Fauna e de Mitigação de Impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento, foram analisados no item 2 da Nota Técnica nº 51/2010, bem como no item 2 da presente Nota. Eventuais recomendações já encontram-se listadas acima, no item 2.

Os eventuais impactos causados aos ecossistemas terrestres pelo aumento do fluxo populacional, do ponto de vista biológico, devem ser tratados pelo aumento da fiscalização na área em decorrência dos convênios a serem celebrados com os órgãos estatais de fiscalização ambiental, fundiária e social.

Em reunião realizada em 08/12/2010 foi discutida proposta de desenho amostral, alvos e protocolos de amostragem para a execução do Plano. Foram acordados o estabelecimento de nove módulos de monitoramento distribuídos de montante para jusante do empreendimento, incluindo o trecho previsto para o reservatório intermediário (antes chamado de reservatório dos canais), bem como a definição de alguns alvos e protocolos de amostragem.

2.22 Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Aquáticos:

- Programa de Resgate e Salvamento da Ictiofauna;
- Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo;
- As formas de garantia de manutenção das populações de fauna existentes no Trecho de Vazão Reduzida, gerando dados para a reavaliação do hidrográfico; e
- Delimitação das áreas e formas de navegação (distância da margem, tempo e intensidade de tráfego das embarcações) a jusante do TVR, de modo a garantir que sejam mínimas as perturbações sobre áreas de utilização das populações locais de quelônios e demais impactos causados por perturbações comportamentais nas populações de Tartarugas-da-Amazônia pela intensificação do fluxo de embarcações.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.23 Apresentar no Programa de Proposição de Áreas de Preservação Permanente - APP a delimitação de APP's para os reservatórios do Xingu e dos Canais, com largura média de 500 m, considerando a necessidade de manutenção da qualidade da água: o estudo de paisagem, incluindo a necessidade de conexão de alguns fragmentos; a proteção das cavidades naturais; os critérios de viabilidade das propriedades afetadas e a averbação da reserva legal, contígua à APP proposta, para as propriedades remanescentes.

Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.24 No âmbito do Projeto de Criação de Unidades de Conservação, além das contidas no EIA, apresentar propostas de:

- Unidade de Conservação de Uso Sustentável (como sugestão APA) contemplando as áreas de reprodução de quelônios de jusante da Casa de Força Principal, baseado na proposta desenvolvida pelo IBAMA e ICMBio, que possa contemplar: pesquisa permanente sobre as modificações naturais e artificiais dos substratos reprodutivos buscados pelos quelônios, movimentação e deslocamentos dos bancos de areia em função da dinâmica do rio, manejos de desovas de quelônios, estudos básicos sobre as espécies da fauna e flora encontradas. Estabelecer zoneamentos para proteção de espécies potencialmente ameaçadas e recuperação de ambientes degradados, desenvolvimento de turismo ecológico, turismo científico e de contemplação e outras atividades não predatórias. O espaço proposto deve funcionar como um laboratório natural de pesquisa para avaliação do comportamento e estado de conservação do rio, das ilhas e praias e de como a fauna e flora residentes irão se adaptar às possíveis modificações decorrentes do empreendimento (Proposta de área mínima consta nos arquivos do Projeto Quelônios da Amazônia - PQA/IBAMA).
- Unidade de Conservação de Uso Sustentável, na região compreendida entre o final do remanso do reservatório do Xingu e a confluência dos rios Xingu e Iriri, com o objetivo de conservar o ambiente de pedrais; e
- Unidade de Conservação de Proteção Integral em área de relevante interesse espeleológico.

Condicionante atendida para as instalações iniciais. Tal condicionante foi analisada no Parecer nº 88/2010. Não haverá interferência nesta fase próximo às cavidades de maior relevância e à área de pedrais próximo à confluência com a foz do rio Iriri. Por meio do Ofício nº 299/2010 - DIBIO/ICMBio, o ICMBio encaminhou ao Ibama a Informação Técnica nº 011/2010 - RAN/ICMBio com a indicação de área para criação de unidade de conservação nas áreas de reprodução de quelônios a jusante da casa de força principal.

2.25 *Apresentar Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos a ser emitida pela Agência Nacional de Águas – ANA que contemple as intervenções nos cursos d'água para a construção dos barramentos nos reservatórios do Xingu e dos Canais, bem como para as captações de água e lançamento de esgotos dos canteiros de obras associados.*

Condicionante atendida para as instalações iniciais. O documento nº NE 064/2010 – DS, protocolado em 15/12/2010, encaminha a concessão do direito de uso de recursos hídricos na forma da Resolução nº 669/2010 da ANA, no qual concede direito à construtora Andrade Gutierrez em captar água e diluir efluentes tratados provenientes de esgotamento sanitários no Rio Xingu – município de Vitória do Xingu.

2.26 *Prever no Plano Ambiental de Construção a utilização dos materiais provenientes das escavações obrigatórias, empregando-os nas construções previstas do barramento, bem como nas demais obras associadas ou decorrentes do AHE Belo Monte, tais como a construção de residências, rodovias, aterros, entre outros, sendo vedada a abertura de novas jazidas para tais fins, salvo quando devidamente autorizadas pelo IBAMA. Considerar a necessidade de antecipação da abertura de determinadas jazidas (escavações obrigatórias) com o intuito de fornecer matéria-prima às obras relacionadas às ações antecipatórias.*

Condicionante atendida para as instalações iniciais. Em resposta ao Parecer nº 95/2010, o empreendedor informou que não estão previstas áreas de bota-fora, já que o solo proveniente do alargamento e abertura de estradas será utilizado para reconformar e minimizar as declividades existentes nos trechos a serem melhorados. Informou ainda que o material de cascalhamento das estradas nessa fase deverá ser adquirido em jazidas já existentes e que, portanto, não serão necessárias aberturas de jazidas e/ou áreas de empréstimo.

2.27 *Apresentar termos de compromisso com as Prefeituras Municipais que tenham seus limites jurisdicionais inseridos na Área de Influência do empreendimento, que não possuam planos diretores e que sejam obrigados a elaborá-los devido à realização do empreendimento ou atividade, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei nº 10.257/2001, comprometendo-se a prover os Municípios com os recursos técnicos e financeiros necessários para a elaboração dos referidos planos, conforme dispõe o § 1º do art. 41, respeitando-se o conteúdo mínimo previsto nos incisos I, II e III do art. 42 da Lei.*

Condicionante atendida para as instalações iniciais. Não foram apresentados os termos de compromisso. Foi apresentado o contrato de prestação de serviços de consultoria junto às prefeituras para a elaboração dos seus planos diretores com a Engevix Engenharia S.A. O 2º Relatório de Andamento das Ações Antecipatórias, informa que já foram realizados os primeiros trabalhos de campo em quatro municípios, a saber, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Anapu, bem como está em andamento a revisão do Plano Diretor de Altamira.

2.28 *Apresentar manifestação das seguintes instituições:*

- *INCRA e ITERPA sobre os programas que tenham interface com os assentamentos a serem atingidos pelo empreendimento;*
- *DNPM no que tange à adequabilidade do programa de resgate de patrimônio paleontológico;*
- *IPHAN no que tange ao atendimento do Ofício nº 092/2009 – CNA/DEPM/IPHAN;*
- *FUNAI no que tange à aprovação dos programas voltados aos indígenas e demais condições elencadas no Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI;*

ICMBio no que tange ao atendimento dos Ofícios nº 21/2010-GP/ICMBio e nº 27/2010 - DIBIO/Instituto Chico Mendes; e

Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde acerca da aprovação do Programa de Ação para o Controle da Malária - PACM, que deve ser elaborado de acordo com o exarado no Parecer Técnico nº 15/09/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS.

Condicionante atendida para as instalações iniciais. O Incra encaminhou ao Ibama, em 13/10/2010, o Ofício INCRA/DT/Nº083/2010, informando que nada tem a opor quanto à instalação do canteiro de obras. Ainda informa sobre o Acordo de Cooperação Técnica em elaboração entre o Instituto e a NESA, relativo às interferências diretas da implantação do empreendimento nos projetos de assentamento implantados pelo Incra no Estado do Pará. Por meio do Ofício nº 590/10-GG, de 10/11/2010, o Governo do Estado do Pará informou à NESA, em nome do Iterpa, interesse em firmar Acordo de Cooperação Técnica para as ações de regularização fundiária em terras estaduais na área de influência do AHE Belo Monte. Em 06/01/2011, a NESA encaminhou ao Ibama o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Incra, com o objetivo de promover e realizar ações de remanejamento das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento da reforma agrária afetadas pelas obras da UHE Belo Monte.

A NESA encaminhou em 11/11/2010 o Ofício nº 125/2010 - DIFIS/DNPM, no qual o DNPM informa não haver óbices à continuidade do Licenciamento Ambiental a cargo do Ibama sobre o empreendimento do AHE Belo Monte. Contudo, no mesmo documento, o DNPM conclui pela necessidade da implementação de um programa de salvamento do patrimônio paleontológico a ser executado durante a instalação do empreendimento. Tal programa deverá ser elaborado em um prazo de sessenta dias (a contar da data do ofício) por profissional especializado, bem como seguir conteúdo preconizado no ofício.

O Iphan, por meio do Ofício nº 011/11 - CNA/DEPAM/IPHAN, de 18/01/2011, manifestou-se da seguinte forma: estão liberadas para execução das obras as áreas destinadas aos canteiros de obras Pimental e Belo Monte, mediante monitoramento arqueológico; estão liberadas as áreas destinadas às melhorias das vias de acesso, condicionadas ao monitoramento arqueológico; e, as áreas destinadas às estruturas da LT 69 kV que atenderá às obras do canteiro devem ser alvo de pesquisa preventiva de arqueologia, conforme previsto na Portaria IPHAN 230/02. O ofício contém ainda outras recomendações, que devem ser seguidas pela NESA.

Por meio do Ofício NE 036/2010 - DS, de 15/10/2010, a NESA encaminhou ao Ibama o Atestado de Condição Sanitária - ATCS, de 14/10/2010, atestando que a NESA está apta para a continuidade do processo de licenciamento, devendo cumprir integralmente o Plano de Ação para o Controle da Malária - PACM, aprovado por meio do Parecer Técnico nº 28/2010/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS, de 07 de outubro de 2010.

A Funai, por meio do Ofício nº 013/2011 GAB-FUNAI, encaminhado ao Ibama em 20/01/2011, manifestou não ter óbices para a emissão da Licença de Instalação - LI das obras iniciais do canteiro de obras da UHE Belo Monte, considerando a garantia de cumprimento das condicionantes.

Em relação às ações de conservação das espécies ameaçadas de extinção que ocorrem na bacia do rio Xingu, a NESA afirma que tais ações foram consideradas nos projetos e programas dos Planos de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos e Terrestres, atendendo as orientações dos planos de ação específicos preconizados pelo ICMBio. A apresentação de manifestação do ICMBio acerca desse tema não é necessária para a fase de instalações iniciais.

2.29 Em relação à espeleologia, atender ao preconizado nos Pareceres nº 102/2009 e nº 10/2010 - COEND/CGENE/DILIC/IBAMA.

1124/

Condicionante atendida para as instalações iniciais. Por meio do Ofício 6598-BM-CTA-004-10 a Leme encaminhou ao Ibama os produtos cartográficos referentes a cavidades e suas áreas de influência, bem como os caminhamentos prospectivos realizados em 2008 e complementados em 2010, propiciando a visualização adequada das cavidades em relação às áreas de interferência do empreendimento. Esse produto cartográfico evidenciou a não interferência das cavidades naturais ou de suas áreas de influência preliminar (*buffer* de 250m), pelas atividades construtivas relacionadas às instalações iniciais.

2.30 Para fins de Compensação Ambiental, apresentar o Valor de Referência – VR e as informações necessárias ao Cálculo do Grau de Impacto – GI, conforme metodologia publicada no Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009.
Condicionante não exigível para as instalações iniciais.

2.31 As obras associadas ao AHE Belo Monte, contempladas no âmbito deste processo de licenciamento ambiental, conforme descritas no EIA, são:

- Linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos;
 - Linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e auxiliar até as subestações Xingu e Altamira;
 - Canteiro de obras e alojamentos dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e dos Canais e Diques;
 - Jazidas minerais e áreas bota-fora associadas as obras principais; e
 - Estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.
- Não cabe avaliação de atendimento.**

2.32 Dependência de licenciamento no órgão municipal ou estadual de meio ambiente as seguintes obras decorrentes: residências de trabalhadores a serem construídas em Altamira e Vitória do Xingu; reassentamentos; sistemas de abastecimento público de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana; aterros sanitários; escolas; hospitais; postos de saúde; postos policiais; porto; relocação de rodovias e estradas vicinais. Para demais estruturas não previstas nesta listagem, o empreendedor deverá efetuar consulta prévia aos órgãos ambientais, com vistas à definição da competência legal para o licenciamento.

O PBA das Instalações Iniciais apresenta a área de terraplenagem para implantação do porto da obra. O Estudo de Impacto Ambiental apresentou a área para implantação do porto. Contudo, tal área não foi avaliada para a emissão da Licença Prévia, bem como sua locação não foi devidamente justificada no EIA, destacando que o trecho aparentemente apresentava as melhores condições de porto, segurança à navegação e manobras, bem como condições adequadas de proteção. Diante disso, o porto, previsto para as instalações iniciais, dependerá de licenciamento do órgão estadual ou municipal de meio ambiente.

2.33 Garantir a manutenção das praias situadas na ria do Xingu e a reprodução dos quelônios.

2.34 Elaborar e implantar projeto de pesquisa sobre a ecologia, comportamento, estrutura e dinâmica populacional e outros, com quelônios passíveis de uso. Considerar as necessidades de manejo e ajustes com o Projeto Quelônios da Amazônia/IBAMA para que sejam estabelecidos os programas de manejo sustentável tanto a montante quanto a jusante do empreendimento, de forma a que se associem os esforços governamentais, da academia e da sociedade usuária do recurso.

2.35 Elaborar e implementar Programa de estudos bioecológicos e sobre a capacidade adaptativa dos quelônios na colonização de novas áreas, das áreas que sofrerão modificação em função do barramento e das áreas críticas de reprodução de quelônios de jusante. Os estudos deverão subsidiar os zoneamentos e os projetos de proteção e manejo sustentável.

2.36 Elaborar e implementar Programa de manejo quelônios, de longo prazo (mínimo 20 anos – 3 gerações) na área de jusante e montante para consolidar as pesquisas e o desenvolvimento de plano de ação para uso sustentável que englobe a efetividade da reprodução, a capacidade suporte das áreas, avaliações genéticas, capacitação de parcerias (IBAMA/Projeto Quelônios, SEMA, Secretarias Municipais, Comunidades e Ongs) e desenvolvimento de outras potencialidades não predatórias que possam se associar (ex: turismo ecológico) bem como a necessária e correlata educação ambiental.

2.37 Elaborar e implementar Programa de capacitação de comunidades para desenvolvimento de manejo de áreas de reprodução de quelônios no âmbito de suas aldeias com monitoria permanente do Projeto Quelônios da Amazônia/PQA/IBAMA.

2.38 Elaborar e implantar Plano de estruturação de fiscalização conjunta permanente, capitaneado pelo IBAMA em parceria com os Órgãos estadual e municipais de meio ambiente de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e com apoio policial (Federal e Estadual). O apoio deve acontecer durante toda a fase de construção e nos primeiros 02 (dois) anos de funcionamento da usina e, contemplar pelo menos 02 (duas) bases flutuantes móveis posicionadas no trecho entre Belo Monte e Senador José Porfírio (devidamente equipadas com sistemas de comunicação, energia solar, segurança, esgotamento sanitário, alojamento, cozinha, grupo gerador auxiliar, motorização própria, lanchas rápidas adequadas para fiscalização) além dos materiais necessários ao funcionamento (manutenção dos agentes, combustível e materiais para serviços de campo) dentre outros.

2.39 Elaborar e implantar programa de educação ambiental permanente voltado para conscientizar, envolver e capacitar os usuários dos quelônios (ribeirinhos e indígenas) nos programas de conservação e uso sustentável, desenvolvidos e em reestruturação pelo Projeto Quelônios/IBAMA na área, integrando os respectivos setores dos municípios afetados.

Condicionantes 2.33 a 2.39 em avaliação pelo Projeto Quelônios da Amazônia. Por meio do Memorando nº 23/2011 – COEFA/DBFLO/IBAMA, de 21/01/2011, a Coordenação de Gestão do Uso de Espécies da Fauna – COEFA informou à CGENE/DILIC a situação do empreendimento em relação ao tema quelônios. Foi realizada reunião nos dias 25 e 26 de novembro de 2010 para análise preliminar das propostas apresentadas pela NESA. Foram acordados o estabelecimento de três projetos contemplando as linhas de pesquisa básica, as pesquisas associadas ao manejo e dos processo de adaptação da tartaruga nas áreas de montante, e a definição das estruturas de apoio que serão necessárias para alojar, monitorar e avaliar as ações durante a duração dos projetos. O “Plano de estruturação de fiscalização conjunta permanente” (condicionante 2.38) foi inserido no contexto dos projetos.

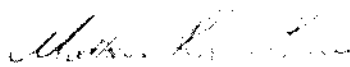
2.40 Elaborar estudo sobre Hidrossedimentologia conforme Termo de Referência a ser emitido pelo IBAMA.

1129

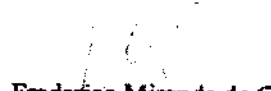
Condicionante em atendimento. Foi elaborada e protocolada no Ibama, em 31/08/2010, proposta de trabalho. O estudo, que visa identificar os impactos que o empreendimento poderá causar nas praias situadas na ria do Xingu – local onde ocorre a reprodução de quelônios, encontra-se em curso e está sendo desenvolvido no trecho de 190 km do rio Xingu, situado entre a Casa de Força Principal e a confluência com o rio Amazonas. Conforme cronograma apresentado no documento “Esclarecimentos sobre as condicionantes não atendidas segundo o Parecer nº 95/2010”, a expectativa de término do estudo é até meados de março de 2011.

À consideração superior.


Em, 21 de janeiro de 2011.




Mathews Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1713 026
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



Frederico Miranda de Queiroz
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Matr.: 1479654



Marcia S. de Melo
Analista Ambiental
Matrícula: 1364897
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



Silvio José Pereira Junior
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Matr.: 541854

Data: 31/01/11



M M A
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica

Memorando nº 30 /2011/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 31 de janeiro de 2011.

À: Coordenação Nacional de Contencioso Judicial/COJUD/PFE-IBAMA
ASSUNTO: ACP relativa à Licença de Instalação nº 770/2011 e ASV nº 501/2011.

1. Em atenção ao Memorando nº 022/2011 – COJUD/PFE-IBAMA, encaminho os esclarecimentos técnicos que demonstram a regularidade da emissão da Licença de Instalação nº 770/2011 e da ASV nº 501/2011, especialmente em relação às alegações apresentadas na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal.
2. Toda avaliação de pedido de licença de instalação envolve a análise do atendimento das condicionantes da respectiva licença prévia. O licenciamento ambiental, como sabemos, é regulamentado pela Resolução CONAMA nº 237/97, a qual estabeleceu sistema trifásico de expedição de licenças – licença prévia, licença de instalação e licença de operação.
3. A licença prévia atesta a viabilidade ambiental de determinado projeto, com base nas avaliações caracterizadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Todos os impactos relacionados à atividade proposta devem ser considerados na avaliação ambiental dos projetos, sejam decorrentes da instalação ou da operação da atividade.
4. Além disso, para garantir o devido controle ou reparação dos impactos ambientais diagnosticados no EIA, o órgão ambiental obriga o empreendedor a adotar uma série de procedimentos, que podem ser: estudos aprofundados; programas, projetos e ações voltadas à mitigação dos impactos; medidas de compensação; licenças, atestados, e anuências de outras instituições; dentre outras. Tais procedimentos constam como condicionantes da licença ambiental.
5. Isto posto, temos que a licença prévia, além de atestar a viabilidade ambiental do empreendimento, define condicionantes ambientais visando o adequado controle dos impactos previstos para as fases de instalação e de operação.

1132

6. O Ibama não autoriza a ocorrência de impacto ambiental antes de avaliada e definida a respectiva medida de controle. Tal situação comprometeria a viabilidade ambiental comprovada no EIA e aprovada pela licença prévia. Desta forma, para aprovação do pedido da Licença de Instalação nº 770/2011, o Ibama exigiu que o empreendedor apresentasse soluções para o atendimento das condicionantes relacionadas a todos os impactos previstos para esta etapa.

7. A avaliação da Licença de Instalação nº 770/2011 iniciou-se em agosto de 2010 e durou cerca de seis meses. Neste período, o Ibama promoveu discussão técnica aprofundada de todas as medidas propostas para o atendimento das condicionantes da Licença Prévia n. 342/2010. Foram realizadas mais de 20 reuniões entre os técnicos do Ibama, representantes da empresa Norte Energia, consultores e representantes de outras instituições. O Ibama realizou vistoria técnica entre os dias 16 e 20 de novembro de 2010, para verificar a situação da região. Na ocasião, o IBAMA ainda promoveu reunião ampliada com representantes da sociedade civil, em Altamira, inclusive com a presença do Ministério Público Federal. O Ibama ainda participou de Audiência Pública, no Senado Federal, na qual também estava presente o Ministério Público Federal.

8. Os principais documentos técnicos elaborados foram:

- Parecer Técnico nº 88/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 05 de outubro de 2010;
- Parecer Técnico nº 95/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 20 de outubro de 2010;
- Nota Técnica nº 51/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 10 de dezembro de 2010; e
- Nota Técnica nº 08/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 21 de janeiro de 2011.

9. Ao contrário do alegado pelo Ministério Público Federal, o Ibama avaliou cada um dos planos, programas e projetos apresentados no Projeto Básico Ambiental (PBA) relativo às instalações iniciais. As Notas Técnicas n. 51/2010 e n. 08/2011 descrevem cada proposta avaliada e apresentam recomendações técnicas para ajustes no PBA, as quais foram todas exigidas por meio do Ofício n. 38/2011 – GP – IBAMA.

10. Em relação às exigências estabelecidas pelo Ibama para autorizar o início da implantação dos canteiros de obras para a UHE Belo Monte, houve especial cuidado em: verificar o andamento das ações antecipatórias; avaliar o programa de capacitação da mão-de-obra; quantificar a mão-de-obra empregada na instalação dos canteiros e o fluxo migratório correspondente; validar a proposta apresentada pela empresa Norte Energia para monitoramento dos aspectos socioeconômicos.

11. Conforme apresentado no processo de licenciamento, as ações antecipatórias foram solicitadas pelo IBAMA na forma das condicionantes específicas 2.9; 2.10 e 2.11 da Licença Prévia nº 342/2010. Tais ações foram identificadas como

1.137

questões de grande importância e que deveriam ser atendidas para a emissão da Licença de Instalação requerida.

12. Os documentos acima referenciados representam a evolução das análises e os avanços no atendimento das condicionantes por conta da ação do órgão licenciador, o qual por três vezes solicitou ao empreendedor complementação de documentos e ações que comprovassem o atendimento das questões de sua responsabilidade. Para ilustrar a evolução citada é representado abaixo a situação de atendimento às referidas condicionantes relacionadas às ações antecipatórias (2.9; 2.10; 2.11) ao longo dessas manifestações técnicas.

2.9	não atendida	não atendida	não atendida	em atendimento
2.10	não atendida	não atendida	em atendimento	em atendimento
2.11	não atendida	não atendida	não atendida	em atendimento

13. Conforme pode ser verificado as ações referentes às ações antecipatórias adquiriram o status de em atendimento somente após a Nota Técnica nº 08/2011 de 21 de janeiro de 2011, considerando o relatório apresentado pela empresa Norte Energia, em 14 de janeiro de 2011. Neste relatório a empresa comprovou, por meio de fotos, o início efetivo das obras de melhoria da infraestrutura de saúde, educação e saneamento básico nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

14. Portanto, o Ibama somente autorizou o início da instalação dos canteiros após a comprovação do início das obras voltadas à melhoria das condições de saúde, educação e saneamento. Nesse sentido, não houve qualquer descompasso entre o procedimento adotado pelo Ibama e a recomendação MPF/Altamira n. 04/2010 ou à Nota Executiva n. 01/2010, emitida pelo próprio órgão.

15. Em relação ao fluxo de pessoas, o Ibama dedicou especial atenção para avaliação das informações apresentadas pela empresa Norte Energia, considerando exatamente o déficit de infraestrutura apresentado pelos municípios da região de Altamira. Nesse sentido o Ibama exigiu o detalhamento do número de trabalhadores envolvidos em cada mês, durante a construção dos canteiros de obra, e uma estimativa para o fluxo que deve ocorrer nesses meses. Em função desse fluxo, o Ibama avaliou a suficiência das medidas propostas para impedir a piora na qualidade de vida da população.

1.134

16. Ademais, o Ibama exigiu a adoção de duas medidas adicionais: a instalação e operação de centros de atendimento ao migrante, e o estabelecimento de programa de monitoramento dos aspectos socioeconômicos. O monitoramento será de fundamental importância para avaliar se os impactos foram corretamente estimados, bem como, para definir as responsabilidades da empresa Norte Energia, em termos de apoio à infraestrutura.
17. No que tange ao componente indígena, verifica-se que o atendimento à condicionante n. 2.28 também se deu de forma gradativa. O INCRA já havia se manifestado em 13 de outubro de 2010 (Ofício INCRA DT/n. 83/2010), informando que nada tinha a opor quanto à instalação do canteiro de obras. Ainda no mês de outubro, a empresa conseguiu comprovar o atendimento da referida condicionante no que se refere à manifestação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.
18. Já no mês de novembro, a Norte Energia apresentou documentação referente ao Governo do Estado do Pará, manifestando interesse em firmar acordo de cooperação técnica para ações de regularização fundiária (ofício n. 590/10 – GG). Também em novembro a empresa apresentou a documentação relativa ao DNPM.
19. O atendimento integral da condicionante para a licença em análise somente foi comprovado em janeiro de 2011, com a apresentação das manifestações emitidas pelo Iphan, no dia 18, e pela Funai, no dia 20.
20. É importante ressaltar que a condicionante em questão permite integrar procedimentos de outras instituições no processo de licenciamento ambiental, exigindo, a cada etapa, a expressa manifestação dessas instituições. É dessa forma que o Ibama atua frente às questões de arqueologia; direitos minerários; unidades de conservação; indígena; assentamentos rurais; e controle epidemiológico. Ao Ibama é vedado adentrar no mérito da avaliação de cada instituição parceira, seja por falta de atribuição legal para tanto, seja por falta de expertise técnica sobre a matéria. Para todos esses componentes somente há sequência no licenciamento em caso de manifestação favorável.
21. Isto posto, o Ibama somente emitiu a Licença de Instalação n. 770/2011 após o atendimento da condicionante n. 2.28, conforme registrado na Nota Técnica n. 08/2011, com base nas documentações juntadas ao respectivo processo de licenciamento.
22. Por fim, não se sustenta a alegação de que a licença de instalação emitida aumenta o risco da ocorrência de impactos socioambientais não estudados. Todas as estruturas cobertas pela autorização de instalação emitida pelo Ibama constavam do projeto estudado no Estudo de Impacto Ambiental.
23. Cabe ainda ressaltar que o Ibama apenas autorizou a instalação das estruturas para as quais havia suficiente caracterização de impactos, tornando-se possível a avaliação das medidas de controle propostas. Isto é, apenas houve autorização para a instalação dos canteiros nos sítios Pimental e Belo Monte, pois os documentos

1.135

apresentaram todos os impactos esperados para ocorrer nesta etapa, e mediante a determinação das medidas ambientais de controle necessárias.

24. Segue em anexo a documentação citada, bem como outras de especial interesse à análise e manifestação dessa Procuradoria Federal Especializada.

Atenciosamente,



ADRIANO RAFAEL ARREPIÁ DE QUEIROZ
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica

- Anexo 1: Memorando nº291/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de agosto de 2010.
- Anexo 2: Ofício nº557/2010/DPDS-FUNAI-MJ de 13 de agosto de 2010.
- Anexo 3: Relatório de Vistoria do IBAMA de 16 a 20 de novembro de 2010.
- Anexo 4: Documento NE 036/2010-DS da Norte Energia – Encaminha o ATCS nº06/2010 emitido pelo MS/SVS.
- Anexo 5: Nota Técnica nº51/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.
- Anexo 6: Ofício nº230/2010/CGENE/DILIC/IBAMA de 08 de novembro de 2010.
- Anexo 7: Documento da NESA – 2º Relatório das Ações Antecipatórias – Informações Complementares de dezembro de 2010.
- Anexo 8: Documento NE 007/2011-DS da Norte Energia – Relatório das Ações Antecipatórias de 13.01.2011.
- Anexo 9: Ofício nº011/11-CNA/DEPAM/IPHAN de 18 de janeiro de 2011.
- Anexo 10: Ofício nº013/2011/GAB-FUNAI de 20 de janeiro de 2011.
- Anexo 11: Nota Técnica nº08/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.
- Anexo 12: Relatório do Processo de Licenciamento – RPL.
- Anexo 13: Ata da Reunião da Comissão de Avaliação e Aprovação de Licenças Ambientais.
- Anexo 14: Licença de Instalação nº770/2011.
- Anexo 15: Ofício nº38/2011/AGP-IBAMA.
- Anexo 16: Parecer Técnico nº10/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.
- Anexo 17: Autorização de Supressão de Vegetação nº501/2011.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ



PROCESSO Nº : 968-19.2011.4.01.3900
CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA
AUTOR (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU (S) : NORTE ENGENHARIA S/A E OUTROS
JUIZ FEDERAL : RONALDO DESTERRO

DECISÃO

O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública, com pedido de concessão de liminar, em desfavor de Norte Engenharia Sociedade Anônima (NESA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) buscando suspender a eficácia da Licença de Instalação (LI) nº. 770/2011 e da Autorização de Supressão de Vegetação nº. 501/2011 (ASV), ambas relativas à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, vedado ainda o repasse de recursos financeiros em favor da empreendedora até final decisão ou enquanto não forem cumpridas as 40 condicionantes previstas na Licença Prévia nº. 342/2010 (LP).

Diz, em resumo, que a Licença Prévia nº. 342/2010 impõe à empreendedora o cumprimento de 40 condicionantes gerais e outras 26 referentes a direitos indígenas, as quais, em maioria, sequer tiveram a execução iniciada, acrescendo que, diante desse quadro, equipe da própria autarquia emitiu uma nota técnica e dois pareceres contrários à instalação do empreendimento, certo, porém, que seu presidente interino, mesmo à vista dessas manifestações, emitiu a Licença de Instalação nº. 770/2011.

Entre as condicionantes negligenciadas, deu destaque à construção ou reforma da infraestrutura de saúde, educação e saneamento básico dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu - imprescindíveis a atender o crescimento da demanda causado pela migração de trabalhadores - e às referentes à questão indígena, traduzidas em medidas, programas e ações constantes do Parecer Técnico nº. 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI.

A propósito dos fundamentos jurídicos, disse da ausência de previsão normativa para a concessão de licença de instalação parcial e da impossibilidade de concessão da licença de instalação sem o cumprimento das condicionantes impostas na licença prévia, destacando, no que toca ao último caso, o previsto no artigo 27, I, da Instrução Normativa nº. 184/2008 do IBAMA.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. ____

PARÁ

Instado a se manifestar, o IBAMA (folhas 933-60) alegou, em preliminar, a inépcia da inicial, à míngua de menção à causa de pedir a suspensão da eficácia da autorização para supressão da vegetação. No mérito, sustentou que inexistia ato normativo que obrigasse a emissão de única licença para toda a fase de instalação do empreendimento, motivo pelo qual pode ela ser concedida por etapas, desde que em cada uma delas estejam satisfeitas as condicionantes correspondentes, previstas na licença prévia. Acrescentou que o licenciamento não é um procedimento estanque, já que a dinâmica ambiental não se submete à normatividade abstrata do Direito, do que decorre poder o órgão ambiental adequá-lo ao caso concreto, o fazendo com respaldo no artigo 31 do Decreto nº. 4.340/02 e nos artigos 12 da Resolução nº. 237/97 e 4º da Resolução nº. 01/86, ambas do CONAMA. Ainda sobre o licenciamento parcial, demonstra que assim foi concedido nos casos das usinas hidrelétricas de Simplício e de Jirau, certo de resto que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (AR nº. 2008.00.01065602-4) decidiu ser legal a adoção desse procedimento.

Por fim, alega que a NESA comprovou o cumprimento das condicionantes exigidas na licença prévia. Conforme expresso em sua resposta (folhas 943, 948 e 953), ampara seu argumento nos seguintes documentos:

- 1º) Parecer Técnico nº. 88/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (folhas 1.012-32);
- 2º) Parecer Técnico nº. 95/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (folhas 1.034-55);
- 3º) Nota Técnica nº. 51/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (folhas 1.057-101);
- 4º) Nota Técnica nº. 08/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (folhas 1.103-29);
- 5º) Relatório do Processo de Licenciamento (RPL), de 21 de janeiro de 2.011 (folhas 972-97); e
- 6º) Memorando nº. 30/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (folhas 1.131-35).

Às folhas 1.330-48-v., a União postulou intervenção no feito, acrescentando, em relação à manifestação do IBAMA, que a migração esperada pelo Ministério Público Federal não se confirmou.

De seu turno, a Norte Engenharia Sociedade Anônima (folhas 1.419-79) apresentou resposta, instruída com documentos (folhas 1.483-2.211), na qual sustenta a legalidade do procedimento de licenciamento e de supressão da vegetação e o cumprimento das condicionantes.

Por último, o BNDES (folhas 2.213-31), que se tem por parte passiva ilegítima, argumenta que, sendo a licença de instalação pressuposto da liberação dos recursos, bastaria a comunicação de eventual medida judicial de suspensão de sua eficácia para obstaculizar a transferência bancária. No mérito, reprisa os argumentos dos demais requeridos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. ____

PARÁ

É a matéria a ser examinada.

Admito a intervenção da União na qualidade de assistente, o fazendo com amparo no artigo 22, XII, *b*, da Constituição Federal e no artigo 50 do Código de Processo Civil.

Quanto à preliminar que acusa a ausência de causa de pedir, sem razão os requeridos, por isso que a suspensão da eficácia da licença de instalação implica, por evidente, a suspensão da eficácia da autorização para supressão da vegetação. Aliás, é do texto da própria autorização de supressão de vegetação que um de seus pressupostos vem a ser a expedição da licença de instalação (folhas 840-2, item 2.2). Nesse passo, a causa de pedir serve a ambos os pedidos, qual seja, a ilegalidade que teria permeado a expedição da licença de instalação.

No que diz com a preliminar de ilegitimidade passiva, na atual fase do processo e à vista dos documentos que vieram aos autos não é possível atestar sequer se houve ou não houve transferência de recursos à empresa empreendedora, ou quando tal deveria dar-se, bem menos se, tendo havido, haja ocorrido violação da lei ou do contrato, hipótese esta que abriria espaço à responsabilidade solidária do BNDES pelos eventuais danos ambientais decorrentes do início das obras. Mantenho, portanto, o BNDES no pólo passivo da ação.

Passo ao mérito.

No que tange à existência de previsão normativa para expedição de licença de instalação parcial, tenho, à primeira vista, que de tanto cuidam os artigos 9º, 12 e 19 da Resolução nº. 237/97 e 4º da Resolução nº. 01/86, ambas do CONAMA, motivo pelo qual, nesse ponto, não enxergo verossimilhança nas alegações deduzidas pelo Ministério Público Federal.

Seja como for, o cumprimento das condicionantes previstas na licença prévia, ainda que apenas as correspondentes à etapa cuja instalação foi autorizada, como querem os requeridos, constitui pressuposto indispensável à expedição da licença de instalação. No entanto o cumprimento integral dessas condicionantes foi negligenciado pela NESA, ou pelo menos de tanto não houve comprovação, conforme passo a demonstrar.

Destaque inicial a que a Licença Prévia nº. 342 (folhas 1.001-10), expedida em fevereiro de 2010, listou 40 condicionantes a serem cumpridas pela empreendedora, não havendo em seu texto qualquer menção à possibilidade de postergar para além da licença de instalação a execução de qualquer delas, ainda que por meio de licenciamento parcial. Contudo, em julho de 2010, a NESA, em documento intitulado Estratégia para Licenciamento Ambiental (folhas 1.616-41), propôs a subdivisão da etapa de instalação da obra em 3 fases, quais sejam, (i) implantação da infraestrutura de apoio para construção, (ii) implantação das obras principais e (iii) liberação das áreas para os reservatórios.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. ____

PARÁ

Tal documento foi analisado pelo IBAMA somente em outubro de 2.010, oito meses após a expedição da licença prévia que obrigara a NESA ao cumprimento das condicionantes, consoante se vê do Parecer nº. 88/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (fls.1.012-32), complementado pelo Parecer nº. 95/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (folhas 1.034-55). Em ambas as manifestações, o pedido de expedição da licença de instalação parcial é acatado pelo IBAMA apenas implicitamente, e a partir de então como licença parcial o procedimento passa a ser tratado. Ocorre que o julgamento implícito não é cabível na espécie, que cuida de modificação de condicionantes de validade da licença ambiental. Com efeito, em casos que tais o artigo 19 da Resolução nº. 237/97 do CONAMA expressamente exige decisão motivada, assim:

Art.19. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:
(...).

Vale dizer, por oportuno, que somente em 2.011, após provocação do Ministério Público Federal, é que o IBAMA veio a enfrentar a questão da legalidade da licença de instalação parcial.

Mas não foi apenas o licenciamento que foi modificado sem motivação, mas também a execução de condicionantes próprias dessa fase inicial de instalação foram, também sem motivação, alteradas ou simplesmente dispensadas.

Entre as tidas pelo IBAMA por exigíveis, a Licença Prévia nº. 347/2010 as arrola nos itens 2.9, 2.10 e 2.11, as quais têm o teor que se segue:

2.9. Incluir entre as ações antecipatórias previstas: i) início da construção e reforma dos equipamentos (educação e saúde), onde se tenha a clareza de que serão necessários, casos dos sítios construtivos e das sedes municipais de Altamira e Vitória do Xingu; ii) o início das obras de saneamento básico em Vitória do Xingu e Altamira; iii) implantação do sistema de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, antes de se iniciarem as obras de construção dos alojamentos.

2.10. Apresentar em até 30 dias após a definição do concessionário de geração a estratégia para garantir que toda a infraestrutura necessária que antecede as obras – ações antecipatórias – seja efetivamente implantada, sem o que não será concedida a licença de instalação.

2.11. Apresentar relatório das ações antecipatórias realizadas, comprovando sua suficiência para o início da implantação do empreendimento.

Relativamente ao cumprimento dessas condicionantes até a emissão do Parecer Técnico nº. 95/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 20 de outubro de 2.010 (folhas 1.034-55), rigorosamente nada havia sido executado, consoante registro lançado nesse mesmo documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. ____

PARÁ

À vista desse quadro, o IBAMA consignou no parecer que para o cumprimento do item iii) da condicionante 2.9, tida por medida antecipatória na Licença Prévia nº. 340/2010, bastaria que a NESA comprovasse o início das obras de saneamento básico concomitantemente ao início das obras de instalação. Adiante, a Nota Técnica nº. 08/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 21 de janeiro de 2.011 (folhas 1.103-29), expedida cinco dias antes da expedição da Licença de Instalação nº. 770/2011, considerou que a condicionante estava em atendimento. Dessa mesma nota técnica consta o cronograma das obras de instalação, que se iniciam em fevereiro deste ano com a supressão da vegetação e findam em maio, com a conclusão dos alojamentos dos sítios Pimental e Belo Monte.

Conforme se vê, ainda esta vez o IBAMA atropelou a licença prévia e o artigo 19 da Resolução nº. 237/97. Isso porque a condicionante 2.9 prevê a “implantação do sistema de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal antes de se iniciarem as obras de construção dos alojamentos”. Assim procedendo, o IBAMA, de ofício, sem qualquer motivação e, pois, com violação do estatuído no artigo 19 da Resolução nº. 237/97 do CONAMA, dispensou a NESA de implantar o sistema de saneamento básico de Belo Monte e Belo Monte do Pontal antes do início das obras de construção dos alojamentos, cujo cronograma prevê o desmatamento para fevereiro, terraplanagem para março e instalação dos alojamentos para abril (folha 1.105).

Um poço, esse o sistema de saneamento básico implantado pela NESA nas localidades Belo Monte e Belo Monte do Pontal, fotografado em 12 de janeiro do corrente ano, consoante se vê de folhas 1.160 e 1.161. Segundo o relatório de vistoria do IBAMA, de 18 de novembro de 2.010 (folhas 1.183-84), à míngua de qualquer estrutura de saneamento básico nas áreas de influência, incumbiria à NESA a construção, em cada uma delas, de um sistema de esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, um outro de drenagem urbana e um aterro sanitário, além de adotar medidas relacionadas com a limpeza pública urbana. Mesmo em relação ao poço, diz o IBAMA no mesmo documento não bastar a mera captação da água, porquanto deverá ser promovida sua desinfecção antes do fornecimento à população, além da construção da rede de distribuição e do reservatório, tudo em quantidade suficiente à atender a população residente e também à população migrante.

Do início das obras de saneamento básico em Vitória do Xingu e Altamira, exigido como medida antecipatória no item ii) da condicionantes 2.9, não há qualquer notícia. Ao reverso, registro há de que o tal início das obras também foi dispensado pelo IBAMA, consoante se tem da Nota Técnica nº. 08/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 21 de janeiro de 2.011 (folhas 1.119-20). Com efeito, nesse documento o IBAMA tem por satisfatório o termo de acordo de cooperação firmado entre a NESA e o município de Vitória do Xingu. Sobre Altamira, não há uma só linha.

O referido Termo de Acordo para Cooperação Institucional, Técnica e Anuência (folhas 1.887-81), sobre traduzir o *início das obras*, encerra uma confissão, revelada pelo claro propósito de obter do município de Vitória do Xingu aquiescência em relação ao negligenciamento das medidas antecipatórias previstas na licença prévia. De fato, além de o termo reduzir um sistema de saneamento básico a um aterro sanitário e de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. ____

PARÁ

não obrigar ninguém a coisa alguma, sob suas vestes insinua-se o propósito de não cumprir a condicionante de que ora se cuida. Eis o teor da cláusula:

VI – LICENÇA DE INSTALAÇÃO - AQUIESCÊNCIA

Considerando o Município ANUENTE atendidas as necessidades a serem mitigadas pelas ações emergenciais, bem como a contento analisados e enfrentados os impactos elencados nas CONDICIONANTES estatuídas pelo IBAMA na Licença Prévia nº. 342/2010, AQUIESCE, de maneira irretroatável e irrevogável, com a concessão de LICENÇA DE INSTALAÇÃO do empreendimento UHE BELO MONTE, inclusive perante os órgãos ambientais.

Em vão, porém, a iniciativa, porquanto tal anuência nada vale perante o IBAMA, considerando que em se tratando do exercício do poder de polícia ambiental seu titular, no caso concreto, é a autarquia, a quem compete impor e exigir o cumprimento das condicionantes de instalação do empreendimento. Trata-se de obrigação decorrente de lei, indisponível e irrenunciável. Assim, o IBAMA não poderia modificar a condicionante prevista na licença prévia, instrumento de natureza preventiva, sem qualquer motivação. Nessa linha, registro que a própria Lei nº. 9.784/99, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração, por meio de seu artigo 2º, XIII e VII, obriga a observância de critérios de *interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige e a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão*.

Quanto ao item i) da condicionante 2.9, diz respeito ao início da construção e reforma dos equipamentos (educação e saúde) dos sítios construtivos e das sedes municipais de Altamira e Vitória do Xingu. É bem verdade que a NESA apresentou comprovação do início das obras em Belo Monte e Belo Monte do Pontal. Não o fez, porém, em relação às sedes dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, as quais mereceram distinção no texto da condicionante, motivo pelo qual a tenho por não cumprida.

No que respeita à condicionante 2.10, exige a apresentação, em até 30 dias após a definição do concessionário de geração, de estratégia para garantir que toda a infraestrutura que antecede as obras – ações antecipatórias – seja efetivamente implantada, sem o que não será concedida a licença de instalação.

Prova não há de que a tal estratégia de garantia haja sido traçada, certo que desde o primeiro parecer até a derradeira nota técnica o IBAMA limita-se a repetir, palavra por palavra, que *para esta fase de licenciamento a estratégia para implantação das ações antecipatórias tem sido discutida em reuniões entre o empreendedor e o IBAMA*. Ora, onde está o documento no qual são traçadas essas estratégias? Onde estão os registros dessas reuniões, ocorridas, segundo o IBAMA, desde sempre? Qual o teor das discussões? Quais são as garantias de implantação das ações antecipatórias? Nada disso está nos autos.

Por igual, o IBAMA considera que a condicionante 2.11 está sendo atendida, por isso que *a adequação das ações antecipatórias realizadas é analisada ao*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. ____

PARÁ

longo desta Nota Técnica. O texto é ininteligível à vista da exigência contida na condicionante, que reclama a apresentação de relatório das ações antecipatórias realizadas, com comprovação de sua suficiência para o início da implantação do empreendimento. Por tal motivo, a tenho por não cumprida.

Com relação à população migrante, que tem relação direta com as medidas referidas, em todos os seus pareceres e notas técnicas, bem como no EIA (volume 29), o IBAMA estima migração que varia de 3.000 a 15.000 pessoas, isso apenas nos primeiros oito meses de instalação do empreendimento. Não é, portanto, o Ministério Público Federal que faz tal previsão, como alegou a União em sua peça de intervenção, mas o próprio IBAMA. Aliás, lembra a autarquia, ao rejeitar a estimativa feita pela NESA (folhas 1.035-36), que no caso da hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, verificou-se que no primeiro ano de instalação somente em Jaci-Paraná ocorreu atração da ordem de 11.000 pessoas, o que fez saltar a população de 4.000 para 15.000 pessoas. Nesse passo, salvo se raciocinarmos pelas exceções, é fora de dúvida que muita gente irá acorrer às áreas de influência, imprescindível, portanto, que nas localidades impactadas por essa multidão haja mínimas condições de saúde, segurança pública, educação e saneamento básico.

Observo, ainda, que não há nos autos comprovação da efetiva realização dos cursos de capacitação, medida antecipatória que tem por objetivo à absorção da mão de obra local e, por conseguinte, a redução da migração e a demanda por serviços públicos essenciais.

Tal medida antecipatória, aliás, haveria de ser implantada a partir da emissão da licença prévia, ocorrida em fevereiro de 2.010, consoante o IBAMA registra na Nota Técnica nº. 51/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (folha 1.073). Assim não se passou, porém. Ademais, a Nota Técnica nº. 08/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 21 de janeiro de 2.011 (folhas 1.119-20), em seu item 2.11 não garante que o curso de capacitação que, segundo a NESA, teria sido contratado junto ao SENAI haja sido realizado. Indo além, o próprio IBAMA acrescenta que mesmo que haja sido ministrado, *os meses subseqüentes não estão cobertos com cursos de capacitação*, certo ainda não haver sido *apresentado comparativo entre as necessidades para as obras e o perfil das vagas oferecidas nos cursos de capacitação*, havendo, por fim, *informação de que as instalações e carga horária oferecidas pelo SENAI, além da falta de laboratórios para aulas práticas, não seriam adequadas às necessidades do empreendimento.*

De tudo o que foi dito infiro que em lugar de o órgão ambiental conduzir o procedimento, acaba por ser a NESA quem, à vista de seus interesses, suas necessidades e seu cronograma, tem imposto ao IBAMA o modo de condução do licenciamento da UHE Belo Monte. De fato, a autarquia, que deveria impor ao empreendedor a adaptação de suas necessidades à legislação de vigência, adota conduta contrária, consistente em buscar a adaptação da norma às necessidades da empreendedora, sem invocar fundamento razoável. A relação de preponderância do interesse público sobre o particular encontra-se, na espécie, invertida.

Se pretende a Administração dispensar o cumprimento de condicionantes de uma fase específica de implantação do projeto, mister que demonstre, de modo claro, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. ____

PARÁ

ausência de prejuízo ao meio ambiente e a todos que se encontram na iminência de serem afetados pela construção da usina.

Discordo do Ministério Público Federal apenas quanto aos indígenas, relativamente ao cumprimento da condicionante nº. 2.28 da Licença Prévia. Isso porque à folha 2.003 a FUNAI diz haver sido garantida a execução das condicionantes indígenas. Como a própria condicionante diz ser a FUNAI o órgão encarregado de atestar seu cumprimento, não há como presumir que as medidas não foram executadas senão diante da apresentação de prova robusta de tal ocorrência, observado que os atos administrativos são dotados da presunção de legitimidade.

Densa, portanto, a fumaça do bom direito.

No tocante ao *periculum in mora*, viu-se que as obras de instalação cujo início é iminente afetarão não apenas o meio ambiente, dada a supressão da vegetação, mas também populações inteiras, as quais poderão, por tempo indeterminado, restar privadas de serviços essenciais básicos.

No que diz com o risco inverso, invocado pela NESA, a necessidade de suprir a crescente demanda por energia elétrica não é justificativa para deixar de observar primados básicos da ordem jurídica nacional, inclusive constitucionais, tais como a legalidade, a obrigatoriedade de motivação das decisões e a preponderância do interesse público. O projeto UHE Belo Monte já está aprovado pela Administração, que lhe reconheceu a viabilidade ambiental. Todavia, a execução desse projeto gigantesco deve, justamente por sua grandeza, submeter-se às exigências legais que foram impostas pelo próprio órgão licenciador, o qual, sem fundamentação plausível, houve por bem suspender.

Ante o exposto, defiro a liminar para suspender a eficácia da Licença de Instalação nº. 770/2011 e da Autorização de Supressão de Vegetação nº. 501/2011, bem como determinar ao BNDES que se abstenha de transferir recursos financeiros à NESA, tudo até o advento da sentença ou até que, à vista da comprovação do cumprimento das condicionantes, esta decisão seja revogada.

Citar e intimar, com urgência.

Incluir a União no pólo passivo.

Belém, 25 de fevereiro de 2011.

Ronaldo Desterro
Juiz Federal

CARTA BNDES GP/DEDIV nº 03/2014

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2014.

Ao

Instituto Socioambiental

A/C Sr. Leonardo Amorim

SCLN 210, BLOCO C, SALA 112

Brasília - DF

CEP: 70862-530

Prezado Senhor,

Em atenção ao Pedido de Informação nº 99903000463201398, encaminhamos documentação solicitada.

Nota Técnica AIE/DEENE 042/2014

06/10/2014

Esta Nota Técnica tem por objetivo encaminhar ao Gabinete da Presidência do BNDES as informações solicitadas pela Controladora Geral da União – CGU e ao requerente Instituto Socioambiental, no âmbito do Pedido de Informação nº 99903.000463/2013-98.

Nos Anexos desta Nota são apresentadas:

- a) As informações de domínio público, extraídas do 1º Relatório de Monitoramento Socioambiental produzido por empresa de Consultoria Socioambiental Independente, sob a forma de extrato; e
- b) as informações relativas aos relatórios trimestrais de acompanhamento de condicionantes socioambientais, produzidos pela Norte Energia S/A.

As informações apresentadas estão em conformidade com o disposto na Decisão da CGU, no âmbito do Pedido de Informação acima mencionado, bem como atendem à Lei 12.527/2011 c/c Decreto nº 7.724/12.



I - Introdução

A presente Nota tem o objetivo de dar cumprimento integral à decisão tomada pelo Sr Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União - CGU, em 01/09/2014, a qual deu provimento parcial a recurso interposto pelo Instituto Socioambiental – ISA no âmbito do Pedido de Informação nº 99903.000463/2013-98.

Preliminarmente, cumpre contextualizar a operação de financiamento e os motivos que levaram o BNDES a se valer, no âmbito do acompanhamento da operação de financiamento, de relatórios de monitoramento socioambiental, sejam eles elaborados pela empresa de consultoria socioambiental independente, sejam elaborados pela empreendedora.

O financiamento de longo prazo à implantação da UHE Belo Monte foi contratado por meio dos seguintes instrumentos contratuais:

- Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0134.1, de 31/03/2011, no valor de R\$ 3.685 milhões, no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento – PSI/BNDES para financiamento de máquinas e equipamentos nacionais do projeto, firmado entre BNDES, Norte Energia S/A e intervenientes;
- Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1238.1, de 18/11/2012, no valor de R\$ 9.815 milhões, na modalidade direta, para financiamento dos demais itens de investimento (financiáveis) firmado entre BNDES, Norte Energia S/A e intervenientes ("Contrato de Financiamento");
- Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nº 391.115-



37/12, de 18/12/2012, no valor de R\$ 9.000 milhões, para repasse de recursos pelos agentes financeiros Caixa Econômica Federal - CEF (R\$ 7.000 milhões) e Banco BTG Pactual – BTG (R\$ 2.000 milhões), firmado entre CEF, BTG, Norte Energia S/A e intervenientes.

O BNDES adotou, na operação de financiamento da UHE Belo Monte, ações alinhadas à legislação e com a sua Política de Responsabilidade Social e Ambiental, voltadas a preservar os direitos humanos e trabalhistas, entre as quais podem ser citadas:

- (i) Financiamento dos investimentos de caráter socioambiental, o que inclui os relativos à execução dos condicionantes do licenciamento ambiental, incluindo o Plano Básico Ambiental – PBA e o PBA Indígena, e à aplicação de recursos no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu, cujo valor total previsto é de R\$ 3,2 bilhões;
- (ii) Participação em rodadas de negócios em Altamira/PA, em conjunto com o consórcio construtor de Belo Monte e com outros agentes financeiros, como CEF e Bradesco, com o intuito de orientar empresas de menor porte da região quanto ao acesso a fontes de financiamento, de modo a se qualificarem como fornecedoras do consórcio construtor;
- (iii) Estabelecimento de condições prévias para a contratação do financiamento, como as seguintes:
 - inexistência de inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
 - inexistência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou



gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, ou de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou importem em crime contra o meio ambiente;

- (iv) A exemplo dos demais projetos apoiados pelo BNDES, acompanhamento da execução das condicionantes estabelecidas no licenciamento ambiental;
- (v) Como condição para cada desembolso de recursos, o estabelecimento da necessidade de comprovação da situação de regularidade socioambiental do projeto perante os órgãos ambientais;
- (vi) Estabelecimento de outras obrigações, entre as quais:
 - na hipótese de ocorrer, em função do projeto, redução do quadro de pessoal da Norte Energia, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas;
 - observar o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência; e
 - adquirir e/ou contratar, preferencialmente, mão de obra e fornecimento de bens e serviços locais e regionais.

Adicionalmente às atividades acima, o BNDES solicitou a apresentação de Relatórios de Monitoramento Socioambiental, emitidos por empresa de consultoria ambiental independente (doravante "Consultoria Independente").

A exigência do BNDES de contratação, por parte da empreendedora, de Consultoria Independente, teve por objetivo constituir um instrumento adicional de subsídio à gestão e execução dos condicionantes estabelecidos pelos órgãos legais competentes.



Dada a complexidade do empreendimento, o trabalho de consultoria visa fornecer informações que se destinam à análise da evolução da implementação das ações e atividades previstas nos condicionantes socioambientais, identificando, eventualmente, potenciais melhorias e consolidação de lições aprendidas. Assim, não tem por finalidade nem atribuição constituir-se em auditoria legal, o que configuraria sobreposição da responsabilidade legalmente constituída dos órgãos ambientais pertinentes.

A verificação da situação de regularidade ambiental da Norte Energia e do projeto cumpre ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia federal responsável pelo licenciamento ambiental, a quem compete executar as ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais e relativas ao licenciamento ambiental, o que inclui acompanhar o cumprimento das condicionantes ambientais.

No exercício de suas atribuições e discricionariedade, o IBAMA constantemente acompanha e repactua com a Norte Energia a implementação das ações previstas no licenciamento e programas ambientais da UHE Belo Monte. Essa dinâmica do licenciamento ambiental foi absorvida pelo Contrato de Financiamento do BNDES, de forma que para todos os desembolsos de recursos ao Projeto deve ser observada a regularidade socioambiental do Projeto perante o órgão ambiental.

Desta forma, nos casos em que tenha ocorrido imposição de sanção, multa, advertência e/ou penalidade pelo órgão licenciador, é exigida, como condição de liberação de recursos, a comprovação de manifestação do órgão licenciador de que a Licença de Instalação continua válida e que a Beneficiária continua autorizada a dar continuidade à implantação do empreendimento. Assim, todas as liberações de recursos ocorreram em situação de regularidade socioambiental do Projeto e conforme preconiza o Contrato de Financiamento.



II – Relatórios Trimestrais da Norte Energia S/A

Conforme informado no item anterior desta Nota, o BNDES solicita à Norte Energia S/A um relatório trimestral que avalie o andamento da implementação das condicionantes ambientais fixada pelo órgão ambiental competente.

Este relatório é produzido pela empreendedora e não é um documento público. O BNDES somente tem acesso aos relatórios produzidos pela empreendedora por força do Contrato de Financiamento.

O BNDES, contudo, solicitou à Norte Energia autorização para apresentar as informações constantes nos relatórios produzidos no período de jan/2013 a set/2014. A Norte Energia S/A apresentou as informações que julgou possíveis de divulgação na forma do Anexo II. Tais informações são apresentadas sob a forma de extrato, na forma do Art. 7º, §2º, da Lei 12.527/11, e não devem ser disponibilizadas, pelo ISA ou CGU, a terceiros.

III – Considerações gerais sobre o contrato entre a Norte Energia S/A e a empresa de Consultoria Independente

A Norte Energia S/A contratou, no ano de 2013, empresa de Consultoria Independente. A toda evidência, a Consultoria Independente é pessoa jurídica de direito privado.

Considerando tais premissas, o contrato da empresa de consultoria ambiental independente celebrado com a Norte Energia S/A - empresa que possui a maior parte do capital detido por acionistas privados - é instrumento contratual privado, ao qual não foi dada publicidade por autodeterminação



das partes, que possuem o direito à intimidade resguardado em sede constitucional.

O BNDES, que é alheio à relação contratual estabelecida entre as partes – uma vez que não é parte contratante - teve o acesso ao contrato em questão para o fim de verificar a adequação do mesmo em relação às diretrizes estabelecidas no Contrato de Financiamento.

O escopo do contrato de consultoria segue o escopo previsto no Contrato de Financiamento do BNDES, a saber:

O escopo para contratação da empresa de consultoria ambiental compreende a averiguação da regularidade socioambiental do projeto. Deverá ser demonstrado o cumprimento adequado e tempestivo das condicionantes socioambientais incluídas nas licenças, autorizações, outorgas, permissões, ordens judiciais, termos de ajustamento de conduta e de compromisso e ofícios expedidos pelos órgãos competentes referentes ao projeto, de acordo com o cronograma neles estipulado ou outro que venha a ser definido por autoridade competente.

A averiguação da regularidade socioambiental deverá avaliar especialmente, mas sem se limitar:

- A conformidade com a legislação ambiental aplicável;*
- O cumprimento das condicionantes das licenças prévia, de instalação e de operação;*
- A efetiva execução dos Planos, Programas e Projetos do Projeto Básico Ambiental e do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena conforme os cronogramas previstos;*
- A obtenção das autorizações para supressão da vegetação, implantação das linhas de transmissão e da infraestrutura necessária à execução do projeto, exploração de jazidas e*



áreas de botafora, lançamento de ensecadeiras e demais atividades e/ou estruturas necessárias para a execução do projeto;

- A realização de estudos, projetos e planos solicitados pelos órgãos socioambientais;

- O monitoramento de indicadores da qualidade da água, durante a implantação e a operação da usina, no trecho de vazão reduzida (Volta Grande do rio Xingu) e na área alagada dos canais;

- O monitoramento de indicadores de qualidade dos serviços sociais essenciais de forma a avaliar sua atual condição e assegurar que a infraestrutura existente durante a construção e operação do empreendimento é suficiente para que estes indicadores mantenham níveis iguais ou superiores aos existentes antes do início das obras;

Os resultados da averiguação da regularidade socioambiental deverão ser apresentados em Relatórios Trimestrais durante todo o período do financiamento, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada exercício, a partir de julho de 2013.

Além da averiguação de regularidade socioambiental, a empresa de consultoria deverá informar ao BNDES os indicadores socioambientais, apresentados na Tabela a seguir:

Indicadores socioambientais do empreendimento

	Periodicidade e de Apuração	Início da Apuração	Fonte
Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios da Área de Influência Direta da UHE Belo Monte (por município e média ponderada da região)	Decenal	2010	
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal dos	Anual	2010	

2

<i>municípios da AID (por município e média ponderada da região)</i>			
<i>Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico dos municípios da AID (por município e média ponderada da região)</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde dos municípios da AID (por município e média ponderada da região)</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Mortalidade infantil nos municípios da AID (por município e média ponderada da região)</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Incidência de malária nos municípios da AID (por município e média ponderada da região)</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Renda per capita nos municípios da AID (por município e média ponderada da região)</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Percentual da população economicamente ativa com carteira assinada (por município e média ponderada da região)</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Percentual da população vivendo em condições de pobreza na AID (por município e média ponderada da região)</i>	<i>Decenal</i>	<i>2010</i>	
<i>Percentual de residências com acesso ao abastecimento de água dividido pelo número total de residências de Altamira e Vitória do Xingu</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Percentual de residências com acesso ao abastecimento de água disponibilizado pelo projeto dividido pelo número total de residências com abastecimento de água</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Percentual de residências com acesso à coleta e tratamento de esgotos dividido pelo número total de residências de Altamira e Vitória do Xingu</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Percentual de residências com acesso à coleta e tratamento de esgotos disponibilizado pelo projeto dividido pelo número total de residências com coleta e tratamento de esgotos</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Percentual de residências com acesso à disposição do lixo em aterros dividido pelo número total de residências de Altamira e Vitória do Xingu</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	
<i>Percentual de residências com acesso à disposição do lixo em aterros disponibilizados pelo projeto dividido pelo número total de residências com disposição do lixo em aterros</i>	<i>Anual</i>	<i>2010</i>	



Relação entre a quantidade de leitos disponíveis em hospitais e a quantidade de leitos demandada	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de leitos disponibilizados pelo projeto em hospitais e a quantidade total de leitos disponíveis	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de unidades de saúde disponíveis e a quantidade demandada	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de unidades de saúde disponibilizadas pelo projeto e a quantidade total de unidades disponíveis	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de vagas disponíveis em escolas e a quantidade demandada	Anual	2010	
Relação entre a quantidade de vagas em escolas disponibilizadas pelo projeto e a quantidade total de vagas disponíveis	Anual	2010	
Vazões mínimas mensais no trecho de vazão reduzida de acordo com o hidrograma de consenso	Anual	2010	
Percentual de amostras de água do reservatório do Xingu em conformidade com as Resoluções CONAMA	Anual	2010	
Percentual de amostras de água da Volta Grande do Xingu em conformidade com as Resoluções CONAMA	Anual	2010	
Percentual de amostras de água da Ria do Xingu em conformidade com as Resoluções CONAMA	Anual	2010	
Quantidade de famílias realocadas ou indenizadas em relação ao total de famílias atingidas	Anual		
Número total de empregos diretos gerados pelo projeto	Anual	2010	
Percentual realizado de execução física do Projeto Básico Ambiental em relação ao previsto	Anual	2012	
Percentual realizado de execução financeira do Projeto Básico Ambiental em relação ao previsto	Anual	2012	
Percentual de realização física do projeto de abastecimento de água de Altamira	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do projeto de abastecimento de água de Altamira	Anual	2012	
Percentual de realização física do projeto de esgotamento sanitário de Altamira	Anual	2012	
Percentual de realização financeira do projeto de	Anual	2012	

<i>esgotamento sanitário de Altamira</i>			
<i>Percentual de realização física do projeto do aterro sanitário de Altamira</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização financeira do projeto do aterro sanitário de Altamira</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização física do projeto de abastecimento de água de Vitória do Xingu</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização financeira do projeto de abastecimento de água de Vitória do Xingu</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização física do projeto de esgotamento sanitário de Vitória do Xingu</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização financeira do projeto de esgotamento sanitário de Vitória do Xingu</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização física do projeto do aterro sanitário de Vitória do Xingu</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização financeira do projeto do aterro sanitário de Vitória do Xingu</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização física do projeto de saneamento de Belo Monte</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização financeira do projeto de saneamento de Belo Monte</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização física do Plano de Saúde Pública</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização financeira do Plano de Saúde Pública</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização física do Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e serviços de educação</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização financeira do Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e serviços de educação</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização física do Projeto de Reassentamento Urbano</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização financeira do Projeto de Reassentamento Urbano</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização física do Projeto de Reassentamento Rural</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização financeira do Projeto de Reassentamento Rural</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização física do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	



<i>Percentual de realização financeira do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de realização física do sistema de transposição de embarcações</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	
<i>Percentual de mão de obra desmobilizada qualificada em relação ao total de mão de obra desmobilizada</i>	<i>Anual</i>	<i>2012</i>	

Considerado o escopo mínimo acima, deve ser ressaltado que os Relatórios Trimestrais da empresa de Consultoria Independente, assim como os relatórios trimestrais de acompanhamento das condicionantes socioambientais emitidos pela Norte Energia S/A, não são próprios a declarar a regularidade do licenciamento ou a validade da Licença de Instalação, uma vez que a Consultoria Independente e a Norte Energia S/A não são os órgãos ambientais competentes a tanto.

Tais documentos, no âmbito da operação de financiamento, fornecem ao BNDES informações sobre a evolução na implementação dos aspectos socioambientais do Projeto, inclusive perante os órgãos ambientais. São, portanto, documentos utilizados para o acompanhamento.

Como será descrito a seguir, a metodologia de trabalho da empresa de consultoria socioambiental independente, ao atender o escopo mínimo previsto no Anexo II do Contrato de Financiamento, utiliza-se de informações de domínio público – cujas fontes são os órgãos ambientais, no âmbito de processos aos quais são conferidos publicidade – e informações privadas – cujas fontes são partes privadas, a exemplo da própria Norte Energia S/A e de terceiros.

Em relação às informações de caráter privado, obtidas em função do contrato celebrado entre empreendedora e empresa de consultoria, essas se encontram resguardadas pelo direito à intimidade. Neste sentido, o contrato de prestação de serviços celebrado entre a empresa de Consultoria



Independente e a Norte Energia S/A impõe o dever de confidencialidade sobre tais informações. Por este motivo, a introdução do relatório em questão ressalva que o mesmo destina-se ao BNDES e tem função específica. O Relatório não é necessariamente adequado para utilização por outros públicos ou para outras finalidades.

Em que pese as relevantes considerações acima, o BNDES entende que, em homenagem à transparência, é possível empreender o esforço de divulgar o conteúdo não resguardado por sigilo, como informações de domínio público ou sobre aspectos estruturais do relatório, de forma a assegurar a identificação e compreensão do escopo mínimo definido no Contrato de Financiamento. E desta forma o faz, através do extrato, dando cumprimento integral à decisão da CGU e efetivando os direitos sedeados na Lei 12.527/11.

As informações apresentadas estão, portanto, em conformidade com o disposto nos §§ 103, 104 e 105 do parecer que fundamentou a Decisão CGU citada no introito desta Nota e em linha com o que determina o art. 7º, §2º da Lei 12.527/2011. Assim, o BNDES franqueia acesso à parte não sigilosa dos relatórios de monitoramento socioambiental ("Relatório"), elaborados por empresa de consultoria socioambiental independente por meio do extrato anexo (Anexo I – Extrato do Relatório de Auditoria Independente – julho/2013).

O Relatório possui 166 páginas e seus anexos totalizam 263 páginas, que foram devidamente consideradas na elaboração do extrato anexo. Vale ressaltar que a opção pelo fornecimento das informações constantes do Relatório, sob a forma de extrato, conforme autoriza o art. 7º, §2º da Lei 12.727/2011, é, no entendimento do BNDES, a única opção viável, *in casu*, tendo em vista que: a) os relatórios são documentos produzidos por terceiro e não pelo BNDES; b) ele contém, em todas as suas partes (capítulos e anexos), número bastante expressivo de informações sigilosas e



não sigilosas dispostas de forma agregada e indissociável, impossibilitando, assim, a realização de supressões ou aposição de tarjas de forma segura e/ou sem que haja perda de significado e/ou inteligibilidade do documento.



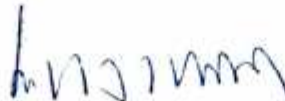
Edmar de Almeida
AIE/DEENF/CEENES

Ana Carolina P. Amorim

Ana Carolina Pedulla Amorim
Gerente Jurídica
AIE/JUNIF



Marcia Souza Leal
Chefe de Departamento
AIE/DEENF



Nelson Fontes Siffert Filho
Superintendente
Área de Infraestrutura



Cláudio R. Pinheiro
Assessor Jurídico
AIE/JUNIF



Jonathan Wille
Advogado
AIE/DEENF/CEENES

ANEXO I – Extrato do Relatório de Consultoria Independente – Julho/2013

1 – Documentos Analisados e Reuniões Realizadas pela Consultoria

Para a elaboração de seus Relatórios de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto Hidrelétrico Belo Monte, a Consultoria Independente se baseia na análise de documentos e em dados coletados em reuniões e em inspeções de campo durante vistorias da equipe de funcionários da consultoria socioambiental.

No caso do Relatório solicitado no âmbito do Pedido de Informação nº 99903.000463/2013-98, doravante mencionado "Relatório", a Consultoria Independente, além da análise dos documentos abaixo elencados, realizou visitas de vistoria, entrevistas e reuniões no período de 13 a 17 de maio de 2013.

A seguir, é extraída do Anexo 1 do Relatório a listagem dos documentos que lhe serviram de base:

- *Projeto Básico Ambiental (PBA) UHE Belo Monte;*
- *Relatório de Avaliação Socioambiental - Due Diligence (Consultoria Independente, julho de 2012);*
- *3º Relatório de Andamento do PBA, referente ao período entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2012 (janeiro de 2013);*
- *4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes – UHE Belo Monte (RL-DS-001-806-020-31Jan13) e seus anexos. Referente ao período de janeiro a junho de 2013 (<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Belo%20Monte/Relatorios%20Se>*

mestrais/4%C2%BARC%20FINAL%2030.08.2013%20-%20PDF/CAP%201/CAP%201%20-%204%C2%BA%20RC.pdf);

- Relatório Socioambiental de Atendimento ao BNDES (RSAB RT_001-2013_BNDES_R01) e seus anexos. Referente ao período de abril a junho de 2013;
- TR-001-2013-GCT-3.0-PAC-R0 - Termo de Referência (TR) para Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de Coordenação das Atividades do Plano Ambiental da Construção (PAC). Junho de 2013;
- Parecer Técnico 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/05/2013, que contém a análise do 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011;
- Parecer nº 168/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA;
- Notificação OF No 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA (19/07/2013);
- CE 091/2013-PR (02/08/2013). Resposta à Notificação OF No 02001.009795/2013- 60 GABIN/PRESI/IBAMA.
- Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Significativos e das Ações de Gestão da UHE Belo Monte - Anexo 2.1-1 (Norte Energia, maio de 2013);
- Estrutura Organizacional da Área de Saúde e Segurança do Trabalho (Norte Energia, abril de 2013);
- Relatório de Consultoria do Canteiro de Obras do Sítio Belo Monte - Rel - SESMT NE - Nº 001/2013 (Norte Energia, março de 2013);
- PS 007 2012 DS PROJ R01 - Gestão de Mudanças do Projeto (Norte Energia, dezembro de 2012);



- *Plano de Ação - Consultoria X Financiamento BNDES (Norte Energia, janeiro de 2013);*
- *PS NES GABM SGA 001/2013 - Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais (Norte Energia, fevereiro de 2013);*
- *Norma para Consultoria de Segurança e Saúde do Trabalho da Norte Energia S.A. sobre Obra Principal, Obras Complementares, Obras do reservatório e Programas Ambientais (Norte Energia, dezembro de 2012);*
- *Termo de Referência 045/2012 - Contratação de Serviços de Fiscalização e Acompanhamento da Saúde e Segurança no Trabalho das Obras do Entorno da UHE Belo Monte e Demais Condicionantes do Plano Básico Ambiental (Norte Energia, 2012);*
- *MA CCBM 220 01 - Manual do SGI - Sistema de Gestão Integrada Rev02 (CCBM, janeiro de 2013);*
- *MA NES GABM SGA 003/2011 - Manual de Consultoria Ambiental da UHE Belo Monte (Norte Energia, setembro de 2012);*
- *MA NES GABM SGA 002/2011 - Manual Gerencial de Treinamento, Conscientização e Competência voltado ao Sistema de Gestão Ambiental (Norte Energia, agosto de 2012);*
- *PS NES GABM SGA 004/2013 - Padrão de Sistema do Atendimento aos Princípios do Equador e Padrões de Desempenho da IFC - versão preliminar*
- *Planilha de Normas e Leis do PBA (Norte Energia);*
- *PS NES GABM SGA 003/2012 - Identificação dos Requisitos Legais e Outros Requisitos Aplicáveis (Norte Energia, junho de 2012);*

1

- *Plano Diretor de Saúde e Segurança no Trabalho Rev01 (Norte Energia, abril de 2013);*
- *Relatórios Mensais de QSMSRS do CCBM do período (REL-CCBM-QMSSRS-001-2013, REL-CCBM-QMSSRS-002-2013 e REL-CCBM-QMSSRS-003-2013 referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, respectivamente);*
- *REL-CCBM-QMSSRS-004-2013- Relatório Mensal (CCBM, abril de 2013);*
- *REL-CCBMQMSSRS-027/2013 - Relatório Mensal (CCBM, junho de 2013);*
- *Organograma QMSSRS (CCBM, dezembro de 2012);*
- *Apresentação do Sistema de Gestão de SST - V.0 (CCBM, maio de 2013). SST*
- *Relatório Gerencial Mensal da Executora (RGM-E) nº 01/2013, 02/2013 e 03/2013 referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, respectivamente;*
- *Plano de Atendimento a Emergência (PAE) do CCBM (PAE CCBM 220 01) em sua Revisão 02 de 11/03/2013;*
- *Apresentação da EPBM "Gestão de SST Norte Energia/EPBM" recebida após a 1ª Missão Socioambiental;*
- *Apresentação da Norte Energia "Superintendência de Obras do Entorno Maio de 2013" recebida após a 1ª Missão Socioambiental;*
- *Apresentação da Norte Energia "Saúde e Segurança do Trabalho Obra Principal e Obras do Entorno Consultoria" de 13 de Maio de 2013 recebida após a 1ª Missão Socioambiental;*
- *Apresentação da Engenharia do Proprietário Belo Monte "Segurança e Saúde Ocupacional – SSO" referente aos desvios e indicadores do período recebida após a 1ª Missão Socioambiental;*



- Apresentação da NE "Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu - Monitoramento do Sistema de Transposição de Embarcações – STE" de Maio/2013 referente ao Sistema de Transposição de Embarcações e Plano de Contingência recebida após a 1ª Missão Socioambiental;
- Apresentação do CCBM "SGI – Sistema de Gestão Integrada", revisão 0, de 10/05/2013 recebida após a 1ª Missão Socioambiental;
- Relatórios Estatísticos Mensais (REM) do CCBM referente aos meses de janeiro, fevereiro, março, maio e junho de 2013;
- Procedimentos do Sistema de Gestão Integrado – SGI em desenvolvimento pela Norte Energia e CCBM.
- Ata da reunião de encerramento da consultoria do consultor socioambiental para o BNDES.
- Estrutura Organizacional da Área de Saúde e Segurança do Trabalho da Norte Energia.
- Plano Diretor de Saúde e Segurança no Trabalho da Norte Energia.
- Estrutura organizacional da Diretoria Socioambiental – maio de 2013.
- Organograma do CCBM.
- PDG-00x/2013 - Plano de Gestão e Governança da Norte Energia S.A.
- Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Norte Energia S.A.
- GR-GE00-EBM-ISI-RT-0003 – Relatório de Qualidade e Segurança do Trabalho da Engenharia do Proprietário. Abril de 2013.
- GR-GE00-EBM-SGE-RT-0001 - Segurança do Trabalho. Junho de 2013.

5

- *Nota Técnica NT_SFB_No 014_POÇOS RAPELD 26/06/2013-srl) sobre a instalação e funcionamento dos medidores de nível do lençol freático nas parcelas dos Módulos RAPELD.*
- *Nota Técnica (NT_SFB_No15_RAPELD_01_07_13_LP), referente ao monitoramento da avifauna, herpetofauna, mastofauna, e flora contendo um estudo da suficiência amostral das atividades desenvolvidas nas parcelas instaladas.*
- *CE 691-12 20-12-13 (requerimento AUMPF).*
- *Atas das reuniões semanais de planejamento da supressão vegetal (reunião 10 a 20).*
- *4º Relatório Técnico Trimestral do Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora (janeiro a março de 2013).*
- *4º Relatório Técnico Trimestral do Projeto de Formação de Banco de Germoplasma (janeiro a março de 2013).*
- *2º Relatório Consolidado de Andamento do PBA (julho de 2012).*
- *2º Relatório Técnico Trimestral do Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme (janeiro a março de 2013).*
- *Cartas de doação de mudas nº 10, nº 11, nº 12, nº 13 e nº 14 (janeiro a março de 2013).*
- *2º Relatório Técnico Trimestral do Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais (janeiro a março de 2013).*
- *2º Relatório Técnico Trimestral do Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras (janeiro a março de 2013).*
- *(Fevereiro 2013) Norte Energia – Relatório de Atendimento às condicionantes elencadas no Parecer 21/FUNAI e no Ofício 126/FUNAI;*

7

- (Fevereiro 2013) Norte Energia – Plano Operativo Acerca dos Planos, Programas e Projetos do PBA-CI;
- (01/04/2013) Ofício 184/2013DPDS/FUNAI-MJ – Referente à aprovação do Plano Operativo;
- (11/03/2013) Informação 87 CGLIC/13 – Manifestação Técnica sobre Plano Operativo;
- (14/02/2013) Ofício das famílias indígenas residentes na Volta Grande do Xingu;
- (19/02/2013) Ofício 050/GAB/CR-Centro-Leste-PA/FUNAI/2013 – encaminha para Norte Energia ofício das famílias indígenas residentes na Volta Grande;
- (05/02/2013) Ofício 011/2013 Coordenação Geral do Campus de Altamira UFPA – solicita providências com relação ao trânsito de indígenas nas dependências do Campus;
- (15/03/2013) CE049/2013 Projetos de Estabelecimentos de Saúde Indígena;
- (15/03/2013) CE 029/2013 Formalização de Parceria entre Norte Energia e SESAI;
- (18/04/2013) CE Escritório de Assuntos Indígenas nº19/2013 – Termo de Parceria firmado entre Norte Energia e ABEX, com interveniência da FUNAI;
- (28/02/2013) CE 004/2013 Agendamento de visitas dos indígenas ao canteiro de obras;
- (20/02/2013) Carta Associação Koatinemo solicitando participar da execução do PBA-CI;
- (12/12/2012) Ata de Reunião de Negociação Norte Energia Terras Indígenas da Volta Grande;

- (12/12/2012) Ata de Reunião entre Norte Energia, FUNAI, ABEX e MPF para tratar de Termo de Parceria;
- (21/11/2012) Ata de Criação do Comitê Indígena para controle e monitoramento da Vazão Reduzida;
- (22/04/2013) Ata da Reunião Informativa do Comitê Indígena para controle e monitoramento da Vazão Reduzida;
- (22/04/2013) Ata da II Reunião do Comitê Indígena para controle e monitoramento da Vazão Reduzida;
- (30/11/2012) Ata da Reunião de criação do Comitê Gestor Indígena;
- (Fevereiro 2013) ABEX – Projeto

Os documentos emitidos pelo IBAMA no âmbito do licenciamento ambiental, como Autorizações, Licenças, Pareceres Técnicos, Notas Técnicas, Ofícios Públicos e Atas de Reuniões, bem como os relatórios e documentos emitidos pela Norte Energia dentro do Licenciamento Ambiental relacionam-se diretamente com o escopo mínimo da consultoria, em especial à conformidade com a legislação ambiental aplicável, cumprimento das condicionantes, execução dos Planos, Programas e projetos do PBA e realização de estudos. Tais documentos podem ser acessados diretamente no site do IBAMA, através do sítio eletrônico

<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Belo%20Monte/>.

Também no âmbito das atividades desenvolvidas pela Consultoria Independente, são realizadas reuniões e visitas, com a empreendedora, subcontratadas e outros. Para a elaboração do 1º Relatório, foram realizadas as seguintes reuniões:

Reuniões Realizadas:

Data	Local	Participantes	Assunto
13/05/2013	Escritório da Norte	9 da Consultoria	1) Reunião de abertura da 1a

Data	Local	Participantes	Assunto
(manhã)	Energia - Altamira	22 da Norte Energia e empresas subcontradas	missão de monitoramento Socioambiental; 2) Apresentação sintética do objetivo da missão e esquematização das atividades a serem realizadas durante a semana
13/05/2013 (manhã)	Escritório da Norte Energia - Altamira	2 da Consultoria 5 da Norte Energia e empresas subcontradas	1) Reunião sobre Programas do Meio Físico e sobre o Plano Ambiental da Construção - PAC Reunião de Trabalho /
13/05/2013 (manhã)	Escritório da Norte Energia - Altamira	1 da Consultoria 7 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Apresentação em PPT sobre a implementação do Sistema de Gestão de SST da NE para o Projeto.
13/05/2013 (manhã)	Escritório da Norte Energia - Altamira	1 da Consultoria 6 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião para organização do roteiro e pontos a serem vistoriados
13/05/2013 (manhã)	Escritório da Norte Energia - Altamira	1 da Consultoria 5 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Panorama geral do andamento dos programas de Fauna Terrestre e Fauna Aquática e acertos na agenda da semana no que diz respeito às vistorias e reuniões
13/05/2013 (manhã)	Sala de Conferências do Amazon Xingu Hotel	1 da Consultoria 6 da Norte Energia e empresas subcont. 6 Representantes do Governo 1 Representante da UFPA	1) Reunião de definição de indicadores do Plano de Ação para a Conservação das Espécies Endêmicas e Ameaçadas de Extinção da Flora da Região do Baixo e Médio Xingu. 2) Apresentação dos participantes da reunião 3) Apresentação do andamento do PAN, de

Data	Local	Participantes	Assunto
			seus objetivos específicos e do escopo da reunião. Elaboração de indicadores para os objetivos específicos já estabelecidos em reunião anterior.
13/05/2013 (Tarde)	Escritório Canteiro de Obras – Sítio Belo Monte	2 da Consultoria 9 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Estrutura de Gestão do CCBM
13/05/2013 (Tarde)	Base de resgate do Sítio Pimental	1 da Consultoria 4 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião para apresentação do andamento do Projeto de Salvamento e aproveitamento Científico da Fauna, Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna, e Projeto de Manejo de Quelônios
13/05/2013 (Tarde)	Obra Principal – Sítio Belo Monte	1 da Consultoria 8 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião de Trabalho e Apresentação em Power Point por parte da Equipe de Gestão de SST do CBM para verificar: - Organograma da equipe de gestão de SST e sistemática de inspeções; 2) Implantação do Sistema de Gestão de SST e principais Indicadores de Resultados. Comparar resultado acumulado em 2013 com os resultados dos anos anteriores, segundo seja possível e aplicável para: - Indicadores de Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais separados por pessoal próprio e terceiros. - Indicadores de treinamentos de pessoal próprio e de terceiros. - Tabela síntese dos incidentes /acidentes de alto potencial de perda (inclui os fatais) ocorridos até a data nas atividades do

Data	Local	Participantes	Assunto
		1 da Consultoria 8 da Norte Energia e empresas subcont.	CCBM, incluindo uma breve descrição do ocorrido, principais causas e ações corretivas e preventivas propostas e respectiva atualização da situação de atendimento; - Resultados de auditorias internas e externas realizadas em 2012 e 2013 e cronograma de auditorias para o ano de 2013 - Situação de Atendimento dos Objetivos e Metas de EHS do ano de 2012 e objetivos e metas a serem buscados no ano de 2013. - Síntese do atendimento das notificações decorrentes de inspeções de órgãos de fiscalização (SRT, MTE, etc.) realizadas entre 2012 e 2013. - Síntese do atendimento das observações resultantes de inspeções recebidas de partes interessadas com foco em SST entre 2012 e 2013. - Situação de atendimento de "Consultas e/ou Reclamações" recebidas de trabalhadores da construção relacionados com SST; - "Consultas e/ou Reclamações" recebidas da comunidade referentes à segurança e saúde da comunidade (problemas relacionados a riscos do aumento do tráfego de veículos, geração de poeira, ruído, riscos relacionados com a detonação de explosivos nas operações de desmonte de rocha, etc.)
13/05/2013 (Tarde)	Escritório de Assuntos Indígenas/ Altamira-PA	1 da Consultoria 2 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Apresentação sobre as atividades desenvolvidas no contexto atual de encerramento do Plano Emergencial e implantação do PBA do Componente Indígena
13/05/2013 (Tarde)	Escritório da Norte Energia/	1 da Consultoria	1) Reunião de agendamento das visitas e reuniões

Data	Local	Participantes	Assunto
	Altamira-PA	7 da Norte Energia e empresas subcont.	
14/05/2013 Manhã	Escritório de Assuntos Indígenas/ Altamira-PA	1 da Consultoria 2 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Produção da linha de tempo dos acontecimentos envolvendo as invasões dos canteiros de obras
14/05/2013 Tarde	Escritório da Elabore/ Altamira-PA	1 da Consultoria 7 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião sobre Programa de Comunicação Social e 4.6.1. Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs
15/05/2013 Manhã	Escritório da Elabore/ Altamira-PA	1 da Consultoria 7 da Norte Energia e empresas subcont. 2 Representantes do Governo	1) Apresentação sobre o Plano de Valorização do Patrimônio
15/05/2013 Tarde	Centro de Estudos Ambientais	1 da Consultoria 3 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião sobre os projetos da flora
15/05/2013 Tarde	Escritório CCBM em Altamira	1 da Consultoria 3 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião sobre Condições de Trabalho, Consulta e Reclamações, Recursos Humanos, Treinamento, Exames admissionais, entre outros tema
16/05/2013 Manhã	Sala de Conferências do Amazon Xingu Hotel	1 da Consultoria 8 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião do PAN Baixo e Médio Xingu – fauna (Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Endêmicas e Ameaçadas de Extinção

Data	Local	Participantes	Assunto
			da Fauna da Região do Baixo e Médio Xingu)
16/05/2013 Manhã	Escritório da Norte Energia/ Altamira-PA	1 da Consultoria 4 da Norte Energia e empresas subcont. 5 Representantes do Governo 1 Representante UFPA	1) Reunião para avaliação da implementação do Plano de Contingência para o funcionamento do mecanismo de transposição de embarcações no barramento do Sítio Pimental.
16/05/2013 Manhã	Escritório de Assuntos Indígenas/ Altamira-PA	1 da Consultoria 1 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Entrevista com Superintendente de Assuntos Indígenas/NE, e com os técnicos da NE
16/05/2013 Tarde	Escritório da Leme Engenharia/ Altamira-PA	1 da Consultoria 3 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Apresentação do andamento do monitoramento de peixes migradores através de radiotelemetria, parte do Projeto de Monitoramento da Ictiofauna
16/05/2013 Tarde	Escritório da Leme Engenharia/ Altamira-PA	1 da Consultoria 1 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião sobre o andamento e cronogramas dos Programas relacionados à fauna coordenados pela Leme Engenharia
16/05/2013 Tarde	Escritório do IIEGA/ Altamira-PA	1 da Consultoria 2 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião com funcionários do IIEGA sobre o andamento do Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água,

7

Data	Local	Participantes	Assunto
			identificação das macrófitas, cronograma de coleta de amostras
16/05/2013 Tarde	Escritório da Norte Energia/ Altamira-PA	1 da Consultoria 11 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião de apresentação dos programas dos Assuntos Fundiários - 4.1.1 Projeto de Regularização Fundiária Rural; 4.1.3 Projeto de Reassentamento Rural; 4.4.3 Projeto de Reassentamento Urbano
16/05/2013 Tarde	Altamira-PA	1 da Consultoria 1 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Entrevista com liderança indígena e funcionária da FUNAI responsável pelos índios citadinos e ribeirinhos
17/05/2013 Manhã	Escritório da Norte Energia/ Altamira-PA	7 da Consultoria 22 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião de fechamento da missão, com apresentação dos pontos de atenção observados pela equipe da consultoria socioambiental durante a vistoria e recomendações gerais
17/05/2013 Manhã	Escritório da Norte Energia/ Altamira-PA	1 da Consultoria 2 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião sobre o PRAD
17/05/2013 Tarde	Escritório da Norte Energia/ Altamira-PA	1 da Consultoria 1 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião sobre os projetos da flora
17/05/2013 Tarde	UFPA/ Altamira-PA	1 da Consultoria 1 da Norte Energia e empresas subcont. 1 Representante da UFPA	1) Reunião com equipe de Ictiofauna da UFPA Altamira sobre o andamento dos projetos de Investigação Taxonômica, Monitoramento da



Data	Local	Participantes	Assunto
			<i>Ictiofauna, triagem do material coletado durante o resgate de ictiofauna e destinação dos exemplares resgatados, construção do Laboratório de Ictiofauna e do Laboratório de Aquicultura no campus da UFPA em Altamira</i>
17/05/2013 Tarde	Escritório da Norte Energia/ Altamira-PA	1 da Consultoria 1 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Entrevista com indigenista, advogado e liderança indígena
17/05/2013 Noite	EMEI Mário Santana	1 da Consultoria 6 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião de apresentação do Reassentamento Urbano Coletivo - RUC
13/05/2013 Manhã	Altamira/ Altamira-PA	1 da Consultoria 1 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Visita ao Escritório do Plano Emergencial, em fase de desativação; às instalações do Programa de Comunicação Indígena; e ao Escritório de Assuntos Indígenas, em fase de instalação
13/05/2013 Manhã	Unidade do SINE	1 da Consultoria 5 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistoria do Balcão de Atendimento e entrevistas
13/05/2013 Manhã	Terminal Rodoviário de Altamira	1 da Consultoria 4 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistoria do Balcão de Atendimento e entrevistas
13/05/2013 Tarde	Terminal Rodoviário de Altamira	1 da Consultoria 4 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Visita aos sítios construtivos da UHE Belo Monte para verificação do andamento das obras e programas de flora e fauna

Data	Local	Participantes	Assunto
14/05/2013 Todo o dia	Obra Principal. Sítios Canais e Diques e Sítio Pimental (inclui inspeção no Sistema de Transposição de Embarcações – STE)	1 da Consultoria 5 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Inspeções amostrais de SST e Condições de Trabalho nas principais frentes de construção e áreas de apoio da Obra Principal.
14/05/2013	Sítio Pimental	1 da Consultoria 4 da Norte Energia e empresas subcont. 5 Representantes do governo	1) Inspeção nas seguintes áreas do Sítio Pimental: • Estação de Tratamento de Água - ETA; • Estação de Tratamento de Esgoto - ETE; Oficina Mecânica; • Central de Concreto; • Plant de Combustíveis; • Central de Resíduos Sólidos; • Aterro Sanitário. 2) Inspeção nas seguintes áreas do Sítio Canais e Diques: • Bota-foras BF30, BF9 e BF17; • Canal de Adução; • Canal do Sistema Tocarua; • Estação de Tratamento de Esgoto - ETE; • Viveiro de Mudas • Oficina Mecânica; • Central de Triagem de Resíduos.
14/05/2013 Manhã	Módulo 8	2 da Consultoria 5 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistoria no Módulo 8 - Finalização da implantação dos Módulos RAPELD, andamento dos monitoramentos, logística das equipes de fauna e

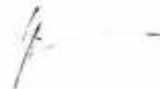
Data	Local	Participantes	Assunto
			flora no campo. dificuldades relacionadas às questões fundiárias e de acesso aos módulos
14/05/2013 Tarde	Plantão Social e Escritório da Elabore	2 da Consultoria 10 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Visita às unidades e reunião de acompanhamento dos programas
14/05/2013 Tarde	Plantão Social e Escritório da Elabore	2 da Consultoria 10 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Visita às unidades e reunião de acompanhamento dos programas
14/05/2013 Tarde	Sítio Belo Monte e Sítio Canais e Diques	1 da Consultoria 3 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistoria dos pátios de madeira e área de supressão de vegetação
14/05/2013 Tarde	Sítio Canais e Diques	1 da Consultoria 3 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistoria do Sítio Canais e Diques e da Base Móvel de resgate de fauna
15/05/2013 Manhã	Inspeção amostral nas Obras do Entorno (OE): (i) UBS Brasília, em Altamira	1 da Consultoria 3 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistorias amostrais de SST e Condições de Trabalho nas principais frentes de construção e áreas de apoio.
15/05/2013 Tarde	Canteiro e Frentes de Obra das Obras do Entorno	2 da Consultoria 6 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Inspeção nas seguintes obras do entorno: Remediação do Lixão de Altamira; • Vila dos Trabalhadores do Reassentamento Urbano Coletivo - RUC; • Instalações da SA Paulista; • Instalações da Gel

8-

Data	Local	Participantes	Assunto
			Gouvea; • EMEF Saint Clair Passarinho - Reforma com Ampliação -
15/05/2013 Manhã e Tarde	Local das Obras	1 da Consultoria 1 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Visita ao Sistema de Transposição de Embarcações, à Base Operacional da Volta Grande e à estrada de acesso à Terra Indígena Paquicamba
15/05/2013 Manhã	Altamira/PA	1 da Consultoria 2 da Norte Energia e empresas subcont. 2 Representantes do Governo	1) Visita ao Sítio Arqueológico Panorama I (na área urbana de Altamira), em escavação
15/05/2013 Manhã	Sítio Belo Monte, Vila dos Trabalhadores, Sítio Canais e Diques	1 da Consultoria 3 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Visita às áreas destinadas para reassentamento rural
15/05/2013 Manhã	Rio Bacajá	2 da Consultoria 3 da Norte Energia e empresas subcont. 5 Representantes do Governo 1 Representante da UFPA	1) Vistoria de barco na região do Rio Bacajá, nas áreas propostas para a criação de novas Unidades de Conservação, dentro do Programa de Compensação Ambiental
15/05/2013 Tarde	Projeto Mulheres Super Ação - projeto do CCBM	1 da Consultoria 6 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Visita ao espaço do Projeto Mulheres Super Ação
15/05/2013 Tarde	Centro de Estudos Ambientais	1 da Consultoria 3 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistoria das instalações do CEA onde são desenvolvidas atividades dos projetos de flora (laboratório, salas de

Data	Local	Participantes	Assunto
			armazenagem, viveiro, casa de vegetação)
15/05/2013 Tarde	Centro de Estudos Ambientais	1 da Consultoria 3 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistoria das instalações do CEA onde são desenvolvidas atividades dos projetos de flora (laboratório, salas de armazenagem, viveiro, casa de vegetação)
15/05/2013 Tarde	Sítio Pimental	1 da Consultoria 2 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistoria da Base de resgate de Fauna no Sítio Pimental
16/05/2013 Todo o dia	Inspeção no Sítio Belo Monte, Vila Residencial e Porto da Obra (em construção)	1 da Consultoria 4 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Auditoria das condições de SST e de Trabalho nas obras de construção da Vila residencial do CCBM e áreas de apoio do Sítio Belo Monte, tais como: Centrais de armação, carpintaria e oficinas mecânicas Plant de Abastecimento de Combustível
16/05/2013 Manhã e Tarde	Sítio Belo Monte	2 da Consultoria 8 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Inspeção nas seguintes áreas do Sítio Belo Monte: • Porto da Obra; • Bota-foras BF3 e BF4; • Vila dos Trabalhadores; • Areal; • Ensecadeira; • Central de Britagem/Central de Concreto; • Oficina Mecânica; • Estação de Tratamento de Água - ETA; • Estação de Tratamento de Esgoto - ETE; • Aterro Sanitário
16/05/2013	Sítio Canais e		1) Vistoria dos pátios de

Data	Local	Participantes	Assunto
<i>Manhã e Tarde</i>	<i>Diques</i>	<i>1 da Consultoria</i> <i>4 da Norte Energia e empresas subcont.</i>	<i>madeira e área de supressão de vegetação com resgate de flora</i>
16/05/2013 Manhã	Altamira - PA	1 da Consultoria 4 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Visita às áreas para reassentamento urbano
16/05/2013 Tarde	Altamira - PA	1 da Consultoria 2 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistoria das instalações do Laboratório do IIEGA e material coletado
16/05/2013 Tarde	Altamira - PA	1 da Consultoria 1 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Visita às obras da Casa do Índio
17/05/2013 Tarde	Sítio Bela Vista	2 da Consultoria 6 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Inspeção nos acessos: • Travessão 55; • Travessão 27. 2) áreas do Sítio Bela Vista e área do Canal: • ETE compacta; • ETA; • Dique 19 – Ticaruca; • Dique 28 – paquiçamba; • CTPT 2 – Canal de Transposição Ticaruca – Paquiçamba; • Bota-fora 37.
17/05/2013 Tarde	Altamira - PA	1 da Consultoria 2 da Norte Energia e empresas subcont. 4 representantes do Governo	1) Visita a equipamentos construídos pela Norte Energia
17/05/2013 Tarde	Altamira - PA	1 da Consultoria 1 da Norte Energia e	1) Vistoria do Laboratório de Ictiofauna da UFPA, do material coletado dentro



Data	Local	Participantes	Assunto
		empresas subcont. 1 representante da UFGA	dos programas de Investigação Taxonômica e Monitoramento da Ictiofauna, e das áreas propostas para a construção do Laboratório de Ictiofauna e do Laboratório de Aquicultura no campus da UFGA em Altamira
17/05/2013 Tarde	Aterro Sanitário Vitória Xingu e Altamira, em construção; obras de saneamento (rede de água e drenagem) no município de Vitória do Xingu.	1 da Consultoria 2 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Vistorias amostrais de SST e Condições de Trabalho nas principais frentes de construção e áreas de apoio.
09/07/2013 Tarde	Escritório da Norte Energia/ Altamira-PA	2 da Consultoria 12 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião de abertura da missão de monitoramento socioambiental para o BNDES. 2) Apresentação sintética do objetivo da missão e esquematização das atividades a serem realizadas durante a semana.
10/07/2013 Manhã	Escritório da Norte Energia/ Altamira-PA	2 da Consultoria 13 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Reunião de fechamento da missão para o BNDES, com apresentação dos pontos de atenção observados pela equipe da consultoria socioambiental durante a vistoria
10/07/2013	Sítio Belo Monte	1 da Consultoria 5 da Norte Energia e empresas subcont.	1) Inspeção nas seguintes áreas do Sítio Belo Monte: • Porto da Obra; • Bota-foras BF3 e BF4; • Vila dos Trabalhadores;

7

Data	Local	Participantes	Assunto
	Manhã e Tarde		<ul style="list-style-type: none"> • Ensecadeira; • Central de Britagem/Central de Concreto; • Oficina Mecânica; • Dique 6C; • Barragem Santo Antônio.
10/07/2013	Sítio Belo Monte Manhã e Tarde	<p>1 da Consultoria</p> <p>5 da Norte Energia e empresas subcont.</p>	<p>1) Porto da Obra;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vila dos Trabalhadores; • Oficina Mecânica, borracharia, centro de usinagem, pintura e funilaria; • Almoxarifado; • Casa de força e área de montagem; • Central de carpintaria e armação; • Tomada d'água; • Ambulatório; • CAT - Centro de Atendimento ao Trabalhador (construção do refeitório, ambulatório central, dentista, rh etc.)
11/07/2013 Manhã e Tarde	Sítio Pimental	<p>1 da Consultoria</p> <p>2 da Norte Energia e empresas subcont.</p>	<p>1) Inspeção nas seguintes áreas do Sítio Pimental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estação de Tratamento de Água - ETA; • Central de Concreto; • Sistema de Transposição de Embarcações; • Balsa no Rio Xingu; • Ensecadeira da Casa de Força e Vertedouro; • BF-PI-JP1; • BF-PI-JP2; • AE-3;



Data	Local	Participantes	Assunto
			<ul style="list-style-type: none"> • AF3A. <i>Inspeção no Travessão 27.</i>
11/07/2013 Manhã e Tarde	Sítio Pimental	<p>1 da Consultoria</p> <p>5 da Norte Energia e empresas subcont.</p>	<p>1) <i>Inspeção nas seguintes áreas do Sítio Pimental:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • STE Montante e Jusante, bem como suas áreas de apoio; • Construção da área de apoio à STE; • Balsa de travessia do canal direito; • Casa de força; • Ambulatório; • Centro de convivência / cinema / lojas / escola / banco / sorveteria / jogos • Alojamento <p><i>Condomínio Gavião.</i></p>
12/07/2013 Manhã	Sítio Canais e Diques	<p>1 da Consultoria</p> <p>2 da Norte Energia e empresas subcont.</p>	<p>1) <i>Inspeção nas seguintes áreas do Sítio Canais e Diques:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ensecadeira da Tomada d'Água; • Bota-foras BF27, BF2, BF30, BF32, BF38, BF39 e BF40; • Canal de Derivação (vários trechos); • Canal do Sistema para Rio Xingu (AD-32); • Canal do Sistema Ticaruca.
12/07/2013 Manhã	Sítio Canais e Diques	<p>2 da Norte Energia e empresas subcont.</p>	
12/07/2013 Manhã	Canteiro e Frentes de Obra das Obras do Entorno	<p>1 da Consultoria</p> <p>8 da Norte Energia e empresas subcont.</p>	<p>1) <i>Inspeção nas seguintes obras do entorno:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Remediação do Lixão de Altamira; • Vila dos Trabalhadores do Reassentamento Urbano Coletivo – RUC e Canteiro da
12/07/2013 Manhã	Canteiro e Frentes de Obra das Obras do Entorno	<p>8 da Norte Energia e empresas subcont.</p>	

<i>Data</i>	<i>Local</i>	<i>Participantes</i>	<i>Assunto</i>
			<i>empresa CCB;</i> <i>• Instalações e frentes de</i> <i>Serviço da empresa</i> <i>contratada;</i> <i>• Instalações do Canteiro</i> <i>Central da empresa</i> <i>contratada</i>

2 - Estrutura do Relatório

O Relatório está estruturado em 6 capítulos, além de introdução e conclusão. Abaixo, segue a disposição dos capítulos, com seus devidos objetivos e matérias, a fim de que se tenha clareza acerca da estrutura do Relatório e sua adequação ao escopo mínimo definido no Contrato de Financiamento.

A Introdução do 1º Relatório descreve o período base das informações, de janeiro a junho de 2013. É informado que foi baseado no escopo dos trabalhos realizados e na informação recebida da Norte Energia, que foi objeto de uma verificação seletiva durante inspeções de campo e reuniões. A Consultora Independente destaca que não se responsabiliza pela validade ou precisão das informações recebidas e utilizadas no desenvolvimento do Relatório, sendo livre a revisão do informe, se informação adicional for disponibilizada. Neste ponto, é ressaltado que o 1º Relatório destina-se ao BNDES e tem função específica, não sendo necessariamente adequado para utilização por outros públicos ou para outras finalidades. As interpretações e conclusões sobre o marco legal e/ou contratual, conforme ressaltado pelo Consultor Independente, não devem ser consideradas como uma opinião jurídica.

- a) O 1º capítulo apresenta a descrição das atividades realizadas nas vistorias da consultoria, incluindo reuniões e trabalhos de campo.



Além disso, inclui a listagem dos documentos analisados para elaboração do relatório, tal como mencionado no item 1 acima.

- b) O 2º capítulo (Sistema de Gestão) avalia os procedimentos de gerenciamento da Norte Energia relacionados às questões ambiental e social da construção.

Esses aspectos são avaliados em dois níveis: gestão pelo executor diretamente responsável (Consórcio Construtor Belo Monte - CCBM ou outros), e gestão pela Norte Energia nas suas funções de supervisão de conformidade com os requisitos ambientais e sociais aplicáveis.

A "Obra Principal" (contratada com o CCBM) é avaliada de maneira independente das "Obras do Entorno", que incluem as diversas obras contratadas pela Norte Energia com terceiros (implantação da infraestrutura de saneamento, educação e saúde nos municípios da AID, por exemplo).

No 2º capítulo avalia-se também a gestão da segurança e saúde ocupacional e das condições de trabalho, novamente focando dois níveis, o da gestão pelo responsável direto e o da supervisão pela Norte Energia.

- c) O 3º capítulo (Desempenho Ambiental / Saúde e Segurança da Construção) inclui inicialmente o resumo da situação da "Obra Principal" (UHE Belo Monte) e das "Obras Fora do Site" na data da inspeção de campo realizada pela equipe do Consultor Independente.

Objetiva contextualizar o momento de obra a que corresponde à avaliação realizada, permitindo uma compreensão das atividades de maior impacto e frentes de obra de maior intensidade. Facilita a compreensão dos impactos ocorrentes (ou não ocorrentes) na data

das inspeções de campo e justifica as prioridades adotadas no planejamento dos trabalhos.

O 3º capítulo inclui também a análise da implementação do Plano Ambiental de Construção (PAC) do PBA. Nesta seção é descrita a gestão da construção, incluindo as medidas dispostas não apenas no PAC do PBA, mas também aquelas que compõem o sistema de gestão do CCBM e que estão sendo aplicadas na obra. Essa análise inclui uma discussão dos dados ambientais e de saúde e segurança resultantes das vistorias às áreas do projeto realizadas em maio e julho de 2013.

- d) Os aspectos relativos à conformidade legal são tratados no 4º capítulo.

Foca-se inicialmente no processo de Gerenciamento de Condicionantes, onde é verificada a evolução da implementação de todas as condicionantes constantes na Licença de Instalação (LI) nº 795/2011.

No 1º Relatório para o BNDES informou-se a situação de execução às condicionantes com base nas informações do 4º Relatório para o IBAMA e do Parecer Técnico 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/05/2013, que contém a análise do 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011.

No 4º capítulo também foi feito o acompanhamento da execução das condicionantes estabelecidas pelos demais órgãos intervenientes ao longo do processo de licenciamento, bem como a situação de todas as multas e autuações recebidas pela Norte Energia e/ou empresas por ela contratadas.



- e) No 5º capítulo é apresentada uma avaliação individualizada dos Planos, Programas e Projetos Ambientais que integram o Projeto Básico Ambiental (PBA). A avaliação do andamento de cada Programa é desenvolvida de acordo com a seguinte estrutura padrão:
- Progresso reportado pela Norte Energia (incluindo progresso verificado em campo, para os programas em andamento na ocasião da vistoria);
 - Escopo da verificação do andamento do Programa no período, executada pela equipe do Consultor Socioambiental Independente (relatórios, reuniões com empresas coordenadoras e executoras, verificação em campo);
- f) O 6º capítulo analisa a situação socioambiental do Projeto, com foco nos requisitos do processo de licenciamento, incluindo as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA e outros órgãos intervenientes, e no atendimento aos padrões legais aplicáveis.
- g) Ao final, no item "Conclusão" são apresentadas as principais conclusões do Consultor Socioambiental Independente.

Os Anexos do 1º Relatório são:

Anexo 1 – Lista de Documentos Avaliados

Anexo 2 – Reuniões, Vistorias e Entrevistas Realizadas

Anexo 3 – Registro Fotográfico das Inspeções do PCAI

Anexo 4 – Registro Fotográfico das Inspeções de Saúde e Segurança do Trabalho

Anexo 5 – Acompanhamento de Condicionantes da LI e do PBA-CI

Anexo 6 – Tabela Resumo do Acompanhamento Processual (Item 3 abaixo)

7

Anexo 7 – Situação de Andamento dos Planos, Programas e Projetos do PBA

Anexo 8 – Registro Fotográfico das Vistorias às Atividades Relacionadas aos Programas do PBA

Ressalte-se que o Relatório realizado não possui Anexo com os "indicadores socioambientais do empreendimento", que por possuírem base anual não estavam disponíveis ao tempo que o Relatório foi elaborado pela Auditoria Independente.

3 - Dados e Documentos Considerados pelo Relatório

Dentre as informações disponibilizadas pela Consultoria Independente, ao longo de todo o 1º Relatório, as de domínio público são referentes aos Relatórios do IBAMA, Licenças Ambientais, Notas Técnicas, Estudos Ambientais, Autorizações, Ofícios Públicos, Notificações e Pareceres do IBAMA.

Dentre os documentos de análise da Consultoria Independente, destaca-se o Parecer Técnico do IBAMA 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/05/2013, que contém a análise do 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011.

A Consultoria Independente também se valeu de documentos apresentados pela Norte Energia S/A no âmbito do licenciamento ambiental, em especial o 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes.

Esses dois documentos são essenciais na compreensão do escopo mínimo de auditoria, na medida em que informam a conformidade com a legislação ambiental, o cumprimento de condicionantes e a efetiva execução do PBA e PBA-CI.

7

As demais informações constantes no relatório são restritas à relação entre a Norte Energia e a Consultoria Independente e somente foram apresentadas ao BNDES em virtude do Contrato de Financiamento, não podendo, portanto, serem divulgadas, em obediência ao dever imposto pelo art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001.

Entre tais informações constam, de forma não exaustiva: relatórios internos da Norte Energia e de suas subcontratadas, informações sobre escopo dos contratos de subcontratadas da Norte Energia e nome das empresas, avaliações realizadas pela equipe da Consultoria Independente, fotos das visitas de vistoria da Consultoria Independente, atas de reuniões realizadas entre a Consultoria Independente e a Norte Energia ou demais empresas envolvidas e entrevistas realizadas. Tais informações constam nos Anexos 3, 4, 5, 7 e 8 do 1º Relatório, de forma agregada e indissociável, impossibilitando, assim, a realização de supressões ou aposição de tarjas de forma segura e/ou sem que haja perda de significado e/ou inteligibilidade do documento.

Por fim, a Consultoria Independente apresenta o acompanhamento processual das principais ações contra o empreendimento. Tais informações foram extraídas do Anexo 7 do 1º Relatório e seguem na forma de extrato, excluídas as opiniões e avaliações da Consultoria e da Norte Energia:

8